

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
INSTITUTO DE HISTÓRIA – InHis
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGHIS

MATHEUS NASCIMENTO GERMANO

**NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO DE GOIÂNIA: UMA HISTÓRIA DA VIDA
COTIDIANA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA CAPITAL GOIANA (1930-1955)**

Uberlândia-MG
Agosto/2019

MATHEUS NASCIMENTO GERMANO

**NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO DE GOIÂNIA: UMA HISTÓRIA DA VIDA
COTIDIANA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA CAPITAL GOIANA (1930-1955)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História Social.

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimento Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro.

UBERLÂNDIA
Fevereiro/2019

**Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

G373 Germano, Matheus Nascimento, 1986-
2019 Notas sobre a formação de Goiânia [recurso eletrônico] : Uma História da vida cotidiana nas primeiras décadas da capital goiana (1930-1955) / Matheus Nascimento Germano. - 2019.

Orientador: Deivy Ferreira Carneiro.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em História.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.2254>
Inclui bibliografia.

1. História. I. Ferreira Carneiro, Deivy, 1979-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em História.
III. Título.

CDU: 930

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4395 - www.pphis.inhis.ufu.br - pphis@inhis.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	História			
Defesa de:	Tese de Doutorado, número 106, PPGHI			
Data:	Vinte e oito de agosto de dois mil e dezenove	Hora de início:	14:30	Hora de encerramento:
Matrícula do Discente:	11513HIS017			
Nome do Discente:	Matheus Nascimento Germano			
Título do Trabalho:	Notas sobre a formação de Goiânia: uma história da vida cotidiana nas primeiras décadas da capital goiana (1930-1955)			
Área de concentração:	História Social			
Linha de pesquisa:	Trabalho e Movimento Sociais			
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Redes Sociais, Estratégias e Biografias Coletivas: uma análise historiográfica da segunda geração da Microstoria italiana			

Reuniu-se no Sala de Reuniões da PROPP - N° 300, 3° andar - Reitoria, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores Doutores: Maíra Ines Vendrame/UNISINOS (participou via webconferência); Carlos Eduardo Moreira Araújo/ICHPO-UFU; Marcelo de Souza Silva/UFTM; Ana Flávia Cernie Ramos/INHIS-UFU; Deivy Ferreira Carneiro orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Dr. Deivy Ferreira Carneiro, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(as) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[A]provado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de **Doutor**.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Deivy Ferreira Carneiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/08/2019, às 18:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Ana Flavia Cernic Ramos, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/08/2019, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº](#)

[8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Moreira De Araujo, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/08/2019, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo de Souza Silva, Usuário Externo**, em 28/08/2019, às 18:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Maíra Ines Vendrame, Usuário Externo**, em 01/09/2019, às 22:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 1505747 e o código CRC 3800CFC5.

Referência: Processo nº 23117.071461/2019-
73

SEI nº 1505747

AGRADECIMENTOS

Penso que os agradecimentos são uma das partes mais difíceis de serem escritas em uma tese. Como agradecer a todos levando em conta que foram quase cinco anos de trabalho contínuo? Pois bem, aqui vai um esboço.

Após ter tido uma traumatizante experiência com orientação em meu mestrado, resolvi abandonar por completo aquilo que vinha estudando por quase toda a minha vida acadêmica, isto é, o processo de hegemonia neoliberal no Brasil nos anos de 1990. Com isso, acabei afundando-me cada vez mais no trabalho e, gradativamente, fui abandonando meu sonho de fazer doutorado.

Não se pode negar que, em 2013, logo depois de ter defendido minha dissertação, eclodiam em Goiânia as lutas pela redução da tarifa de ônibus, o que acabou gerando uma intensa agitação na cidade. Hoje faço a seguinte leitura: em 2013 estava consolidando-se uma nova geração da esquerda, para além dos partidos institucionalizados e os sindicatos burocratizados, novas levas de trabalhadores e estudantes criavam novas práticas de lutas. Eram tempos de intensa participação na Frente de Lutas e em coletivos de inspiração libertária. Naquele momento, tinha a esperança de que tudo isso geraria uma pressão democratizante na sociedade, otimismo o meu. Penso que, enquanto o PT (Partido dos Trabalhadores) tentava ser a força dominante, acabou preferindo criminalizar setores da esquerda combativa e, a partir de suas políticas de pactos pela governabilidade, acabou dando força para emergir no cenário político uma nova (extrema) direita. Apesar de termos sido derrotados em 2013, a experiência de luta foi uma das maiores inspirações para estudar outros setores da sociedade não institucionalizados, sobretudo as camadas populares.

Mesmo derrotados, em 2015, assim que entrei no doutorado, surgiu a luta de secundaristas contra o processo de privatização do ensino público via Organizações Sociais. Eram tempos de ocupações de escolas, de oficinas, de cursinhos populares, de apresentar em escolas com a minha banda. Como foi inspirador esse momento. Assim, agradeço a todos pelo aprendizado e pela vivência política e cultural que tive entre 2013 e 2016.

Reconheço também a enorme importância da Gerações Perdidas, banda em que sou vocalista nos últimos dez anos, pela amizade e companheirismo. Obrigado pela força, Diego, Fred e Paulinho. Com saudosismo do Ocupem as Ruas – festival autônomo organizado no centro das ruas de Goiânia –, um forte abraço ao Gil, Segundo e Vitinho.

Inspirado pelas lutas autônomas e culturais, e graças a Claudio Lopes Maia, tive contato com processos criminais da cidade de Catalão, conheci vertentes da História Social que estudavam esse tipo de material e resolvi prestar o doutorado. Agradeço também à Mariana Lopes, por ter me motivado a ir em Catalão para coletar as fontes, a fazer o projeto de pesquisa e a deixar de ser um mero professor horista engolido pelo trabalho.

Porém, após um semestre cursando o doutorado, em meados de 2015, tive a minha casa arrombada e diversos de meus pertences furtados, inclusive o computador e o pendrive que continham todo o meu armazenamento dos processos catalogados. Com esse episódio, perdi um ano e meio de pesquisa. Foi nesse momento que tive contato com o quadrinista Joe Sacco e, a partir de uma passagem de sua obra, *Notas sobre Gaza*, fui influenciado a estudar as notas de rodapé da cidade em que vivia há mais de dez anos: Goiânia.

Em finais de 2015, após meses tentando, finalmente consegui autorização para adentrar os enormes galpões do Arquivo do Fórum de Goiânia e, apesar das dificuldades, desenvolvi uma rotina de pesquisa que perdurou por quase seis meses, com várias visitas semanais. Nesse ponto, agradeço ao Adriel, Juninho e Mike pela companhia naquele ambiente insalubre. Agradeço também à Patrícia e ao Gustavo, por me auxiliarem na coleta das fontes no Arquivo Histórico de Goiás – obrigado especialmente à Patrícia, por me indicar as caixas que continham os documentos das obras da cidade.

Com as fontes coletadas e um novo projeto de pesquisa elaborado, os primeiros contornos desta tese foram delineando-se. Entretanto, mais uma vez, o cenário político interferiu na minha vida pessoal. Em meados de 2016, o impeachment de Dilma e a ascensão de Temer e as suas políticas de austeridade – congelamento de investimentos sociais, reforma trabalhista e outras – incidiram em peso em minha vida, pois, como trabalhador horista e com o aumento do custo de vida, tive de ter quatro empregos simultâneos para conseguir, limitadamente, sustentar-me. Foi um dos momentos mais conturbados de minha vida: crise econômica, jornadas abusivas de trabalho – às vezes em três turnos –, e crise na minha vida pessoal, com o fim de um longo relacionamento afetivo.

Em meio a esse turbilhão de coisas, uma pessoa fundamental – e esse vai ser um de meus maiores agradecimentos – apareceu em minha vida: Juliana Lobo. Ensinou-me a ter uma outra relação com a vida e com o tempo, dando-me amor e carinho, o que me possibilitou reunir forças e conseguir reorganizar-me para ser capaz de terminar esta tese (nem acredito que consegui!). Obrigado por me aturar, por passar anos aguentando ouvir todos os detalhes

da pesquisa, por ler tudo o que eu escrevia e, principalmente, por me dar forças para superar minhas crises. Com meras palavras nunca saberei agradecer-te adequadamente.

Antes desta tese ser escrita, ela foi falada. Agradeço profundamente ao meu psicólogo, Hélio Neiva, pelas sessões de análise. Como esses momentos foram importantes para não surtar com as frustrações e cansaços, como também para não adoecer (mentalmente) e sobreviver em tempos de ascensão fascista no Brasil.

Impossível escrever estes agradecimentos e não mencionar minha querida e saudosa mãe, Dona Neuza. A pessoa que mais me incentivou a estudar. Mesmo separados por um oceano e há mais de cinco anos sem nos ver, você esteve presente a todo instante. Obrigado pelo incentivo, por me dar forças, me fazer perceber que precisamos ser otimistas. Com certeza, essa conquista não é só minha, é também sua. Agradeço à minha irmã, Paulinha, pela motivação e fazer reconhecer o meu esforço, principalmente por não me deixar consumir pelo meu pessimismo. Aos meus avós maternos e paternos que, ao compartilhar suas histórias e trajetórias de vida, acabaram por me influenciar a ser historiador.

Um agradecimento genérico vai aos meus alunos, a todos aqueles que tive a oportunidade de ensinar história, pois, mesmo sem perceber, ao terem interesse e sempre me perguntarem sobre as fontes e a pesquisa, acabaram por me motivar nesse processo de elaboração de uma tese. Agradeço aos meus colegas de trabalho que, além de compartilhar a reprodução material da vida, me confortaram, me ouviram e me ajudaram a superar a dificuldade de ser professor e estudante neste país.

Gratidões aos meus professores da Pós-Graduação em História da UFU, em especial a Paulo Roberto, Rosângela Patriota, Alcides, Célia e Jacy que, mesmo que indiretamente, tiveram um papel fundamental na minha formação como historiador. Aos colegas de disciplinas e seminários de tese: João Gabriel, Auricharm, Walter, Makchwell e Clarissa, pela amizade e troca de ideias. E, mesmo não estudando juntos, ao André, por termos compartilhado as nossas crises.

Um enorme agradecimento ao meu orientador, Deivy Ferreira Carneiro, por ampliar a minha cultura historiográfica que, querendo ou não, acabou por derrubar os últimos vestígios de minha ortodoxia marxista. Obrigado por me mostrar outras matrizes, pelas críticas sempre construtivas e por me dar liberdade criativa e intelectual, diferentemente de todas as experiências que tive com orientação. Se me fiz um historiador “rato de arquivo”, foi graças aos seus “toques” que consegui adquirir essa prática.

Gostaria de agradecer aos professores Sérgio Paulo e Carlos Eduardo, pelas críticas feitas à primeira versão deste trabalho no momento da qualificação. Suas considerações foram de suma importância para a condução final deste trabalho. Espero ter conseguido responder e corrigir pelo menos parte de suas colocações. Agradeço também a Ana Flávia Cernic, Maíra Inês e Marcelo de Souza, por terem se prontificado a participar da banca de defesa.

Aos meus companheiros felinos que, mesmo não tendo ciência desta dedicatória, estão há anos nessa jornada comigo e não me deixaram surtar nesse percurso. Ao Melvin, por me lembrar da minha rotina ao me acordar, quando o despertador não funcionava, para ir ao trabalho, como também pelo carinho. À Rosinha que, por muitas vezes, me encheu a paciência pedindo ração, mas que no fundo queria que eu saísse do quartinho de estudos e visse outras coisas do mundo. Por fim, entre os meus amigos felinos, à Nega-bola. Como me “atrapalhou”: subindo na mesa, pisando no teclado, esfregando-se em mim nos momentos mais tensos da escrita da tese. Hoje vejo que você estava salvando-me. Obrigado por me ensinarem a sabedoria do descanso e por sempre transmitirem paz.

Por fim, meus maiores agradecimentos vão para as personagens que povoaram as inferências desta tese: Manoel Pascoal e Adolfo Boari, trabalhadores migrantes das obras da cidade; ao “larápio” Bento Chevrolet, seus pequenos crimes me ajudaram a entender os usos cotidianos da cidade; à Maria Rita, empregada doméstica que vivia relações de trabalho paternalistas e, para não inflar o texto de nomes, aos ladrões de mandiocas e galinhas, Luiz de Aquino e Clementino Costa, que possibilitaram a compreensão da rede de economia dos bairros e de subsistência.

Foram as trajetórias desses sujeitos, fragmentadas pelos arquivos do judiciário ou por rememorações de entrevistas, a maior inspiração e o que possibilitou a concretização desta pesquisa. Espero ter conseguido, mesmo que limitadamente, trazer as notas de rodapé para o corpo do texto que por gerações foram silenciadas pela historiografia.

Cultura de lutas

As frestas do trincado
Fissuras do consolidado
Alternativa ao estabelecido
Nas margens do mercado

A dissidência do esquecido
Os rodapés são o foco
Para distorcer o discurso
e questionar o dominado.

Matheus Nascimento Germano

RESUMO

A temática acerca da transferência da capital e da construção de Goiânia foi amplamente debatida pela produção intelectual. Pretende-se realizar um estudo da vida cotidiana nas primeiras décadas da capital goiana, de 1930 a 1955, do início de sua construção, passando pelo Batismo Cultural e antes do redimensionamento de seu crescimento com o início da elaboração de Brasília. O objetivo é problematizar a pouca presença do cotidiano na produção intelectual e historiográfica sobre a cidade ao propor uma nova versão acerca de sua construção, como também elucidar as estratégias cotidianas dos atores sociais diante das transformações estruturais com a edificação de uma nova capital para Goiás. O recorte do objeto de estudo, o cotidiano, é possível a partir da análise de processos criminais coletados no Arquivo do Fórum de Goiânia, de documentos públicos das obras da cidade e jornais oriundos do Arquivo Histórico de Goiás e de entrevistas coligidas do projeto Memória Cultural e dos relatórios do Centro de Estudos da Cultura Popular (CECUP), realizadas em 1985 e 1987. Para o tratamento das fontes utiliza-se o método indutivo a fim de compreendê-las sem constructos teóricos predefinidos para apreender os comportamentos e as práticas cotidianas dos atores sociais, levando em conta a manipulação dos documentos. As informações obtidas foram operadas a partir do alargamento da noção de grupos sociais, para então entender as múltiplas redes de solidariedades, dependências e interesses. Ao avançar no debate historiográfico, as relações de trabalho e os modos de vida no canteiro de obras da cidade foram examinadas, porém, conforme observa-se na documentação, não somente as formas como os atores sociais que experimentavam o mundo das relações de produção foram emergindo, mas, principalmente, as suas estratégias cotidianas nos acessos à cidade, na mobilidade urbana, nas formas de moradia e no lazer.

Palavras-chave: Goiânia; Processos criminais; Cotidiano; Estratégias.

ABSTRACT

Many studies about the transfer of the capital and the construction of Goiânia were published and widely debated by the intellectual production. It is intended to make a study of everyday life in the first decades of the capital of Goiás, from 1930 to 1955, from the beginning of its construction, going through its Cultural Baptism and before the resizing of its growth with the beginning of the construction of Brasilia. The objective is to problematize the low presence of everyday life in the intellectual and historiographical production about the city by proposing a new version about its construction, as well as elucidating the daily strategies of social actors in the face of structural transformations with the construction of a new capital for Goiás. The object of study, the everyday life, is possible from the analysis of criminal cases collected in the Archive of the Goiânia Forum, public documents of the city's works and newspapers from the Historical Archive of Goiás and from collected interviews of the Cultural Memory project and the reports of the Center of Studies of Popular Culture (CECUP), made in 1985 and 1987. For the treatment of the sources the inductive method is used in order to understand them without predefined theoretical constructs to apprehend the behaviors and the practices of the social actors, besides the manipulation of documents. The information obtained was operated from the relational analysis and the broadening of the notion of social groups, to understand the multiple networks of solidarity, dependencies and interests. In advancing the historiographical debate, labor relations and ways of life at the city's construction were examined, but, as noted in the documentation, not only the ways in which social actors experienced the world of production emerged, but, mainly, their daily strategies in access to the city, urban mobility, housing and leisure.

Keywords: Goiânia; Criminal Process; Everyday life; Strategies.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Faixa etária dos trabalhadores migrantes	69
Tabela 2 – Gênero dos trabalhadores migrantes	70
Tabela 3 – Origem regional dos trabalhadores migrantes	70
Tabela 4 – Origem municipal dos trabalhadores migrantes do Estado de Goiás	71
Tabela 5 – Origem municipal dos trabalhadores migrantes do Estado da Bahia	72
Tabela 6 – Origem municipal dos trabalhadores migrantes do Estado de Minas Gerais	73
Tabela 7 – Profissão dos trabalhadores migrantes antes de chegar em Goiânia	74
Tabela 8 – Profissão dos trabalhadores migrantes no canteiro de obras de Goiânia	74
Tabela 9 – Salários pagos na Superintendência entre fevereiro e março de 1937	91
Tabela 10 – Profissão trabalhadores registrados na Superintendência em fev. de 1939	93

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – O ACIDENTE DE MANOEL PASCOAL	14
CAPÍTULO 1	
GOIÂNIA: O CONTORNO HUMANO SOBRE AS ESTRUTURAS	53
1.1 – Retomando o fio condutor: Manoel Pascoal e os construtores de Goiânia	54
1.2 – Relações de trabalho e as estratégias cotidianas nas obras da cidade	77
CAPÍTULO 2	
OS USOS COTIDIANOS DE UMA CIDADE “MODERNA”	103
2.1 – “Os larápios continuam a agir”: Bento “Chevrolet” e os acessos à cidade	122
2.2 – Vivendo entre duas cidades: feições da mobilidade urbana	145
2.3 – A cidade moderna, o advento do automóvel e os acidentes de trânsito	156
CAPÍTULO 3	
QUESTÕES DE MORADIA: HABITAÇÕES E O COTIDIANO NOS DOMICÍLIOS DA NOVA CAPITAL GOIANA	171
3.1 – O cotidiano “porta afora”: o acesso à habitação dos primeiros moradores da cidade	175
3.2 – Observando o cotidiano “porta adentro”: empregadas domésticas, brigas entre vizinhos e furto de moradias	196
CAPÍTULO 4	
AS DIVERSÕES NAS BRECHAS E PELAS BEIRADAS: ASPECTOS DOS MOMENTOS DE LAZER	231
4.1 – A festa na brecha: a precariedade do lazer nos primeiros anos da cidade	233
4.2 – O lazer pelas beiradas: bares, cabarés e zona de meretrício	250
CONSIDERAÇÕES FINAIS	276
FONTES	280
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	284

INTRODUÇÃO

O ACIDENTE DE MANOEL PASCOAL

As primeiras décadas do século XX no estado de Goiás foram de intensas transformações históricas. O período da Revolução de 1930 reconfigurou a gestão política do estado, como também trouxe um maior interesse da esfera federal com a Marcha para o Oeste, um plano que visava estímulos econômicos para a irradiação das relações sociais capitalistas para o centro do Brasil, sendo Goiás um entreposto para tal projeto. Em meio a tantas concepções de integração econômica, estava a edificação de uma nova capital goiana. Se, para alguns, eram tempos de grandes transformações e oportunidades, para outros, eram tempos de dificuldade.

Para além de uma história das estruturas, das personalidades políticas ou de uma narrativa histórica linear dos trâmites institucionais que envolveram a transferência da capital e a construção de Goiânia, o caso a seguir demonstra uma situação representativa do cotidiano da formação da cidade, que é o objetivo desta tese, um processo como fio condutor para elucidar ao leitor a problematização do que será estudado.

Manoel Pereira Pascoal – brasileiro, quarenta e dois anos de idade, casado, alfabetizado, estucador¹, natural de Pernambuco e residente em Goiânia – vivia no Rio de Janeiro quando deixou sua família (sua mulher, Angelina Pereira Pascoal, e seu filho menor de idade), em 1936, para trabalhar na construção de Goiânia. Contava com instrução primária (sabendo ler e escrever) e ganhava um salário de 2\$500 réis ao dia. Mas, às 14:00 do dia 1º de abril de 1937, em mais um dia de construção da obra em que trabalhava como estucador, ao transitar de um andaime ao outro, uma das tábuas escapa do travessão de apoio fazendo-o despencar. Porém, não caiu ao chão, em função de seu corpo ter ficado preso entre as tábuas do andaime. Em seu depoimento, Manoel declarava que:

[...] estava em cima do andaime além de apanhar uma lata d’água que se encontrava próxima, eis que ficando em uma taboa, que presume não estivesse pregada a mesma, escapando-se do local que apoiava, cai o declarante, que, felizmente, não chegou ir até o chão, ficando emprenssado entre duas outras taboas do assoalho do andaime, que com esse choque teve um dedo da mão direita fraturado e fortemente machucado na base do ventre; que assim que foi de embate com as taboas sentiu

¹ Função especializada na aplicação do estuque, uma espécie de argamassa a base de cal e areia, para revestir a parede, que também é conhecida popularmente como “reboco”.

uma dor próximo às virilhas, donde surgiu logo uma espécie de caroço bastante dolorido.²

Em função dessa queda, Manoel Pascoal contraiu uma “bubonocele” (ponta de hérnia) em sua virilha direita, além de ferir a mão (fratura em um de seus dedos) e o tronco ao ficar preso nas tábuas do andaime, o que o impossibilitou de andar e, consequentemente, de trabalhar.

A primeira testemunha a depor sobre o acidente foi Francisco Weiss – austríaco, trinta e dois anos de idade, solteiro, alfabetizado, carpinteiro e residente em Goiânia –, alegando que trabalhava na mesma construção e que presenciou o acidente de Manoel. Confirmou a dor atroz que o réu sofrera em sua virilha e que dispunha de iodo, que foi usado para estancar seus ferimentos na mão. Francisco Weiss também afirmou que soubera por seus colegas que, logo após o acidente, Manoel Pascoal teria ido trabalhar em outra construção.

A segunda testemunha, Carlos Buchberger – austríaco, quarenta e nove anos de idade, alfabetizado, casado, mestre de obras e residente em Goiânia –, dizia que não se recordava de nenhum acidente nas obras dos Juízos Federal e Eleitoral que supervisionava, que não lembrava de Manoel e muito menos os nomes de seus empregados. Mario Diniz – brasileiro, trinta e dois anos de idade, solteiro, alfabetizado, estudador, natural de Belo Horizonte-MG e residente em Goiânia – afirmava que era colega de Manoel Pascoal e estava ao seu lado no momento do acidente e confirma a sua versão. Mario declarou que, logo após o acidente, “deu dois dias Pascoal começou a queixar-se que estava nascendo um caroço nas virilhas”³, que aconselhou o mesmo a procurar um médico e “como companheiro de quarto de Pascoal, nunca tinha ouvido queixar de moléstia alguma antes do acidente, acha o depoente que Pascoal tenha adquirido essa moléstia no desastre que foi sofrido”⁴.

A quarta e última testemunha é José Vitor da Silva – brasileiro, trinta e nove anos de idade, solteiro, alfabetizado, estudador, natural de Belo Horizonte e residente em Goiânia –, o qual relatava que era colega de trabalho de Manoel e estava presente no momento do acidente nas obras dos Juízos Federal e Eleitoral. Confirmou a versão de Manoel e Mário sobre o acidente, como também que, ao procurar um médico, a vítima foi diagnosticada como portadora de uma hérnia que crescia constantemente. No final de seu depoimento, José Vitor

² AFG. Acidente de trabalho. Cx. 09, nº 30, 12/05/1937, p. 6.

³ Ibidem, p. 8.

⁴ Ibidem, p. 8.

disse que conhecia há tempos o colega e que nunca ouvira reclamar de nenhuma moléstia, sendo esta provocada em função do acidente. Um aspecto interessante é que nenhuma das testemunhas deu com exatidão o dia do acidente, pois 1º de abril é considerado popularmente como o dia mentira, sendo esse um dos motivos que os levou a dizer “nos primeiros dias de abril”, como argumenta o advogado de defesa.

Outro elemento que pode ser observado nos depoimentos são as duas versões do acidente: de um lado, a versão dos austríacos – de um trabalhador especializado na carpintaria (Francisco Weiss) e de um mestre de obras (Carlos Buchberger), que apresenta a perspectiva de trabalhadores de uma posição mais privilegiada na hierarquia do trabalho no canteiro de obras – e, de outro lado, a dos brasileiros – dos colegas de trabalho Mário Diniz e José Vitor. Essa interpretação pode sugerir um espaço de disputa entre os trabalhadores (austríacos e brasileiros) de diferentes posições hierárquicas, que se expressa na perspectiva do acidente de um trabalhador e seus colegas de trabalho e a negação do mesmo pelo chefe de obras.

Além de negar o acidente de Manoel Pascoal, como o fez Carlos Buchberger em seu depoimento (provavelmente para se isentar de sua responsabilidade de mestre de obras), a empresa Coimbra Bueno – que monopolizava as obras dos edifícios públicos da capital – reconhece seu acidente, mas afirma: “informamos que essa superintendência não prestou assistência médica ao acidentado por esse operário haver se recusado submeter-se à intervenção cirúrgica aconselhada pelo exame médico”⁵.

Manoel Pascoal presta uma nova declaração e afirma que, mesmo com o dedo fraturado e a hérnia em sua virilha direita, voltara ao trabalho no dia posterior, e que foi examinado e não ofereceram quaisquer ajudas médicas. Após dez dias de trabalho, Manoel não consegue mais realizar as suas funções, pois estava impossibilitado de andar. Ao chegar nesse estágio da hérnia, Manoel:

[...] reclamou verbalmente não só ao Dr. Abelardo Coimbra como ao Dr. Jorge Carneiro, chefes da firma Coimbra Bueno Ltda.; que tendo deixado o serviço na referida firma e necessitando de empreender uma viagem ao Rio de Janeiro, onde tem a sua família e onde melhor poderia se tratar, procurou novamente o Dr. Jorge Carneiro afim de pedir o fornecimento da passagem à que tem direito por força do contrato celebrado com a dita firma, passagem esta que ainda não lhe foi fornecida sob o fundamento de não haver mais verbas.⁶

⁵ AFG. Acidente de trabalho. Cx. 09, nº 30, 12/05/1937, p. 15.

⁶ No decorrer da análise dos processos, optou-se por usar a grafia das palavras e os “erros” ortográficos da mesma forma que estão registrados na fonte como forma de fazer uma possível imersão na leitura de época do momento estudado.

Dessa forma, Manoel Pascoal estava acidentado, desempregado, incapaz de andar, com atendimento médico negado e impossibilitado de voltar ao Rio de Janeiro para procurar ajuda com a sua família. Na interpretação da empresa Coimbra e Bueno Ltda., não houve acidente em função de o trabalhador retornar às suas funções logo após o ocorrido, de forma que, a partir do argumento utilizado pela empresa, não houve registro de acidente na data em questão nos documentos da firma.

Manoel Pascoal resolve ainda manter a sua ação contra o estado de Goiás, com a ajuda de um advogado pago pelo “Sindicato de Marceneiros, Carpinteiros e de Operários da Construção Civil”, estendendo-se do início de 1937 até finais de 1939. Nesse momento, apesar das fortes dores da hérnia, Manoel consegue alguns serviços por “empreita” em pequenas obras particulares em Goiânia. Ainda assim, a partir do advogado de defesa da empresa e da “Superintendência de Obras do Estado de Goyaz”, o acidente, por normas da lei, ainda era inexistente em função da ausência de registros.

O advogado de Manoel Pascoal, Maximiano da Mata Teixeira, tenta exaltar o sentido nacionalista de Vargas e suas políticas de assistência ao trabalhador conhecida como “trabalhismo” – que já tinha seus contornos em 1937, apesar de chegar ao seu clímax em 1942 com a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) – como estratégia de defesa. Nas palavras do advogado, tais assistências aos trabalhadores:

[...] do benemérito estadista brasileiro tem sido tão eficiente, tão salutar, tem ido de tal maneira ao encontro da grande coletividade de trabalhadores, que vemos o Brasil, imune ao caos que revoluciona a maioria dos países do mundo, atravessar, sem preocupações de extremismo, este triste e angustioso momento da história da humanidade. E a ação do governo tem sido de tal sorte que o Brasil, pode-se afirmar, é intangível pelas correntes ideológicas estranhas, só registrando em movimentos isolados e não a maioria dos bons brasileiros, todos guiados num sentido de sã brasiliade, de paz, de ordem, no desejo de uma Pátria cada vez maior, dentro dos postulados do Estado Novo.⁷

Assim, a exaltação de Vargas e do Estado Novo, acaba por ser uma estratégia de defesa, em que Manoel estava de acordo com a ideologia trabalhista – e anticomunista – como também concatenado aos ideais de “modernidade” que tais arranjos político-institucionais traziam para os trabalhadores, tais como a normatização e disciplina ao

⁷ AFG. Acidente de trabalho. Cx. 09, nº 30, 12/05/1937, p. 55.

trabalho. Como parte da mesma estratégia, Maximiano da Mata Teixeira tenta vincular a gestão de Pedro Ludovico (interventor nomeado por Vargas) aos ideários do Estado Novo:

QUEM vier a Goiaz não poderá, da mesma forma, deixar de ver com justa admiração contemplar a atuação do governo goiano nêste setor. REALMENTE o interventor Pedro Ludovico, verdadeiramente integrado nas diretrizes do Estado Novo, de que foi um dos precursores, tem sabido prestar o maior auxílio possível as classes trabalhadoras, a partir do modo por que, sem distinção de classes, atendo a todos aqueles, por mais humildes que sejam, que reclamam a sua assistência.⁸

E complementa tratando o interventor como o grande juiz da sociedade, ao exaltar seu caráter populista ao defender os interesses dos trabalhadores – Manoel Pascoal – dos interesses privados – Construtora Coimbra Bueno:

E estamos certo de que si S. Ex. o Exmo. Senhor Pedro Ludovico acompanhasse, na defesa do Estado, o presente caso, êle não deixaria fôsse ajuizada uma ação para cuja composição amigável se deu a oportunidade oferecida no presente, dando, assim, como chefe de Estado, o exemplo no comprimento da obrigação que o Estado exige de particulares.⁹

Outro artifício da defesa foi de vincular Manoel ao modelo de trabalhador disciplinado, para então justificar as críticas sofridas de que ele havia simulado o acidente, o que supostamente era uma forma de prejudicar a empresa, o estado e, indiretamente, o desenvolvimento da nação. No que diz respeito à sua suposta recusa a uma intervenção cirúrgica, o advogado argumenta que Manoel procurou assistência médica e que foi negada.

Ainda a partir de tal defesa, do uso de testemunhas favoráveis a Manoel Pascoal e dos laudos médicos, o juiz conclui que a hérnia “pode ela advir de traumatismo, como dizem alguns médicos, mas não de um simples ‘escorregão’ a que se refere a testemunha Francisco Weiss, que presenciou o fato”¹⁰, e não levou em conta o depoimento dos outros dois colegas de trabalho brasileiros que estavam mais próximos do acidente e que tinham versões opostas às dos austríacos – Francisco Weiss que trabalhava como carpinteiro e Carlos Buchberger, o mestre de obras responsável.

O juiz dá perda de caso a Manoel Pascoal, acusando-o e também a seu advogado de “indenizofilia”, por mover a ação somente meses após o acidente (não levando em conta que a enfermidade, a hérnia, levaria alguns dias para manifestar-se). Vale ressaltar que Manoel,

⁸ AFG. Acidente de trabalho. Cx. 09, nº 30, 12/05/1937, p. 55.

⁹ Ibidem, p. 56.

¹⁰ Ibidem, p. 50.

ao ir para Goiânia, não fez nenhum exame e, dessa forma, não foi comprovado que ele já sofria da enfermidade antes mesmo de seu acidente. O fato de o depoente continuar trabalhando, mesmo com muita dificuldade após o acidente e da rescisão de seu contrato de trabalho, para outras “empreitas”, demonstra, de certa forma, como eram as condições sociais de reprodução da vida dos sujeitos históricos na construção de Goiânia nas primeiras décadas de sua formação.

A história do acidente de Manoel Pascoal serve como indício de como as fontes que passaram desapercebidas pela historiografia e demais produções intelectuais acerca da formação de Goiânia, e que são entendidas como os dados “marginais”, podem ser consideradas reveladoras de uma outra perspectiva histórica, tendo em vista que “[...] o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural”¹¹.

Destarte, o acidente surge como um fio condutor para o argumento de tese deste trabalho, pois ao valorizar fenômenos que, aparentemente, emergem na documentação de forma marginal, percebe-se que seus contornos trazem uma ampla dimensão cultural e social acerca da fundação de Goiânia que será dissecada nesta pesquisa. Nesse sentido, ao partir de incursões experimentais, com bases nos indícios das fontes, os casos despercebidos pela historiografia revelam problemas de ordens gerais, que questionam tanto as versões e as perspectivas consagradas quanto também as noções estabelecidas sobre determinadas épocas, no caso, a formação de Goiânia.¹²

A partir do fio condutor pelo nome do ator social, o caso “atípico” do acidente de Manoel Pascoal nas fontes, outras biografias também afloram na documentação, mesmo que de forma fragmentada, a partir de uma rede de relações dos sujeitos sociais que a circunscreve.¹³

¹¹ GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 157.

¹² GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual no mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.

¹³ Ibidem, p. 169-178.

Se as fontes silenciam e/ou distorcem sistematicamente a realidade social das classes subalternas, um documento que seja realmente excepcional (e, portanto, estatisticamente não frequente) pode ser muito mais revelador do que mil documentos estereotipados. Os casos marginais [...] põem em causa o velho paradigma, e por isso mesmo ajudam a fundo um novo, mais articulado e mais rico. Quer dizer, funcionam como espías ou indícios de uma realidade oculta que a documentação, de um modo geral, não deixa transparecer.¹⁴

Inicialmente, para tentar formular questões (problemas) que oferecem caminhos interpretativos para esta tese, inspirou-se na noção de “história vista de baixo”. Sharpe¹⁵ afirma que a história vista de baixo foi uma alternativa encontrada pelos historiadores para não se escrever uma história a partir da perspectiva das elites, mas mostrar outras possibilidades de análises a partir de relatos distintos, vindos de outros sujeitos que também foram protagonistas de todos os “grandes” acontecimentos na história. Considerando-se que, desde os anos de 1930, já se via a necessidade de se operacionalizar uma história vista de baixo, somente na década de 1960, com a publicação do artigo de Thompson *A história vista de baixo*¹⁶, tal proposta ganha contorno de um conceito que passou a entrar na linguagem dos historiadores ingleses.

Em uma interessante passagem, o aludido historiador argumenta:

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão “utópico” [...]. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas accidentais da história, continuam a ser condenados em vida, vítimas accidentais.¹⁷

Nessa passagem, nota-se que Thompson não está interessado apenas em resgatar e reconstruir a experiência de grupos sociais que foram excluídos da história tradicional, mas em tentar entender tais sujeitos em seu tempo e como as experiências de povos do passado reagem com as perguntas dos historiadores em um tempo distinto.

¹⁴ GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual no mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. p. 177.

¹⁵ SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

¹⁶ THOMPSON, E. P. A história vista de baixo. In: THOMPSON, E. P.. *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora Unesp, 2010.

¹⁷ THOMPSON, E. P. Introdução. In: THOMPSON, E. P.. *A formação da classe operária inglesa. Vol. I. A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p. 13.

Um problema que emana nessa perspectiva se refere ao que seria a própria conceitualização do “de baixo”, que estaria alocado no estudo de um dado período histórico e quais as suas intenções no momento que fosse escrito. Uma problemática também surge em estudar a história sob esse olhar, sobretudo no que se refere a uma análise generalizante dos grupos subalternos. Para se contrapor a tal determinação, não se deve fazer uma generalização dos “de baixo”, pois este se constitui em um grupo social variado e dividido, além das estratificações econômicas, como também por gênero, atividades profissionais e outras. Outra tentativa de não reduzir tal viés da história seria estudá-la não somente nos momentos em que os movimentos de massa se organizaram e interferiram na cena política.¹⁸

A história vista de baixo constitui-se em uma abordagem distinta da história vista de cima, ou seja, das elites político-econômicas e das estruturas. O método histórico, nessa perspectiva, seria “usar as fontes não somente em busca de novas evidências, mas em um diálogo que propõe novas perguntas”¹⁹, o que pode mostrar outras possibilidades históricas. Em suma:

[...] oferecendo esta abordagem alternativa, a história vista de baixo abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão de história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais da história. Inversamente, poderia ser argumentado que a temática da história vista de baixo, os problemas de sua documentação e, possivelmente, a orientação política de muitos de seus profissionais criam um tipo distinto de história.²⁰

A expressão “história vista de baixo” implica, necessariamente, a existência de uma “história vista de cima”, ou seja, de como as pessoas comuns vivem suas respectivas experiências do cotidiano, porém não podem ser dissociadas de considerações mais amplas do processo histórico.²¹ Assim, deve-se situar um acontecimento social dentro de um contexto cultural pleno, de forma que o que for estudado pela história vista de baixo saia do nível descritivo para o analítico.

Um dos maiores resultados dos estudos da história a partir desse viés foi demonstrar que membros das classes inferiores também foram capazes de produzir um mundo para si, ou seja, de ser sujeitos que também criaram história e que participaram de ações que afetaram

¹⁸ THOMPSON, E. P. Introdução. In: THOMPSON, E. P.. *A formação da classe operária inglesa. Vol. I. A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p. 13.

¹⁹ Ibidem, p. 29.

²⁰ Ibidem, p. 30.

²¹ Ibidem, p. 55.

o mundo em que viviam. Todavia, conforme argumenta Sharpe²², a história vista de baixo foi pouco capaz de modificar as perspectivas de historiadores tradicionais, como também atraiu muito pouco os estudantes e o público, que ainda se interessam pela história vista de cima, das elites e das estruturas. Assim, essa história causou um menor impacto do que esperavam seus interlocutores.

Entretanto, conforme foi-se analisando as fontes e a produção intelectual sobre a construção de Goiânia, os caminhos da tese foram dando respostas para além da noção de uma história vista de baixo, pois nem sempre a sociedade é dividida entre os de “cima” e os de “baixo”, ou inteiramente pautada pela centralidade das relações de trabalho entre exploradores e explorados. Ao colocar os sujeitos históricos a partir de suas relações sociais, percebeu-se cenas do cotidiano que vão para além das relações de trabalho, o que possibilitou questionar até que ponto tais relações eram inteiramente definidoras desses sujeitos. Vale mencionar que mesmo fazendo o recorte nas relações de trabalho, conforme as fontes indiciavam, outras redes de relações emergiam, expandindo o horizonte interpretativo de tal aparato documental.

Gradativamente se tentou desconstruir os vestígios do método dedutivo tão presente na formação acadêmica e intelectual em que se teve acesso, método o qual busca construir sua demonstração a partir de um modelo global, uma argumentação pautada a partir de uma hierarquização das causalidades históricas, em que os dados empíricos servem somente como confirmação do modelo adotado pelo pesquisador – a fonte como ilustração. Na análise crítica do material coletado, ao valorizar o método indutivo, o esforço da construção do conjunto da argumentação iniciou-se dos dados empíricos, ou seja, através das fontes – material bruto que partiu o diagnóstico – que se percebeu, mesmo de depoimentos individuais, os mecanismos e as dinâmicas sociais, as categorias de análise e o objeto que foram elaborando-se nas nuances interpretativas das fontes, ao levar também em consideração a produção social de tais documentos.

Por esse ângulo, mais do que uma “história vista de baixo”, uma “história ao rés-do-chão”²³ foi desenhando-se, pois mesmo com a expansão de objetos, fontes, procedimentos e debates teóricos, a história social ainda reverberava um antigo hábito historiográfico de que

²² THOMPSON, E. P. Introdução. In: THOMPSON, E. P.. *A formação da classe operária inglesa. Vol. I. A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p. 61.

²³ REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 7-36.

o destino coletivo havia tido, no passado, um peso maior nas transformações históricas do que o destino dos indivíduos; de que somente os grandes acontecimentos eram capazes de impor transformações das sociedades humanas através do tempo. Em tal perspectiva “[...] não existe história verdadeira a não ser a do coletivo”.²⁴

Outras críticas a esse modelo também foram sendo absorvidas, tais como: medir fenômenos sociais a partir de indicadores simples (renda, preços, níveis de fortuna, distribuição sociais, nascimentos, casamentos, falecimentos e outros), o que busca extrair dos documentos traços ou propriedades em comum que adentrem modelos teóricos elucidados; a primazia dada às regularidades, as repetições em detrimento dos acidentes (uma história que se preocupa com as permanências e com as estabilidades de sistemas e estruturas ao invés das mudanças e do contraditório); endeusamento de recortes e de categorias preestabelecidas que reproduzem uma noção de que o objeto de estudo somente pode ser construído a partir de procedimentos elencados e de uma hipótese já formulada *a priori*.²⁵

A partir de tais leituras, parte-se não somente de buscar o que aponta as regularidades das relações sociais tidas a partir da análise das fontes, apesar de não as negar, mas identificar o que é representativo para se entender as formas e os conteúdos das relações sociais de seus contemporâneos.

Desse modo, o acidente de Manoel Pascoal, como estratégia metodológica, elucida uma série de problemas e inquietações no que tange o processo histórico de construção da cidade de Goiânia. A partir desse episódio, e com base nas fontes coligidas na documentação, como se pode recortar e perceber elementos da vida cotidiana da cidade de Goiânia? E a partir do recorte de tal objeto nas fontes, como o cotidiano pode apontar noções alternativas que questionem e coloquem em xeque noções cristalizadas pela historiografia da cidade? De que forma essas relações de poder, de criação e de construção de uma nova capital, foram tensionadas, experimentadas e vividas pelos seus atores sociais? Como eram suas estratégias cotidianas? Será que somente uma leitura das estruturas políticas, de seus líderes e das transformações econômicas contempla a vida cotidiana em Goiânia durante as suas primeiras décadas?

²⁴ REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 9.

²⁵ Ibidem, p. 10-11.

Para entender a dimensão histórica do que é o cotidiano ao tê-lo como objeto de pesquisa, antes mesmo de checar a sua presença na produção historiográfica acerca da formação Goiânia, se fez necessário lapidar melhor esse conceito. Todavia, como operacionalizar a noção de cotidiano como objeto histórico? Sobretudo, como absorver tal interpretação na análise das fontes que, em grande medida, são os processos criminais?

Como já foi explanado, os processos criminais e demais arquivos do judiciário (como os processos indenizatórios de acidentes de trabalho, registros de acidentes de trânsito e outros) são as fontes principais que orientam a definição da problemática da pesquisa e da elaboração do argumento de tese. Dessa forma, essas fontes contribuem não somente para analisar as normas e condutas dos sujeitos históricos, ou também para destrinchar o funcionamento e todos os trâmites do arcabouço jurídico da sociedade, mas para oferecer perspectivas de análise que contemplem certos prismas do cotidiano, registrados, mediados e manipulados pelo judiciário.

Esta tese não abordará todos os aspectos do cotidiano dos trabalhadores em Goiânia, mas certos elementos que surgem nas fontes coligidas e, em função da natureza dos arquivos do judiciário, as cenas do cotidiano registradas tratam de momentos conflitos, desavenças e discordâncias que, datilografadas ou escritas pelas mãos dos escrivães e demais agentes do judiciário, mostram como a justiça era um campo tanto de normatização de certos valores sociais como também de disputas entre os sujeitos na manutenção de sua vida cotidiana.

Com base em Grinberg²⁶, os anos de 1980 foram o marco inicial do uso de processos criminais como fontes em análises históricas e antropológicas no Brasil, sendo utilizados anteriormente somente como base de pesquisas criminológicas. Mas, desde os anos de 1960, com a delimitação da História Social, da “história vista de baixo” e de diálogos com a Antropologia Social, as temáticas do cotidiano, dos subalternos, da violência, da marginalidade e do crime passaram a ser encaradas por diversos pesquisadores como objetos de estudo. Autores como Carlo Ginzburg, Natalie Davis, Michelle Perrot, Michel Foucault e E. P. Thompson são importantes exemplos de intelectuais que influenciaram e contribuíram

²⁶ GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciários. In: *O Historiador e suas fontes*. PINKSKY, Carla Bassanezi (Org.); LUCA, Tania Regina de. São Paulo: Contexto, 2012. p. 125-126.

para a historiografia brasileira nos estudos sobre cotidiano e criminalidade no que se refere ao uso dos processos criminais e demais arquivos do judiciário como fontes de estudo.²⁷

No Brasil as obras que, de certa forma, foram inaugurais no uso dos processos criminais como estudo da História Social foram: *Crime e cotidiano*, de Boris Fausto, publicado em 1984; *Trabalho, lar e botequim*, de Sidney Chalhoub, publicado em 1986 e, em 1987, a obra *Crime e escravidão*, de Maria Helena Machado.²⁸ Vale também mencionar a obra *Morte em Família*, de Mariza Corrêa, publicada ainda em 1983.²⁹

Boris Fausto, na obra *Crime e cotidiano*³⁰, investiga as transformações ocorridas na cidade de São Paulo durante o momento de industrialização, de imigração e de surgimento do proletariado (greves, associações e etc.), tendo como recorte histórico o período de 1880 a 1924. O autor utiliza fundamentalmente processos criminais, sobretudo os de homicídio, para então compor um quadro quantificado de crimes, preocupando-se com os padrões e regularidades, a fim de apreender as normas, valores e representações de comportamento.

Apesar desta tese não fazer um estudo estatístico dos arquivos coletados/coligidos, o método quantitativo, essa obra pode servir de subsídio para uma quantificação básica e inicial dos processos e demais arquivos do judiciário, de aporte para discernir a quantidade de elementos do cotidiano que emerge a partir das fontes, mas não para quantificar e estabelecer estatisticamente porcentagens dos crimes cometidos ou para uma caracterização criminalista dos perfis dos sujeitos envolvidos.

Um outro subsídio metodológico que pode servir de aporte é a noção elucidada por Boris Fausto, na qual “cada processo é no período considerado um produto artesanal, com fisionomia própria, revelada no rosto dos autos, na letra caprichada ou indecifrável do escrivão, na forma de traçar uma linha que inutiliza página em branco”³¹, ou seja, os processos não são a realidade descrita pelos personagens por si só, mas de toda uma trama de fabricação do fato e das versões do judiciário e seus agentes. A disputa em torno da

²⁷ GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciários. In: *O Historiador e suas fontes*. PINKSKY, Carla Bassanezi (Org.); LUCA, Tania Regina de. São Paulo: Contexto, 2012, p. 127.

²⁸ FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo: 1880-1924*. São Paulo: EDUSP, 2014; CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Editora Unicamp, 2012; MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

²⁹ CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

³⁰ FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano...* op. cit.

³¹Ibidem, p. 30.

fabricação da verdade dos autos dos processos criminais, no fundo, com base na obra analisada, ressalta como as disputas do social (e entre os grupos) são apreendidas por esse tipo de material.

Uma das obras que mais inspiraram esta tese foi *Trabalho, lar e botequim*, de Sidney Chalhoub³². No prefácio da segunda edição do livro, o autor vincula sua pesquisa ao ambiente político da transição da Ditadura Militar para a Nova República, ressaltando que a retomada dos movimentos de massa abrangeu, academicamente, a tentativa de escrever a história dos trabalhadores não institucionalmente organizados. Dessa forma, a partir do uso de processos criminais como fontes históricas, alarga-se o campo de possibilidades de estudo, como a percepção das relações cotidianas fora do discurso institucionalmente articulado (como os partidos e sindicatos), o que, por sua vez, possibilita a compreensão de outras formas de consciência de classe.

No que se refere às questões de método, a obra elucidada demonstra que não é possível saber o que realmente aconteceu com os casos narrados nos autos dos processos criminais, mas pode-se tentar compreender as diferentes versões que os distintos grupos sociais apresentam a cada caso. Cabe ao historiador ousar desvendar essas diferentes versões produzidas, mostrar o que é conflitante, as leituras divergentes e as contradições presentes em qualquer ambiente social³³. Um outro elemento metodológico que se pode extrair da obra de Chalhoub seria a ideia de que todos os processos de transformações históricas que empreendem projetos de dominação de classe perpassam pelo controle de todas as esferas da vida, sendo o cotidiano um aspecto importante para criar uma disciplinarização e normatização da vida social³⁴.

Mariza Corrêa, na obra *Morte em família*³⁵, se utiliza, quase que exclusivamente, de processos criminais que têm como foco as tentativas e os homicídios entre homens e mulheres em suas relações afetivas, acabando por revelar as ideias sobre a mulher e os papéis sexuais em sociedade, tendo como recorte histórico-espacial os anos de 1950 a 1970 na cidade de Campinas-SP. No que se refere às aproximações metodológicas, a autora concebe os processos criminais como uma fábula, construída a partir de uma relação entre o fato criminal e a sua transcrição em processo criminal, que é mediado, por sua vez, pelos

³² CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim...* op. cit.

³³ Ibidem, p. 40-42.

³⁴ Ibidem, p. 53.

³⁵ CORRÊA, Mariza. *Morte em família..* op. cit.

“manipuladores técnicos”³⁶. A forma em que é construída a fábula de culpa e de inocência nos processos criminais, mediada pelos seus manipuladores técnicos, segue um conjunto de preceitos sociais no que se refere aos valores e às normas de conduta que foram transgredidas pelos julgados.

Outra grande contribuição metodológica para a tese, no que tange à análise dos processos criminais e demais arquivos do judiciário, são as obras *Meninas Perdidas*, de Martha de Abreu Esteves³⁷, e *Condição feminina e formas de violência*, de Rachel Soihet³⁸. Ambas dedicaram-se aos estudos dos papéis sexuais destinados às mulheres na sociedade carioca da Belle Époque, sendo assim, ambas acabam por utilizar os processos criminais não para saber sobre a verdade dos fatos, mas para a reconstrução dos sujeitos históricos envolvidos nos atos de violência, o que revela uma construção ideológica social (e do judiciário) sobre uma normatização social, sobretudo no que se refere ao papel e conduta das mulheres.

Soihet³⁹, além de processos criminais (de homicídio, infanticídio, aborto, ofensas físicas, desobediência e outros)⁴⁰ que envolviam mulheres, se utiliza de relatórios de polícia, jornais, obras literárias e teses de medicina da época para mapear o cotidiano da mulher pobre no Rio de Janeiro. Martha Esteves⁴¹ analisa como os processos criminais (de estupros, de agressões e defloramento de mulheres) revelam discursos sobre a sexualidade no Brasil na virada do séc. XIX para o séc. XX, mostrando as práticas e os esforços dos juízes em controlar, reprimir e criminalizar os comportamentos das classes populares, sobretudo com as mulheres. Além de dissecar os discursos do judiciário, a autora discute como tais ações e discursos entram em conflito com as práticas populares no cotidiano de suas relações afetivas, resistindo e questionando os modelos normatizadores das mulheres.

Um elemento que se pode inferir no que se refere ao método de análise dos processos criminais da autora é a argumentação de que em momentos de conflitos, os papéis e os valores relacionados ao comportamento, sobretudo o das mulheres, ficam mais explícitos. Martha

³⁶ CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 25.

³⁷ ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

³⁸ SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

³⁹ Idem.

⁴⁰ Ibidem, p. 11-12.

⁴¹ ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas...* op. cit.

Esteves⁴² argumenta que os crimes sexuais representam um momento de grande conflito entre as camadas populares, logo os processos de agressão, defloramento e estupro contra as mulheres acabam por expressar um conflito em que os valores morais emitidos pelo judiciário são antagônicos às circunstâncias de vida cotidiana, pois “a justiça e o pensamento jurídico não ficariam indiferentes à formação de trabalhadores em seu sentido moral e sexual”⁴³.

Mas, afinal, o que se pode concluir a partir das obras citadas e analisadas?⁴⁴ Seja observando os padrões, a regularidade a partir da quantificação para apreender as normas, os valores e as representações de comportamento a partir dos processos criminais (esses vistos como um “produto artesanal” manufaturado pelo judiciário)⁴⁵ ou como um fonte que alarga a possibilidade de captar o cotidiano dos trabalhadores para além dos espaços tradicionalmente organizados (partidos e sindicatos), capaz de perceber as distintas versões que mostram uma encruzilhada de muitas lutas e disputas sociais⁴⁶; ainda como uma “fábula” construída entre o crime e a sua transcrição em processo, que é mediado pelos “manipuladores técnicos do judiciário”⁴⁷ ou, por fim, por oferecer uma construção ideológica do judiciário de como seria uma normatização dos papéis exercidos pelos sujeitos históricos⁴⁸. Esses trabalhos visam entender como os processos de dominação de classe perpassam outras esferas da vida (os costumes, os valores morais e os papéis sexuais), vendo a criminalidade como um momento de adaptação ou resistência. Conforme se modificam as relações sociais capitalistas, modificam-se também os modelos e padrões de crimes, ou seja, os processos criminais refletem as transformações históricas sob prismas alternativos⁴⁹.

Assim, os processos criminais e os arquivos do judiciário podem servir como fonte para entender os valores e as normas estabelecidas por um certo tipo de sociedade, sobretudo

⁴² ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 25.

⁴³ Ibidem, p. 27.

⁴⁴ As obras analisadas anteriormente não compõem a totalidade de trabalhos consultados nessa pesquisa que se utilizam dos arquivos do judiciário como fontes históricas, como é o caso de: FRANCO, Maria S. de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997; ZENHA, Celeste. *As práticas da justiça no cotidiano da pobreza: um estudo sobre o amor, o trabalho e a riqueza através dos processos penais*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1984; MAGGIE, Yvonne. *O medo do feitiço – relações entre magia e poder na sociedade brasileira*. Tese de doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, 1988.

⁴⁵ FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano...* op. cit.

⁴⁶ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim...* op. cit.

⁴⁷ CORRÊA, Mariza. *Morte em família...* op. cit.

⁴⁸ ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas...* op. cit.; SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência...* op. cit.

⁴⁹ CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Conflitos verbais em uma cidade em transformação: justiça, cotidiano e os usos sociais da linguagem em Juiz de Fora (1854-1941)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

a partir da perspectiva (não inteiramente manipulada pelos agentes do judiciário) dos grupos sociais subalternos. Dessa forma, os processos seriam uma forma de recuperar certos elementos de discursos das classes populares que podem oferecer novas perspectivas e abordagens para o estudo de tais grupos. Em suma, pretende-se neste estudo revelar e captar cenas do cotidiano a partir desse tipo de documentação.

Como, a partir da perspectiva metodológica de análise de processos criminais e arquivos do judiciário, se pode aproximar o estudo da temática do cotidiano? Com base em Silvia Petersen⁵⁰, o cotidiano, tal como o uso dos processos criminais como fontes, entra em cena no Brasil nos anos de 1980, apresentando duas perspectivas alternativas para a história, pois, de um lado, estabelece uma noção de que outras formas de conhecimento (que não seja o conhecimento racional) são passíveis de investigação, como também mostra possibilidades de uma história de grandes sínteses, dos macro-objetos de investigação ou as explicações estruturais, mas voltando-se para o lado fragmentado, indeterminado e “irracional” do âmbito do cotidiano.

Petersen⁵¹ faz uma crítica a respeito da existência de múltiplos e difusos entendimentos do que seria a dimensão do cotidiano na história, sendo essa dimensão relegada a uma noção de “vida de todo o dia”, o que acaba fazendo com que o cotidiano seja uma dimensão genérica, cabendo somente uma mera descrição (o que a autora identifica como uma tendência ao empirismo e à narração), carecendo, sobretudo, de um campo teórico que o estabeleça como uma categoria de análise que ultrapasse a sua expressão fenomênica.

Ainda com base em Petersen⁵², apesar de um grande interesse pelo tema, não se desenvolveu paralelamente uma reflexão teórica do que seria a dimensão do cotidiano na história. Essa lacuna teórica se deve à não incorporação e crítica dos estudos do cotidiano realizados por autores, no campo marxista, como Henri Lefebvre, Karel Kosik e Ágnes Heller, como também de sociólogos como Michel Maffesoli e Alfred Schütz e de historiadores como Jacques Le Goff e Michel de Certeau.⁵³

Na historiografia brasileira, essa tendência reverbera em trabalhos que colocam o cotidiano em seu título, mas acabam por direcionar o eixo analítico para outros objetos. Há

⁵⁰ PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. *História & Perspectivas*. Uberlândia: EdUFU, 1992. p.25-44.

⁵¹ Ibidem, p. 25-44.

⁵² Ibidem, p. 25-44.

⁵³ Ibidem, p. 42-43.

também uma “pseudo-teorização” sobre o cotidiano, em que não há um esforço de abstração que vise ultrapassar a expressão fenomênica da cotidianidade, com uma nítida tendência ao empirismo e à narração. Por fim, existe a noção de que o cotidiano é somente o palco onde os conflitos ocorrem.⁵⁴ Nessa última categoria, se enquadraria Boris Fausto⁵⁵, em que:

[...] A ênfase do conteúdo, no entanto, é o crime, ficando o cotidiano reduzido ao espaço onde os crimes acontecem, uma dimensão subjacente, uma referência cujo conteúdo não é explicitado ao leitor, nem é objeto de qualquer observação específica e que me parece, afinal, não ter contribuído para a análise e compreensão da criminalidade.⁵⁶

Assim, “[...] o cotidiano não foi uma categoria explicativa nesse trabalho de Fausto; a vida de todos os dias é apenas o palco onde se situa seu objeto”⁵⁷. Porém, existem exemplos de trabalhos da historiografia brasileira que contemplam a temática do cotidiano como um objeto teórico. Chalhoub⁵⁸, ao se utilizar de processos criminais e tratar o cotidiano como um objeto de estudo (e não meramente a vida do dia-a-dia), abordou a conflituosa formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro pós-abolição, sobretudo a difusão de uma nova ideologia do trabalho a partir de um controle do cotidiano.

Maria Odila Leite, na obra *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*⁵⁹, analisa os papéis informais das mulheres (livres, forras ou escravas) para sobreviver fora das instituições formais de produção na cidade de São Paulo às vésperas da abolição. Na intenção de reconstruir os papéis sexuais femininos, sobretudo os das classes oprimidas, a autora visa relacionar esses elementos do cotidiano com o processo global de tensões e conflitos que compuseram a formação das relações sociais capitalistas de São Paulo em finais do século XIX.

Assim, apesar de não fazer uma reflexão teórica sobre o termo cotidiano, a autora o utiliza como seu objeto de pesquisa, tratando-o como um espaço de conflitos e relações de formação de classe (e de outros grupos marginalizados não presentes em outras abordagens históricas).

⁵⁴ PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Dilemas e desafios da historiografia brasileira...* op cit, p. 39.

⁵⁵ FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano...* op. cit.

⁵⁶ PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Dilemas e desafios da historiografia brasileira...* op. cit. p. 30.

⁵⁷ Ibidem, p. 31.

⁵⁸ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim...* op. cit.

⁵⁹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo do século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

Sempre relegado ao terreno das rotinas obscuras, o quotidiano tem se revelado na história social como área de improvisação de papéis informais, novos e de potencialidade de conflitos e confrontos, em que se multiplicam formas peculiares de resistência e luta. Trata-se de reavaliar o político no campo da história social do dia-a-dia [...] de elos e intermediações do sistema de poder, que revela toda uma organização de solidariedade de vizinhança, de resistência, herética, contestadora, silenciosa e pertinaz [...].⁶⁰

Dessa forma, o cotidiano se mostra como um campo de tensões sociais, de processos de dominação e de resistência, abrindo um campo de possibilidades de análise daqueles grupos sociais que são marginalizados do poder, das estruturas administrativas e das relações de produção formalmente reconhecidas, sendo o recorte da autora o espaço social da mulher nesse ambiente.

Da mesma forma, Maria Decca, na obra *A vida fora das fábricas*⁶¹, também se utiliza do cotidiano como objeto de estudo, identificando-o com as formas de viver para além do espaço produtivo formal das fábricas. Nas palavras da autora:

Pretende contribuir para o conhecimento das condições concretas de existência dos trabalhadores fora da esfera da produção num período e local determinados. Por outro lado, busca apreender como a vida operário, em vários de seus aspectos, se constituiu a partir da prática de diferentes grupos históricos e grupos sociais [...].⁶²

O que todas essas obras têm em comum é que, além do cotidiano ser o objeto de análise e investigação, as transformações históricas são demonstradas no âmbito do cotidiano e tais tramas que se desenvolvem acabam por colocar novas questões ao conhecimento histórico cristalizado. Como ressalta Petersen:

Nestes autores, portanto, o cotidiano é considerado local de algumas práticas de dominação e do exercício de mecanismos disciplinares e de algumas dimensões da luta de classes, da resistência organizada, de confronto com o sistema, da criação de papéis informais e redes de solidariedade. Assim, atribui-se um *caráter político* à vida cotidiana. Além disso, o cotidiano é uma categoria que expressa para os autores um *conjunto de relações e práticas significativas para a explicação dos objetos que trabalham* e, desta forma, possui uma função de *instrumental analítico*.⁶³

⁶⁰ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo do século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 14-15.

⁶¹ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas. Cotidiano operário em São Paulo. 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁶² Ibidem, p. 11-12.

⁶³ PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Dilemas e desafios da historiografia brasileira...* op. cit. p. 32.

Dessa forma, mesmo que os três autores não tenham feito uma delimitação teórica do que seria o cotidiano, o mesmo é tratado como um *instrumental analítico*, como um objeto central e não marginal do texto, que não é esvaziado por outros objetos adjacentes. Nas obras elucidadas acima, o cotidiano não é um conceito, um construto teórico ou uma categoria isolada da totalidade das relações sociais, pois as cenas do cotidiano que esses autores evocam estão remetidas a uma generalidade histórica.

Maria Izilda Santos de Matos (2002), na obra *Cotidiano e cidade*⁶⁴, busca trazer a significação do político no âmbito do cotidiano, no qual se desenrolam múltiplas relações de poder. A autora também se utiliza do cotidiano como um *instrumental analítico*, sendo não somente o seu objeto, mas foco de sua discussão metodológica. Além de ousar trazer a politização do cotidiano, ela faz uma “reinvenção da totalidade dentro do limite do objeto pesquisado”⁶⁵. Uma outra contribuição metodológica a partir da obra de Matos⁶⁶ é a noção de “cotidiano porta adentro”, que pode servir de aporte para analisar as relações entre criadas e patroas, de familiares, agregados e vizinhos que mesclam relações entre o público e o privado.

Nesse sentido, o cotidiano é muito mais do que um conceito finalizado, é uma categoria de análise aberta e inacabada, pois a sua análise permite vislumbrar o reordenamento inteligível das vidas humanas. Para o marxismo vulgar, a vida cotidiana não é uma dimensão digna de estudo, pois, por um lado, o cotidiano como objeto acabaria por dissolver certas leituras estruturalistas de conceitos totalizantes, impossível de se enquadrar em rígidas estruturas. O seu estudo implica uma gama de contradições complexas inerentes ao seu conteúdo, ele pode ser tanto um espaço do acaso e do inesperado como um palco de insurreição e transformação social⁶⁷.

Para além de uma esfera de controle do Estado Capitalista, o cotidiano compreende o dado sensível, o vivido – e como é interpretado e formulado –, os comportamentos, as subjetividades e as representações. Ao mesmo tempo, o cotidiano remete a uma característica específica da totalidade, que a desestrutura conforme seus movimentos, ou seja, ele questiona

⁶⁴ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: EDUSC, 2002.

⁶⁵ Ibidem, p. 9.

⁶⁶ Ibidem, p. 9.

⁶⁷ CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social. In: NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo: Cortez, 2012. p. 13-61.

e reformula, em seu desenvolvimento, a totalidade histórica. Por fim, a dimensão da vida cotidiana pode ser entendida como um dos dínamos das transformações na sociedade⁶⁸.

Não existe vida humana sem o cotidiano. Ele está presente em todas as esferas da vida do indivíduo, não somente no trabalho, mas na vida familiar, no lazer e em outros espaços. Tendo em vista que é algo inerente à vida humana, as transformações históricas e sociais redimensionam, constantemente, o seu conteúdo e forma. Da mesma forma que em cada época histórica os ritmos e regularidades da vida cotidiana se modificam, ela também se distingue conforme os grupos ou classes sociais nos quais os indivíduos se organizam e aos quais pertencem. Dessa forma, a vida cotidiana é heterogênea e hierárquica, a sua esfera é aquela em que o homem se materializa, o mundo imediato dos sujeitos históricos. Em tal dimensão, o indivíduo se reproduz socialmente e ressignifica a totalidade das relações sociais, ou seja, é na vida cotidiana que o sujeito apreende as relações sociais e as reproduz como estratégia e negociação de sua sobrevivência⁶⁹.

Ágnes Heller argumenta que “a vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social”⁷⁰. As “grandes ações não cotidianas que são contadas nos livros de história partem da vida cotidiana e a ela retornam”⁷¹ e “toda grande façanha histórica concreta torna-se particular e histórica precisamente graças a seu posterior efeito na cotidianidade”⁷². Assim, “o que assimila a cotidianidade de sua época assimila também, com isso, o passado da humanidade, embora tal assimilação possa não ser consciente, mas apenas ‘em si’”⁷³.

Em suma, com base nas obras estudadas, pode-se afirmar que não cabe a esse trabalho analisar, em um campo filosófico, se o cotidiano realmente existe ou em que consiste suas dimensões psicológicas e sociais, mas de tratá-lo como um campo de luta política e de disputas sociais, sobretudo, usá-lo como crítica ou ponto de vista alternativo acerca da formação histórica de Goiânia. Assim, o contemplar não somente como um campo de análise, como uma descrição empírica e fenomênica da “vida do dia a dia”; também não apenas como um palco onde os conflitos (ou crimes) se inserem, mas como um campo de disputa social

⁶⁸ CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social. In: NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. *Cotidiano...op cit*, p. 21.

⁶⁹ Ibidem, p. 25.

⁷⁰ HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 19-20.

⁷¹ Ibidem, p. 20.

⁷² Ibidem, p.20.

⁷³ Ibidem, p. 20.

entre diversas classes e grupos, um campo que sente, experimenta, resiste e formula modos de vida e interpretações do vivido que não se encontram isolados face às transformações históricas.

Conforme desdobravam-se as reflexões acerca do uso do cotidiano como objeto de estudo histórico, foram realizadas, paralelamente, leituras sobre a produção historiográfica de Goiânia. Com isso, a partir de cada obra analisada, percebe-se a presença do cotidiano ou, meramente, dos trabalhadores das obras e pessoas que experimentaram os primeiros anos na capital goiana. A partir da crítica historiográfica e bibliográfica foi notado que a dimensão da vida cotidiana não foi inteiramente absorvida e, quando estudada, foi tratada como uma “nota de rodapé” ou então diluída em um subcapítulo isolado em um corpo de uma dissertação ou tese. Frente a isso, ao tentar responder à problematização elencada, se faz necessário um debate com a historiografia tradicional e com as visões consagradas sobre a história da cidade, não somente para preencher as “lacunas”, mas para avançar em outros aspectos ainda não abordados na historiografia.

Por esse ângulo, identificou-se quatro momentos importantes, entre 1942 e 2013, de modelos interpretativos distintos presentes na produção historiográfica sobre Goiânia, os quais cabe aqui assinalar: em um primeiro momento, os livros publicados, especificamente as duas primeiras edições comemorativas da história da cidade que, além de realizarem uma compilação de documentos públicos da transferência e construção da nova capital, revelam os discursos que deram o tom da história oficial da fundação da cidade⁷⁴. Essas obras apontam alguns padrões em que, a cada discurso transcrito, a cada relatório redigido e a cada documento emitido, há a constante presença das noções de nação, modernidade e sertão. Esses elementos aparecem em Getúlio Vargas como um projeto de nacionalidade vinculado ao desenvolvimento capitalista da região central do Brasil, propulsionada pela Marcha para o Oeste, tendo Goiânia como uma alavancas para o desenvolvimento econômico dessa região e do norte do país. Em Pedro Ludovico, interventor do estado de Goiás nomeado por Vargas, os ideais de nacionalidade e modernidade estão vinculados a uma nova gestão política do estado personalizado em sua figura, o que expressaria uma nova tendência de crescimento, retiraria Goiás do atraso e do isolamento – do sertão como a fronteira a ser domada para o

⁷⁴ Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938; IBGE. *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942; JUNIOR, Oscar Sabino. *Goiânia documentada*. São Paulo: Edigraf, 1960.

desenvolvimento – com o surgimento de uma nova cidade, uma nova capital, que ligaria o estado aos grandes centros econômicos e políticos do Brasil.

A segunda perspectiva identificada na produção intelectual acerca da formação histórica de Goiânia consiste em entendê-la a partir de seu viés político-institucional. Observou-se uma nítida influência dos documentos e dos relatórios públicos da transferência da cidade na análise de tal geração de historiadores, o que reverberou uma tendência de olhar a história de Goiânia a partir da construção de suas instituições e, principalmente, na consolidação da memória histórica de liderança e pioneirismo em torno de Pedro Ludovico, o interventor indicado por Vargas que conduziu o processo de transferência da capital de Goiás.

A partir da pesquisa de publicações sobre a história da construção de Goiânia, constatou-se que foi a partir dos anos de 1970 que surgiu uma produção intelectual de cunho acadêmico sobre a cidade. A obra da aludida década que se teve contato foi *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*⁷⁵, de Luís Palacín, publicada em 1976. A obra em questão tem um nítido teor politicista e acaba por reproduzir a versão histórica propagada pelos documentos oficiais ao analisar a formação da cidade somente pelo viés político-institucional, na medida em que não oferece espaço para ponderar outros fatores e elementos que envolveram a construção da capital. Além do viés estritamente político, a obra acaba por cair em uma noção positivista linear da história enquanto uma sucessão factual de episódios políticos que só envolvem os seus grandes líderes.

No fim dos anos de 1980 foi publicada uma importante obra que gerou um forte impacto para a sociologia voltada aos estudos sobre Goiás: a tese de doutorado de Francisco Itami Campos, na USP, intitulada *Coronelismo em Goiás*⁷⁶. Essa obra inaugura uma perspectiva bastante presente nas análises sobre a fundação da capital, segundo a qual a sua concretização foi pautada como uma estratégia de poder no ambiente histórico da Revolução de 1930, em Goiás. O aludido sociólogo acabou por legitimar uma perspectiva da história política da fundação de Goiânia que perpassou as disputas e conflitos entre as oligarquias em torno da gestão política do estado de Goiás, sobretudo no ambiente político da Revolução de 1930. Para o autor, tal revolução acentuou o conflito entre os grupos oligárquicos tradicionalmente liderados pelos Caiado, que estavam presentes no centro-norte do estado,

⁷⁵ PALACÍN, Luís. *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1976.

⁷⁶ CAMPOS, Itami Francisco. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1987.

com os grupos oligárquicos dissidentes do sul e sudoeste do estado. Essa ideia de que a mudança da capital foi uma estratégia de poder, a qual gerou uma profunda influência na historiografia, ficou mais nítida no artigo *Mudança da capital: uma estratégia de poder*⁷⁷, presente na obra *Goiânia: cidade pensada*, organizada por Tarcísio Rodrigues Botelho e publicada em 2008.

A obra de maior impacto, no que se refere aos estudos dos trâmites político-institucionais sobre a construção e transferência da nova capital, é *A construção de Goiânia e a transferência da capital*⁷⁸, de autoria de Nasr Fayad Chaul, uma das primeiras dissertações sobre o tema publicadas no curso de Mestrado em História da UFG (Universidade Federal de Goiás). O livro de Chaul⁷⁹ é um dos mais completos no que se refere a uma narrativa do processo político de construção da cidade, bem como foi uma importante inspiração para esta tese, pois, ao abordar tão detalhadamente a transferência da capital e a construção de Goiânia – fazendo uma síntese bem elaborada das duas noções que prevaleciam na narrativa da história de Goiânia: tanto um projeto político quanto um momento de expansão das relações sociais capitalistas –, o autor dedica somente um subcapítulo para tratar dos trabalhadores nas obras de construção da cidade.

De certa forma, essa lacuna acabou servindo de inspiração para tecer uma tese que tem como objeto de estudo a vida cotidiana na formação de Goiânia, entendendo que o desenvolvimento da cidade não se deu somente em suas obras iniciais e que há uma formação de sociabilidade que dá um contorno humano às estruturas nas primeiras décadas de seu surgimento.

Em obra posterior, *Os caminhos de Goiás*⁸⁰, que se trata de uma tese de doutoramento na USP (Universidade de São Paulo), Chaul retoma o tema da construção da nova capital, porém de forma secundarizada. A sua intenção é questionar o conceito de decadência, relacionando-o aos conceitos de modernidade, progresso e desenvolvimento que paralelamente se faziam presentes nos discursos dos governantes e que foram retomados pelos historiadores. Essa noção histórica que demonstra a construção de Goiânia como um reflexo dos conflitos entre grupos oligárquicos, sobretudo a ascensão econômica (e não

⁷⁷ CAMPOS, Francisco Itami. *Mudança da capital: uma estratégia de poder*. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Goiânia: cidade pensada*. Goiânia: Editora UFG, 2002.

⁷⁸ CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: CEGRAF UFG, 1988.

⁷⁹ Ibidem.

⁸⁰ CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora da UFG, 2010.

política) das oligarquias do sul e sudoeste de estado, já estava presente desde os anos de 1980, com a obra de Itami Campos⁸¹. Porém, a perspectiva acima apresentada revela um embasamento historiográfico mais rico em detalhes, como também renova a discussão ao inserir o debate em torno da noção de modernidade. Uma outra tese válida do autor é a de que a noção de decadência – tão reproduzida por viajantes europeus na virada do século XVIII e no século XIX, como também difundida por gerações de historiadores no momento de crise da mineração – foi transsubstanciada para a noção de atraso. Os grupos oligárquicos dissidentes (profissionais liberais ou fazendeiros que não se dedicavam exclusivamente à pecuária) construíram a noção de desenvolvimento em contraposição à noção de progresso e prosperidade, a fim de aliar Goiás aos preceitos da Revolução de 1930.

Ainda nos anos de 1980, dois trabalhos valem ser mencionados por reproduzir a tendência de analisar a história de Goiânia sob o aspecto político-institucional. No que se refere exclusivamente ao enaltecimento à figura de Pedro Ludovico, cabe destacar o livro *Goiânia: a saga dos pioneiros*⁸², da professora Armênia Pinto de Souza, que o trata como um desbravador e pioneiro, sendo esse o centro de sua narrativa. Entretanto, mesmo identificando alguns elementos do cotidiano, acaba meramente por tratá-los de forma descriptiva, não os problematizando, considerando o cotidiano a mera ilustração de uma grande narrativa com base no pioneiro central da cidade: Pedro Ludovico. O outro livro, de cunho literário e de pouca pesquisa documental, é *A vida de Pedro Ludovico*⁸³, de José Mendonça Teles, em que se confirma que a tese de pioneirismo de Pedro Ludovico ainda se arrastava na produção intelectual dos anos de 1990. Ao contrário das outras obras elucidadas, o autor busca tecer um perfil do estadista goiano a partir dos elementos íntimos da sua vida. Assim, elabora uma narrativa na qual o seu maior esforço de vida foi a construção de Goiânia, sendo também o seu maior êxito político.

O livro *História de Goiás*⁸⁴, de Luís Palacín e Maria Augusta Sant'Ana Moraes, também publicado nos anos de 1990, apresenta de forma didática e superficial a composição histórica do estado de Goiás, desde o período da mineração no século XVIII até um balanço político-econômico de 1940 a 1970. Apesar de ser uma publicação que busca analisar dois séculos de história de Goiás em apenas uma centena de páginas, o livro apresenta um esforço

⁸¹ CAMPOS, Itami Francisco. *Coronelismo em Goiás...* op. cit.

⁸² SOUZA, Armênia Pinto de. *Goiânia: a saga dos pioneiros*. Goiânia: Gráfica Oliveira, 1986.

⁸³ TELES, José Mendonça. *A vida de Pedro Ludovico*. Goiânia: Kelps, 1992.

⁸⁴ PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. *História de Goiás*. Goiânia: Editora da UCG, 1994.

de síntese historiográfica e documental. No que tange à construção de Goiânia, apresenta a mesma tese levantada nos anos de 1970 e 1980, a saber, de que a Revolução de 1930 foi algo transplantado e importante, tendo em vista o baixo desenvolvimento urbano e demográfico do estado de Goiás, advindo do baixo desenvolvimento de uma classe média e de uma classe operária.

Ainda considerando os trabalhos acadêmicos, vale mencionar duas teses importantes defendidas na Faculdade de História da UFG que serviram de subsídio para entender os desdobramentos dos aspectos político-institucionais para o estudo da formação de Goiânia e Goiás na primeira metade do século XX. A primeira tese, *Pedro Ludovico x Antônio (Totó) Ramos Caiado: Memórias, ressentimentos, esquecimentos e silêncios (1930-1970)*, de Marilena Julimar Fernandes⁸⁵, fruto de uma admirável pesquisa empírica em jornais, diários, discursos, biografias, relatos e outros, busca compreender as disputas políticas entre Ludovico e Caiado no momento da Revolução de 1930, passando pela construção de Goiânia até a morte de Ludovico, analisando essas disputas a partir das noções de memória, sentimento/ressentimento, esquecimento e silêncio.

A tese de Fernandes⁸⁶ é proveitosa para esta pesquisa por avançar em alguns elementos da história política ou das estruturas administrativas acerca da cidade. Porém, cabe ressaltar, por mais que o progresso da autora ao abordar outros elementos da disputa política entre Ludovico e os Caiado seja proveitoso, ao mostrar outra perspectiva política da transferência da capital e como a mesma possibilitou a criação do mito de Pedro Ludovico, a tese ainda aborda a construção da cidade somente a partir dos discursos dominantes, reproduzindo a versão da formação de Goiânia somente por cima, ou seja, as estruturas administrativas e políticas, a personalização dos grandes processos históricos, sem levar em conta outros sujeitos que participaram da constituição da nova capital. Assim, a autora problematiza com a historiografia e avança no que se refere a uma interpretação alternativa da Revolução de 1930 e das disputas das oligarquias em torno da memória histórica de Goiás e da transferência da capital, mas acaba por reproduzir a história da formação de Goiânia a partir do prisma político-institucional.

Uma outra tese importante para se entender a noção de Goiânia pelo aspecto político-institucional é a de Rildo Bento, *A história não perdoa os fracos: o processo de construção*

⁸⁵FERNANDES, Marilena Julimar Ap. *Pedro Ludovico Teixeira x Antônio (Totó) Ramos Caiado: Memórias, ressentimentos, esquecimentos e silêncios (1930-1970)*. Tese de Doutorado. Goiânia: UFG, 2013.

⁸⁶ Idem.

mítica de Pedro Ludovico⁸⁷, defendida na Faculdade de História da UFG em 2015. O autor busca identificar como foi o processo de construção do mito em torno da figura de Pedro Ludovico, bem como os seus reflexos na memória histórica de Goiânia e do estado de Goiás. Apesar de o autor mapear o processo de fundação mítica, pouco problematiza a memória histórica vigente construída pela historiografia, tampouco faz uma crítica mais nítida dos documentos oficiais e pessoais acerca da intenção de construção do mesmo mito. Um exemplo disso é a biografia traçada de Ludovico na introdução de sua tese, onde é narrado, de modo linear e, de certa forma, anacrônico, o grande papel do interventor na historiografia, acabando por reproduzir a imagem do *self-made man*, ou seja, o homem que emerge por próprio mérito, fruto de seu esforço.

Goiânia vista pelo viés político-institucional (o viés das grandes personalidades políticas, das estruturas e disputas de poder, que geralmente criou uma narrativa histórica linear sobre o processo de formação da cidade) foi o tema de maior recorrência entre as produções intelectuais e da historiografia. Um outro elemento que cabe ser elucidado é como diversos intelectuais, pesquisadores, historiadores, literatos, sociólogos e cientistas políticos acabaram por reproduzir e pouco questionar os discursos presentes nas fontes oficiais, mostrando somente uma perspectiva histórica cristalizada acerca da formação de Goiânia.

A despeito do avanço de muitos pesquisadores no estudo da figura mítica de Pedro Ludovico como o fio condutor de todo esse processo de transferência da capital, seja pelos aspectos da memória, seja pelo silenciamento que exerceu sobre os seus oponentes, não foi feita uma crítica à sua imagem, muito menos demonstrou-se os projetos alternativos, reproduzindo uma visão da história, de certa forma, consolidada e cristalizada e não como um campo de possibilidades aberto a múltiplas interpretações. Desse modo, além da obra de Chaul⁸⁸, na qual outros sujeitos históricos emergem em um subcapítulo, os trabalhadores não figuram no processo de construção da nova capital.

A terceira tendência identificada relaciona a fundação da nova capital goiana com o processo de expansão capitalista do início do século XX. Goiânia, nessa perspectiva, não se apresenta diretamente como o objeto de pesquisa, sendo então subsidiária à noção de que a expansão das relações capitalistas no Brasil, a partir da industrialização do sudeste, necessitava de zonas de consumo e, principalmente, de produção de produtos primários, para

⁸⁷ SOUZA, Rildo Bento de. “*A história não perdoa os fracos*”: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira. Tese de Doutorado. Goiânia: UFG, 2015.

⁸⁸ CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital...* op. cit.

então abastecer as suas economias. Tudo isso, no calor da Revolução de 1930 e na Marcha para o Oeste, trouxe a possibilidade de expansão para o centro do país. Nessa argumentação, Goiânia surge como um ponto de transição ou de irradiação da expansão capitalista para o estado de Goiás, carregando a noção de que a cidade e a região se encontravam na periferia do sistema capitalista, de modo que a transferência da capital seria um momento de dinamização desse processo histórico.

As duas obras que expressam esse posicionamento são *Revolução de 30 em Goiás*⁸⁹, de Ana Lúcia da Silva, e *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960*, de Barsanufo Gomides Borges.⁹⁰ Pode-se dizer que a obra de Silva⁹¹ inaugura a noção de Goiânia como fruto das expansões das relações capitalistas no estado de Goiás e que é nitidamente de inspiração marxista, pois trata a Revolução de 30 de forma particular ao ambiente material do estado. A autora inaugura a noção, tão difundida pela historiografia, de que a Revolução de 1930 não se operou a partir de uma disputa entre camadas médias, proletários urbanos e burguesia, mas foi um movimento político que teve como eixo condutor as oligarquias dissidentes do projeto político dos Caiado.

Nesse ponto, ao analisar a fundação de Goiânia pelo viés econômico, ou seja, da nova capital como uma etapa do desenvolvimento econômico do estado de Goiás, ou então, um momento de adequação e irradiação das relações capitalistas, não se pode deixar de considerar e mediar a importância da obra do historiador Barsanufo Gomides Borges, sobretudo no que se refere ao livro *Goiás nos quadros da economia nacional (1930-1960)*⁹². A obra elucidada pode dar mais pistas importantes sobre o recorte temporal desse trabalho, pois analisa o momento de crise da ferrovia, da criação de novas fronteiras agrícolas, do deslocamento territorial, do modal de transporte (a partir dos anos de 1930 com a construção de Goiânia) e do eixo do desenvolvimento econômico do estado de Goiás. Goiânia, nessa obra, aparece como um dínamo da expansão das relações capitalistas rumo ao centro do Brasil.

Mesmo que as perspectivas que analisaram a cidade pelo seu viés político-institucional ou como um projeto de integração econômica que visava a expansão das relações sociais capitalistas fossem preponderantes, dos anos de 1970 até o início dos anos

⁸⁹ SILVA, Ana Lúcia da. *A revolução de 30 em Goiás*. Goiânia: Cânone Editorial e AGEPEL, 2001.

⁹⁰ BORGES, Barsanufo Gomides. *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960*. Goiânia: CEGRAF-UFG, 2000.

⁹¹ SILVA, Ana Lúcia da. *A revolução de 30 em Goiás...* op. cit.

⁹² BORGES, Barsanufo Gomides. *Goiás nos quadros da economia nacional...* op. cit.

2000, outros problemas, abordagens e objetos também foram explorados pela historiografia e outros ramos de produção intelectual, como pôde ser identificado.

Nessa perspectiva, cabe destacar a produção intelectual de Cristiano Pereira Alencar Arrais, o qual, tanto em sua dissertação quanto em sua tese, buscou entender Goiânia e a sua construção à luz de noções como as de “identidade”, “momento de fronteira”, “representação” e “mobilização do tempo”⁹³. Além dos trabalhos já analisados, a tese de Wilton de Araújo Medeiros também se propõe à tarefa de lançar novos olhares teóricos sobre a história política de Goiânia, concatenar outros elementos da disputa política ou do seu fazer, cujo ponto de partida é a figura de Pedro Ludovico. Entretanto, o autor avança ao analisar a sua trajetória política para além dos meandros político-institucionais: a partir de um esquema temático e metafórico que segue a lógica explicativa entre o sonho, a vigília e a despertar que configurou a formação da cidade de Goiânia⁹⁴. Um outro estudo que merece destaque e que se insere na demanda de novos constructos teóricos para reavaliar a história de Goiânia é a dissertação de Raquel Simão Victoi, intitulada *Cidade polissêmica: diálogos interdisciplinares sobre a cidade de Goiânia*⁹⁵. A autora busca analisar a história da cidade a partir do diálogo com a história urbana, o tema de sua pesquisa, mas vinculando ao seu campo de análise os trabalhos realizados na área de história, geografia e arquitetura, o que leva, então, a uma abordagem interdisciplinar dos estudos urbanos sobre a cidade.

A partir dos quatro trabalhos discorridos e analisados acima, quais críticas podem ser endereçadas a tais perspectivas sobre a fundação da cidade de Goiânia? Em um primeiro momento, esses estudos representam uma maior preocupação em criar um elaborado constructo teórico para então analisar as fontes e a processualidade histórica de seus respectivos objetos de pesquisa. Entretanto, o que se indica nessas perspectivas é que há uma certa separação entre uma teoria da história e o processo histórico.

Dessa forma, os conceitos surgem muito mais segundo a vontade do pesquisador do que a partir de testes e articulações com as suas fontes. A possibilidade e a validade de

⁹³ ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar. *Cidades e identidades de fronteira: um estudo sobre a construção de Goiânia a partir do conceito de momento de fronteira*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2003; ARRAIS, Cristiano Alencar. *Projeções urbanas: um estudo sobre as formas de representação e mobilização do tempo na construção de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

⁹⁴ MEDEIROS, Wilton de Araújo. *Goiânia metrópole: sonho, vigília e despertar (1933/1973)*. Tese de Doutorado. Goiânia: UFG, 2010.

⁹⁵ VICTOI, Raquel Simão. *Cidade polissêmica: diálogos interdisciplinares sobre a cidade de Goiânia*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2013.

tais conceitos para o processo histórico devem ser avaliadas para que as fontes não sejam forjadas à luz dos conceitos e não o inverso. Assim, para ressaltar esse aspecto, a história emerge subsumida por um discurso teórico, a teoria não parece estar em consonância com as fontes. Em razão disso, tais pesquisas acabam exercendo uma certa visão sociológica da história, pois destrinham um tema, alternando-se em temporalidades de localidades distintas, não se preocupando com a processualidade histórica de seu objeto, mas somente com o debate teórico tematizado. Dessa maneira, essa perspectiva acaba por construir uma grande narrativa teórica para uma autolegitimação do historiador-filósofo, sinalizando um certo ranço/vestígio do positivismo.

Conforme o horizonte interpretativo se expandiu e múltiplos objetos surgiram ao pesquisar a formação histórica da cidade de Goiânia, o interesse em estudar os aspectos arquitetônicos, como também o patrimônio e o planejamento urbano começou a ficar evidente na publicação de livros e artigos, assim como na defesa de diversas teses e dissertações. No que tange a preocupação de pesquisadores acerca da arquitetura e do patrimônio da capital goiana, vê-se a intenção de destrinchar o projeto original da cidade⁹⁶ e o seu principal arquiteto⁹⁷, bem como a constituição do patrimônio histórico do núcleo pioneiro da nova capital⁹⁸. Um dos aspectos mais relevantes inserido na expansão dos objetos nas produções intelectuais a partir dos anos 2000 em torno da formação de Goiânia é a abordagem das múltiplas linguagens das fontes, na intenção de problematizar uma perspectiva alternativa ao que já estava consolidado na historiografia. Fontes, objetos e problemas passaram a ser interpretados a partir dos processos criminais⁹⁹, da fotografia¹⁰⁰,

⁹⁶ DAHER, Tânia. *O projeto original de Goiânia*. Revista UFG, ano XI, n° 6. Goiânia: Editora da UFG, 2009.

⁹⁷ DINIZ, Anamaria. *Goiânia de Atilio Corrêa Lima (1932-1935)*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2007.

⁹⁸ ARAÚJO, Márcia de. *Núcleo pioneiro de Goiânia: um patrimônio inteligível?* Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2008.

⁹⁹ SILVA, André Costa Aciole da. *As fontes judiciais no estudo de mulheres transgressoras em Goiânia*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2004.

¹⁰⁰ MONTEIRO, Rosana Horio. *A fotografia em Goiânia nas primeiras décadas do século XX*. Goiânia: Editora da UFG, 2008; TITO, Keith Valéria. *Memória e identidade de um bairro: Campinas sob as lentes de Hélio de Oliveira*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2008.

do rádio¹⁰¹, da literatura¹⁰², da arquitetura das moradias¹⁰³, de festas populares¹⁰⁴, o que apresenta interessantes perspectivas que não se pode deixar de fora da discussão em torno da produção intelectual sobre Goiânia.

Seguindo uma temporalidade, a fim de mapear os diversos usos das fontes e suas perspectivas históricas, vale o destaque, de suma importância para esse debate, para a dissertação de André Costa Aciole da Silva, intitulada *As fontes judiciais no estudo de mulheres transgressor as em Goiânia*¹⁰⁵, em que se faz um recorte sobre as fontes jurídicas das mulheres transgressor as na capital, de sua fundação até os anos de 1960 (sendo a maioria dos anos de 1950). É necessário pontuar que essa dissertação foi a única coletada que se utiliza dos arquivos do judiciário como fontes históricas.

Mesmo com a expansão de objetos e fontes sobre a formação histórica de Goiânia, o cotidiano pouco foi explorado pelos pesquisadores. Ao ter em vista a compreensão sobre o cotidiano, uma publicação de suma importância para esta pesquisa, que também serviu como uma fonte de investigação para quase todos os trabalhos que estudaram esse assunto aqui discutido, foi a da CECUP (Centro de Estudos da Cultura Popular). Em uma edição comemorativa dos cinquenta e quatro anos de fundação da cidade de Goiânia, na intenção de demonstrar outras perspectivas da construção da cidade, o documento busca, como na primeira parte do caderno, analisar as condições de vida e de trabalho de trabalhadores de diversas categorias. Essa publicação compõe um resultado parcial do projeto do CECUP chamado “Memória Social de Trabalhadores na Construção de Goiânia”.

Ao coligir os depoimentos de trabalhadores a respeito de suas experiências nos momentos iniciais da formação de Goiânia, os autores têm como objeto o estudo da memória, os processos de rememoração, as lembranças fragmentadas e silenciadas, que tecem um rico e raro material das classes populares da cidade. A partir dos discursos dos entrevistados, o trabalho tem como divisão temática cinco eixos interpretativos: atração de formação da força

¹⁰¹ MARQUES, Edmilson Ferreira. *A história do rádio em Goiás (1942-1947)*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2009.

¹⁰² ABREU, Clarismar Gomes. *História e literatura na cidade de Chão Vermelho*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2010.

¹⁰³ NETO, Eurípedes Afonso. *Goiânia casa moderna. 1950. 1960. 1970*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2010.

¹⁰⁴ SOUSA, Luciana Pereira. *Congadas de Goiânia: história, memória e identidades negras (1940-1990)*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2016.

¹⁰⁵ SILVA, André Costa Aciole da. *As fontes judiciais no estudo de mulheres transgressor as em Goiânia... op. cit.*

de trabalho urbana; formalização das relações de trabalho e condições de vida; condições de habitação; formação da burguesia urbana e a visão da cidade e condições de vida atual.¹⁰⁶

A primeira pesquisa encontrada que também se utilizou dos resultados obtidos pela CECUP e que tem no cotidiano um objeto de estudo para se analisar a história de Goiânia é a dissertação em Ciências Políticas na PUC-SP intitulada *Construtores de Goiânia: o cotidiano e o mundo do trabalho*, de autoria de Genilda d'Arc Bernardes¹⁰⁷, que observa o cotidiano dos trabalhadores da construção civil de Goiânia até o momento de inauguração da cidade. Para isso, a autora lançou mão de entrevistas com os próprios trabalhadores, realizadas em 1989, e com base nos relatos tece a sua dissertação a partir das condições de vida desses sujeitos. Nesse sentido, a partir da dissertação de Bernardes¹⁰⁸, pode-se abstrair uma noção alternativa a respeito da edificação da cidade já apresentada, evidenciada pelas dificuldades da sua construção, do controle do trabalho e manipulação dos salários dos trabalhadores – como os recorrentes atrasos, o parcelamento do pagamento, o sistema de vales, bem como a dinâmica com agiotas que assediavam os parcos ganhos dos operários da construção. Esses elementos são de suma importância para traçar algumas inferências sobre os modos de vida dos trabalhadores nas primeiras décadas da nova capital.

Um outro trabalho relevante para o estudo do cotidiano de Goiânia é a dissertação de mestrado em história *Migrações para Goiânia – os nordestinos (1930-1970)*, de Eleuzenira Maria de Menezes¹⁰⁹. A autora analisa os aspectos históricos da construção de Goiânia a partir dos fluxos migratórios vividos na capital, do início de sua construção até os anos de 1970, partindo do pressuposto de que a cidade viveu dois fluxos migratórios: a elite (idealizadora do projeto) e os trabalhadores (construtores da cidade). Dentro desse universo migratório de trabalhadores que vieram para as obras da cidade, a autora destaca os operários nordestinos.

Com base nas entrevistas e depoimentos dos migrantes – concebidos pela autora como pioneiros –, a pesquisa busca como aporte o debate sobre memória, para então mostrar outras formas alternativas vividas pelos construtores. Ao mesmo tempo, Menezes¹¹⁰ argumenta que

¹⁰⁶ Ibidem, p. 9.

¹⁰⁷ BERNARDES, Genilda d'Arc. *Construtores de Goiânia: o cotidiano e o mundo do trabalho*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1989.

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ MENEZES, Eleuzenira Maria de. *Migrações para Goiânia – Os nordestinos (1930-1970)*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2004.

¹¹⁰ Ibidem, p. 58.

mesmo excluídos da grande memória histórica sobre a capital, as trajetórias dos trabalhadores acabaram por contribuir para sua formação. Assim, a partir da análise da dissertação de Menezes¹¹¹, percebe-se um outro prisma em relação à construção de Goiânia a partir dos relatos de tais pioneiros.

Ainda entre os anos 2000 e 2010, pode-se destacar um outro estudo sobre o cotidiano dos trabalhadores na formação de Goiânia, porém tendo como objeto específico a formação do bairro Vila Nova, utilizando-se também das fontes orais. O referido trabalho se trata de uma dissertação de mestrado em história, intitulada *Memória e cidade: lembranças do bairro da Vila Nova – 1930 ao presente*, de Sílvia Clímaco Mattos¹¹², que visa reconstruir a memória do bairro a partir da lembrança de seus moradores que chegaram a Goiânia entre 1930 e 1950.

Mattos¹¹³ utiliza o conceito de memória para elucidar outras versões sobre o passado de Goiânia, manifestando vários elementos do cotidiano a partir da coleta das entrevistas com seus antigos moradores, como os valores compartilhados e as redes de relações sociais. Por mostrar memórias alternativas, o bairro se apresenta, na perspectiva da autora, como uma contradição do projeto original da cidade que não foi edificada para seus construtores. Assim, os primeiros “posseiros urbanos”, que ocuparam a região que viria a dar origem ao bairro, construíram um forte laço de solidariedade entre si, um sentimento de pertencimento a um espaço urbano por aqueles que foram excluídos do centro e da memória coletiva. Assim, pode-se concluir que a dissertação de Mattos¹¹⁴ apresenta uma alternativa da história da construção e formação de Goiânia tradicionalmente propagada pela historiografia, analisando-a a partir do cotidiano dos trabalhadores, especificamente aqueles que fundaram o primeiro bairro ocupado por trabalhadores na nova capital. Com isso, a autora avança nos estudos sobre a cidade mostrando as memórias não oficiais, as memórias alternativas que lançam um outro olhar para a edificação de Goiânia.

Um outro trabalho que também tem como objeto o cotidiano dos trabalhadores no bairro Vila Nova é a dissertação em história intitulada *Um ornitorrinco no cerrado: bairros populares e outros pioneiros na formação e expansão urbana de Goiânia*, de Fernando Viana

¹¹¹ MENEZES, Eleuzenira Maria de. *Migrações para Goiânia – Os nordestinos (1930-1970)*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2004.

¹¹² MATTOS, Sílvia Clímaco. *Memória e cidade: lembranças do bairro da Vila Nova – 1930 ao presente*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2008.

¹¹³ Ibidem.

¹¹⁴ Ibidem.

Costa¹¹⁵. O autor parte da premissa de inspiração marxista do “desenvolvimento desigual e combinado”, sobretudo interpretado a partir da realidade brasileira a partir das reflexões de Oliveira¹¹⁶, que, de certa forma, encontra respaldo já na obra de Borges¹¹⁷. Porém, o autor progride ao estudar as classes populares na formação e expansão da cidade de Goiânia, refletindo sobre a particularidade de desenvolvimento capitalista operado na periferia do sistema (no caso, Goiás), mas incorporando o processo de ocupação e formação dos bairros populares.

Entretanto, ao analisar a formação dos bairros populares, mesmo identificando os seus sujeitos, a análise concebe o desenvolvimento de tais locais de sociabilidade a partir da noção de que Goiânia seria uma cidade de fronteira no projeto de acumulação capitalista, o que evidencia o seu caráter de periferia da periferia, reverberando a noção já estabelecida por Silva¹¹⁸ de que o capitalismo goiano, por assim dizer, se integrava de forma submissa ao sudeste brasileiro e que isso estava relacionado ao modo peculiar da formação dos bairros populares.

Apesar de interessante e bem elaborado, o seu constructo teórico de inspiração marxista (sobretudo a essas duas matrizes de interpretação do marxismo brasileiro), acaba por subsumir os sujeitos históricos, que de fato ocuparam e constituíram os bairros estudados, em face de uma estrutura capitalista ou, em certo teor, uma estrutura teórica. O autor avança ao identificar os sujeitos históricos, porém não faz mediações, não identifica a dimensão na qual os trabalhadores não são inteiramente submissos e agem inteiramente condicionados pelas estruturas de exploração e dominação capitalista, pois os homens experimentam a sua condição de exploração, vivem, negociam e reagem às mesmas, conforme o horizonte de expectativas e necessidade da vida social. Assim, os sujeitos não aparecem em sua plena possibilidade de potencialidade histórica, agindo conforme os condicionamentos estabelecidos pelo capitalismo.

Com base na discussão sobre a produção intelectual acerca de uma história do cotidiano de Goiânia, nota-se que múltiplos objetos surgiram a partir de sua contemplação, como o cotidiano e as relações para além do ambiente de trabalho¹¹⁹ ou como os migrantes

¹¹⁵ COSTA, Fernando Viana. *Um ornitorrinco no cerrado: bairros populares e outros pioneiros da formação e expansão urbana de Goiânia*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2016.

¹¹⁶ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista...* op. cit.

¹¹⁷ BORGES, Barsanufo Gomides. *Goiás nos quadros da economia nacional...* op. cit.

¹¹⁸ SILVA, Ana Lúcia da. *A revolução de 30 em Goiás...* op. cit.

¹¹⁹ BERNARDES, Genilda d'Arc. *Construtores de Goiânia...* op. cit.

foram um aspecto fundamental para a construção e constituição da cidade, dando interessantes pistas sobre a formação da classe trabalhadora em Goiânia¹²⁰. Do mesmo modo, a formação do primeiro bairro ocupado pelos trabalhadores que lançam memórias alternativas daquelas estabelecidas pela história oficial¹²¹ ou então a formação dos bairros populares como reverberação da característica peculiar do desenvolvimento capitalista na periferia da periferia em Goiânia.

Em suma, apesar da diversidade de análises que consideram um estudo do cotidiano de Goiânia, um elemento válido pode ser abstraído de todas elas, que é o oposto do discurso da modernidade da construção de Goiânia, tão difundida pelos arquivos oficiais, os discursos de seus idealizadores e a própria produção intelectual e historiográfica.

A partir da análise dos trabalhos que contemplam a noção de cotidiano, sobretudo no que se refere à construção e formação de Goiânia, pode-se estabelecer uma breve historicidade: nos finais dos anos de 1980, tal noção emerge como problema nas pesquisas científicas; depois, ela surge como uma forma de adentrar o universo dos migrantes e as memórias alternativas, em início dos anos 2000, principalmente tendo como preocupação a formação do bairro da Vila Nova; por fim, a partir de 2010, o cotidiano acabou sendo utilizado para entender a formação dos bairros populares, estendendo outras regiões da cidade ainda não estudadas (como o Setor Pedro Ludovico).

Desse modo, qual seria o elemento de originalidade desta pesquisa que tem o cotidiano como objeto de estudo para entender a formação de Goiânia a partir de seus atores sociais?

A intenção desta tese é entender a vida cotidiana não somente a partir do estudo dos trabalhadores nos primeiros canteiros de obra da cidade, de grupos de migrantes específicos ou a partir de um recorte urbano estudando a formação e a memória de bairros operários específicos. Trata-se nesta tese, a partir do recorte do cotidiano dos arquivos do judiciário, de entender: as relações de trabalho para além das obras públicas, os usos e os acessos

¹²⁰ MENEZES, Eleuzenira Maria de. *Migrações para Goiânia...* op. cit.

¹²¹ MATTOS, Sílvia Clímaco. *Memória e cidade...* op. cit.

cotidianos à cidade, as formas de moradia e o cotidiano dos domicílios, as formas precárias de lazer e as estratégias de divertimento.

Esta pesquisa, portanto, lança mão do cotidiano como instrumental analítico que visa entender como as transformações históricas empreendidas na construção e formação da cidade de Goiânia foram vividas pelos seus atores sociais a partir de processos criminais, documentos públicos das obras da cidade e entrevistas coligidas dos primeiros moradores da cidade, fontes que podem identificar processos distintos de dominação e as múltiplas lutas sociais dentre os seus sujeitos, bem como as suas redes de relações de dependência e solidariedade.

Entretanto, cabe agora apresentar, para além da natureza e dos aspectos qualitativos das fontes, alguns elementos quantitativos para corroborar e subsidiar a argumentação que pretende ser desenvolvida.

De setembro de 2015 a fevereiro de 2016, com duas visitas semanais agendadas, foram coletados 400 processos criminais e demais arquivos do judiciário – relativos a acidentes de trabalho, atropelamentos e incêndios – no Arquivo do Fórum de Goiânia. Inicialmente foi difícil obter autorização judicial e, após alguns meses frequentando o fórum da cidade, o acesso ao arquivo acabou sendo permitido. Após tais dificuldades, um grande esforço foi empregado para encontrar as fontes que datavam dos primeiros anos e décadas da cidade. O arquivo conta com cerca de setenta mil caixas amontoadas em dezenas de estantes de concreto em um galpão sem qualquer ventilação e iluminação. Somente os processos a partir dos anos de 1980 apresentam as informações sobre as datas de arquivamento impressas nas caixas, ao passo que a documentação anterior a 1980 se encontra desorganizada. Na intenção de achar os processos dos anos iniciais da fundação de Goiânia, um mapa foi gradativamente esboçado, de corredor a corredor, de quadrante a quadrante imaginário que foi sendo montado das estantes de concreto e, após semanas de procura, foram encontrados alguns acidentes de trabalho que remontam a um intervalo entre 1930 e 1960, e somente um deles referente aos canteiros de obra da cidade. Um dado interessante: no arquivo do judiciário era rara alguma documentação anterior à década de 1940, exceto o acidente de Manoel Pascoal, que, para suprir tal lacuna temporal, buscou-se complementar com a documentação coligida no Arquivo Histórico de Goiás.

Assim, mediante o uso de luvas, óculos, máscara de gás – para suportar a poeira e driblar a rinite – e uma câmera, o mapa do arquivo foi sendo desenhado até o encontro de

uma fileira, no segundo corredor na quarta estante, que continha trinta e sete caixas com processos criminais que datavam do ano de 1937 (o mais antigo encontrado) até os anos de 1990. Ao “garimpar” estante por estante foram encontradas algumas caixas com evidências do recorte histórico buscado (1930 a 1955), porém com algumas limitações: as caixas não mostravam as datas, mas somente as iniciais do primeiro nome do réu, e, além disso, entre elas constavam processos criminais que se estendiam até os anos de 1980. A partir de tais limitações, cerca de quarenta caixas foram catalogadas e em média quatrocentos processos, de 1940 a 1960, foram fotografados. Inicialmente, a intenção era coletar somente os processos que envolviam crimes de homicídio, porém poucos foram encontrados e uma enorme gama de outros crimes emergia: furto, roubo, estelionato, estupros, crimes de trânsito, incêndios etc.

Caixa por caixa, os processos criminais foram fotografados, estabelecendo um recorte temporal de 1930 (início das obras da cidade) até os anos de 1955, em razão de dois motivos: primeiro, a quantidade de processos após 1955 aumenta drasticamente, o que tornaria impossível sua catalogação dentro dos prazos estabelecidos para a elaboração da tese; segundo, no que se refere aos “marcos institucionais”, em 1955 se iniciava a edificação de Brasília, nova capital federal, o que modificou a estrutura urbana da cidade, acarretando mudanças dos planos diretores, a ocupação de diversos bairros por trabalhadores e a maior incidência dos mutirões. De 1960 a 1970, o crescimento demográfico na capital mais que duplicou: a população passou de pouco mais de 150 mil para 390 mil habitantes¹²².

Nesse sentido, tendo em mente que o objeto recortado é a vida cotidiana da capital goiana em suas primeiras décadas, se concebe que as experiências cotidianas, os modos de vida e as redes de relações que atores sociais sentiram e participaram, se modificaram diante de transformações estruturais, urbanas e políticas após 1955, de modo que existe, por isso, a necessidade de uma outra pesquisa para mapear e analisar essa nova dinâmica.

A partir do recorte temporal estabelecido, foram coletados cento e dezoito processos criminais do arquivo do judiciário, os quais se remetem às seguintes características do cotidiano: dezenove referentes a relações de trabalho, quarenta e um acerca dos usos cotidianos da cidade, vinte e oito sobre questões de moradias e trinta alusivos aos momentos de lazer. Além dos processos coligidos, no Arquivo Histórico de Goiás foram consultadas

¹²² IBGE. *Panorama da cidade de Goiânia*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goiania/panorama>. Acesso em 22 de julho de 2019.

seis caixas com documentos das obras da cidade, sete caixas de documentação avulsa de demais órgãos públicos e quinze pastas contendo diversos jornais. Vale ressaltar a enorme importância das entrevistas realizadas em meados dos anos de 1980 pelo CECUP (Centro de Estudos da Cultura Popular) e pelo projeto Memórias Culturais (ligado à Secretaria de Cultura de Goiânia). Dezenas delas foram utilizadas na tese e, tal como os processos e os documentos públicos, foram cruciais para inferir sobre como era a vida cotidiana nas primeiras décadas da cidade.

Com base na leitura de tais processos criminais elencados e de como a temática do cotidiano manifesta-se nas fontes, quatro elementos foram destacados, os quais constituem a delimitação fulcral para os capítulos. Assim, a tese segue a seguinte estrutura:

No *Capítulo 1 – Goiânia: o contorno humano sobre as estruturas*, busca-se problematizar como os sujeitos históricos vivenciaram e reelaboraram as estruturas em seu cotidiano na construção e na formação social de Goiânia. Para tanto, se faz necessário questionar alguns elementos da historiografia sobre a cidade e dialogar com aqueles que dão subsídios para se pensar a sua vida cotidiana. Nesse capítulo, ousa-se progredir no debate com a historiografia e com a produção intelectual sobre a construção da cidade nas primeiras décadas de sua formação, pois, a partir do recorte das fontes, analisa-se o cotidiano dos trabalhadores nas obras iniciais e também o cotidiano que envolve o mundo do trabalho, como: os conflitos entre trabalhadores e patrões, modalidades de trabalho autônomo, de subsistência e de economia doméstica, bem como os conflitos dentro dos espaços de trabalho e entre os trabalhadores na disputa diária de reprodução de sua vida social.

O *Capítulo 2 – Os usos cotidianos de uma cidade “moderna”* abarca um dos temas do cotidiano que mais ficou evidente na análise das fontes: o crescimento urbano e o acesso aos serviços e as formas de mobilidade da cidade. Mesmo com poucos estudos encontrados, pretende-se adentrar nesse tema e abordar as formas cotidianas dos atores sociais de viver na cidade durante seu crescimento urbano e em relação ao acesso à mobilidade urbana e aos serviços oferecidos, como também o impacto do automóvel para o trânsito da cidade. Para isso, a documentação coletada e previamente consultada aponta os seguintes elementos que compõe esse tema: o desenvolvimento dos meios de transporte e os acessos à cidade, as relações comerciais e seus estabelecimentos (esse elencado a partir de uma série de processos de furtos e roubos), a estratificação urbana sentida pela debilidade do transporte público, as estratégias dos atores sociais para se locomover na cidade e os acidentes de trânsito. Em suma, esse capítulo ajuda a desenhar a modernidade alternativa, contraditória em face do

discurso de modernidade ilustrado pelos idealizadores da cidade, vivida pelos atores sociais nos primeiros anos de Goiânia.

Ao se levar em conta que o ponto de partida desta tese é uma inquietação derivada da lacuna historiográfica relativa ao tema do cotidiano e de como se pode recortar tais elementos nas fontes coletadas, conforme a leitura primária dos autos dos processos criminais e dos arquivos do judiciário, foram encontradas algumas redes de relações sociais que vão além das condições de trabalho, do acesso aos serviços e de mobilidade urbana dos trabalhadores, como, por exemplo, a questão das moradias.

O *Capítulo 3 – Questões de moradia: habitações e o cotidiano nos domicílios na nova capital goiana* discorre sobre como eram as formas de habitação nas primeiras décadas de Goiânia. Para isso, o capítulo foi divido em duas partes: o cotidiano porta afora e porta adentro. A primeira parte, mais amparada na documentação coligida no Arquivo Histórico de Goiás, busca analisar como era a política habitacional e como ela se refletia no cotidiano do acesso a moradia dos trabalhadores e demais migrantes que vieram para a cidade para trabalhar em suas obras, sendo chamada, nesse caso, de cotidiano porta afora. O segundo momento busca adentrar às moradias, chamado de cotidiano porta adentro, no qual se identificou as modalidades de trabalho doméstico, as brigas entre os vizinhos e o furto de moradias.

O *Capítulo 4 – As diversões nas brechas e pelas beiradas: aspectos dos momentos de lazer*, último desta tese, trata das formas de divertimento presentes na cidade. Com base nas entrevistas e nos processos criminais pôde-se perceber diversos elementos de sociabilidade que envolvem tais momentos. O lazer na então nova capital goiana, conforme foi demonstrado, era marcado pela estratificação social e urbana, pela precariedade e interessantes estratégias de entretenimento. Para isso, o capítulo foi esboçado em dois momentos: o primeiro, a “festa na brecha”, ou seja, a precariedade do lazer e as formas que os atores sociais criavam suas estratégias para se divertirem e ampliarem suas relações afetivas e sociais; o segundo aborda o “lazer pelas beiradas”, os bares, os cabarés e as zonas de meretrício que existiam na cidade, locais que presenciavam tanto cenas de diversão e de relação afetiva quanto de ofensas verbais, rixas e brigas.

Longe de tratar todos os aspectos do cotidiano que envolviam a cidade em seus primeiros anos, tarefa inalcançável para qualquer pesquisador, a tese foi se desenhandando a partir das indicações das fontes. Partindo das fontes, os conceitos, os subsídios

historiográficos e bibliográficos foram encaixando-se e tecendo as diversas cenas cotidianas no transcorrer desta tese que será apresentada, de forma temática em cada capítulo, no corpo deste texto.

CAPÍTULO 1

GOIÂNIA: O CONTORNO HUMANO SOBRE AS ESTRUTURAS

Conforme apontado na crítica historiográfica apresentada na introdução, um dos pontos de partida desta tese é buscar outras versões históricas acerca da construção e formação de Goiânia, tendo como objeto de estudo o cotidiano. Ao adentrar especificamente os momentos iniciais das obras da cidade, a historiografia e as demais produções intelectuais geralmente partem de suas estruturas e de seus “principais” atores políticos. Porém, neste capítulo, se explora algo que foi silenciado por diversas gerações de historiadores: as estratégias de vida e as relações de trabalho na edificação da cidade, não somente pelo viés político-institucional, mas pelo conteúdo humano que deu forma às estruturas que constituíram a então nova capital de Goiás. Nesse sentido, os atores sociais que de fato edificaram a cidade ficaram relegados, no máximo, a uma nota de rodapé ou a um pequeno subcapítulo isolado no corpo de algum trabalho monográfico.

Ao retomar o caso do acidente de trabalho de Manoel Pascoal em um prédio nas obras da cidade, a análise pretende desvendar o social de uma maneira diferente das generalizações ou modelos previamente criados. Em tal proposta analítica, o destino de um homem, grupo ou comunidade, revela uma complexa rede de relações sociais que perpassa várias esferas da vida cotidiana. Em suma, busca-se estudar o social não como um objeto de múltiplas propriedades, mas sim como um conjunto de inter-relações móveis dentro de um sistema de configurações em constante adaptação¹²³.

Este capítulo é dividido em duas partes que esboçam o cotidiano do trabalho nas obras iniciais da cidade. Esse momento aborda o tradicional recorte estipulado pela historiografia ao estudar a cidade, que seria de 1930 a 1942 (do debate e a escolha do local, do início das obras e do batismo cultural de Goiânia), porém procura avançar no debate historiográfico ao propor um estudo dos modos de vida dos trabalhadores, entendendo como trabalhavam, viviam e se organizavam.

Apesar do recorte temporal ser bem usual aos intelectuais que estudam a história da cidade, ao contrário da quase totalidade dos trabalhos avaliados, nesta tese não se busca fazer

¹²³ REVEL, Jacques. *A história ao rés-do-chão...* op. cit.

uma narrativa histórica linear dos primeiros debates em torno da mudança da capital ou das disputas oligárquicas que possibilitaram a sua concretização. Não se trata de negar a produção historiográfica que não contempla o mesmo objeto histórico por esta tese recortado, mas de colocá-la subsidiária conforme a necessidade da construção do mesmo.

Mediante tais colocações, o capítulo tem como fio condutor o acidente de trabalho descrito na introdução, mas que, para maiores inferências, foi complementado com diversos documentos contidos nas caixas de documentação avulsa e da cidade de Goiânia do Arquivo Histórico de Goiás. Na primeira parte se investiga como eram formados os grupos sociais que edificaram a cidade, suas formas de migração, as maneiras de atraí-los para as obras; ademais, há uma tentativa de fazer um desenho, ou melhor, traçar indícios de como eram esses indivíduos. Na segunda parte se averigua como eram as condições de trabalho, o contínuo atraso de salários e as estratégias cotidianas desenvolvidas em meio a tais condições.

1.1 – Retomando o fio condutor: Manoel Pascoal e os construtores da capital goiana

Na intenção de estudar o cotidiano do trabalho nas obras de Goiânia, mas, ao mesmo tempo, testar e apresentar a trajetória de Manoel Pascoal como elemento problematizador para se progredir no estudo da história da cidade, algumas indagações surgem: como se formaram os grupos sociais nos primeiros anos na nova capital de Goiás? Quem eram esses sujeitos históricos? Como chegavam e de onde vinham? Como se dava seu recrutamento e contratação?

Para o entendimento da dinâmica de sociabilidade dos grupos sociais no momento da construção da cidade, lança-se mão da noção de experiência desenvolvida por Thompson, a qual se insere no debate dos anos de 1970 contra o estruturalismo de Althusser, na tentativa de recorrer à ação humana frente às estruturas, de combater o politicismo e o economicismo na noção de classe¹²⁴. A noção de experiência é interpretada não como um conceito fechado, mas sim uma condição a partir do processo histórico. Ela não é o vivido, é uma interpretação dos sujeitos a partir do vivido, dos limites e pressões da vida social.

¹²⁴ THOMPSON, E. P. *Educação e experiência*. In: *Os românticos. A Inglaterra na era revolucionário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 13-46.

A experiência é sentida e construída, elaborada a partir dos instrumentos da vida material do indivíduo e do seu universo de expectativas e possibilidades. Dessa forma:

[...] Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência e cultura* (as duas outras expressões excluídas da prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através de estruturas de classes resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.¹²⁵

Porém, Cerutti¹²⁶ questiona até que ponto Thompson limitou a experiência ao mundo das relações de produção, apesar delas estarem inevitavelmente inseridas. Mesmo não sendo uma análise no campo do determinismo econômico, a autora afirma que Thompson não conseguiu superá-lo. A historiadora acaba por expandir a noção de experiência, concebendo-a a partir não somente do momento em que se experimenta as relações de exploração, mas como se vive em suas redes de obrigações, expectativas, reciprocidade e como tais inter-relações formam os grupos sociais¹²⁷.

Ao alargar a noção de experiência para além das relações de produção que os sujeitos históricos estão inseridos, a autora questiona como as relações entre os sujeitos criam vínculos de solidariedade entre si e, ao mesmo tempo, como tais alianças e vínculos formam os grupos sociais, não somente pela forma que experimentam a exploração dos modos de produção, como também por outras esferas de sociabilidade que envolvem as relações de interdependência que os sujeitos criam no tecido social.¹²⁸

Nesse sentido, a análise de Thompson, mesmo com as devidas preocupações em observar a formação de classe a partir do trabalhador como um sujeito ativo, ainda acabaria por ser um trabalho de macro-história. Cerutti¹²⁹, mesmo assumindo a sua inspiração em Thompson, na intenção de esgotar as possibilidades do que é processual na formação de uma

¹²⁵ THOMPSON, E. P. *O termo ausente: experiência*. In: THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 182.

¹²⁶ CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Os usos da biografia pela micro-história italiana: interdependência, biografias coletivas e network analysis*. In: AVELAR, Alexandre; SCHMIDT, Benito (orgs.). *O que pode a Biografia*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

¹²⁷ Ibidem.

¹²⁸ Ibidem.

¹²⁹ CERUTTI, Simona. *Processos e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII*. In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. p. 173-201.

classe, faz uso das contribuições da micro-história a fim de entender os percursos individuais e como eles apontam para uma variedade de experiências no campo da vida social.

A autora também tece outras críticas a Thompson, em que mesmo ao desenhar um sujeito ativo, capaz de interpretar o mundo e articular uma consciência de grupo, a experiência limita-se somente aos espectros das forças produtivas: “A experiência vivida pelos indivíduos é única, e é ditada pelas relações de produção que eles inevitavelmente conhecem”¹³⁰. A classe existe somente no momento que experimenta as forças produtivas, vista somente como a única relação. Além disso, Thompson faz a separação entre estruturas e comportamentos individuais e a racionalidade dos atores sociais não interage com as estruturas, mas apenas contra ela (há consciência de classe nesse momento). Por fim, o modelo estrutura/superestrutura aparece rigidamente predeterminado.¹³¹

Ao considerar os comportamentos individuais – e não somente ao termo vago de “condicionamentos” –, a interpretação geral do processo é modificada e outras perspectivas podem vir à tona. Consequentemente, não somente o espaço de trabalho é o espaço definidor das relações sociais, mas sim um dos espaços em que os sujeitos históricos constroem as suas redes de interdependência. Ao ter em vista que o espaço de trabalho é um dos espaços em que os sujeitos elaboram a sua experiência, Cerutti¹³² argumenta em seu estudo que, em Turim, durante o século XVIII, as divisões técnicas das corporações de ofício tiveram um papel limitado na definição das identidades dos atores sociais da cidade, porém as corporações forneceram um “idioma da estratificação”, transformando-se em uma construção social que promoveu uma diferenciação material entre seus habitantes que, por sua vez, moldaram as suas respectivas ações sociais.

Não se trata de buscar uma coincidência entre o mundo das técnicas e da produção com a esfera de comportamentos e das relações sociais, como também não se trata de negar a relação entre as divisões técnicas/produtivas e as sociais, mas de problematizar e reconhecer que a relação entre ambas não opera de forma direta e determinista.

Comumente, os historiadores urbanos usam as classificações profissionais como elementos descritivos que possibilitam entender certos aspectos da vida da cidade. Tais definições integram modelos teóricos que criam noções sobre a divisão do espaço urbano

¹³⁰ CERUTTI, Simona. *Processos e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII*. In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas...* op. cit. p. 186.

¹³¹ Ibidem.

¹³² Ibidem, p. 176-177.

como, por exemplo, a distribuição de seus moradores por setores (de ocupação e de produção) e as vocações econômicas da cidade (os setores da indústria, manufaturas e serviços) que se relacionaria, ao mesmo tempo, a como era operada a estratificação social da cidade, pois, implicitamente, a hierarquia profissional desenharia a escala das hierarquias sociais.

Mesmo enriquecendo-se de categorias de variáveis socioeconômicas, os estudos das categorias profissionais ainda revelavam certos problemas, sobretudo no que se refere à comparação, pois se mostram incapazes de entender as singularidades que despontavam nas realidades locais. Ao mesmo tempo que, ao comparar as categorias profissionais com os principais centros produtivos da França do século XVIII com os de Turim, tentar generalizar formações socioprofissionais também pode ser forçado e de pouco rendimento no que se refere aos comportamentos e em como são formados os grupos sociais¹³³.

A comparação entre categorias profissionais se torna inadequada e pode não dar conta das realidades plurais que emergem nas relações sociais, visto que não capta a interpretação dos contemporâneos sobre a estratificação e classificação social de sua própria cidade. Com base no vocabulário construído pelos atores sociais nas fontes, o historiador pode reformular e repensar os fundamentos das classificações bem como os critérios de análise, sobretudo no que se refere aos habitantes da cidade em face da hierarquia profissional e dos estatutos sociais. A distribuição dos indivíduos a partir dos setores de produção (a sua definição somente a partir de sua ocupação na hierarquia do trabalho) se apresenta apenas como uma das possíveis relações que constitui a cidade¹³⁴.

Entretanto, conforme salienta a autora¹³⁵, a adoção dos discursos dos atores sociais nas fontes por si só não é capaz de aproximar os comportamentos das relações sociais da sociedade estudada, pois faz-se necessário interrogar sobre os modos de produção das fontes, questioná-las com depoimentos alternativos dos acontecimentos estudados, para então captar as distinções entre interpretações da realidade. Em suma: entender e problematizar que as categorias utilizadas pelos contemporâneos e pelos historiadores estão impregnadas de uma interpretação do mundo que prevaleceu sobre outras leituras possíveis.

Considerar a cidade a partir de seus atores sociais significa, ao mesmo tempo, reconsiderar e questionar as categorias sociais construídas sobre esses atores. Em vez de

¹³³ CERUTTI, Simona. *Processos e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII*. In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas...* op. cit, p. 177.

¹³⁴ Ibidem, p. 178-180.

¹³⁵ Ibidem, p. 180.

analisar a relação entre sujeitos já definidos em grupos *a priori*, é preciso inverter a perspectiva para analisar como se dão as relações de solidariedade, alianças e de dependência entre os sujeitos históricos que criam, por sua vez, seus respectivos grupos. Não se trata de negar as categorias sociais e profissionais já criadas, mas de questioná-las e impregná-las de relações sociais para identificar a sua validade e/ou a sua formação¹³⁶. A proposta de Cerutti ao termo experiência é de analisar as inter-relações entre os indivíduos que são os protagonistas históricos, e tal perspectiva deve estar voltada para a sua interpretação nos diferentes campos da vida social que, por sua vez, influenciam a formação das próprias estruturas¹³⁷.

Para alargar a noção de experiência é necessário, portanto, como procedimento metodológico, dialogar com a análise relacional. Esse procedimento permite reformular a relação existente entre as normas e os comportamentos. As normas sociais, nessa perspectiva, não são definidas a partir da ocupação formal dos indivíduos, mas são produzidas e negociadas a partir das interações que eles mantêm. A consideração dessa perspectiva, mesmo que de forma não serial, permite conceber que a experiência não é gestada somente no momento em que os sujeitos históricos experimentam os meios de produção. Esse procedimento será operacionalizado nesta tese para entender as experiências gestadas nos momentos de trabalho, nos acessos à cidade, nas formas de moradia e nas estratégias de divertimento e lazer.

A crítica geralmente atribuída a esse procedimento seria que, ao deslocar o conceito de classe, predefinido por quesitos econômicos para o grupo, o seu conteúdo coletivo se esvaziaria, exaltando somente os aspectos individualizantes. Não se trata de deslocar o conceito de classe, mas de superar as suas limitações, de construir as categorias sociais a partir das relações sociais dos indivíduos e não como um modelo teórico predeterminado, que busca o conteúdo das relações sociais e não as suas formas. Operacionalizar tal reflexão contribui também para questionar os limites do método dedutivo e valorizar o método indutivo.

A inspiração em tais noções e leituras contribui para, durante a análise as fontes, privilegiar o método indutivo ao estudar a história de Goiânia a partir do cotidiano das obras de sua construção. Dessa forma, não se ousa somente estudar os “trabalhadores”, mas

¹³⁶ CERUTTI, Simona. *Processos e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII*. In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas...* op. cit, p. 183.

¹³⁷ Ibidem, p. 187.

também como os grupos sociais se formam, não somente no espaço produtivo, mas também agindo em redes de solidariedade, dependência e interesses não somente entre si (em um modelo fechado de categoria de trabalhadores), mas na teia social que se desenhou nos primeiros anos das obras da nova capital goiana.

Como foi apontado anteriormente, o estado de Goiás teve de custear quase todos os recursos da empreitada, recebendo empréstimos e verbas somente para a construção de alguns prédios federais. Arcando com quase todo o ônus financeiro, o estado também teve de lidar com a contratação e a elaboração de toda uma infraestrutura para o recebimento dos trabalhadores (mesmo que de forma precária). Teve, ainda, de passar pela escassez de recursos, materiais de construção, atrasos de salários e, consequentemente, por diversas greves e mobilizações de trabalhadores da construção civil¹³⁸. Para se ter uma noção dos gastos, em 1936, em um balanço de janeiro, as obras de Goiânia custaram aos cofres do estado de Goiás 206:964\$878.¹³⁹

A partir de 1933, os primeiros trabalhadores começaram a chegar na futura capital goiana. Operários da construção civil e trabalhadores de diversos ramos vieram de várias partes do país. O documento da CECUP mostra duas levas de migrações de trabalhadores:

A primeira, por recrutamento direto pelo capital, muitas vezes intermediado pelo Estado. Nesse tipo de recrutamento, eram utilizadas diferentes estratégias, desde a propaganda direta através de cartazes e anúncios de jornal, realizadas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, até a ação das firmas empreiteiras que, ao assinarem os contratos das edificações com o Estado, se comprometiam a transferir para o canteiro de obras um núcleo de trabalhadores já qualificados, muito dos quais estrangeiros. Esse núcleo de trabalhadores desempenhará uma dupla função: a de se responsabilizar pela execução das tarefas mais técnicas do processo construtivo e, como responsáveis pela rotina de trabalho, pelo treinamento e subordinação dos trabalhadores oriundos das correntes migratórias, às condições de trabalho assalariado.¹⁴⁰

Adolfo Boari foi uma das pessoas que teve acesso à campanha de propaganda no interior de Minas Gerais acerca da construção de Goiânia a fim de atrair trabalhadores para a obra. Porém, a via com suspeita:

¹³⁸ BERNARDES, Genilda d'Arc. *Construtores de Goiânia...* op. cit., p. 19.

¹³⁹ AHG. Documentos da cidade de Goiânia. Cx. 2, 1936.

¹⁴⁰ WIEDERHECKER, Cycle Louise; CHAVES, Elza Guedes; PEREIRA, Luís Araújo. *Memória social de trabalhadores da construção de Goiânia...* op. cit. p. 9.

Eu tinha informação que era muito ruim aqui, de gente lá de Minas que veio para Goiânia e voltou renegado daqui. Veio porque o Dr. Jerônimo Coimbra Bueno espalhou cartazes de propaganda em Goiânia. Eram cartazes enormes. Eles diziam: “Goiânia, um mundo de possibilidades”. Convidando o povo para ir. Mas, eles vieram e não se deram bem.¹⁴¹

A segunda forma, que também foi analisada por Bernardes¹⁴² e Menezes¹⁴³, seria através das correntes migratórias, o que assinala a chamada “migração espontânea”, ou seja, trabalhadores que foram atraídos pela construção da nova capital goiana que, em muitos de seus depoimentos, almejavam melhores condições de vida e trabalho. A segunda forma de migração assinala um elemento interessante: as condições e a mobilidade dos trabalhadores, que vieram do interior da Bahia, Minas Gerais e Goiás (em sua grande maioria) de diversas formas – a pé, de carona ou por etapas, em que, para poder continuar seu percurso, faziam “bicos” nas fazendas pelo caminho.

Sobre a migração “espontânea”:

A segunda vertente na formação do operariado goianiense é caracterizada pela “mobilidade do trabalho” expressa nas “correntes migratórias” espontâneas. Esses operários provinham das mais diferentes regiões (Minas, Norte, Nordeste, Mato Grosso e inclusive interior de Goiás) em busca de trabalho. Chegavam em bandos, sozinhos ou com sua família, de ônibus, cavalo ou até mesmo a pé. Geralmente viajavam durante 20 a 40 dias por estradas baldias e por caminhos no interior de matos. Quando sentiam que seus recursos (“mantimentos” e financeiros) se esgotavam, procuravam trabalho em fazendas onde ficavam por alguns dias, o suficiente para enfrentarem novamente a viagem. A sua meta era Goiânia.¹⁴⁴

No que se refere à onda de migração espontânea e à vida e relações de trabalho que os trabalhadores mantinham antes de vir trabalhar na capital, Antônio Elias argumenta que:

O povo não era influente com lote não. Depois o pessoal daquele tempo ninguém era envolvido com cidade. Era tudo morando nas fazendas, nas roças. Os empregados não eram empregados, eram agregados da gente. Faziam suas roças, engordavam seu capado, tinham suas vacas de leite. Era muito diferente de hoje.¹⁴⁵

As dificuldades para atrair trabalhadores para os canteiros de obra eram, principalmente: o baixo salário pago (muito pouco atrativo a um operário qualificado em

¹⁴¹ Entrevista de Adolfo Boari. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 16.

¹⁴² BERNARDES, Genilda d’Arc. *Construtores de Goiânia...* op. cit.

¹⁴³ MENEZES, Eleuzenira Maria de. *Migrações para Goiânia...* op. cit.

¹⁴⁴ BERNARDES, Genilda d’Arc. *Construtores de Goiânia...* op. cit. p. 49.

¹⁴⁵ Depoimento de Antônio Elias. In: WIEDERHECKER, Clyce Louise; CHAVES, Elza Guedes; PEREIRA, Luís Araújo. *Memória social de trabalhadores da construção de Goiânia...* op. cit. p. 20.

algum ofício de um centro urbano da região Sudeste); os percalços da viagem (o estado de Goiás contava com poucas estradas e em péssimas condições); e a carência de alojamento de pessoal. Conforme indica o relato do Superintendente das Obras do Estado de Goyaz da época, havia também campanhas de “difamação” por parte dos trabalhadores que aqui trabalhavam que, ao regressar para as suas cidades, conforme se confirma no relato do Sr. Boari acima descrito, relatavam as péssimas condições aqui vividas.

As campanhas tidas como de difamação eram geralmente denúncias de trabalhadores e de oposicionistas ao projeto de mudança da capital. Uma das poucas notícias não ufanistas ou de exaltação das obras e da figura de Pedro Ludovico, e que expressasse algo sobre as condições de trabalho dos operários dos canteiros de obra, foi encontrada no jornal de oposição *A Colligação* (que tinha como associado a família Caiado), que relatava, em outubro de 1935:

Por não terem recebidos os seus salários atrasados os trabalhadores da nova capital declararam-se em greve. Com essa notícia, chegada hontem, circulou a de que o sr. Heitor Fleury estava providenciando à pressa o numerário respectivo, que não existe. Como vêm os leitores, a situação europeia não é das melhores.¹⁴⁶

Em um primeiro momento, é relevante a menção a uma greve feita pelos trabalhadores em razão dos costumeiros atrasos de seus salários, o que não se encontrou em nenhum documento. Em segundo lugar, na intenção de desmoralizar a viabilidade da nova capital, a pouca presença de um efetivo policial para conter a agitação dos trabalhadores, como também, em um último momento, as críticas ao suposto projeto de modernidade que Goiânia traria para o estado, uma vez que “a situação europeia não é das melhores”¹⁴⁷.

Uma das críticas feitas a Pedro Ludovico e, consequentemente, ao seu projeto de transferência da capital, também vista como difamação, foi de que ele se utilizava de métodos horripilantes para lidar com os trabalhadores e demais oposicionistas que se encontravam nos canteiros de obra de Goiânia. Em janeiro de 1936, o jornal *A Colligação* publicava uma notícia vinda da Capital Federal:

A imprensa do Rio publicou, há um mez, comunicados de Goiânia informando que alli seriam installados fornos crematórios. Essa notícia causou profunda impressão no espírito do Dr. João Monteiro, chefe de polícia.

– Que seriam fornos crematórios?

¹⁴⁶ AHG. Jornais. Pasta nº 32, *A Colligação*, 13/10/1935, p. 1.

¹⁴⁷ Ibidem, p.1.

– O prof. João Setubal garantiu lhe exuberantemente que não se tratava, na espécie, desses fornos comuns de assar biscoitos e rosquinhas de trança. Eram apparelhamentos de moderníssimos que vinham sobretudo resolver o problema das cozinheiras, tão agravado pela falta de dinheiro. E explicou:

– Você quer, por exemplo, lombo de porco assado, com molho. Pega o pôrco, pôe-no vivo à boca do forno, pôe sarça, cebola, molho inglês num vidro fechado, empurra e desce a tampa do forno. Dois minutos depois é só ir do outro lado destampar. Você tem um lombo assado com molho. É um prodígio, menino. E assim qualquer iguaria. Cabe até uma vaca.

Esta explicação não satisfez o dr. Chefe de polícia. E muitas outras não satisfizeram até que o acaso pô-lo à frente do sr. José de Alencastro que esclareceu convenientemente a questão.

– Mas o sr. me garante mesmo que é para incinerar cadáveres?

– Sem dúvida – respondeu o sr. José Alencastro.

Um sorriso sadio e feliz untou o rosto do honrado mantenedor da ordem. Todas as delícias do paraíso insultaram o seu sangue em arrepios de antropofagia.

– Mas então aquilo é uma maravilha!

E no dia seguinte rumava para Goiânia, à pressa o dr. chefe de Polícia. Foi incinerar “cadáveres” [...]¹⁴⁸.

Por outro lado, os jornais governistas mostravam que as obras transcorriam sem quaisquer problemas, como foi a notícia central do jornal *Goiânia*, de 1939, assinado pelo primeiro prefeito da cidade, Venerando Freitas:

Quinze dias ou um mez de ausência da actual capital goiana, basta-nos para verificar o intenso movimento existente em nossa futura metrópole. Dezenas de casas se constroem não somente em Goiânia, como em Campinas, de modo que em breve, ligadas ficarão. [...] Vários omnibus percorrem as ruas levando e trazendo estrangeiros. O commercio cresce, numeram-se as ruas, abaúlam-se as artérias, movimentam-se os bars, hotéis e pensões, constroem-se dez casas, para operários, em 15 dias, um palácio para a Câmara dos Deputados, em um mez. Assim é Goiânia – a grande, a futura metrópole dos goyanos.¹⁴⁹

O Correio Oficial, também alinhado ao projeto de construção de Goiânia, evidenciava o êxito de suas obras e o seu legado moderno, usando as suas páginas para publicar matérias que nitidamente eram encomendadas pelo Departamento de Propaganda do Estado. No aludido jornal, em 08 agosto de 1937, anuncia-se com grande pompa o funcionamento do Grande Hotel, primeiro, com uma matéria assinada por Willy Aureli, intitulada *A caminho das selvas inhospitas do Rio das Mortes*, em que o autor declarava as dificuldades de viajar de São Paulo até Goiânia de trem, a falta de estrutura das estradas de ferro e durante o percurso. Porém, tudo se modifica quando chega à capital goiana, sobretudo ao avistar o Grande Hotel:

¹⁴⁸ AHG. Jornais. Pasta nº 32, A Colligação, 04/01/1936.

¹⁴⁹ AHG. Jornais. Pasta nº 49, Goiânia, 11/06/1939.

Há, nisso tudo, uma espécie de conto de fadas. Ontem num pardieiro colonial, estivados como sardinhas, num quarto do tempo do onça; hoje alojados num dos melhores hotéis do Brasil, com o maior conforto, num meio luxuosíssimo que muito bem rivaliza com os famosos hotéis do Rio e de S. Paulo. [...] Mas, como civilizados que somos, em breves instantes perdemos da memória a austeridade dos sertões até agora atravessados e passamos a comentar a estupenda mágica que nos fez encontrar uma metrópole em formação e que é, sem favor, a maior realização até hoje levada por um homem. Creio que não existem confrontos na história: a criação de uma cidade como Goiânia, dentro dos moldes rígidos do modernismo e com um luxo de detalhes inacreditável.

Além de tal matéria que, nitidamente, foi encomendada pelo Departamento de Propaganda do Estado, a publicação contava com propagandas do Grande Hotel:

Grande Hotel de Goiânia. O melhor no gênero, em todo o Brasil Central. Construído sob o mais rigoroso plano de arquitetura moderna. Confortável e higiênico. Panorama admirável. Horizontes Magníficos. De suas sacadas o turista poderá contemplar, em toda sua plenitude, essa luta ciclópica entre um povo que vai construindo sua cidade e a Natureza virgem, travada em uma das mais encantadoras paragens do “Hinterland” brasileiro. Duelo imponente em que a mão do homem apenas aumenta a beleza verdadeiramente edênia da paizagem. Mixto de cidade e de sertão. Visitai Goiânia, a caçula das capitais brasileiras e hospedai-vos no Grande Hotel. Diária: 15\$000 e 20\$000.¹⁵⁰

Segundo a pesquisa de Menezes¹⁵¹, com a intenção de atrair trabalhadores, a construção da cidade foi aliada à política de migrações estipuladas pelo estado em suas campanhas de publicidade (que, como analisado, constituíam-se de matérias de jornal, fotos, até artigos de intelectuais – como foi o caso dos geógrafos da USP¹⁵²), pois, como demonstrou Chaul¹⁵³ e Bernardes¹⁵⁴, Goiás não contava com um efetivo de trabalhadores especializados em construção civil para empreender uma obra de tamanha magnitude:

O aumento dos fluxos migratórios para Goiânia se deve, em grande parte, à divulgação da cidade como um lugar ideal para se viver. As propagandas em cartazes espalhados em vários estados do país, e também no território estrangeiro contribuíram para elevar o índice de migração para Goiânia. Pedro Ludovico (1930-45), o interventor responsável pela transferência da capital de Goiás, juntamente com a firma “Coimbra Bueno & Cia”, com intuito de conseguir mão-de-obra especializada para a construção da cidade e promover o progresso,

¹⁵⁰ CORREIO OFICIAL, 08/07/1937, p. 3. In: AHG. Documentos da cidade de Goiânia. Cx. 3, 1937.

¹⁵¹ MENEZES, Eleuzenira Maria de. *Migrações para Goiânia...* op. cit.

¹⁵² MONBEIG, Pierre. *São Paulo – Goiânia*. In: *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942; VÁRZEA, Afonso. *A estrada de Goiânia – uma avenida no cerrado*. In: *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.

¹⁵³ CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital...* op. cit.

¹⁵⁴ BERNARDES, Genilda d'Arc. *Construtores de Goiânia...* op. cit.

investiram na divulgação intensiva. Portanto, Goiânia era vista, em outros estados e países, como um lugar de grandes realizações.¹⁵⁵

Além da campanha publicitária e da criação de escritórios em São Paulo e Minas Gerais que arregimentavam trabalhadores especializados, uma outra frente da campanha foi a promessa de lotes baratos com alto potencial de valorização. Vários vendedores atuavam fora do estado de Goiás para vender os lotes da nova capital.

Para se ter uma ideia dos gastos envolvidos no processo de contratação de trabalhadores em outros centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, no dia 02 de abril de 1936, Genésio Leopoldino recebia uma quantia de 780\$000 réis da Superintendência Geral das Obras de Goiânia por ter transportado, de São Paulo até Goiânia, os operários Lourival Camargo, Narciso dos Santos e Oswaldo Chequi, bem como os quinze dias de diárias gastos na capital paulista para procurá-los e contratá-los.¹⁵⁶

Enquanto se prometia a valorização dos lotes para os possíveis compradores fora do estado de Goiás, a promessa para os trabalhadores seria de empregos bem remunerados e qualidade de vida:

Alguns migrantes pioneiros utilizavam um discurso contrapondo a ideia de cidade perfeita para se morar, inclusive o que de a cidade era uma grande oficina e quem aqui chegasse com disposição não faltaria emprego, a propaganda foi, de certa forma enganosa, pois inicialmente havia aqui um verdadeiro canteiro de obras, mas já nos fins da década de 1930 as condições de trabalho pouco eram divulgadas, por não proporcionarem satisfação aos trabalhadores. O governo investiu muito na divulgação de benefícios para atrair os migrantes.¹⁵⁷

O estímulo para atrair trabalhadores também se dava pela lei. A matéria *O operariado desta Capital está de parabéns*, publicada na Folha de Goiaz em 02/11/1935¹⁵⁸, declarava com entusiasmo a lei proposta pelo deputado Salomão de Faria que propunha algumas vantagens aos servidores do estado que já possuíssem imóveis e desejassem se mudar para Goiânia. Em resumo, a lei propunha:

Art. 1 – Fica o poder Executivo autorizado a ceder, gratuitamente, a todo operário que possuir propriedades imóveis na atual capital do Estado e que transferir sua residência para Goiânia, um terreno para a construção na zona operária residencial na nova Capital. [...] Esse terreno não poderá exceder, nunca, o valor de 600\$000

¹⁵⁵ MENEZES, Eleuzenira Maria de. *Migrações para Goiânia...* op. cit., p. 21.

¹⁵⁶ AHG. Documentos da cidade de Goiânia, cx. 2, 1936.

¹⁵⁷ MENEZES, Eleuzenira Maria de. *Migrações para Goiânia...* op. cit., p. 23.

¹⁵⁸ AHG. Jornais, pasta nº 91, Folha de Goiaz, 02/11/1935.

e nem inferior a 300\$000. [...] Gozarão desse benefício todos aqueles que o requerem no prazo de sessenta dias, a contar da publicação desta lei. [...] O Prazo para a construção dos prédios nos terrenos concedidos será o mesmo estabelecido pelo decreto nº [...]¹⁵⁹.

E, na intenção de ressaltar ainda mais a campanha de atrair mais trabalhadores para os canteiros de obra da nova capital, a matéria reproduz a fala do deputado que, expondo a intenção do estado em aparar tais operários, declarava:

Nestes tempos em que há uma onda de simpatias pelas causas do operariado, que consegue, nos países mais cultos, as prerrogativas que antes lhe eram negadas, seria excessivamente injusto o Estado se, concedendo aos seus servidores tais favores, não amparasse, também, os que calejam as mãos no árduo trabalho diário. [...] O projeto era apresentado, evitando prejuízos aos que, com o suor do seu rosto, e depois de privações de toda sorte, conseguiram acumular pequenas economias, invertidas em moveis, como garantia ao futuro de suas famílias, virá impedir que se cometam injustiças e será uma prova do nosso apreço à operosa classe operária desta Capital.¹⁶⁰

A mesma matéria não se refere ao prazo estipulado aos trabalhadores para construir suas casas na nova capital. Contudo, mais à frente, ao convergir tais informações com as fontes orais, isto é, os depoimentos dados pelos trabalhadores entre 1985 e 1987, será apresentada uma outra perspectiva desses incentivos oferecidos pelo governo do estado.

Ao contrário dos estímulos dados aos servidores públicos e da propaganda feita de que os operários receberiam ótimos salários em uma cidade moderna com comodidades habitacionais, os relatos dos trabalhadores evidenciam um outro lado. Gerson de Castro Costa, natural de Trindade-GO, se mudou com dezenove anos de idade para a capital goiana em dezembro de 1936 e relatou que o ambiente que encontrara ao chegar em Campinas e adentrar em Goiânia era de uma “vegetação tolhiça e lama”¹⁶¹. “Apeei num local [...]. Fiquei profundamente frustrado, porque o dia era chuvoso e só havia lama provocada pelo trabalho de alguns bois que arrastavam um arado [...] rumo à Praça Cívica”¹⁶².

A partir de tal depoimento, percebe-se que o declarante estava chegando na cidade exatamente no momento em que se abriam suas principais vias, no caso, a avenida Anhanguera e a avenida Goiás. Ele percorria a avenida Goiás “que era só lama, mas passando

¹⁵⁹ AHG. Jornais, pasta nº 91, Folha de Goiaz, 02/11/1935.

¹⁶⁰ Ibidem.

¹⁶¹ Entrevista de Gerson de Castro Costa. In: *Memória cultural. Ensaios da história de um povo*. Goiânia-GO: Prefeitura Municipal, 1985. p. 94.

¹⁶² Ibidem, p. 94.

pelo cerradinho de vegetação baixinha, tolhiça, muito rala, pisando nos futuros lotes onde seriam depois construídos grandes edifícios”¹⁶³. Ao chegar no que seria a Praça Cívica, avistou que “operários erguiam, através de roldanas, pesadas massas de concreto e as soltavam do alto, para o serviço de compactação de terreno”¹⁶⁴ e que “afora alguns modestos montes de tijolos aqui e ali a Praça Cívica era um vazio enorme a espera de urbanização”¹⁶⁵. Ao procurar um emprego, as dificuldades ainda se apresentavam, apesar disso, conseguiu substituir uma funcionária por um salário inferior à sua subsistência: “dessa maneira comecei minha vida profissional ganhando duzentos e quarenta mil réis e gastando, só de pensão, trezentos mil réis por mês, afora os gastos de transporte de Campinas para a Praça Cívica”¹⁶⁶.

Em oposição a tal medida, uma matéria intitulada *Contra a destruição de Villa-Bôa*, publicada no jornal A Colligação, em novembro de 1935, assinada por Jacy de Assis e Alfredo Nasser, denunciava mais uma suposta investida de Pedro Ludovico para destruir a antiga capital do estado, mas, dessa vez, seria a partir de um projeto de lei que estimulava os funcionários públicos e operários a se mudarem para Goiânia.

Com base na matéria, o projeto não salvaguardava os interesses econômicos de Villa-Bôa (Cidade de Goiás):

Este projeto é exatamente o inverso; oferecendo vantagens problemáticas aos operários, que possuírem bens nesta cidade, e transferirem sua residência para Goiânia, ele pretende é o aliciamento daqueles, o seu afastamento, a criação de dificuldades à vida de Goiaz, cada vez mais arrastada ao abandono. [...] Este projeto não tem nenhuma finalidade social, e nem demonstra simpatias pela causa do operariado; sua finalidade é aniquilar as últimas energias da cidade abandonada pela obra mudancista, com o afastamento até de seus operários.¹⁶⁷

A matéria ainda denunciava que essa medida iria aumentar, ainda mais, a situação de abandono econômico da Cidade de Goiás frente ao poder Executivo que, naquele momento, segundo o jornal, destinava uma parte considerável de sua receita para manter as obras de Goiânia.

¹⁶³ Entrevista de Gerson de Castro Costa. In: *Memória cultural. Ensaios da história de um povo*. Goiânia-GO: Prefeitura Municipal, 1985, 95.

¹⁶⁴ Ibidem, p. 95.

¹⁶⁵ Ibidem, p. 95.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 95.

¹⁶⁷ AHG. Jornais. Pasta nº 32. A Colligação, 10/11/1935.

E, na conclusão, na intenção de criar um sentimento de alarde aos trabalhadores da cidade de Goiás:

E a lei não terá aplicação; duvido que alguém se deixe levar pela oferta, procurando Goiânia, serviços de operários, mediante a obrigação de abandonar o seu prédio aqui existente, para ir construir outro, num prazo exíguo. A vantagem não será para operário, que vive de trabalho mal remunerado; será antes concedida a patrões, que pode dispor de capital para dois prédios de residência.¹⁶⁸

No que tange ao recrutamento direto pelo estado ou pelas empreiteiras, o depoimento de Sebastião Barbosa, mestre de obras que veio para Goiânia em 1935, é esclarecedor:

Os pedreiros eram contratados pelo escritório no Rio e lá eram escolhidos, assim suponho eu. Eram contratados pelo Estado, naturalmente autorizados pelo Governador. [...] Os pedreiros e serventes tinham uma certa dificuldade em bater um papinho com os chamados mestres-de- obras porque eram todos estrangeiros. Eles eram estúpidos, eram violentos, eram bravos, eram brutos. Eram espanhóis, alemães e alguns italianos. Na sua maior parte, eram espanhóis. Então não tinha boca pra gente. Não havia relacionamento bom entre nós e estes mestres-de- obras. Havia servilidade. Tinha uma coisa: o aprendiz que passasse na mão daquela gente tinha que dar oficial mesmo. Porque não era mole não e era correndo. Tinha que fazer o serviço, era correndo, era velocidade e muito bem feito.¹⁶⁹

Um outro caso de recrutamento direto pelo estado e as empreiteiras que realizavam as obras é o de Vitorino de Freitas, maranhense que chegou nos canteiros de obra da nova capital em 1939. Seu depoimento revela, ainda mais que o de Sebastião Barbosa, a hierarquização entre os trabalhadores estrangeiros e os recrutados em São Paulo e Rio de Janeiro com os provenientes de migrações do interior do país:

Tinha alemães, só trabalhei com alemães. Se tinham um melhor salário? Geralmente tinham. Porque os alemães já vinham, que num fosse especialista, vinham com a pinta de especialista. E nós brasileiros, todo leigos, quase analfabetos, vindos do sertão de várias partes do Brasil, era raro o que era especialista. E o alemão, mesmo não sendo, mas só o fato de ter sido criado na Alemanha, justificava uma especialidade.¹⁷⁰

Vitorino de Freitas também dá indícios de como era a migração “espontânea”, ou seja, as correntes migratórias do interior, composta por uma força de trabalho não qualificada:

¹⁶⁸ Depoimento de Sebastião Barbosa. In: WIEDERHECKER, Cycle Louise; CHAVES, Elza Guedes; PEREIRA, Luís Araújo. *Memória social de trabalhadores da construção de Goiânia...* op. cit. p. 10.

¹⁶⁹ Depoimento de Vitorino de Freitas. In: WIEDERHECKER, Cycle Louise; CHAVES, Elza Guedes; PEREIRA, Luís Araújo. *Memória social de trabalhadores da construção de Goiânia...* op. cit. p. 11.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 11-12.

A maior parte dos operários que fizeram Goiânia foram baianos. A maior parte, porque tinha cearense e de toda parte do Brasil. Mineiro tinha muito também. De Mato Grosso muito pouco, raro ver um mato-grossense aqui. Agora, da Bahia, do servente ao carpinteiro, era tudo baiano. Vinham de caminhão, vinham a pé com as “maquinhas” nas costas, punha as redinhas nas costas e vinham embora, Era de pé. Isso eu me lembro demais.¹⁷¹

Além de todo o esforço para chegarem aos canteiros de obra, os depoimentos dos operários revelam sua falta de treinamento, como confirma Vitorino de Freitas:

Eu vim para Goiânia tentar serviço. Lutei, consegui um serviço de carpinteiro, que eu não era carpinteiro. Eu aventurei. Eu precisava ganhar, que eu não queria furtar. Eu disse: Sou carpinteiro e ele me admitiu como carpinteiro.¹⁷²

Como já foi analisado, entretanto, não se tem dados precisos de quantos trabalhadores vieram e trabalharam nas obras. Mesmo que esse número seja estimado em dois mil operários, não foi possível encontrar todos os registros que o comprovem ou saber precisamente os locais de origem, mesmo percebendo que uma parte considerável das entrevistas coletadas indicam que as migrações julgadas como espontâneas eram de baianos, mineiros e de goianos do interior. A documentação encontrada permitiu mapear, ainda que em uma pequena amostragem, um pouco mais precisamente de onde tais trabalhadores advinham.

Na caixa de nº 6 da documentação de Goiânia, presente no Arquivo Histórico de Goiás, foi encontrada a ficha de registro dos trabalhadores admitidos nas obras em 1937. Trata-se de documento de suma importância, pois permite estipular o conteúdo social de tais pessoas que vieram para trabalhar em Goiânia em um momento crucial para as obras da cidade¹⁷³. As fichas de registro, redigidas à mão, contêm as seguintes informações: nome, idade, nacionalidade, cidade de origem, ocupações anteriores e atuais, alfabetização e estado civil (nem todas estavam preenchidas ou especificadas, haja vista que não seguiam um padrão impresso).

Ao analisar as fichas de registro e admissão de trabalhadores da Superintendência, entre junho de 1937 e dezembro de 1938, identificou-se 192 trabalhadores registrados no

¹⁷¹ Depoimento de Vitorino de Freitas. In: WIEDERHECKER, Cycle Louise; CHAVES, Elza Guedes; PEREIRA, Luís Araújo. *Memória social de trabalhadores da construção de Goiânia...* op. cit, p. 12.

¹⁷² Ibidem, p. 12.

¹⁷³ AHG. Documentos da cidade de Goiânia, cx. 6, 1937.

período assinalado. Mesmo não se tratando de todo o período de obras da capital, de 1933 a 1942, pode-se ter uma noção de como era a composição de tais trabalhadores¹⁷⁴.

Dos 192 trabalhadores registrados, no que tange à faixa etária geral, os seguintes dados estão disponíveis:

Tabela 1 – Faixa etária dos trabalhadores migrantes¹⁷⁵

Faixa etária	Quantidade de trabalhadores
10 a 15	22
15 a 20	52
20 a 25	42
25 a 30	22
30 a 35	14
35 a 40	8
45 a 50	4
50 a 55	1
60 a 65	1
70 a 75	1
Não declarados	21
Total	192

Fonte: AHG. Documentos da cidade de Goiânia, cx. 6, 1937.

Com base em tais dados coligidos, percebe-se que majoritariamente a faixa de idade de um trabalhador das obras da capital, registrado pela Superintendência, oscilava entre quinze e vinte e cinco anos de idade.

O grupo contratado era majoritariamente masculino, conforme demonstra a tabela a seguir:

¹⁷⁴ AHG. Documentos da cidade de Goiânia, cx. 6, 1937.

¹⁷⁵ Ibidem.

Tabela 2 – Gênero dos trabalhadores migrantes¹⁷⁶

Gênero	Quantidade de trabalhadores
Masculino	188
Feminino	4
Total	192

Fonte: AHG. Documentos da cidade de Goiânia, cx. 6, 1937.

As quatro mulheres registradas eram: Georgina Pereira, vinte e seis anos, vinda de Descoberto-GO, casada e mãe de um filho, não sabendo ler e escrever, foi admitida em 6 de setembro de 1937, era lavradora e se tornou servente nas obras de Goiânia; Filomena Alves de Souza, dezoito anos, vinda de Descoberto-GO, solteira e sem saber ler e escrever, foi contratada em 6 de setembro de 1937, era lavradora e se tornou servente; Conceição das Neves, vinte e dois anos, vinda de Descoberto-GO, solteira, sabendo ler e escrever, foi admitida em 6 de setembro de 1937, era lavradora e se tornou servente; Custódia Batista Santos, vinte e um anos, vinda de Descoberto-GO, solteira, não sabendo ler e escrever, foi contratada em 6 de setembro de 1937, era lavradora e não teve ocupação definida em sua ficha de registro.¹⁷⁷

Todos os trabalhadores eram de origem brasileira, naturais de diversos estados, como Goiás, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Maranhão, Pará e São Paulo. No que se refere ao estado de origem:

Tabela 3 – Origem regional dos trabalhadores migrantes¹⁷⁸

Estado de origem	Quantidade de trabalhadores
Goiás	112
Bahia	26
Minas Gerais	21
São Paulo	6
Maranhão	3

¹⁷⁶ AHG. Documentos da cidade de Goiânia, cx. 6, 1937.

¹⁷⁷ Ibidem.

¹⁷⁸ Ibidem.

Pará	1
Pernambuco	1
Não declarado	22
Total	192

Fonte: AHG. Documentos da cidade de Goiânia, cx. 6, 1937.

As cidades de origem em relação ao estado de Goiás eram:

Tabela 4 – Origem municipal dos trabalhadores migrantes do estado de Goiás¹⁷⁹

Cidade de origem (Goiás)	Número de trabalhadores
Descoberto	30
Cidade de Goiás	17
Formosa	9
Palmeiras	7
Trindade	5
Bela Vista	4
Ipameri	4
Morrinhos	3
Jaraguá	3
Santa Luzia	3
Catalão	2
Novo Horizonte	2
Pouso Alto	2
Posse	2
Vianópolis	2
Santa Maria	2
Anápolis	1
Caldas Novas	1
Cristalina	1
Campo Formoso	1

¹⁷⁹ AHG. Documentos da cidade de Goiânia, cx. 6, 1937.

Corumbá	1
Nova Roma	1
Ouro Fino	1
Planaltina	1
Porto Nacional	1
São Domingos	1
Arraiz	1
Total	112

Fonte: AHG. Documentos da cidade de Goiânia, cx. 6, 1937.

Da Bahia, no mesmo período assinalado, vieram trabalhadores naturais das respectivas cidades:

Tabela 5 – Origem municipal dos trabalhadores migrantes do estado da Bahia¹⁸⁰

Cidade de origem (Bahia)	Número de trabalhadores
Barreiras	10
Correntina	10
Santana	3
Santa Maria	1
Alegre	1
Santa Maria da Vitória	1
Total:	26

Fonte: AHG. Documentos da cidade de Goiânia, cx. 6, 1937.

¹⁸⁰ AHG. Documentos da cidade de Goiânia, cx. 6, 1937.

De Minas Gerais:

Tabela 6 – Origem municipal dos trabalhadores migrantes do estado de Minas Gerais¹⁸¹

Cidade de origem (Minas Gerais)	Número de trabalhadores
Araguari	5
Uberaba	3
Paracatu	2
Patos	2
Uberlândia	2
Juiz de Fora	1
Conquista	1
Formiga	1
Patrocínio	1
Estrela do Sul	1
Monte Carmelo	1
Belo Horizonte	1
Total	21

Fonte: AHG. Documentos da cidade de Goiânia, cx. 6, 1937.

Os estados que tiveram os menores números de trabalhadores foram: São Paulo, seis (todos da cidade de São Paulo); Maranhão, três (dois de Passagem e um de Barra do Corda), Pará, um (Baião) e Pernambuco, um (Boa Vista). De todos os 192 trabalhadores, 18 não declararam o local de origem.

Nenhum dos trabalhadores possuía carteira assinada e, antes de chegar nas obras da capital, possuíam as seguintes profissões:

¹⁸¹ AHG. Documentos da cidade de Goiânia, cx. 6, 1937.

Tabela 7 – Profissão dos trabalhadores migrantes antes de chegar em Goiânia¹⁸²

Profissão	Número de trabalhadores
Lavrador	87
Servente	21
Pedreiro	5
Marceneiro	2
Chofer	1
Tipógrafo	1
Funcionário Público	1
Eletricista	1
Fiscal	1
Encanador	1
Agenciador	1
Negociante	1
Militar	1
Não declarado	68
Total	192

Fonte: AHG. Documentos da cidade de Goiânia, cx. 6, 1937.

Ao serem contratados pela Superintendência, entre junho de 1937 e dezembro de 1938, os trabalhadores tiveram as seguintes ocupações:

Tabela 8 – Profissão dos trabalhadores migrantes no canteiro de obras de Goiânia¹⁸³

Profissão	Número de trabalhadores
Sem especialidade	110
Servente	70
Pedreiro	4
Agenciador	1
Fiscal	1

¹⁸² AHG. Documentos da cidade de Goiânia, cx. 6, 1937.

¹⁸³ Ibidem.

Encanador	1
Transporte de cargas	1
Marceneiro	1
Eletricista	1
Tipógrafo	1
Chofer	1
Total	192

Fonte: AHG. Documentos da cidade de Goiânia, cx. 6, 1937.

Dos 192 trabalhadores registrados, somente 53 declararam que sabiam ler e escrever, como também assinaram os seus respectivos nomes na folha de registro.¹⁸⁴

De tal montante de trabalhadores, somente 33 eram casados e 1 viúvo, posto que 158 se declararam solteiros. Dos 33 trabalhadores casados, 24 possuíam filhos: 10 possuíam 2 filhos; 5 possuíam um filho(a); 4 possuíam 5 filhos; 2 possuíam 3 filhos; 2 possuíam 4 filhos e 1 possuía 9 filhos.¹⁸⁵

Frente a esse breve levantamento quantitativo, que tipo de “padrão” de trabalhador, mesmo que provisoriamente (de junho de 1937 a dezembro de 1938), pode ser delimitado? Tais dados podem servir de aporte para um desenho do conteúdo social dos trabalhadores que aqui chegaram no momento de elaboração da cidade.

A partir dos dados elencados e coligidos, conclui-se que uma parte significativa dos trabalhadores que chegava nas obras de Goiânia era de homens solteiros, que tinham entre quinze e trinta e cinco anos e, por serem em sua maioria do interior do estado de Goiás, vieram para a nova capital goiana via migração espontânea, ou seja, talvez captados pelas propagandas oficiais do governo ou motivados pela rede de familiares e conterrâneos, a fim de obter certa ascensão social. A hipótese de que a partir de redes de amizade e parentesco entre conterrâneos uma parte considerável de pessoas veio trabalhar em Goiânia pode ser ao menos problematizada, tendo em vista que a cidade de Descoberto atraiu uma parte considerável do montante dos trabalhadores. Do mesmo modo, a hipótese do êxito das

¹⁸⁴ AHG. Documentos da cidade de Goiânia, cx. 6, 1937.

¹⁸⁵ Ibidem.

campanhas e propagandas do estado pode ser pensada pela antiga capital, Cidade de Goiás, ser a segunda cidade a atrair mais trabalhadores.

Trabalhadores de outras regiões também foram atraídos, como foi o caso do oeste da Bahia e do Triângulo Mineiro. Assim como todos os 192 registrados nas fichas da Superintendência, nenhum tinha carteira de trabalho e/ou trabalhou com a carteira assinada, ou seja, com os devidos direitos trabalhistas resguardados, como também mal sabiam escrever seus respectivos nomes.

Visto que a maioria dos trabalhadores chegou via migração espontânea, ou seja, que não foram diretamente contratados e levados para os canteiros de obra de Goiânia, os dados demonstram que majoritariamente eram compostos de lavradores ou sem ocupação declarada (respectivamente 87 e 68 dos 192) que se tornaram serventes (70 dos 192) ou compuseram a maioria dos “sem especialidade” (110 dos 192). Apesar de não terem um ofício declarado em suas respectivas fichas de cadastros, os sem especialidades poderiam ser condutores de carroças, estivadores de caminhões de carga (“despejadores” de caminhões de terra, areia e brita) ou então fazer parte das turmas que capinavam os lotes e preparavam o terreno para o andamento das obras.

Outro dado relevante é a pouca presença de trabalhadoras registradas nas fichas da Superintendência (somente 4 dos 192). Isso, no entanto, não implica que elas não estivessem presentes, mesmo que em outras funções nas obras da cidade, pois, sabe-se pelos relatos coligidos pelo CECUP e pelos conflitos entre trabalhadoras presentes no arquivo do judiciário, que as mulheres tiveram um papel fundamental na economia doméstica e cotidiana da cidade. Mesmo que comumente as tendências historiográficas não observem a mulher como um sujeito ativo na formação da cidade, a economia doméstica e cotidiana é crucial na formação da força de trabalho social em quaisquer que sejam os momentos de irradiação das relações sociais capitalistas¹⁸⁶.

Outra observação que há de se levar em conta tendo em vista as duas formas de migração para as obras de Goiânia diz respeito às possibilidades de mobilidade que um trabalhador dispunha no Brasil no início do século XX, o que justifica o quanto dinâmico era o ramo da construção civil e o quanto esse setor expandiu com a política de industrialização de Vargas. Retomando o caso de Manoel Pascoal: tratava-se de um trabalhador do

¹⁸⁶ FEDERICI, Silvia. *O calibã e a bruxa. Mulheres, corpos e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

Pernambuco e o seu processo de acidente de trabalho não dizia até quando habitou o seu estado de origem, mas pode-se perceber que a migração para a cidade do Rio de Janeiro ocorreu, provavelmente, em busca de oportunidades de trabalho. Posteriormente, ele assina um contrato com a Superintendência, de modo que ele não veio das levas de migração espontânea advindas dos interiores de Goiás, Minas Gerais e Bahia.

Pode-se perceber também que Manoel Pascoal era um trabalhador especializado e, dentro do horizonte de um operário do início do século XX, possuía uma certa estabilidade, constituindo uma família no Rio de Janeiro. Ao que tudo indica, ele foi contratado a partir dos escritórios do Rio de Janeiro, chegando aos canteiros de obra de Goiânia no ano de 1937.

No entanto, como entender, dessa forma, o cotidiano de uma classe trabalhadora no momento da construção e formação de Goiânia, tendo em vista o seu caráter plural? No próximo subcapítulo essa problematização será elencada.

1.2. Relações de trabalho e as estratégias cotidianas nas obras da cidade

Van der Linden¹⁸⁷ pode oferecer interessantes subsídios para se responder parte dessa pergunta. Em um primeiro momento, é necessário se despir do eurocentrismo que influencia o estudo da história dos trabalhadores. Esses trabalhadores, pautados nos estudos eurocêntricos, sempre são desenhados como um homem branco, empregado em setores industriais ou então em minas, docas e na agricultura. Sua família é vista secundariamente, meramente no esquema economicista ao analisar os rendimentos dos trabalhadores e, nesse caso, as resistências dos trabalhadores aparecem somente no momento de maior expressão, como no caso das greves advindas de movimentos organizados em partidos e/ou sindicatos¹⁸⁸.

Essa perspectiva gerou o que o autor chama de “nacionalismo metodológico”, que emergiu na história do trabalho ainda em finais do século XIX e que, em certa medida, camufla o eurocentrismo. Tal perspectiva remete a uma abordagem histórica na qual há uma centralidade na história do trabalho que se iniciou na Europa e no Atlântico Norte e depois

¹⁸⁷ VAN DER LINDEN, Marcel. *Trabalhadores do mundo. Ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

¹⁸⁸ Ibidem, p. 9.

se irradiou, juntamente com a noção de moderno, para o resto do mundo, sendo os acontecimentos dessas regiões desprendidos dos movimentos sociais da América Latina e África. Para o autor, não existe uma história do trabalho como um acontecimento separado e isolado em fronteiras nacionais desenhadas.¹⁸⁹

Outras críticas que se pode endereçar ao nacionalismo metodológico, que embebeda a história dos trabalhadores, é de que seus estudiosos acabam por naturalizar o Estado-nação, fundem a sociedade com o Estado e o território nacional, visto que a sociedade, com base no autor, não é um organismo unitário, mas uma rede socioespacial de múltiplas relações de poder que se sobrepõem e se entrecruzam¹⁹⁰.

Assim, um importante aporte para se pensar os trabalhadores nas obras de Goiânia é que a noção de trabalhadores para Marx – aqueles indivíduos livres que não possuem outra mercadoria a não ser a sua força de trabalho – na verdade foi uma entre as diversas formas utilizadas pelo capitalismo para transformar o trabalho humano em mercadoria.

Nesse aspecto, Van der Linden¹⁹¹ faz relevantes críticas a Marx, sobretudo no que se refere ao processo de assalariamento durante a irradiação das relações sociais capitalistas. Geralmente, considera-se que a mercantilização da força de trabalho se daria somente por via do trabalho assalariado, logo esse processo se realizaria no mercado no momento em que fosse algo vendível. Entretanto, para além da mercantilização do trabalho via trabalho assalariado, existem outras formas de mercantilização que não perpassam essa relação, como a mercantilização autônoma (o portador da sua força de trabalho também é o seu possuidor) e a heterônoma (quando o portador da força de trabalho não é o seu possuidor).

Nesse sentido, mesmo em uma economia capitalista “avançada” ou “central”, ou seja, europeia e norte-americana, onde, em tese, as relações de mercantilização de trabalho evoluíram para as relações de trabalho assalariadas, também existiram (e existem) formas intermediárias de trabalhadores assalariados, autônomos, lumpemproletários e escravizados.

Dessa forma, com base no autor, dois pontos interessantes de análise podem servir para entender a composição social dos trabalhadores em Goiânia: primeiro, existem relações de trabalho assalariadas em que o trabalhador não é portador de seu salário e ainda é coagido

¹⁸⁹ VAN DER LINDEN, Marcel. *Trabalhadores do mundo. Ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 11-13.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 16.

¹⁹¹ Ibidem, p. 30.

a realizar suas funções; segundo, é necessário identificar se o trabalhador assalariado era realmente livre, pois várias formas de restringir a liberdade do trabalhador podem ser empregadas mesmo nas relações formais de assalariamento.

Um trabalhador assalariado livre pode ser, ao mesmo tempo, um lumpemproletário a partir do momento em que a subsistência da sua vida é ameaçada ou dificultada. A manutenção pela subsistência de um trabalhador pode repercutir em saques coletivos, furtos e roubos, como também, mesmo em ambientes de alta mercantilização da força de trabalho por meio do assalariamento, em diversos bicos, como a coleta de lixo.¹⁹²

Assim, o esquema cíclico da ortodoxia marxista (força de trabalho/dinheiro – via salário/bens de consumo) pode ser visto, quando se tem em mente as vias intermediárias do assalariamento, por outras ramificações. Os bens de consumo não são comprados somente pelo dinheiro advindo das relações assalariadas, mas também por permutas e trocas. Tem-se, por exemplo, a importância do trabalho de subsistência e de cooperação para a reprodução da força de trabalho. O trabalhador que consegue reproduzir a sua força de trabalho sem a necessidade do trabalho de subsistência e de cooperação geralmente possui uma renda elevada, dispõe de laços familiares ou é capaz de empregar outros trabalhadores assalariados para cumprir tais funções (empregados domésticos).

Deve-se ter em mente que em qualquer economia capitalista existem múltiplas modalidades de trabalho e variantes de formas assalariadas.

[...] na sociedade capitalista, as fronteiras entre trabalhadores assalariados “livres” e outros tipos de trabalhadores subalternos são, na verdade, vagas e finamente graduadas. Em primeiro lugar, existem amplas e complexas “áreas cinzentas”, repletas de graus intermediários entre trabalhadores assalariados “livres”, escravos, trabalhadores autônomos e lumpemproletários. Em segundo lugar, a quase totalidade dos trabalhadores subalternos, *individualmente*, também podem acumular diferentes formas de trabalho, tanto sincrônica quanto diacronicamente. E, por fim, a distinção entre os diferentes tipos de trabalhadores subalternos não é nítida.¹⁹³

Para tentar entender essas relações intermediárias de assalariamento e as múltiplas formas existentes de trabalho na sociedade capitalista, lança-se mão da noção, de inspiração gramsciana, de “trabalhadores subalternos”. O termo trabalhadores subalternos alarga o de

¹⁹² VAN DER LINDEN, Marcel. *Trabalhadores do mundo. Ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 37.

¹⁹³ Ibidem, p. 40.

operário e de assalariado, pois engloba uma gama de assalariados, escravos, autônomos, meeiros, pequenos artesãos etc. Os historiadores que têm como objeto as relações de trabalho devem ter em mente como essa multidão variada se faz presente nas diversas formas de mercantilização da sociedade capitalista.

Nesse sentido, com base em tal reflexão, pode-se inferir que a maior experiência social dos trabalhadores nos anos de 1930 no canteiro de obras da cidade era proveniente da migração. Conforme foi constatado, a maioria dos trabalhadores era advinda do interior dos estados de Goiás, Minas Gerais e do oeste da Bahia, trazendo consigo práticas culturais distintas. Cabe ressaltar que esse trabalhador migrante não necessariamente vinha de seu local de nascimento, pois, migrando de forma espontânea, o seu trajeto para as obras da cidade não era direto. Sua locomoção ocorria de diversas formas (a pé, de trem ou pelas estradas de rodagem) e os que não tinham dinheiro para continuar a jornada, faziam o percurso intercalando pequenos serviços em fazendas. Tendo em mente essa composição social do trabalhador migrante, pressupõe-se que tais elementos criaram condicionamentos e particularizaram as formas de expropriação e exploração do trabalho.

A composição dos trabalhadores das obras da cidade tinha matrizes sociais distintas. Então, como fazer uma diferenciação interna dos trabalhadores das obras de Goiânia? Para isso, é preciso analisar a relação do trabalhador subalterno com a sua força de trabalho e a sua relação com os meios de produção e com os produtos de seu trabalho. Mas, para isso, também é necessário considerar como o trabalhador subalterno se relaciona para além de seu espaço de trabalho, com o seu ambiente familiar, com os colegas imediatos ou outros tipos de redes de solidariedades, dependências e interesses. Do mesmo modo, sua relação com os demais atores sociais fora do espaço produtivo imediato, como a lógica de dívidas, obrigações, alojamentos e outros elementos também devem ser considerados.

Tendo em vista as formas intermediárias de mercantilização do trabalho, via trabalhador assalariado, como também as múltiplas modalidades que o mesmo reverbera na sociedade capitalista, é possível fazer mais algumas inferências sobre o acidente de trabalho de Manoel Pascoal. Quando ao chegar em Goiânia e assumir o seu posto de trabalho (como estucador), qual era a posição desse sujeito diante da hierarquia de trabalho na construção civil?

Com base em Bernardes¹⁹⁴, a hierarquia dos trabalhadores da construção civil se dava da seguinte maneira: o servente (responsável pelo transporte de materiais e a preparação dos mesmos), que tinha menor prestígio em função da sua desqualificação, grupo composto pelos migrantes do interior de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Bahia; o semioficial (pedreiros, carpinteiros, eletricistas, encanadores, marceneiros, estucadores e outros ofícios especializados), grupo formado por estrangeiros e trabalhadores qualificados dos grandes centros urbanos; e, na mais alta hierarquia, o encarregado da obra e o mestre de obras, composto quase que exclusivamente por trabalhadores estrangeiros (italianos, alemães, austríacos, espanhóis e portugueses).

A hierarquia do trabalho, além de ser estabelecida pela escolaridade e a experiência na especialidade do ofício a ser executado, era também definida pela indicação. Como a quantidade de trabalhadores não especializados era grande entre os migrantes e existiam poucas vagas de trabalho especializado – lembrando que o migrante que chegava até o canteiro de obra tinha que arcar com as suas habitações e lidar com os constantes atrasos de pagamento –, para se conseguir um emprego, até mesmo de serviços gerais na construção civil, uma indicação de alguém com um cargo de gestão (como os engenheiros e mestres de obras) era muitas vezes necessária.¹⁹⁵

Manoel Pascoal estava no nível intermediário dessa hierarquia do trabalho nas obras. Como trabalhador especializado (estucador), disputava seu espaço de trabalho (e a reprodução da sua vida social) com trabalhadores estrangeiros também especializados e com superiores. Vale destacar a preferência das autoridades pelos trabalhadores europeus na época. Nas entrevistas coletadas por Bernardes¹⁹⁶ e Menezes¹⁹⁷ é comum o relato de que os trabalhadores estrangeiros tinham moradias melhores, recebiam melhores salários e com menos atrasos, como também às vezes eram promovidos sem ter as aptidões necessárias.

Alguns trabalhadores não especializados tiveram a oportunidade de aprender alguns ofícios, como revela o depoimento de Pedro Cavalcante, migrante baiano:

Olha, em Goiânia eu só não fui, pra dizer a verdade, eu só não fui ladrão. Eu fui guarda-noite, eu fui guarda-dia, fui auxiliar de receber material na Companhia de Obras, trabalhei de carroceiro, naquela época da construção de Goiânia não havia caminhões, quando tinha era uns poucos, então era puxado nas costas dos burros e

¹⁹⁴ BERNARDES, Genilda d'Arc. *Construtores de Goiânia...* op. cit. p. 63.

¹⁹⁵ MENEZES, Eleuzenira Maria de. *Migrações para Goiânia...* op. cit., p. 56.

¹⁹⁶ Ibidem, p. 67-69.

¹⁹⁷ MENEZES, Eleuzenira Maria de. *Migrações para Goiânia...* op. cit. p. 60-72.

eu fui um dos carroceiros que mais trabalhou na Companhia [...]. Nós trabalhamos juntos, o engenheiro muito bom me deu o direito de aprender uma profissão, dispôs lá como profissão carpinteiro, armador eletricista, pintor e eu fui trabalhar de armador, quando pegava no ferro queimava a mão tudo (risos), falei não aqui não dá, esse não dá. Fui trabalhar de carpinteiro, eu era franzininho, pegava aquelas vigotas desse tamanho assim para por nas costas! Eu disse quer saber de uma coisa eu vou ficar como pedreiro mesmo, aí me dediquei à profissão de pedreiro.¹⁹⁸

Sobre a lógica da indicação e a necessidade de uma boa relação com superiores ou com colegas de trabalho, Luiz Gomes, migrante do Rio Grande do Norte, relata que:

Acontece que, chegando aqui, eu não tinha conhecido algum; trouxe apenas a recomendação de um moço que me deu, na minha viagem pelo Rio São Francisco, para um cunhado dele que residia em Goiânia, chamado de Dr. Esmeraldo Soares, engenheiro aqui da capital. Então ele não podendo me arrumar coisa melhor, me perguntou se eu aceitaria trabalhar de servente de pedreiro e eu que, com muito prazer aceitaria.¹⁹⁹

Até mesmo o trabalhador qualificado precisava de boas indicações para começar a trabalhar, como relata Sr. Hilarino, pernambucano que migrou primeiramente para Minas Gerais e depois para Goiânia:

Vim de Belo Horizonte para Goiânia a procura de trabalho. Aqui cheguei no dia 29 de setembro de 1936, e por indicação de uma pessoa conhecida, eu pedi um emprego ao Dr. Pedro Ludovico, o interventor federal. Naquela época, todas as coisas, as mais simples aqui as pessoas se dirigiam diretamente ao Dr. Pedro e ele, pacientemente atendia a todos.²⁰⁰

Conforme também relata Sr. Hilarino, o reconhecimento do migrante como trabalhador era algo a ser conquistado:

Aqui era uma oficina de trabalho e Pedro Ludovico estava na frente da oficina, todo mundo tinha que trabalhar. O lema do Dr. Pedro, naquele tempo, aqui em Goiânia era: “Chega aqui pra trabalhar”, malandro ele não permitia. [...] havia trabalho para todos que procurassem, desde o “roçar do cerrado” até a ocupação de altos postos da atividade pública.²⁰¹

¹⁹⁸ Depoimento de Pedro Cavalcante. In: MENEZES, Eleuzenira Maria de. *Migrações para Goiânia...* op. cit. p. 62.

¹⁹⁹ Depoimento de Luiz Gomes. In: MENEZES, Eleuzenira Maria de. *Migrações para Goiânia...* op. cit. p. 63.

²⁰⁰ Entrevista de Hilarino Veloso da Silveira. In: *Memória cultural. Ensaios da história de um povo*. Goiânia- GO: Prefeitura Municipal, 1985. p. 109.

²⁰¹ Ibidem, p. 110.

Tendo em vista as precárias condições de trabalho e de vida nos primeiros anos de Goiânia, esses trabalhadores disputavam e lutavam entre si para ser empregados. Além dos relatos orais coletados por Bernardes²⁰² e Menezes²⁰³, essas disputas entre trabalhadores especializados ou não, ou entre aqueles que tinham uma melhor indicação (baseada na disciplina com o superior), podem ser observadas no desenrolar dos testemunhos referentes ao acidente de Manoel Pascoal: de um lado, nota-se os depoimentos de Mario Diniz (colegas de trabalho e que dividiam o mesmo quarto da pensão) e José Vítor, ambos brasileiros e estucadores, portanto, especializados, que confirmam a versão do acidente de Manoel Pascoal e afirmam, a partir do seu convívio particular, que a hérnia surge a partir da sua queda do andaime. Do outro lado, encontram-se os depoimentos dos austríacos Francisco Weiss e Carlos Buchberger. O primeiro, carpinteiro, confirma a versão do acidente, porém ressalta que havia visto Manoel Pascoal trabalhando logo após a sua queda. Carlos Buchberger, mestre de obras, argumenta que não se lembra do acidente e que provavelmente o mesmo não existiu, pois, o queixoso voltou a trabalhar no outro dia (como também afirma Francisco Weiss). Ao fim, a versão da hérnia provocada pelo acidente de Manoel Pascoal é rechaçada.

A versão dos trabalhadores estrangeiros foi a versão aceita e levada em conta pela Justiça local. Mesmo tendo perdido a ação, pode-se inferir que foi um ato de coragem de Manoel Pascoal exigir seus direitos frente à condição de violência, coerção e controle mantida sobre os trabalhadores dos canteiros de obra. Pedro Fernandes, que trabalhou como mestre de obras, narra sobre a constante ameaça de violência contra aqueles que reclamavam ou lutavam contra as condições de trabalho que eram impostas aos trabalhadores: “naquela época matavam mesmo, qualquer coisinha não podia falar que eles estavam te abotoando. Então era política muito banal, essas políticas de antigamente eram bem fortes”.²⁰⁴

A partir dessas duas versões, entretanto, é possível observar alguns elementos do cotidiano de Manoel Pascoal. Três meses após Manoel cair do andaime, José Vitor da Silva, seu colega de trabalho e testemunha de seu acidente, também se acidentou. Em um memorando enviado ao Superintendente das Obras de Goiânia, em finais de junho de 1937, constava o seguinte:

Sr. Superintendente. Informo que o estucador José Vitor da Silva, ex-operário da Superintendência Geral das Obras de Goiânia, foi contratado no Rio de Janeiro e,

²⁰² BERNARDES, Genilda d'Arc. *Construtores de Goiânia...* op. cit.

²⁰³ MENEZES, Eleuzenira Maria de. *Migrações para Goiânia...* op. cit.

²⁰⁴ MATTOS, Sílvia Clímaco. *Memória e cidade...* op. cit. p. 34.

10 de março de 1937, havendo se apresentado nas Obras em 19 de março de 1937. [...] Em 7 de junho de 1937, sofreu um acidente, quando em serviço nas obras do prédio destinado ao Ginásio do Estado, tendo sido aberto o competente inquérito sobre acidente no trabalho. Em 15 de junho de 1937, retirou-se de Goiânia, com destino ao Rio de Janeiro, havendo abandonado o inquérito instaurado, e sem haver cumprido o prazo de seis meses, estipulado em seu contrato.²⁰⁵

Ao contrário de Manoel Pascoal, José Vitor desistiu do inquérito do acidente de trabalho, preferindo, logo após o seu acidente, quebrar o contrato de trabalho assinado e retornar ao Rio de Janeiro. Apesar de não especificar o respectivo acidente de trabalho, sabe-se que em finais de 1937 e início de 1938, o estado pressionava a finalização das obras do Ginásio do Estado.

Em 10 de janeiro de 1938, o Secretário Geral do Estado exigia do Superintendente uma maior agilidade na construção do Ginásio de Goiânia, o Lyceu, ao que tudo indica. O secretário pede, após a finalização da obra, a desocupação das salas cedidas para os funcionários e que dois operários da marcenaria do estado fossem até a Cidade de Goiás para transferir os móveis da Escola Normal para o Ginásio da Capital.²⁰⁶

Sobre a alta rotatividade, em razão das péssimas condições de trabalho, Boari afirmava que “tinha muitos que vinham, ficavam aqui dois, três, quatro meses, depois não aguentavam o serviço e iam embora. Era pesado”²⁰⁷. Boari, sobre esse mesmo tema, argumentava:

Bem, os que estavam em contrato tinham que realizar o contrato. Se fosse contrato de um ano, então ele tinha que realizar o contrato. Se fosse contrato de um ano, então ele tinha que permanecer durante esse ano. Agora, quem não estava em contrato, esses abandonavam ou voltavam. Voltavam pro Rio, voltava pra São Paulo. Para onde quisesse. Inclusive, o pagamento não era bom.²⁰⁸

Mesmo não encontrando nenhuma outra informação sobre as outras testemunhas do acidente, sabe-se, a partir do depoimento de seu outro colega de trabalho e de quarto, Mário Diniz, que Manoel Pascoal tinha condições de alugar um quarto. Isso significa que ele não fazia parte das levas de trabalhadores que foram obrigados a ocupar lotes próximos a Campinas (que dariam origem, nos anos de 1950, ao Bairro Operário) e também de outros

²⁰⁵ AGH. Documentos da cidade de Goiânia. Cx. 6, 1937.

²⁰⁶ AHG. Documentação avulsa, cx. 953.

²⁰⁷ Ibidem.

²⁰⁸ WIEDERHECKER, Cycle Louise; CHAVES, Elza Guedes; PEREIRA, Luís Araújo. *Memória social de trabalhadores da construção de Goiânia...* op. cit. p. 14.

milhares que foram expurgados da cidade e ocuparam a margem direita do Córrego Bota-Fogo – ocupações que dariam origem ao bairro Vila Nova e ao Bairro Bota-Fogo que, mais tarde, em finais de 1950, a partir de uma política de remoção violenta, seria chamado de Setor Universitário, para abrigar a Universidade Católica de Goiás e as Escolas de Engenharias.

Se Manoel Pascoal morava, muito provavelmente, em Campinas, tinha de percorrer sete quilômetros diariamente até chegar ao canteiro de obras no centro da cidade. Como a mobilidade urbana era precária (raramente com o transporte em ônibus ou automóveis), ao que tudo indica, ele tinha de fazer o percurso andando, com o extremo desconforto de sua hérnia na virilha.

Outro elemento que pode ser apreendido a partir do depoimento de Francisco Weiss (que viu Manoel Pascoal trabalhar em outra obra logo após a sua queda) é de que havia nos canteiros de obra o mito do “patrão-operário”, propagado entre as autoridades e os trabalhadores e que camuflava, na verdade, relações de trabalho por empreita. A empreita seria uma forma de os trabalhadores especializados (como mestre de obras e carpinteiros) assumirem outras obras menores (residências e casas comerciais) como alternativa ao atraso dos salários ou, em função da escassez de materiais de construção e da paralisação dos trabalhadores, quando se diminuía o ritmo das grandes obras:

A situação apresentada se assemelha à situação vivenciada pelo restante da classe trabalhadora, seja da construção civil, seja de outras categorias, cuja mão-de-obra é caracterizada como desqualificada. A especificidade dos trabalhadores que construíram Goiânia é que, além do baixo salário recebido, ainda tinham que enfrentar constantes atrasos salariais de até nove meses, obrigando-os a se submeterem ao sistema de vales e a utilização das cooperativas do Estado, o que acirrava ainda mais a expropriação destes trabalhadores, aumentando a exploração, uma vez que esta extrapola os limites evidenciados no processo produtivo. Os operários percebiam esta situação quando afirmam que os baixos salários recebidos os levavam a aceitar o desdobramento da jornada de trabalho, a realizar “bicos”, a se submeterem a uma situação que aliada a pouca segurança existente no processo de trabalho propiciava a ocorrência de acidentes de trabalho.²⁰⁹

Nesse sentido, nota-se que os “bicos”, as “empreitas” do suposto “operário-patrão”, eram alternativas aos constantes atrasos dos salários. Para isso, porém, o trabalhador tinha de ser especializado. Àqueles que não conseguiam uma empreita, restava o “biscate”, ou seja, a venda ambulante de produtos. Nesse ponto, a mão de obra feminina teve um papel central, tanto na manufatura de doces, comida e roupas quanto na prestação de pequenos serviços

²⁰⁹ BERNARDES, Genilda d’Arc. *Construtores de Goiânia...* op. cit. p. 101.

(como limpeza e lavanderia). Os bicos eram realizados geralmente nos poucos momentos de descanso (que dependiam do ritmo das obras), nos finais de semana ou à noite. Com o desdobramento da jornada de trabalho, o desgaste de tais trabalhadores da empreita ou do biscoate somado à pouca preocupação com a segurança do trabalho aumentavam as possibilidades de acidente.

Não cabe aqui dar um veredito sobre se Manoel Pascoal estava mentindo ou não a respeito do acidente, se a sua queda realmente aconteceu, mas é necessário entender o ambiente e os condicionamentos que possibilitaram a dita ocorrência. Logo, nessa perspectiva, Manoel Pascoal carregava todos os elementos de superexploração e de extensão de jornada de trabalho, o que incidiram em peso para contribuir para um possível acidente de trabalho.

Outro questionamento salta nesse processo: por quais motivos, inicialmente, Manoel Pascoal não procurou atendimento médico? A possível resposta é: a partir de relatos dos trabalhadores da construção de civil, sabe-se que Goiânia veio a ter um hospital somente na década de 1940. A cidade até então contava somente com um posto de saúde e uma clínica improvisada em uma casa no centro. Por que Manoel não buscou de imediato os seus direitos? O que o levou a procurar a Justiça somente quando a hérnia estava em um estágio avançado que o impossibilitava de trabalhar?

Em diálogo com a microanálise histórica, na intenção de entender melhor a trajetória de Manoel Pascoal, os casos históricos – as trajetórias individuais, os segmentos de vida e a experiência cotidiana – não servem somente para ilustrar a existência histórico-institucional de um determinado grupo social, mas, com um outro procedimento analítico, também para analisar como os sujeitos sociais tecem suas redes de relações (de dependência, interesses e necessidades) e criam as suas estratégias.²¹⁰

Deve se ter em mente que nem sempre as ações dos sujeitos são guiadas por uma racionalidade abstrata, mas por estratégias relativamente articuladas em suas redes de relações que visam a melhor adaptação em uma sociedade que está em plena transformação. Essas estratégias não são inteiramente livres, tampouco são inteiramente determinadas por forças econômicas e/ou políticas, mas estão ligadas a valores tecidos pelos seus contemporâneos.²¹¹

²¹⁰ GRENDI, Edoardo. *Repensar a micro-história?*. In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. p. 253.

²¹¹ REVEL, Jacques. *A história ao rés-do-chão*. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 7-36.

Os atores sociais nem sempre correspondem a uma racionalidade estipulada pelo historiador a todo instante em sua experiência social, tampouco estão racionalmente em oposição aos grupos sociais que exploram a sua força de trabalho. Desse modo, pode-se entender que esses atores sociais são polivalentes e com relações variantes que expressam as múltiplas experiências simultâneas que os indivíduos podem ter em seu cotidiano.²¹²

A consciência social dos indivíduos é forjada pelas suas experiências, não é algo universal a todos os grupos coletivamente organizados em categorias de análise, mas sim formulada a partir da experiência social de cada grupo, não somente nas relações de trabalho e de exploração, como também nas redes de solidariedade, de cooperação e de interesse que moldam experiências simultâneas em outras esferas da vida cotidiana (trabalho, família, vizinhança, amizade e outros). Ao observar as múltiplas experiências simultâneas que os atores sociais têm em seu cotidiano, pode-se notar consciências específicas de lealdade corporativa, solidariedade horizontal e vertical, como também relações de exploração, abuso e luta entre os grupos sociais²¹³.

Dessa forma, a noção de estratégia revela a relativa liberdade do indivíduo, que não é inteiramente submisso e controlado pelos sistemas normativos, pois toda ação social é dotada de negociação, manipulação, escolhas e decisões. Diante de uma realidade normativa, os atores ainda têm possibilidades de interpretação e ação.²¹⁴ Essa reflexão permite perceber as contradições dos sistemas normativos para então apreender a pluralidade de pontos de vista dos atores sociais (inclusive dos pesquisadores) e tornar os sistemas teóricos de análise fluídos e abertos. Nos interstícios e na inconsistência de todos os sistemas normativos, por meio de estratégias, os indivíduos tecem as suas redes de ações. São nas ações mais insignificantes ou contraditórias aos modelos teóricos que se encontram as contradições dos sistemas normativos da sociedade.²¹⁵

A partir da noção de estratégia – em que o sujeito histórico não é inteiramente determinado pela sua posição na estrutura socioeconômica, visto que tem uma liberdade limitada em relação aos condicionantes estruturais, ainda que mediada pelo espaço, escolha e estratégias dentro de um horizonte de possibilidades limitadas e de um horizonte social

²¹² BEUNZA, José María Imízcoz. *Redes, grupos, clases. Una perspectiva desde el análisis relacional...* op. cit. p. 70.

²¹³ Ibidem, p. 72.

²¹⁴ LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 137.

²¹⁵ Ibidem, p. 156.

circunscreto²¹⁶ – e dos condicionamentos sofridos, Manoel Pascoal optou por procurar a Justiça na intenção de conseguir voltar para casa e procurar atendimento médico no Rio de Janeiro.

A impossibilidade de trabalho e, consequentemente, de reprodução da sua vida material e social, fizeram com que Manoel Pascoal, mesmo consciente de que seus direitos eram letra morta – pois, afinal, trabalhava sem carga horária definida, não recebia salário mínimo e nem em seu devido prazo e era forçado a estender a sua carga horária quando o ritmo da obra aumentava ou para conseguir alguma renda extra nos bicos (no bicate ou na empreita) –, utilizasse os mecanismos do judiciário para fazer valer seus interesses imediatos.

No que tange às relações de trabalho, nota-se pouco, ou quase nenhum, respeito à legislação trabalhista da época, como, por exemplo, a falta de um dia exato de data de pagamento, prevista por lei desde 1919. Não havia, portanto, os quinze dias de férias previstas por lei desde 1925 e a carteira de trabalho, cuja criação data de 1935, somente começou a ser utilizada nos canteiros de obra de forma muito limitada.²¹⁷

De acordo com Bernardes²¹⁸:

As relações trabalhistas na construção de Goiânia eram constituídas por uma “mesclagem” graduada, que partia das modalidades mais arcaicas, próprias das tradições do mundo do trabalho rural, aproximando-se ao que havia de mais moderno, derivadas das inovações trabalhistas produzidas pelo governo central. E assim ouvimos falar de um Estado que ao mesmo tempo em que realizava contratos dentro de parâmetros exigidos pela nova ordem legal, utilizava-se também do sistema de empreitada. De empresas privadas, com a “Coimbra Bueno” que aplicava a Legislação Trabalhista. Ouvimos também falar de empresas que faziam parte desta legislação “letra morta”, e ainda, de “patrão-operário” onde as relações trabalhistas se realizavam sem qualquer controle, em um regime de solidariedade entre as partes constitutivas do processo de construção, na base da confiança e amizade²¹⁹.

Sobre o não cumprimento das leis trabalhistas em relações de trabalho tidas como assalariadas, Adolfo Boari, mineiro, que chegou nas obras da cidade em 1940, afirma que:

²¹⁶ FARINATTI. Luís Augusto. *Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social*. In: *Revista Anos 90*. Porto Alegre, v. 15, n. 28, jul. 2008, p. 63.

²¹⁷ WIEDERHECKER, Cycle Louise; CHAVES, Elza Guedes; PEREIRA, Luís Araújo. *Memória social de trabalhadores da construção de Goiânia...* op. cit. p. 12-13.

²¹⁸ BERNARDES, Genilda d'Arc. *Construtores de Goiânia...* op. cit. p. 66.

²¹⁹ Ibidem.

Eu não tinha carteira assinada. Trabalhei quinze anos na marmoraria. Foi passando, foi passando e eu fui deixando tapear como ele quis. Me prometia que ia me indenizar e me aposentar. Foi me levando. Ele morreu e ficou em nada.²²⁰

No que se refere à ausência de férias e à jornada de trabalho, José Fernandes, imigrante português que veio a Goiânia em 1934, relata que:

A gente trabalhava das 6 da manhã às 6 da tarde, com intervalo de duas horas para o almoço. Quando era com o concreto, trabalhava dia e noite. Houve ano em que trabalhei 365 dias.²²¹

Ainda sobre o tema, Vitorino de Freitas afirmava, em 1987, que “era biscateiro nos domingos e feriados. Trabalhava dia e noite e nas madrugadas também”²²². Acerca do atraso de pagamentos, Vitorino dizia: “eu trabalhei para o Estado. Eu recebia mais ou menos de 4 em 4 meses. Eu recebia salário de um mês”²²³. Boari menciona que “tava uma fama muito ruim em Goiânia quando eu cheguei aqui, do governo do estado, por falta de pagamento”²²⁴.

Sobre os atrasos dos salários, Sr. Hilarino, que em meados dos anos de 1930 era funcionário público municipal, argumentava que somente ocorria com os funcionários da Superintendência, ligada ao governo do estado, e não aos funcionários da prefeitura. Ao ser questionado se havia atrasos em seus salários, ele responde: “não, da prefeitura, não, o salário atrasado era o salário do pessoal da Superintendência, esse é que atrasava”²²⁵, e justificava: “atrasava porque, vinha a remessa de mercadorias, material de construção do Rio, São Paulo, tudo era feito fora; aqui, a não ser tijolo, madeira, tudo vinha de fora, tinha que vir de fora, importar tudo. Era uma pobreza muito grande aqui em Goiás”²²⁶.

Acerca das relações de trabalho e das formas de expropriação que perpassavam pelas formas intermediárias de assalariamento nas obras da cidade, Adolfo Boari relata uma situação bem específica aos imigrantes do eixo que aqui trabalhavam:

²²⁰ Depoimento de Adolfo Boari. In: WIEDERHECKER, Clyce Louise; CHAVES, Elza Guedes; PEREIRA, Luís Araújo. *Memória social de trabalhadores da construção de Goiânia...* op. cit. p. 13.

²²¹ Depoimento de José Fernandes. In: WIEDERHECKER, Clyce Louise; CHAVES, Elza Guedes; PEREIRA, Luís Araújo. *Memória social de trabalhadores da construção de Goiânia...* op. cit. p. 13.

²²² Depoimento de Vitorino de Freitas. In: WIEDERHECKER, Clyce Louise; CHAVES, Elza Guedes; PEREIRA, Luís Araújo. *Memória social de trabalhadores da construção de Goiânia...* op. cit. p. 13.

²²³ Ibidem, p. 13.

²²⁴ Depoimento de Adolfo Boari. In: WIEDERHECKER, Clyce Louise; CHAVES, Elza Guedes; PEREIRA, Luís Araújo. *Memória social de trabalhadores da construção de Goiânia...* op. cit. p. 13.

²²⁵ Entrevista de Hilarino Veloso da Silveira. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 111.

²²⁶ Ibidem, p. 111.

- Quais obras do estado o Sr. participou?
- Do coreto, com meu pai. A altura do relógio foi eu que peguei. Meu pai era italiano e não podia trabalhar mais, construir, por causa do tempo de guerra. Ele podia ter ganho algum dinheiro do Estado, mas ficou preso no Estado porque, disseram que tiveram que pagar os navios de guerra que os alemães afundaram. A Itália tinha entrado na guerra. Aquele dinheiro eles disseram que depois pagavam e até hoje!
- Como é?
- Os estrangeiros do eixo que tinham dinheiro para receber do governo brasileiro tinha que pagar os navios que os alemães afundaram.
- Mas, aqui em Goiás havia isso?
- Era descontado em folha. Era descontado por empreitada.
- Mas explica isso melhor...
- Descontavam o navio que afundou. Afundaram 5 navios de uma vez... Disseram que mais tarde devolveriam. Aí, que ele podia ter feito alguma vantagem, ficou preso lá. Agora, ele também não tinha cabeça, não.²²⁷

Mesmo com vários relatos de que as leis trabalhistas não eram cumpridas, sobretudo para os trabalhadores não especializados das obras da cidade, os trabalhadores fichados, ou seja, especializados e contratados pela Superintendência, gozavam de um salário mensal (e não com base em horas ou dias trabalhados), como também de alguns direitos trabalhistas. Um caso que elucida a relação de trabalho entre trabalhadores assalariados e o estado, mediado pela Superintendência, foi o acerto feito na dispensa dos operários da marcenaria do estado no momento de seu fechamento, em 16 de agosto de 1938.²²⁸

Mediante essas formas intermediárias de assalariamento, como se pode ter uma certa noção de quanto, em média, um trabalhador ganhava nas obras da cidade? Nas caixas da documentação da cidade de Goiânia, especificamente na caixa 4 de 1937, nos arquivos da Secretaria Geral das Obras de Goyana, foram encontrados 366 contracheques dos pagamentos de seus funcionários referentes aos meses de fevereiro e abril²²⁹. Nos depoimentos coletados pelo CECUP em 1987 percebe-se uma constância no que se refere ao atraso dos pagamentos. Na documentação do Arquivo Histórico, o atraso dos pagamentos confirma a versão dos entrevistados, chegando, conforme indica os documentos, de dois a três meses. Por exemplo, em fevereiro se recebia o pagamento que deveria ter sido feito em dezembro e, isso cabe pontuar, não somente se atrasava o salário dos operários, mas também de seus engenheiros, inclusive de seu diretor. O maior atraso verificado no momento

²²⁷ Entrevista de Adolfo Boari. In: *Memória cultural. Ensaios da história de um povo*. Goiânia-GO: Prefeitura Municipal, 1985. p. 17.

²²⁸ AHG. Documentação avulsa, cx. 953.

²²⁹ AHG. Documentos da cidade de Goiânia. Cx. 4, 1937.

assinalado foi o de Joaquim Fernandes da Silva, de nº 377, que somente no dia 2 de março de 1937 recebeu seus salários de dezembro de 1936, janeiro e fevereiro de 1937.²³⁰

O menor salário encontrado foi o de Altamiro Francisco Rosa, de nº 151, no valor de 10\$000 (dez mil réis) em fevereiro e de 20\$000 em março de 1937. Francisco de Oliveira e Martiniano Alves de Souza receberam em 2 de fevereiro o valor de 40\$000 cada, o que parece ser a média dos salários abaixo de 100\$000. Alguns pagamentos intermediários, acima de 200\$000, foram destinados a Paschoal Trepicchio (220\$000), Abelardo Coimbra Bueno (300\$000), pelas fotografias das obras, Frederico Hillwegg (440\$000), dentre outros. Outros pagamentos mais elevados foram destinados a Jerônimo Coimbra Bueno (1:500\$000), Jorge Diniz Carneiro (1:200\$000), por prestação de serviços, e Dante Ungarelli (2:500\$000), por fornecimento de materiais de construção.²³¹

Como apontado, alguns dos trabalhadores, além de ter os nomes discernidos em suas folhas de pagamento, eram também registrados por números (por exemplo, José Mendes em seu pagamento de março de 1937, tinha também como registro, logo ao lado de seu nome o nº 183, tal como José Ferreira, nº 103, Francisco Adão, nº 559, e assim por diante).²³² Apesar de discernir a quantia, o mês de pagamento e o valor, o documento não mostra a função de cada trabalhador. Entretanto, sabe-se, por essa mesma caixa, que Pedro Arantes, contador, recebeu 700\$000 em outubro de 1935, Luiz Sperb, auxiliar de contador, 335\$000 e Germano Roriz, “dactilographo”, 600\$000.²³³

Em uma quantificação dos salários pagos aos funcionários da Superintendência, entre os meses de fevereiro e março de 1937, apresentam-se os seguintes dados:

Tabela 9 – Salários pagos na Superintendência entre fevereiro e março de 1937²³⁴

Salário	Número de trabalhadores
10\$000	13
20\$000	14

²³⁰ AHG. Documentos da cidade de Goiânia. Cx. 4, 1937..

²³¹ Ibidem.

²³² Ibidem.

²³³ Ibidem.

²³⁴ Ibidem.

30\$000	24
40\$000	21
50\$000	29
60\$000	22
70\$000	10
80\$000	9
90\$000	2
100\$000	21
110\$000	3
120\$000	10
130\$000	2
140\$000	2
150\$000	9
170\$000	2
180\$000	3
200\$000	7
220\$000	5
250\$000	3
300\$000	5
320\$000	2
340\$000	1
380\$000	1

Fontes: AHG. Documentos da cidade de Goiânia. Cx. 4, 1937.

Com base em tais dados, pode-se notar que a maior parte dos pagamentos foi relativa ao intervalo de 13\$000 a 100\$000. Tendo em vista que o salário de Manoel Pascoal, trabalhador especializado, girava em torno de 70\$000, podemos inferir que em 1937 um operário das obras de Goiânia recebia em torno de 10\$000 a 70\$000.²³⁵

Alguns trabalhadores tinham em seu contrato os rendimentos contabilizados por dia de trabalho, por exemplo: José Morais, admitido em 16 de setembro de 1937, tinha o pagamento de 1\$500 por dia. Já outros trabalhadores tinham os seus rendimentos,

²³⁵ AHG. Documentos da cidade de Goiânia. Cx. 4, 1937..

estabelecidos já em suas fichas de registro, postos por mês de trabalho, como o caso de Laercio de Gomes da Silva, admitido em 5 de agosto de 1937, que ganhava mensalmente 150\$000 pela arborização da cidade.²³⁶

Parte da documentação da Superintendência Geral das Obras da Nova Capital, que, em 1937, muda o “Nova Capital” para “Goiânia” (conforme foi constatado nas fontes), está presente nas numerosas, porém muito bem organizadas, caixas da documentação do Arquivo Histórico de Goiás.

Em tais caixas foi possível encontrar um documento que registra um balanço diário das obras, chamado de “Folha Diária do Movimento e Despesas”, que especifica o tipo do trabalho, como “limpezas e empilhamento de tijolos e madeiras”, as despesas de materiais e de trabalhadores na construção de casas do tipo 11, 12 e 18, do Grande Hotel e diversas outras construções, entre fevereiro e outubro de 1935. Porém, o que mais chama a atenção é que no item “Anotações sobre trabalhadores”, que servia para registrar queixas em relação à disciplina do trabalho, em todos os 135 documentos analisados, aparece “nenhum(a)” ou “não houve”²³⁷.

Ainda sobre as caixas de documentação avulsa do Arquivo Histórico de Goiás referente ao período da construção de Goiânia, uma caderneta foi encontrada que continha, de forma bem detalhada, os registros de pagamentos dos trabalhadores em fevereiro de 1939, porém, nesse caso específico, somente os trabalhadores especializados. A caderneta, em uma letra cursiva bem centralizada, continha o título “Folha de pagamento dos trabalhadores das obras de Goiânia que são fichados referente ao mês de fevereiro”.²³⁸

Os 216 funcionários que receberam seus salários da Superintendência em fevereiro de 1939 tinham como profissão:

²³⁶ AHG. Documentos da cidade de Goiânia. Cx. 6, 1937.

²³⁷ AHG. Documentação avulsa, cx. 903.

²³⁸ AHG. Documentação avulsa, cx. 950.

Tabela 10 – Profissão dos trabalhadores registrados na Superintendência em fevereiro de 1939²³⁹

Profissão	Número de trabalhadores
Servente	150
Pedreiro	11
Ajudante	9
Chofer	6
Carpinteiro	6
Jardineiro	5
Feitor	5
Mecânico	5
Guarda Noturno	5
Fiscal	3
Encanador	2
Auxiliar de Almoxarifado	2
Mestre de obras	2
Ajudante de Escritório	1
Armador	1
Carroceiro	1
Eletricista	1

Fonte: AHG. Documentação avulsa, cx. 950.

Dos 17 ofícios registrados, 10 tinham um salário mensal (não baseado em horas de trabalho) com os respectivos rendimentos: encanador, 300\$000; mestre de obras, 800\$000; eletricista, 800\$000; feitor, 250\$000; fiscal, 300\$000; guarda noturno 250\$000; ajudante, de 70\$000 a 280\$000; auxiliar de almoxarifado, 360\$000; mecânico, 700\$000; carroceiro, 280\$000.²⁴⁰ Os trabalhadores horistas recebiam do seguinte modo: servente, de 500 a 1\$300 a hora (de 5 a 312 horas por mês); pedreiro, de 1\$700 a 2\$100 a hora (de 130 a 238 horas por mês); carpinteiro, de 2\$000 a 2\$700 a hora (de 144 a 233 horas por mês); armador, 2\$800 a

²³⁹ AHG. Documentação avulsa, cx. 950.

²⁴⁰ Ibidem.

hora (208 horas por mês); jardineiro, de 1\$000 a 1\$500 a hora (de 172 a 217 horas por mês); chauffeur, de 15\$000 a 45\$000 a diária (de 15 a 25 dias por mês); ajudante de escritório, 8\$500 a hora.²⁴¹ Dos 216 trabalhadores, apenas 12 não souberam assinar os seus respectivos nomes, deixando a sua digital ou então um visto como comprovante de recebimento do salário.²⁴²

Em relação aos conflitos em razão do atraso dos salários, uma forma de:

[...] amenizar a situação dos trabalhadores na construção de Goiânia foi a criação de uma “conta especial de financiamento das obras de “Goiânia”, sugerida pelos engenheiros “construtores” ao então governador. O mesmo criou esta que era obtida através de: depósitos dos Bancos locais, apólices federais e da venda de lotes na cidade. Paralelamente, criou o sistema de vales que poderiam ser usados, nos armazéns de Campinas e na Cantina do Estado, na aquisição pelos operários de gêneros de primeira necessidade.²⁴³

A exploração sofrida pelos trabalhadores se refletia em jornadas de trabalho exaustivas e no atraso de pagamentos e no fornecimento de vales, que eram descontados nas cantinas do estado e de particulares ou então trocados por agiotas, o que contribuía para reduzir drasticamente os rendimentos dos trabalhadores²⁴⁴.

Mais detalhadamente, no que tange aos atrasos e ao sistema de vale, Barbosa afirmava que:

O pagamento era feito por hora de trabalho. Então marcava-se as horas numa ficha e aquilo eram somadas mensalmente e pagas com 6 meses e até 8 meses de atraso, parece que houve. Então se precisava o operário de dinheiro para algum problema de emergência, ia na cantina desse Oscar Sabino e do Coronel Carvalinho, que ajudou o Pedro Ludovico a fazer essa revolução também. Foi revoltoso também. Então a gente ia lá, eles descontavam o papelzinho e ficava com 25 por cento. Se você tinha direito a 100 cruzeiros, eles descontavam 25 pro bolso deles e devolviam 75. Depois eles recebiam lá do Estado, porque eles sempre tinham um dinheirinho, não é?²⁴⁵

O mesmo ainda argumenta que:

²⁴¹ Idem.

²⁴² Idem.

²⁴³ Ibidem, p. 69.

²⁴⁴ WIEDERHECKER, Cycle Louise; CHAVES, Elza Guedes; PEREIRA, Luís Araújo. *Memória social de trabalhadores da construção de Goiânia...* op. cit. p. 13.

²⁴⁵ Depoimento de Barbosa. In: WIEDERHECKER, Cycle Louise; CHAVES, Elza Guedes; PEREIRA, Luís Araújo. *Memória social de trabalhadores da construção de Goiânia...* op. cit. p. 14.

(O papelzinho) chamava autorização. O miseravelzinho era amarelo. Eu não me esqueço disso até hoje. O operário dizia: Oh, peguei um amarelo hoje, peguei um amarelinho ontem. Era assim, dessa maneira.²⁴⁶

O mesmo ocorreu com Pedro Osório, migrante de Paracatu-MG que veio para Goiânia em 1935 como trabalhador especializado para trabalhar no Departamento de Propaganda e Expansão Econômica de Goiás, o que demonstra que o atraso de salários não afetava somente os trabalhadores na construção civil:

Como funcionário do governo, cheguei a ficar até sete meses sem receber salário porque o Estado não tinha recurso nenhum. A gente recebia uma autorização, uma espécie de cautela, e vendia com desconto de até 50% para custear a alimentação. Eu não sou saudosista, eu só sinto é que Goiânia, não teve um plano de crescimento, de expansão, como toda cidade moderna [...] Outros também que contribuíram foram os pernambucanos, que era operários especializados, tanto que foram eles que construíram o palácio do governo.²⁴⁷

Tudo isso gerava constantes casos de abandono e de morosidade na rotina de trabalho. Casas que foram planejadas para serem construídas em quatro meses levaram dezoito meses. O próprio Palácio das Esmeraldas (sede do Governo Estadual), que foi programado para ser entregue em um ano, levou mais de três anos para ser concluído.

O problema da escassez de alimentos seria respondido com o aumento excessivo do preço de gêneros básicos no comércio de Campinas. Para conter a insatisfação dos trabalhadores e amenizar a grande escassez de alimentos básicos, roupas e calçados, criaram a Cantina do Estado, local onde o vale poderia ser trocado diretamente pelos produtos. Mas, no decorrer dos meses da sua criação, conforme o constante atraso da Diretoria da Fazenda em repassar o dinheiro para os produtores, os vales passaram a ter descontos e o seu valor era reduzido de 20% a 40%.²⁴⁸ Uma forma estratégica criada para drenar os rendimentos dos trabalhadores foi realizada por agiotas que compravam, com um certo desconto, o salário dos trabalhadores. Vale a pena citar o depoimento de Vitorino:

Eu tinha um agiota. Todo mês, eu vendia o salário do mês pra ele, com o desconto de 20 por cento. Dava procuração e vendia o salário para ele. E me mantinha mais

²⁴⁶ Depoimento de Barbosa. In: WIEDERHECKER, Cycle Louise; CHAVES, Elza Guedes; PEREIRA, Luís Araújo. *Memória social de trabalhadores da construção de Goiânia...* op. cit. p. 14.

²⁴⁷ Eleuzenira Maria de. *Migrações para Goiânia...* op. cit. p. 68.

²⁴⁸ BERNARDES, Genilda d'Arc. *Construtores de Goiânia...* op. cit. p. 53.

ou menos durante a semana fazendo servicinhos que a gente chamava de biscuits.²⁴⁹

Sobre os vales, rememorava:

As firmas particulares forneciam vales. Eles mesmo criavam as cantinas e forneciam vales para as próprias cantinas. Eles comercializavam a miséria do operário. Naquele tempo, as empresas particulares comercializavam a miséria do operário.²⁵⁰

O depoimento de Boari também se mostra relevante:

E tinha um tal Oscar Sabino, esse já falecido também. Ele comprava “haver” dos operários a 20, 30 por cento de desconto, ficava pra ele, levava, recebia lá na Secretaria da Fazenda em forma de pagamento. Ele ganhava muito dinheiro assim. Eu sabia que essa cobrança dava lucro, que os operários falavam. O Antônio, sabe, eu vi ele mesmo dizendo que só comia mandioca roubada, que ele tinha “haver” do Estado. Ou dava tudo, 30, 40 por cento, pro Oscar Sabino ou então ficava sem receber. Dificuldade, né?²⁵¹

Todos esses elementos acabaram gerando uma intensa insatisfação nos trabalhadores, criando o ambiente fértil para as greves que ocorreram durante esse período. Apesar de identificar sua presença, os relatórios não mencionam o número preciso de greves, pois qualquer informação sobre a situação precária dos trabalhadores (como as péssimas condições de trabalho e a carência de seus direitos) podia resultar em uma publicidade negativa à imagem da Goiânia que seus construtores estavam edificando:

Diante desta situação, Pedro Ludovico, mesmo com seu discurso exaustivo de patriota, buscando enaltecer o trabalhador, não conseguiu amenizar os conflitos trabalhistas e desde a década de 1930 as greves aconteceram, segundo relatório do dia 12/12/1938, passaram pela Superintendência das Obras mais de quatro mil trabalhadores. Era uma massa também oscilante: se havia dinheiro, crescia o número de operários em atividade, as construções prosseguiam. Cessando numerário, reinava a indisciplina, a agitação, os fermentos das greves, estas não se restringiam aos operários, mas também ocorreram greves de funcionários públicos.²⁵²

²⁴⁹ Depoimento de Vitorino de Freitas. In: WIEDERHECKER, Cycle Louise; CHAVES, Elza Guedes; PEREIRA, Luís Araújo. *Memória social de trabalhadores da construção de Goiânia...* op. cit. p. 18.

²⁵⁰ Idem.

²⁵¹ Depoimento de Adolfo Boari. In: WIEDERHECKER, Cycle Louise; CHAVES, Elza Guedes; PEREIRA, Luís Araújo. *Memória social de trabalhadores da construção de Goiânia...* op. cit. p. 18.

²⁵² BERNARDES, Genilda d'Arc. *Construtores de Goiânia...* op. cit. p. 53.

Retornando ao caso de Manoel Pascoal: como, acidentado e desempregado, ele conseguiu amparo e apoio jurídico para mover a ação contra o estado? O processo cita o Sindicato de Marceneiros, Carpinteiros e de Operários da Construção Civil, criado em 1937, que pagou o advogado Maximiano da Mata Teixeira para trabalhar na causa de Manoel Pascoal de 1937 a 1939.

Em meio a esse clima de insatisfação entre os trabalhadores, greves e agitações por falta de pagamentos, conforme elucida Menezes²⁵³, ocorrem os primeiros focos de organizações sindicais e entidades associativas. Ainda em 1933, é formada a Sociedade de Classe Operária das Obras da Nova Capital de Goiás, como também, três anos mais tarde, são criados o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Goiânia e o Sindicato da Construção Civil.

O primeiro sindicato de Goiânia tinha um caráter quase que exclusivamente assistencial pois, em função dos atrasos dos salários, formavam-se filas em suas sedes em busca de mantimentos e outras provisões. Fiscalizavam a Cantina do Estado, recolhiam as queixas dos trabalhadores e apresentavam à Superintendência de Obras, como também organizavam festas (estratégias para controlar o trabalho no lazer e para dissipar os ânimos exaltados por causa da instabilidade no trabalho), como no 1º de maio.

Há indícios da participação do PCB no cotidiano dos trabalhadores. Inclusive, os primeiros membros da direção eram de quadros destacados do PCB de São Paulo e Rio de Janeiro. Vale lembrar que no momento histórico de edificação da capital o partido estava aliado aos interesses varguistas de industrialização e desenvolvimentismo como um todo, pois achavam que, desenvolvendo as forças produtivas, a luta de classes seria ampliada. Essa noção daria origem a uma política de conciliação de classes que foi revelada na boa relação do PCB com o estado de Goiás e pode ser demonstrada no asilo político de Cristiano Cordeiro (preso no Rio de Janeiro e professor na Faculdade de Direito de Goiás), concedido por Pedro Ludovico.

Mediante todos esses condicionantes – formas de migração, hierarquia no trabalho, formas intermediárias de assalariamento, atrasos de salários e sistemas de vales –, como era o dia a dia do trabalho nas obras? O depoimento de Waldery do Nascimento, jornalista que

²⁵³ MENEZES, Eleuzenira Maria de. *Migrações para Goiânia...* op. cit., p. 69-70.

veio a Goiânia em 1947, revela como era o trabalho nos canteiros de obra e pode oferecer alguns subsídios para essa resposta:

Goiânia foi uma cidade construída braçalmente. O serviço de escavações para água, esgoto, meio-fios, asfalto, entre outros, eram feitos quase tudo à mão. Areia, cascalho e outros materiais eram transportados por carroções puxados por burros ou então bois. Tinha uma secretaria que mantinha um Departamento só para este fim. A sede desse material de transporte era onde hoje fica o teatro Martim Cererê (Setor Sul).²⁵⁴

Ao observar a precariedade, a ausência de instrumentos de trabalho e de materiais apropriados para a construção civil, o comerciante e funcionário público Dante Ungarelli – que havia migrado com a sua família para Campinas em 1920 – declarava, ressaltando o seu posicionamento na hierarquia do trabalho:

Goiânia nasceu sob o signo dos mutirões. No local, antes mesmo do lançamento da pedra fundamental, juntamos uns cem homens e fizemos a limpeza do terreno, ficando algumas árvores de pequeno porte para serem desgalhadas a pouco distância do local da pedra. Esse mutirão foi comandado por Licandino de Oliveira Ney, pelos Moraes e nós, Ungarelli. Eu não rocei, eu carregava água e estimulava com palavras, dizendo que ia ser uma grande cidade, que estávamos roçando esse cerrado, que vai ser uma grande metrópole.²⁵⁵

Sobre os mutirões, como também as formas de exploração de trabalho, Antônio Elias, em seu depoimento, revela as condições das primeiras atividades requeridas para as obras da cidade, como o roçado (limpeza dos terrenos):

O doutor Carlos de Freitas contratou o roçado. Fez um mutirão mesmo. Ele ainda pediu ajutório. No fim da tarde, ele cantou nós tudo. Eu tinha 50 mil réis magrinho, ainda dei a ele, ainda. Era pra mais de cem trabalhadores. Tinha trabalhador pra daná. Esparramou gente naquela chapada por toda banda.²⁵⁶

O Sr. Pedro Ponchet era um “chefe de turmas”, que, no sentido da época, fiscalizava e inspecionava o trabalho de quarenta homens. Ele trabalhou na Praça Cívica, centro do poder executivo do estado, e na abertura das primeiras avenidas da cidade. Em sua entrevista, relata a precariedade dos instrumentos de trabalho e a ausência de “maquinário”:

²⁵⁴ Depoimento de Waldery do Nascimento. In: MENEZES, Eleuzenira Maria de. *Migrações para Goiânia...* op. cit. p. 61.

²⁵⁵ Depoimento de Dante Ungarelli. In: MENEZES, Eleuzenira Maria de. *Migrações para Goiânia...* op. cit. p. 60.

²⁵⁶ Depoimento de Antônio Elias. In: WIEDERHECKER, Cycle Louise; CHAVES, Elza Guedes; PEREIRA, Luís Araújo. *Memória social de trabalhadores da construção de Goiânia...* op. cit. p. 17-18.

- E... o material que vocês usavam, vinha de onde?
- O material... nós trabalhávamos com picareta, pá e cascalho, que se tirava aí no mato e trazia para encascalhar as ruas.
- Não havia nenhum maquinário próprio não?
- Não, não havia. Aqui não existia trator; para cortar rua, era tudo feito na picareta e na pá. Não existia trator, existia aqui um compressor velho, não sei onde arranjaram esse museu para tirar esse compressor velho.²⁵⁷

O trabalho braçal, o uso do trabalho coletivo via mutirões e o uso de animais paralelamente ao uso de máquinas para realizar as obras da cidade permearam o cotidiano de sua construção.

Nos bilhetes destinados ao Gabinete do Diretor da Superintendência Geral das Obras de Goiânia, Jerônimo Coimbra Bueno, os afazeres diários que acompanhavam as obras de Goiânia podem ser acompanhados. Em tais documentos foi possível descobrir que o estado alugava caminhões, carroças de mula e carros de boi para o transporte de trabalhadores e materiais de construção para as diversas obras que estavam sendo realizadas e que quem trabalhava como transportador e chofer ganhava por empreita.²⁵⁸

Sabe-se que em 9 de junho de 1936 uma diária de *chauffeur* custava 8\$333. Um dia de trabalho transportando materiais de construção na obra em caminhões custava entre 54\$250 e 84\$100, valores referentes, respectivamente, ao caminhão nº 2, conduzido por João Santanna, e ao caminhão nº 106, conduzido por Belarmino Santos. O transporte de carroças também era utilizado nas obras, sobretudo para carregar entulho e madeira, e custava, em 10 de junho de 1936, 15\$000, como demonstra o recibo de Pedro Gomes Vianna.²⁵⁹

Além do fluxo incontínuo de matéria-prima, como apontado anteriormente, que ditava o ritmo inconstante das obras e da carga horária de trabalho, os instrumentos de trabalho também eram de suma importância em razão de sua baixa disponibilidade. Ao pegar uma ferramenta da Superintendência, o trabalhador deveria se comprometer a devolvê-la nas mesmas condições ou então teria o valor descontado em algum de seus pagamentos. Em 30 de abril de 1936, o “ajudante de caminhão” Franz Kainrath assinava um recibo de devolução de uma pá que usou para descarregar um caminhão de materiais.²⁶⁰

²⁵⁷ Entrevista de Pedro Ponchet Meireles. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 147-148.

²⁵⁸ AHG. Documentos da cidade de Goiânia. Cx. 2, 1936.

²⁵⁹ Ibidem.

²⁶⁰ Ibidem.

As entregas de materiais de construção, tanto para as obras públicas quanto para as moradias populares no bairro operário e obras particulares no centro da cidade, eram estipuladas pelas ordens de serviço do Diretor da Superintendência, por exemplo, a de nº 367, destinada ao Chefe de Transporte, para ser realizada no dia 8 de junho de 1936 às 17:00, que tinha como ordem “mandar o tractor trabalhar como o rolo compressor. É urgente arranjar a areia e os bois ou burros do pequeno rolo, que já está esperando”.²⁶¹

Além do fato curioso de que animais de tração eram utilizados para mover rolos compressores pequenos, é interessante notar o controle exercido pelo diretor e seus engenheiros da Superintendência sobre todos os materiais e, também, sobre a mão de obra na construção de Goiânia. Sobre o controle do trabalho, a ordem de serviço nº 375 é bem direta ao chefe de transporte “Mandar trabalhar o tractor. – A turma está parada!!!”.²⁶²

Ao retomar o acidente de Manoel Pascoal como fio condutor da argumentação deste subcapítulo, foi possível progredir no debate historiográfico ao elucidar outras questões acerca da construção da cidade que se encontram para além de suas estruturas e das já consagradas personagens políticas. A análise da fonte que abriu esta tese, sobre o amparo de uma ampla pesquisa documental no Arquivo Histórico de Goiás, permitiu a realização de um desenho, mesmo que limitado, do cotidiano de tais trabalhadores nas obras da cidade. Partindo de um caso específico de acidente de trabalho, expôs-se uma série de situações que esses migrantes enfrentavam ao chegar na cidade e as dificuldades de ter e manter uma ocupação.

Mesmo que as obras da cidade tenham consumido grande parte da força de trabalho da região, quais são as cenas do cotidiano que emergem da documentação? Nos próximos capítulos essa questão será respondida.

No decurso deste capítulo se buscou avançar na discussão historiográfica e produção intelectual acerca da construção e fundação da cidade de Goiânia mediante a proposição de uma perspectiva que procurou contemplar os elementos do cotidiano na formação da cidade,

²⁶¹ AHG. Documentos da cidade de Goiânia. Cx. 2, 1936.

²⁶² Ibidem.

tendo como recorte, mesmo que não para a confirmação de modelos teóricos, as relações de trabalho.

Partindo primeiramente das fontes e, em seguida, do diálogo com a escassa bibliografia acerca do tema sobre a vida cotidiana na cidade, desenhou-se um possível universo social em que os sujeitos históricos lidavam com seu cotidiano conforme construíam a cidade. Assim, após analisar os arquivos do judiciário, sobretudo o acidente de Manoel Pascoal, tais informações foram confrontadas com os dados obtidos no Arquivo Histórico de Goiás, principalmente a documentação da Superintendência de Obras da Nova Capital, o que permitiu a formulação de dados e, ao mesmo tempo, a elaboração de um esboço da vida cotidiana nas obras de Goiânia.

Com o aporte do método indutivo das fontes, buscou-se fazer um retorno ao acidente de Manoel Pascoal, o fio condutor desta tese, não somente com mais inferências, mas colocando-o nas possíveis relações tecidas pelos atores sociais envolvidos na construção da cidade. Dessa forma, ao não estudar a formação dos grupos sociais nas primeiras décadas da capital a partir de moldes socioprofissionais, mesmo ao ter como objeto as relações de trabalho – as redes de relações de solidariedade, dependência e proteção –, as condições de vidas foram expostas para além do ambiente de produção.

Este capítulo procurou elucidar o contorno humano sobre as estruturas, ou seja, as redes de sociabilidade tecidas pelos atores sociais envolvidos na construção de Goiânia em um de seus aspectos (as relações de trabalho), o que deu margem para avançar no debate historiográfico sobre uma história do cotidiano na formação da cidade. Apesar disso, o outro aspecto da problemática desta tese ainda deve ser explorado: como os atores sociais, em sua vida cotidiana, sentiram e viveram as transformações implicadas com a construção da cidade? Como as fontes podem apontar outros horizontes das redes de relações desses sujeitos históricos para além das relações de trabalho (ou do espaço produtivo)? Parte de tais perguntas será respondida nos capítulos a seguir.

CAPÍTULO 2

OS USOS COTIDIANOS DE UMA CIDADE “MODERNA”

Este capítulo se inicia com a apresentação de três casos representativos para a argumentação defendida: três processos que elencam características gerais de cada subcapítulo que compõe o presente capítulo.

Em junho de 1942, Maria da Conceição – brasileira, solteira, vinte e três anos de idade, natural de Arrais-GO, analfabeta, empregada doméstica e residente em Leopoldo de Bulhões-GO – e sua amiga, Placidina Alves – brasileira, solteira, vinte e dois anos de idade, natural de Campo Formoso-GO, prenda doméstica e residente em Leopoldo de Bulhões-GO –, saíram de Leopoldo de Bulhões “por ocasião dos festejos da inauguração de Goiânia” e da festa religiosa de Trindade²⁶³, em um ônibus às 18:00, propriedade de Pedro Reinaldo dos Santos – brasileiro, natural de Alagoas, casado, trinta e dois anos de idade, motorista e residente em Campinas-GO –, também conhecido por “Pedro Alagoano” ou “Pedro Maranhão”. A primeira a chegar ao ônibus foi Placidina, que afirmou ter encarregado dois menores de colocar três malas no veículo (uma de sua propriedade e outras duas de Maria da Conceição). Com o atraso de Maria da Conceição, Pedro Reinaldo se irrita e ordena a retirada da bagagem de ambas. Mas quando a retardatária embarca, as malas são novamente colocadas a bordo.

Ao chegar a Goiânia, especificamente a Campinas, local onde se hospedou em uma pensão, Maria nota que somente uma mala foi entregue e nenhuma delas era sua. O motorista não assume a responsabilidade pela perda, o que ocasiona a abertura de um processo meses após o incidente – em novembro do mesmo ano. Pedro Reinaldo foi acusado de “negligência culposa” e processado pelo artigo 171. A perda da mala se justifica como processo em razão de seu valor: 1:155\$000 réis²⁶⁴, como também em razão do apego sentimental e da necessidade dos itens que a vítima alegava possuir.

Em seu depoimento, Pedro Reinaldo afirma uma outra versão: que, inicialmente, Maria da Conceição teria se recusado a ir de ônibus por sua superlotação em virtude de muitas pessoas que saíram da estação de trem para a respectiva jardineira. Momentos antes do ônibus sair, a vítima mudou de ideia e resolveu embarcar e que, por razão dessa súbita decisão, tendo

²⁶³ AFG. P. Cx. 53, n° 15, 1942. p.1.

²⁶⁴ Ibidem, p. 3.

também em vista a superlotação do veículo, as malas foram alocadas no teto do veículo, de forma que, segundo a alegação de Pedro Reinaldo, não haveria a possibilidade de supervisioná-las.

Maria da Conceição nega a sua versão e relata que não havia se recusado a entrar na jardineira em razão da sua superlotação, mas sim ido à casa de sua mãe e que, no momento em que regressou ao veículo, Pedro Reinaldo já tinha ordenado para que “dois menores” retirassem as suas malas e a de sua companheira. As malas foram recolocadas no ônibus, mas agora amarradas ao teto da parte externa. Maria da Conceição afirma que não verificou, a partir do embarque, o paradeiro de suas bagagens. Ao ser deixada na porta da pensão e informada de que suas malas não se encontravam no ônibus, a vítima se lamenta, em seu depoimento, por ter perdido dinheiro e quase a totalidade de roupas que possuía e, sobretudo, por ter frustrado seu divertimento nos festejos do batismo cultural de Goiânia. Placidina confirmou a versão de sua colega em seu depoimento, mas acabou fornecendo mais informações, como o fato de uma parada na Fazendo Sucesso antes da chegada na pensão da casa de Dona Ditinha.

Benedita de Souza – brasileira, solteira, trinta anos de idade, natural de Anápolis-GO, doméstica, analfabeta e residente na rua Minas Gerais em Campinas-GO – afirmou ter hospedado a vítima e confirma integralmente a versão de não ter recebido quaisquer malas, bem como a postura intransigente de Pedro Reinaldo ao reiterar que não era de sua responsabilidade. Afirmou também que Maria subiu em cima do ônibus e, ao não encontrar as suas bagagens, tentou ir atrás de algumas pessoas que tinham descido no mesmo ponto. Após os depoimentos das testemunhas, Pedro Reinaldo é inocentado das acusações, não sendo forçado a pagar a indenização da mala perdida.

O segundo episódio ocorreu no dia 7 de maio de 1949. Após uma noite de “libações costumeiras no bairro de Campinas”²⁶⁵, Alberico Ataíde Cavalcante – não qualificado – juntamente com Jesus Barros Baquoadi – brasileiro, vinte anos de idade, solteiro, alfabetizado, funcionário público, natural de Ceará e residente na rua 71, Bairro Popular – e seus amigos, Ozires Teixeira – brasileiro, solteiro, dezoito anos de idade, alfabetizado, funcionário do comércio, natural de Santa Cruz-GO e residente na rua 63, nº 19 – e Antônio Cavalcante – não qualificado –, estavam indo até o centro da cidade quando, em frente à agência da Ford, especificamente entre a avenida Anhanguera e a avenida Araguaia, foram

²⁶⁵ AFG. U-V. Cx 32, nº 222, 1949. p.1.

abordados por uma caminhonete conduzida por três guardas civis que mandaram as vítimas retornarem para as suas devidas casas e, quando Antônio Cavalcante questionou os guardas, foram todos espancados com murros e coronhadas de revólver pelos guardas.

No depoimento de Antônio Cavalcante foi narrado com mais detalhes que os guardas estavam à “paisana”, ou seja, não estavam uniformizados e sim disfarçados de civis. Os jovens não os reconheceram e questionaram a identidade de tais pessoas como guardas. Inconformados com o questionamento, os supostos policiais começaram a agredir os jovens com socos e coronhadas e os conduziram para a 2^a Delegacia de Polícia no bairro de Campinas. Jesus Barros afirma que estavam somente voltando para a casa e que não estavam perturbando a ordem pública. No momento em que foram atacados pelos guardas, estavam sentados em um banco público para descansar antes de terminar de chegar em suas respectivas casas. Pontua também que “o declarante e seus colegas não estavam alcoolizados, porém tinham bebido, em Campinas, mas só a caminhada a pé, deu para retornarem aos seus estados normais”²⁶⁶.

Antônio, uma das vítimas, ao conseguir escapar da sessão de espancamento no momento da prisão e retornar com uma testemunha, é novamente espancado, preso e logo depois liberado. Mas o que justificaria tal agressão? Talvez um pequeno detalhe no depoimento de Ozires Teixeira possa ajudar a esclarecer o contexto e as motivações das agressões:

[...] quando o declarante vinha [...] a pé, e próximo da Agência Ford, nesta Capital, com o declarante e seus colegas, viram uma mulher deitada no banco, resolveram a irem acordá-la e manda-la para a sua casa; que chegando no Banco, sentaram ali Alberico e Antônio Cavalcante, e o declarante foi tomar água na torneira daquela Agência Ford; que esta mulher certamente se achava embriagada e dormiu naquele banco; que ela acordou e levantou-se do banco e depois tornou a sentar no mesmo lugar; que os seus colegas ali permaneceram sentados, depois que ela se levantou novamente [...] que nesse interim chegou ali uma caminhonete que mais tarde ficou sabendo ser da polícia.²⁶⁷

Qual seria a versão dos guardas para essas agressões? O que justificaria tal energética ação? A versão de Victor Paz da Silva – brasileiro, casado, trinta anos de idade, alfabetizado, guarda civil, natural de Formosa-GO e residente na Av. Paraná, nº 776, Campinas-GO – foi de que agia “recebendo a ordem para proibir todo e qualquer atentado ao comunismo, e bem assim todos aqueles que se achassem perturbando o sossego público”²⁶⁸. Continua seu relato

²⁶⁶ AFG. U-V. Cx 32, nº 222, 1949. p.1.

²⁶⁷ Ibidem, p. 9-10.

²⁶⁸ Ibidem, p.13-14.

afirmando que “mais ou menos as 3 horas da madrugada, foi comunicado que tinha uma meretriz deitada num banco na porta da Agência Ford”²⁶⁹ e concluía seu depoimento declarando que a mesma estava “prostrada com uma grande hemorragia, e com o esgotamento e fraqueza, impossibilitava a mesma transportar-se até o bairro de Campinas, onde a mesma reside”.²⁷⁰

O discurso do guarda civil parece coerente com a noção de que tudo aquilo que questiona ou atenta contra as autoridades vigentes era “comunismo”. Voltando ao depoimento, ao encontrar com a vítima, o guarda reparou que “como esta estava bem enferma pediu socorro no sentido de tirar aquele rapaz perto dela”²⁷¹ e foi aí que, ao tentar retirá-la de perto dos rapazes, os mesmos não acataram suas ordens e um deles disse que “era irmão do Cap. Hélio e que não tinha que dar satisfação [...] e que precisava ir embora e que deixassem eles em paz”²⁷² e, ao ordenar novamente que os mesmos deixassem a mulher, os rapazes reagiram e agrediram os guardas.

Pelo visto, a partir do que foi lido até aqui, na versão dos guardas, os rapazes, no momento em que foi realizada a abordagem da polícia, foram tidos como potenciais agressores da mulher semiacordada e, por não acatar as ordens dadas por Vitor, sobretudo por se julgar acima de suas autoridades ao citar um irmão também policial, foram detidos e reagiram à prisão, um deles, inclusive, com uma arma branca (gilete).

O guarda manteve a mesma versão dada pelo seu superior e dizia também que as vítimas se encontravam embriagadas. Descrevia que não foi uma agressão, mas uma luta corporal entre ambos os lados. Domingos Soares Bailão – brasileiro, solteiro, vinte e nove anos de idade, alfabetizado, guarda civil, natural de Itaberaí-GO e residente na Av. Minas Gerais, nº 571, Campinas-GO – acrescenta nos acontecimentos já narrados que encontrou quatro rapazes “mexendo com uma meretriz de nome Gení, residente em Campinas; que estava muito doente com hemorragia e os rapazes não paravam de mexer com ela”²⁷³ e que no momento da briga um dos rapazes “deu uma paulada no sub-inspetor Vitor”²⁷⁴.

Um momento fulcral para o caso foi quando Gení Maria de Jesus – brasileira, solteira, dezesseis anos de idade, natural de Urutaí-GO e residente na Pensão Central em Campinas-

²⁶⁹ AFG. U-V. Cx 32, nº 222, 1949. p.13-14.

²⁷⁰ Ibidem, p. 14.

²⁷¹ Ibidem, p. 14.

²⁷² Ibidem, p. 14.

²⁷³ Ibidem, p. 16.

²⁷⁴ Ibidem, p. 16.

GO – que foi considerada pelos guardas civis como meretriz, confirma que os rapazes mexiam com ela, mas não menciona a agressão:

[...] que já há vários dias atrás, quando [...] se achava esperando uma condução na porta da Agência Ford, [...] ali apareceram quatro rapazes e começaram a instigar a depoente; que como esta estivesse doente e não pudesse dar confiança aqueles rapazes, eles ameaçaram a depoente de bater na mesma; que [...] não conhece os rapazes; que logo também chegou ali uma caminhonete e que pediu os rapazes para não mexer com a depoente por que estava doente; que os rapazes não atenderam e logo também, não sabendo porque, formaram uma briga, não sabendo o que sucedeu daquilo tudo; que mais tarde um pouco chegou ali uma caminhonete que levou para o bairro de Campinas; que não sabia [...] se era polícia ou não que estavam brigando, porém quem levou [...] para o bairro de Campinas foi um policial com uma caminhonete.²⁷⁵

Em seu segundo depoimento, agora para o juiz, o subinspetor Vitor Paz declarava, para além da versão já expressada, que quando avisou ao Capitão Hélio Teixeira que seu irmão, Ozires Teixeira, se encontrava preso por causa de uma agressão aos guardas, disse “que tudo ficaria como se nada houvesse acontecido”²⁷⁶ e quando foi informado que alguns guardas estavam feridos e não tinham recursos para tratamento, o referido capitão falou “que esses se arrumassem e procurassem um jeito pois não necessitavam de ir a um médico”²⁷⁷. Afirmava também, em seu depoimento, que ele sofreu uma pancada na cabeça e teve um dedo fraturado, que Urbano tomou um soco no rosto e ficou com o rosto inchado e inflamado, Domingos com os dedos retalhados por uma gilete e, mesmo assim, não foram submetidos a exames e tratamentos médicos. E, na sua defesa, argumenta que as vítimas que os acusavam continuaram em liberdade, ameaçando os guardas e ainda praticando outros atos de desordem.

Na primeira vez em que foram abordados, os rapazes não foram presos – mesmo estando bêbados, por terem importunado uma mulher inconsciente de madrugada na rua e, sobretudo, por terem brigado com os guardas – por estarem juntos com um irmão do capitão da Guarda Civil de Goiânia. Porém, após várias evidências de seus atos contra os guardas envolvidos na prisão, acabaram sendo presos e fichados em um outro delito que, importunamente, não é informado nesse processo. Domingos Soares mantém a mesma versão e ressalta que os rapazes “insistiam em agarrar senhora doente, que estava com uma forte hemorragia”²⁷⁸ e Walter Rodrigues argumentava “que os ditos rapazes pretendiam violentar

²⁷⁵ AFG. U-V. Cx 32, n° 222, 1949, p. 19.

²⁷⁶ Ibidem, p. 28.

²⁷⁷ Ibidem, p. 28.

²⁷⁸ Ibidem, p. 31.

uma meretriz”²⁷⁹. No dia 9 de setembro, após coletar as falas dos três guardas envolvidos no caso, o processo fica paralisado, restando apenas um carimbo indicando que o processo foi concluído em 3 de janeiro de 1952 e arquivado em 7 de junho de 1967.

Por fim, o terceiro e último caso representativo que compõe esse capítulo ocorreu em junho de 1942, quando Franklin Rocha Lima – brasileiro, casado, cinquenta anos de idade, natural da Cidade de Goiás-GO, alfabetizado e residente na rua Rio Verde em Campinas-GO – em mais um dia de trabalho, por volta de 12:15, dirigia-se de ônibus de Campinas para o centro da cidade. Como o respectivo ônibus estava “superlotado” (nas palavras do escrivão), Franklin foi obrigado a fazer o costumeiro percurso de pé. Ainda no bairro de Campinas, entre a Avenida Amazonas e a rua Catalão, um carro em alta velocidade se choca com o ônibus da vítima, arremessando-a fortemente e fraturando uma de suas pernas. Gumercino Ramos Lima – brasileiro, solteiro, vinte e quatro anos de idade, natural de Campo Grande-MS, alfabetizado e residente no bairro Campinas-GO – afirma que estava no mesmo ônibus e viu que “tomara o ônibus um senhor desconhecido do depoente, mas como estivesse o mesmo lotado este senhor ficara com uma perna para dentro do ônibus e outra no para-lamas”²⁸⁰.

As imprudências de Luiz Collichio – brasileiro, natural de Cravinhos-SP, trinta e cinco anos de idade, lavrador, alfabetizado e residente em Campinas-GO – por dirigir em alta velocidade e não sinalizar para o ônibus eram, com base nas denúncias relatadas pelo escrivão, “consequências funestas e inevitáveis dessa paixão moderna, desse delírio pela velocidade”²⁸¹. A conclusão da perícia constatava que seu automóvel estava em plenas condições para ter evitado o acidente. Sendo assim, Luiz Collichio foi acusado de “ofender a integridade física da vítima” e processado pelo artigo 129, podendo, entretanto, responder em liberdade mediante o pagamento de fiança de 400\$000 réis²⁸².

Para se esquivar de quaisquer acusações, tanto por parte da vítima quanto do réu, João Francisco Calabrez – brasileiro, casado, trinta e sete anos de idade, natural de São João da Boa Vista-SP, motorista, alfabetizado e residente na Av. Paraná em Campinas-GO –, motorista e proprietário da jardineira (nome dado aos ônibus que faziam a rota Goiânia-

²⁷⁹ AFG. U-V. Cx 32, n° 222, 1949, p. 34.

²⁸⁰ AFG. L.Cx. 42, n° 8, 1942. p. 3.

²⁸¹ Ibidem, p. 1.

²⁸² Ibidem, p. 10.

Campinas), dizia que o ônibus não estava cheio e que, por repetidas vezes, aconselhou a vítima a entrar no veículo, mas que esta continuou no mesmo lugar.

Sabe-se que as primeiras formas de transporte coletivo em Goiânia foram as jardineiras, sobretudo na rota de maior fluxo entre a capital e o bairro (e antiga cidade) de Campinas. Para evitar quaisquer processos com a Justiça, bem como manchar sua reputação com os passageiros, João Francisco se esquia do fato de estar transportando um número de passageiros superior à capacidade do veículo e responsabiliza Franklin, a vítima, por ter sido imprudente ao deixar parte do corpo do lado de fora do ônibus. João Francisco também responsabiliza Luiz pelo acidente, por estar em alta velocidade e não notar a presença da jardineira com a qual acabou colidindo.

Apesar da suposta imprudência da vítima em não se colocar devidamente dentro do ônibus, Luiz foi responsabilizado pelo acidente, por não ter sinalizado e por estar em alta velocidade. A situação de Luiz se agravou com o relato de Pedro Viggiano – solteiro, trinta e seis anos de idade, advogado, natural da Cidade de Goiás-GO e residente na rua 24 no centro da capital –, segundo o qual o primeiro estava dirigindo na contramão. Com todos os relatos desfavoráveis ao seu caso, Luiz Collichio foi condenado a dois anos de prisão. Entretanto, por ser réu primário, acabou condenado a apenas um ano, período cumprido na Penitenciária do Estado a partir de maio de 1943. Após ser condenado e ter duas apelações negadas, o réu teve de pagar Cr\$525,90 de despesas judiciais.

O que de representativo, tendo em vista os usos cotidianos de uma cidade planejada sob o signo da modernidade, esses três processos elencados acima podem revelar? Em um primeiro momento é interessante analisar os acessos à cidade que os réus passaram a ter com a recém-inaugurada capital de Goiás, destacados tanto pelo chamariz de oportunidades de trabalho que a cidade poderia oferecer, como também pelo desenvolvimento dos modais de transporte. Tais aspectos também aumentaram a mobilidade urbana e foram usados pelos réus contidos na documentação a fim de praticar pequenos furtos e crimes. O segundo episódio ajuda a elucidar como a edificação da nova capital perpassou uma estratificação entre duas cidades, Campinas (antiga cidade e agora bairro) e Goiânia (composta pela parte central planificada), e como, a partir de tal composição social, os seus sujeitos se utilizavam e criavam formas de mobilidade urbana para usufruir dos acessos aos serviços da cidade. Por fim, no último caso elencado, nota-se como a edificação de uma nova capital, pautada pelos aspectos ideológicos da modernidade travestidos pela incorporação do estado à nova

dinâmica capitalista do Brasil na primeira metade do século XX, revelava, no caso da mobilidade, uma nova dinâmica da vida cotidiana na cidade.

Porém, qual relação tais processos têm com o projeto de uma cidade moderna? Ao analisar os documentos oficiais, bem como os discursos das principais personalidades políticas imersas na idealização da nova capital de Goiás, alguns temas ficam evidentes, como: moderno, modernidade e sertão. Um parêntese cabe ser feito aqui, a fim de explanar as leituras que inspiraram a análise dos referidos documentos.

A partir dessa discussão, com base na evidência empírica das fontes, a ideia de modernidade perpassava a tentativa de imaginação de uma nação presente nas publicações oficiais na construção de Goiânia. Marshall²⁸³ busca compreender a modernidade a partir de uma visão abrangente da cultura, o que permite uma relação dialética entre seus diversos elementos (artísticos, intelectuais, religiosos e políticos), criando possibilidades de um diálogo entre passado, presente e futuro, transcendendo barreiras de etnia, nacionalidade, sexo e classe.

A modernidade, nessa perspectiva, é uma vida em paradoxo e em contradição, ela pode ser revolucionária e conservadora ao mesmo tempo, pois compartilha as expectativas de um campo de possibilidades frente às transformações sociais, porém com os anseios de conservar algo real enquanto tudo em volta se desfaz. Em uma passagem interessante, Marshall argumenta:

Existe um tipo de experiência vital – experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje. Designarei esse conjunto de experiências como “modernidade”. Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos um turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo que é sólido desmancha no ar”.²⁸⁴

²⁸³ MARSHALL, Berman. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

²⁸⁴ Ibidem, p. 24.

As grandes descobertas no campo das ciências naturais, o processo de industrialização e o avanço das relações sociais capitalistas fizeram com que a modernidade gerasse um turbilhão de transformações na vida social – redimensionamento de tradições e costumes, por exemplo –, em novas formas de poder corporativo, de luta de classes, de urbanização, de crescimento demográfico e migrações. Todas essas transformações e os processos sociais dialeticamente desencadeados são caracterizados pelo autor como modernização.

Para Marshall²⁸⁵, a história da modernidade se divide em três fases: a primeira, do século XVI ao século XVIII, a descoberta das ciências naturais e as grandes navegações abrem esperanças para os primeiros contornos do que seria uma vida moderna; a segunda, a partir da onda de revoluções burguesas em finais do século XVIII, sobretudo com as reverberações da Revolução Francesa, a modernidade ganha um contorno relativo ao aumento de uma igualdade jurídica, de participação política e do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, mas também das contradições que emergem a partir delas; a terceira fase, que ganha seus contornos durante o século XX, na qual a modernidade se torna um projeto que ganha uma expressão mundial com o triunfo da construção de uma “cultura mundial moderna”. Entretanto, esse projeto se fragmenta e abandona a sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas, tal como foi nas fases anteriores, perdendo, conforme o autor argumenta, as suas raízes com a própria modernidade.

Da mesma forma que Marshall²⁸⁶, Harvey²⁸⁷ também entende que a modernidade gerou uma sensação avassaladora de fragmentação e enfermidade diante de mudanças caóticas que o Ocidente passou, sobretudo, durante o século XIX. Enfermidade e mudança pautaram a noção de modernidade que foi construída por intelectuais e que redimensionou a experiência do espaço e do tempo.²⁸⁸

Essa questão também pode ser pensada a partir da reflexão segundo a qual a modernidade cria consigo uma noção de “destruição criativa” que, para se construir um novo mundo, seria necessário destruir os vestígios do mundo anterior. Esse elemento deriva do momento em que a modernidade teve o seu contorno mais nítido, no Iluminismo, e a sua defesa perpassava a destruição e ressignificação dos elementos do Antigo Regime. A

²⁸⁵ MARSHALL, Berman. *Tudo que é sólido desmancha no ar* op. cit. p. 25-26.

²⁸⁶ Ibidem, p. 25-26.

²⁸⁷ HARVEY, David. *Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

²⁸⁸ Ibidem, p. 21.

“destruição criativa” abriria espaço para uma nova relação com o espaço e com o tempo, em que o primeiro pode ser remodelado conforme as necessidades do segundo, ou seja, o espaço urbano pode ser reconstruído a partir das demandas que o tempo histórico da modernidade dita. Assim, a destruição criativa da modernidade, no momento de consolidação das relações sociais capitalistas, ganhou um *status* superior ao do mito.²⁸⁹

Para Harvey²⁹⁰, o modernismo no capitalismo do século XX atuou como uma celebração de uma era tecnológica na qual as cidades são como um laboratório das teorias e práticas modernizantes, uma engenharia social racionalizada conforme os preceitos produtivos/econômicos capitalistas.

A crença no “progresso linear, nas verdades absolutas e no planejamento racional de ordens sociais ideais” sob condições padronizadas de conhecimento e de produção era particularmente forte. Por isso, o modernismo resultante era “positivista, tecnocêntrico e racionalista”, ao mesmo tempo que era imposto como a obra de uma elite de vanguarda formada por planejadores, artistas, arquitetos, críticos e outros guardiões do gosto refinado. A “modernização” de economias europeias ocorria velozmente, enquanto todo o impulso da política e do comércio internacionais era justificado como agente de um benevolente e progressista “processo de modernização” num Terceiro Mundo atrasado.²⁹¹

Em suma, o modernismo até os anos de 1930 tinha, internacionalmente, alguns elementos progressistas e socialistas. Porém, no pós-guerra, a sua despolitização foi crucial como ferramenta de disputa ideológica na Guerra Fria. Nesse momento, gradativamente, o modernismo passa a ser ligado a uma ideologia reacionária e tradicionalista, com uma vanguarda cooptada pelas forças econômicas do liberalismo (e do consumo massivo da arte). A arte e a cultura se tornam um consumo exclusivo da elite, subserviente ao poder institucionalizado.²⁹²

Não obstante, existe uma certa diferenciação entre modernidade e moderno, sobretudo ao analisar as fontes, pois, enquanto a modernidade se mostra como um substrato ideológico de irradiação das relações sociais capitalistas e, de certa forma, revela os modelos eurocêntricos de dominação política, social e cultural, o moderno, a seu turno, no que tange à construção de uma nova cidade-capital, surge nas fontes como a adoção do progresso. O

²⁸⁹ HARVEY, David. *Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 2007, p. 26-27.

²⁹⁰ Ibidem, p. 27.

²⁹¹ Ibidem, p. 42.

²⁹² Ibidem, p. 44.

progresso enxergado como moderno nas fontes, como será visto logo a seguir, acaba por relevar a adoção de estradas, malhas de ferrovia, a propagação da iluminação pública, de saneamento básico, de embelezamento e de crescimento urbano.

No entanto, para fazer uma mediação entre a noção de modernidade europeia e a de moderno no Brasil, deve-se ter em mente que o moderno foi ilustrado como litoral que, por ser mais próximo do progresso urbano das cidades europeias, seria o padrão de desenvolvimento a ser almejado. Por outro lado, a noção de moderno somente foi possível a partir da construção da ideia de sertão, que representaria o atraso e o arcaico, antípodas ao progresso travestido pelo discurso do moderno nas cidades.

Para avançar melhor nessa discussão, Lima²⁹³ indica que sociedades que desenvolveram tardeamente as relações sociais capitalistas, seja por uma unificação territorial tardia ou por não ter resolvido a questão da dimensão territorial do Estado, tiveram limitações em introduzir as grandes massas na ordem vigente. Nesse sentido, os intelectuais (*a intelligentsia*) tiveram um papel crucial na construção de uma identidade nacional. A *intelligentsia*, em tais contextos, serve para desenhar em sua sociedade uma visão de mundo que está vinculada a uma interpretação geral ou a algum projeto de dominação. Nesse âmbito, a noção de sertão funciona como um desdobramento da matriz dualista de interpretação da constituição da vida social do Brasil, o atraso (sertão) em oposição ao moderno (litoral). O contraste entre essas duas realidades no mesmo país esteve presente no pensamento social brasileiro, o que revela o processo inacabado e contraditório de construção do Estado nacional.

A resposta dos intelectuais para esses contrastes nacionais seria a construção de um projeto de nacionalidade pautado pelos caminhos da modernidade. Outra forma de acentuar essas diferenças era considerar as formas peculiares de vida no sertão como “estrangeiros na sua própria terra”, “desterrados” ou “exilados” que não se enquadram no projeto de modernidade. O processo de fundação do Estado nacional no Brasil perpassou o dualismo entre litoral e sertão, sendo os habitantes do interior – como o sertanejo, o caboclo ou o caipira – um objeto de estudo socioantropológico, visto como um entrave para a realização de tal projeto. Nesse dualismo, o sertão é constantemente retratado de forma negativa, como o

²⁹³ LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

espaço da barbárie e do atraso social e cultural, personificando a aversão à modernidade, sobre a qual se assentaram várias matrizes do pensamento social brasileiro.²⁹⁴

Em países que tiveram um processo de formação nacional tardio, ao comparar aos casos dos países europeus ocidentais, o tema da formação da identidade nacional teve um enorme peso na *intelligentsia*. Isso ocorre em certa medida porque os intelectuais, geralmente, provêm das camadas econômicas e políticas dominantes ou então de camadas médias urbanas e, assim, sentem uma estreita ligação com os centros modernos europeus e norte-americanos.

No Brasil, no tocante à formulação da *intelligentsia* sobre o processo de construção de uma identidade nacional, o tema da diversidade étnica, a construção mitológica do indígena e do escravizado submisso tiveram uma forte expressão intelectual. Mesmo com a abolição, a não integração dos afrodescendentes na sociedade das elites, majoritariamente branca, acabou por aprofundar o abismo intelectual entre os dois lados do país. Porém, o Brasil teorizado e imaginado pelos intelectuais estava longe de compreender a particularidade histórica que eram os modos de vida no sertão.

Mas, afinal, o que seria o sertão? O sertão, conforme a pesquisa de Lima²⁹⁵, começa a entrar no vocabulário durante o século XVI e o século XVII. O seu sentido não é exatamente definido em planos geográficos, mas de locais imaginados onde a colonização ainda não tinha alcançado, que remetia tanto às áreas do interior pouco povoadas quanto regiões desertificadas. Era criada, a partir dessa assertiva, a noção de que o sertão seria o local do ermo, do vazio e do desconhecido, como também o local da barbárie e desordem, cabendo aos seus aventureiros (sobretudo os viajantes e os bandeirantes) a missão de civilizar e conquistar tais terras.

Na virada do século XIX para o século XX, a noção de que o sertão era um deserto desumanizado e sem cultura, tão difundida pelos viajantes do século XVIII, acaba por ser substituída pela visão de que se tratava de um local com uma rica cultura brasileira, porém à margem de políticas públicas, e que merecia ser “colonizado” e “modernizado” a fim de preservar a unidade territorial brasileira. Essa versão do abandono e do isolamento do sertão, que ganha fôlego a partir dos anos de 1930, começa a ser entendida como um distanciamento

²⁹⁴ LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil* op. cit, p. 17.

²⁹⁵ Ibidem, p. 55.

do poder público, o que torna de suma importância a ocupação de tais espaços vazios pelo Poder Federal.

Sertão, nessa perspectiva, é concebido como um dos pólos do dualismo que contrapõe o atraso ao moderno, e é analisado com frequência como o espaço dominado pela natureza e pela barbárie. No outro pólo, litoral não significa simplesmente a faixa de terra junto ao mar, mas principalmente o espaço da civilização. [...] O dualismo sertão/litoral apresenta duas faces. Numa delas, o pólo negativo é representado pelo sertão – identificado como resistência ao moderno e à civilização. Na outra, o sinal se inverte: o litoral é apresentado como sinônimo de inautenticidade, enquanto antítese da nação.²⁹⁶

A valorização negativa do sertão abria espaço para a sua valorização positiva. Por exemplo, mesmo que o sertão fosse visto como o lugar da barbárie, avesso à civilização, também era percebido como o local onde se germinava uma cultura brasileira autêntica. Para isso, seria necessário construir o sertão a partir do litoral e de seus projetos de modernização. A escolha do sertanejo seria também por motivos étnicos, pois ao ser entendido como um mestiço que trazia traços indígenas e do branco europeu, a questão não resolvida da abolição poderia ser evitada, adiando assim a integração dos afrodescendentes ao projeto de construção de uma identidade nacional.

Um dos pontos de propagação da modernidade e de incorporação do sertão em face de um projeto de integração nacional e de sua identidade perpassava a transferência da capital e a construção da cidade. A cidade, tendo em vista a expansão do litoral para o sertão, seria um ponto irradiador da modernidade e dos planos econômicos e políticos que estavam sendo gestados no Brasil desde o início do século XX. Até o início dos anos de 1930 não havia uma noção geográfica a respeito das reais dimensões do território brasileiro, não se tinha uma carta definida, como também eram desconhecidos acidentes geográficos e rios. Dessa maneira, a expansão para o sertão urgia como necessidade de integração nacional.²⁹⁷

Entretanto, conforme será analisado a seguir nas fontes, a noção de modernidade presente nos três autores estudados é apresentada por um turbilhão de transformações em sua relação dialética com a modernização capitalista²⁹⁸, fragmentando tudo que se parece sólido²⁹⁹, inclusive o entendimento que se constrói dela mesma. Além disso, a modernidade carrega consigo uma “destruição criativa” que remodela relevos, povos e sociedades (edificar

²⁹⁶ LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil* op. cit, p. 60.

²⁹⁷ Ibidem, p. 66-67.

²⁹⁸ HARVEY, David. *Condição pós-moderna...* op. cit.

²⁹⁹ MARSHALL, Berman. *Tudo que é sólido desmancha no ar...* op. cit.

novas capitais não seria, de certa forma, um desdobramento disso?) em prol de uma modernização. Contudo, é necessário pontuar que a modernidade em si também carrega um ranço de eurocentrismo, no qual esse continente aparece como epicentro de tal fenômeno, mas que no fundo, reverberou na América Latina em processos de dominação e escravização dos povos indígenas, bem como vários séculos de espólio colonial.

Não obstante, imaginar uma nação no Brasil – tarefa levada a cabo por várias gerações de intelectuais – levou a um dualismo, no qual a noção de modernidade europeia surgiu em seu interior a partir da ideia de moderno em contraposição à noção de sertão. O sertão permeou o imaginário dos intelectuais de forma ambivalente, ora tido como “ermo”, sinônimo de atraso e avesso aos projetos de modernização do litoral, mas também visto como um local abandonado pelas autoridades federais, onde se gestava a autêntica cultura nacional, fora dos modismos da Europa advindos do litoral, e que precisava ser integrado a fim de se efetivar um projeto de identidade nacional³⁰⁰, sobretudo nas primeiras décadas do século XX.

Nos próprios discursos de Getúlio Vargas, especificamente um proferido em 1938, é possível ver tais substratos ideológicos. Reforça-se a noção de que a construção de Goiânia assinala um episódio de irradiação das relações sociais e de produção capitalistas para o centro do país e, portanto, torna-se parte de um grandioso projeto de integração nacional do sertão. Tal discurso é tecido a partir da noção do pioneirismo dos grandes desbravadores dos sertões, do bandeirantismo até o progresso industrial da primeira metade do século XX.

O verdadeiro sentido de brasiliade é a marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal do ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente das cobiças e tentativas aventuroosas. E lá teremos de ir buscar: dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entradas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial.³⁰¹

No trecho acima se destacam dois elementos pertinentes: o primeiro, já assinalado anteriormente, diz respeito à noção de progresso que trata da dicotomia entre litoral e sertão, do dualismo entre progresso e atraso, típicos de países de formação nacional tardia³⁰². O segundo elemento, de certa forma ligado ao primeiro, está em aliar a construção de uma identidade nacional aos interesses de industrialização. Por fim, a forma de integralização

³⁰⁰ LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil...* op. cit.

³⁰¹ VARGAS, Getúlio. *O verdadeiro sentido de brasiliade é a marcha para o Oeste*. In: IBGE. *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942. p. 1-2.

³⁰² LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil...* op. cit.

secundária que a elaboração de Goiânia traria para o oeste, na forma de economias subsidiárias e fornecedoras de matéria-prima que, no caso do estado de Goiás, seria especialmente o ferro, para suprir a recém-criada Companhia de Siderúrgica Nacional – CSN.

Em um outro discurso, proferido no Palácio do Governo (recém-inaugurado) em agosto de 1940, Vargas procura fazer uma síntese histórica do ambiente nacional que possibilitou a construção da cidade, em que a sua elaboração estava ligada à concretização da Revolução de 1930 e também revelava um novo projeto de nacionalidade levado a cabo pelo Estado Novo que, nas palavras de Vargas, buscava um nacionalismo em seu interior, ao contrário da Primeira República, que buscava uma construção da uma identidade nacional calcada no “continente dos descobridores”.

Para reforçar essa tese de que o Estado Novo criava um nacionalismo interno, forjado pelo seu próprio povo, vindo do interior do país, Vargas reforça o projeto como uma continuidade (novamente o mito dos desbravadores do sertão) de interiorização e desenvolvimento econômico realizado pelos bandeirantes e sertanistas. Porém, a mudança de sua gestão política seria o investimento e o amparo do poder público central para o desenvolvimento econômico do Estado.

[...] Na época do desbravamento, vinham morrer nestes chapadões imensos os últimos passos dos bandeirantes e sertanistas. A potencialidade do vosso solo e suas riquezas tem foros lendários: vastas pastagens onde os rebanhos podem multiplicar-se; matérias primas minerais abundantes e das mais necessárias ao progresso; possibilidades incontáveis de cultura e de prósperos empreendimentos. O que vos faltava era o amparo do poder público, e, tão cedo êle chegou, mostraste a vossa ação organizadora e o vosso empenho progressista, realizando empresas como a de construir – diria melhor – improvisar, em pleno descampado, uma cidade como esta – a segunda do Brasil edificada de acordo com um moderno plano urbanístico, atendendo, não a eventualidades políticas, mas às exigências do crescimento demográfico e econômico do Estado.³⁰³

Com base nessa citação, pode-se aferir algumas características do discurso de Vargas, sobretudo no que se refere à noção de modernidade e atraso, em que o progresso sempre é levado como algo de fora, seja pelos bandeirantes no século XIX, os sertanistas da virada do século XIX para o século XX, ou então, na primeira metade do século XX, por via de intervenção do Estado. Outro aspecto notável seria a integração subalterna da economia goiana aos centros que passavam pela industrialização no eixo Sudeste, atuando como uma

³⁰³ VARGAS, Getúlio. *Planalto goiano-miradouro do Brasil...*, op. cit., p. 122-123.

economia subsidiária na extração de matéria-prima mineral ou na produção de alimentos nas “vastas passagens onde os rebanhos podem multiplicar-se”³⁰⁴.

Por conseguinte, a partir do conteúdo ideológico expresso no discurso de Vargas, os progressos históricos realizados pelos bandeirantes e sertanistas teriam a sua elevação com a intervenção do Estado Novo, vislumbrando Goiânia como a última etapa do progresso histórico do Estado, um símbolo de sua integração econômica. Essa intervenção, contudo, nas palavras do autor, diferentemente do que foi na Primeira República, não seria somente em tempos eleitorais em disputas políticas entre as oligarquias, o que de fato não se confirma, pois o que ocorreu em Goiás, após a Revolução de 1930, foi um rearranjo entre os grupos oligárquicos na gestão política do estado, pois, com a nomeação de Pedro Ludovico como Interventor, grupos oligárquicos dissidentes do Sul e Sudoeste do estado, que não tinham hegemonia política, passaram a ter.

É conveniente a vinculação da construção de Goiânia ao projeto nacionalista do Estado Novo de Vargas. Esse projeto nacionalista, de uma nova capital para Goiás, acabava por atravessar os discursos de atraso e de progresso, no qual o último viria a sepultar os vestígios do poder político das antigas oligarquias e elaborar um centro urbano moderno que ligaria Goiânia aos grandes centros industrializados. Outro elemento que cabe ressaltar é a vinculação de Goiânia à figura de Pedro Ludovico, ideia que acabou sendo incorporada por seu *staff* administrativo e aliados políticos, em um primeiro momento, como também reverberou em diversas dissertações, teses e livros em gerações distintas de historiadores. Essa ideia acabou por gerar uma repaginação do mito histórico dos desbravadores, em que somente alguns homens com visão de progresso provocaram, por si só, grandes transformações estruturais na sociedade goiana. Goiânia, nessa perspectiva, acaba por surgir apenas como a criação de um homem só, aliado com os interesses de seu tempo, o que acaba por excluir os trabalhadores e outros sujeitos históricos de sua construção.

Para Armando Augusto de Godói, a construção de uma nova capital, aliada aos preceitos da modernidade, acabaria por se tornar uma missão civilizatória e econômica para o estado de Goiás, onde se “educaria” as massas populares à ordem e ao trabalho em um modelo de planificação urbana controlado pelo estado.

[...] Hoje, graças à evolução social e à circunstância de ter a humanidade entrado francamente na fase industrial, a cidade moderna é um centro de trabalho, uma

³⁰⁴ VARGAS, Getúlio. *Planalto goiano-miradouro do Brasil...*, op. cit., p. 122-123.

grande escola em que se podem educar, desenvolver e apurar os principais elementos do espírito e do físico do homem e uma fonte de poderosas energias sem as quais os povos não progredem e não prosperam. É das cidades modernas que partes os vigorosos impulsos coletivos e é nelas que se faz a coordenação dos movimentos e das atividades de uma nação.³⁰⁵

Com base nesse fragmento, pode-se observar que a constituição de uma cidade moderna, uma nova capital para uma nova gestão política do estado de Goiás, circunspecta uma cidade capaz de adequar a população à disciplinarização do corpo, do trabalho e da cultura, necessária à propagação da “evolução social da fase industrial”, ou seja, nas relações sociais capitalistas em que, novamente, o moderno é visto como progresso. Com base nessa perspectiva, quais seriam as razões para o atraso de Goiás? Por não ter uma cidade “moderna”, aliada às formas de disciplinarização social do trabalho e de desenvolvimento econômico que possibilassem a industrialização, faz-se necessário, na opinião do engenheiro, aliar a oportunidade de mudança com as alterações políticas no plano nacional e estadual, como no caso da exitosa experiência de transferência da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte.

Dessa maneira, nota-se um alinhamento na noção de progresso que perpassa os idealizadores da cidade, em que a construção da nova capital alavancaria a economia ao ser uma etapa na solidificação das relações sociais capitalistas no estado de Goiás, como também a sua construção seria uma continuidade do progresso iniciado pelo pioneirismo dos bandeirantes e sertanistas ao possuir, como última etapa, a construção de uma cidade moderna.

Porém, qual seria a modernidade, a partir dos casos elencados no começo do capítulo, que emerge a partir da documentação? Qual seria a modernidade vivida pelos atores sociais entre o discurso moderno e a vida cotidiana de uma cidade moderna? Para isso, utiliza-se um texto de Gribaudi³⁰⁶ que, em vez de abordar a modernização de Paris a partir do desenvolvimento dos ricos bairros da zona oeste da cidade, como o desenvolvimento de novas formas arquitetônicas e comerciais, busca entender as práticas e as imagens constituídas a partir dos bairros populares, da nova modernidade urbana. A partir de um estudo pormenorizado de tais bairros, o autor identifica um rico tecido social formado de trabalhadores, comerciantes, artesãos e uma gama de atores marginais que viviam em uma

³⁰⁵ GODÓI, Armando Augusto de. *Relatório sobre a conveniência da mudança da capital*. In: IBGE. *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942. p. 15.

³⁰⁶ GRIBAUDI, Maurizio. *Une autre modernité*. In: *Paris ville ouvrière. Une histoire occultée 1789-1848*. França: La Découverte, 2014.

“ilhota” (uma zona densamente povoada) próxima ao centro de Paris. Nesse sentido, a partir de uma vasta pesquisa empírica, Gribaudi demonstra a construção de uma outra modernidade constituída pelos atores sociais em bairros populares pouco estudados.

As “ilhotas” eram comumente associadas aos bairros antigos da cidade, muitas vezes tidos como “imóveis” e pouco significantes para a dinâmica social. Longe de ser locais sem vida, os bairros do centro representam uma cultura oposta à cultura das avenidas radiais e dos bulevares, demonstrando uma modernidade alternativa ao desenvolvimento nos bairros do oeste e nordeste de Paris. O estudo de um bairro, em singular, pode demonstrar outras perspectivas da modernidade propagada pelos discursos oficiais e por várias tradições historiográficas.

Nesse sentido, busca-se elucidar o seguinte problema: como tais transformações estruturais – de edificação de uma cidade sob os preceitos modernos – foram sentidas e vividas pelos atores sociais em seu cotidiano? Entre os discursos oficiais dos idealizadores da cidade e os usos cotidianos de seus sujeitos, como essa modernidade alternativa se constituía e era vivida? Uma cidade moderna era acessível a todos? Se sim, de que forma? Como eram os acessos das cidades e os aspectos da mobilidade urbana? Tentar-se-á responder a tais perguntas no decorrer deste capítulo.

Para isso, foram utilizados 41 documentos do judiciário, entre inquéritos e processos criminais, dos quais: 19 são relacionados aos acessos à cidade que o desenvolvimento dos meios de transporte proporcionou; 9 são relacionados aos aspectos da mobilidade urbana e 13 relacionados aos acidentes de trânsito. Dos 19 processos sobre os acessos à cidade: 11 são de furtos no comércio, 3 de apropriação indébita, 2 de arrombamentos de indústrias, um furto de galo e um furto na estrada de ferro. Dos 9 que abordam a mobilidade urbana: 5 são de furtos de bicicleta, 2 de furto de cavalos e 2 relacionados ao transporte público. Dos 13 inquéritos/processos sobre acidentes de trânsito: 9 são de atropelamentos (5 de bicicleta e 3 de pedestres), 2 de acidentes de jardineiras e 2 de colisão de veículos.

Porém, uma observação ainda deve ser feita em relação ao uso das fontes neste capítulo para o desenho de uma possível modernidade alternativa que os atores sociais experienciaram em seus usos cotidianos da cidade. Ao se utilizar somente os discursos oficiais como fontes acerca da construção de Goiânia em torno dos ideais da modernidade, como também o moderno em dicotomia com o sertão, uma versão da história da cidade se manteve cristalizada em uma larga tradição na historiografia. O que cabe assinalar é que, ao

usar os processos criminais, se busca problematizar como, ao modificar a natureza da documentação e de sua interpretação, se pode perceber outras escalas de observação e as variáveis de experimentação em que os objetos e as suas fontes poderiam ser elencados pelo historiador³⁰⁷.

Os exemplos utilizados, via análise da documentação, buscam variar a interpretação, modificar a sua forma e a sua trama³⁰⁸. Mudar as escalas de interpretação não significa, necessariamente, representar uma realidade maior ou menor, mas transformar o conteúdo daquilo que é elencado como representável. As transformações estruturais da edificação de uma nova capital para Goiás, servirá, nesse âmbito, como uma espécie de contexto, mas a partir de seu uso interpretativo: extrair do contexto as razões gerais que permitiriam explicar situações particulares³⁰⁹. Não existe um contexto unificado e homogêneo no qual se determinam as escolhas e as ações dos sujeitos, mas uma multiplicidade de comportamentos, experiências e representações sociais (contraditórias ou não) por meio das quais os homens constroem o mundo e as suas ações. Assim, vários contextos podem ser construídos para entender os diversos comportamentos sociais³¹⁰.

Nesse sentido, ao considerar a modernidade alternativa tecida pelos atores sociais em seu cotidiano, entende-se que a história não é um percurso linear que segue os fenômenos determinados pelas estruturas, mas uma conjunção de diversos elementos que se inter-relacionam ao mesmo tempo e que também são sensíveis às restrições locais e globais. O presente histórico aqui analisado é uma massa borbulhante de lembranças, tensões e aspirações que, muitas das vezes, são contraditórias³¹¹. Cada presente recortado das fontes não é uma simples estrutura ordenada de maneira coerente e racional, mas uma múltipla gama de objetos e de campo de força. Um sistema complexo de elementos em constante interação, constantemente atualizado e redefinido e que se reflete nas trajetórias estudadas³¹².

³⁰⁷ REVEL, Jacques. *Microanálise e construção do social*. In: REVEL, Jacques.. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. p. 15-38.

³⁰⁸ Ibidem, p. 20.

³⁰⁹ Ibidem, p. 20.

³¹⁰ Ibidem, p. 27.

³¹¹ GRIBAUDI, Maurizio. *Escala, pertinência, configuração*. In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. p. 121-150.

³¹² Ibidem, p. 130.

2.1 – “Os larápios continuam a agir”: Bento “Chevrolet” e os acessos à cidade

Os problemas de transporte e acesso são recorrentes na história de Goiás. Na primeira metade do século XVIII, a viagem de São Vicente (atual São Paulo) até Goiás durava em torno de seis meses.³¹³ Por exemplo, os problemas de acesso e locomoção atrapalharam a posse do primeiro presidente de província em Goiás, D. Marcos de Noronha, conhecido como Conde dos Arcos que, nomeado em 1744, tomou posse somente em 1749.³¹⁴ Com a crise da mineração, após a sua breve vida de meio século, a pecuária foi uma importante atividade econômica em Goiás em momentos em que a situação do transporte gerou certo isolamento da região.

A carência e, consequentemente, o alto preço do escravizado, a quase extinção dos indígenas e o isolamento geográfico ocasionado pelas formas restritas de infraestrutura de transporte contribuíram para o surgimento de um tipo de trabalhador conhecido como agregado. O agregado era desprovido da posse de terras por não ser um homem bom ou de bens, ou seja, não era branco e com origem europeia. Isso, além de gerar uma dispersão dos trabalhadores pelos longínquos campos, forçava o agregado a trabalhar nas terras dos homens de posse, nas quais se operava um sistema parecido com a servidão por dívida, que eram registradas no cartório, forçando ainda mais o trabalhador a se manter na coerção de seu patrão, pois, legalmente, a relação só podia ser rompida mediante o pagamento de todos os débitos que, em muitos casos, eram impagáveis.³¹⁵

O desenvolvimento da economia cafeeira gerou um crescimento urbano e comercial no sudeste do Brasil que, por sua vez, se fez sentir na expansão da malha ferroviária rumo ao oeste do país, a fim de ampliar as fronteiras agrícolas. Por mais que se relativize o impacto econômico do início da ferrovia em Goiás, a partir das primeiras décadas do século XX, não se pode deixar de destacar que a sua chegada, via Triângulo Mineiro e pela parte sudoeste de Goiás, gerou uma valorização das terras e, paulatinamente, o desenvolvimento de cidades nas regiões dos trilhos, para além dos caminhos do ouro. O movimento migratório, o crescimento demográfico e a valorização/criação de novas fronteiras agrícolas moldaram o desenvolvimento econômico e social do estado durante a primeira metade do século XX. A

³¹³ CHAUL, Nasr Fayad. *Marchas para o Oeste*. In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da (Org.). *Relações cidade-campo: fronteiras*. Goiânia: Editora UFG, 2000. p. 113-114.

³¹⁴ Ibidem, p. 115.

³¹⁵ Ibidem, p. 121.

partir da Revolução de 1930, os interesses da gestão federal se voltaram para a irradiação das relações de produção capitalista do centro do Brasil, tendo em mente a ocupação da Amazônia. Nesse sentido, Goiás serviu como um entreposto para esse projeto, delineado com a criação da Marcha para o Oeste. Em torno de uma adornada manta ideológica, uma nova capital para o desenvolvimento do capitalismo se tornou um ponto a ser debatido pelas novas formas de intervenção política no estado.³¹⁶

Silva³¹⁷ entende que a construção de Goiânia seria fruto de uma etapa específica do desenvolvimento capitalista no Brasil que, na perspectiva da autora, reproduzia a condição periférica de Goiás em relação às regiões hegemônicas do capitalismo da região sudeste. Nesse sentido, a cidade de Goiânia seria uma forma de enquadrar o estado à dinâmica de desenvolvimento capitalista, a partir de uma inserção subalterna (característica da periferia da periferia), em que Goiás seria um produtor de artigos primários para abastecer as economias industriais em expansão no sudeste do Brasil. Mas, para o surgimento de Goiânia, toda uma gama de transporte e comunicação teve de ser desenvolvida até que o projeto de transferência da capital fosse efetivado. Nesse ponto são reproduzidos os relatórios dos Presidentes de Província do século XVIII e XIX até Pedro Ludovico, nas primeiras décadas do século XX, acerca da impossibilidade da Cidade de Goiás ser a capital do estado. Porém, esse discurso de atraso para justificar a construção da nova capital, na argumentação da autora, foi utilizado a fim de construí-la voltada para o eixo econômico do sul do estado, como forma de priorizar tais grupos no processo de acumulação capitalista em Goiás. Goiânia, nessa perspectiva, não seria uma ilha de modernidade capitalista no meio do sertão, mas fruto de um processo – desde o início do século XX – de irradiação das relações capitalistas a partir das ferrovias, o que possibilitou o desenvolvimento das oligarquias do sul e sudoeste do estado.

Assim, a autora defende a tese de que a transferência da capital não foi fruto de uma vontade popular ou até mesmo da maioria da classe dominante do estado, atendendo especificamente a interesses das oligarquias do sul de Goiás, lideradas por Pedro Ludovico, que, sabendo tirar proveito do momento político – Revolução de 1930, Estado Novo e a Marcha para o Oeste –, utilizou a construção de Goiânia como uma forma tanto de obter hegemonia política quanto para direcionar as estruturas econômicas do estado ao proveito

³¹⁶ CHAUL, Nasr Fayad. *Marchas para o Oeste*. In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da (Org.). *Relações cidade-campo* op. cit.

³¹⁷ SILVA, Ana Lúcia da. *A revolução de 30 em Goiás...* op. cit.

econômico de seu grupo social. Vale lembrar que, para Silva³¹⁸, a construção de Goiânia somente foi possibilitada com o desenvolvimento econômico do sul e dos meios de transporte e comunicação com os eixos hegemônicos do desenvolvimento capitalista do Brasil.

Borges³¹⁹, apesar de não tratar propriamente da história de Goiânia, mas sim da busca por entender a dinâmica econômica do estado de Goiás entre 1930 e 1960 em um quadro comparativo com a economia nacional, também parte da concepção de que a construção da nova capital foi uma etapa do desenvolvimento já embrionário do capitalismo – com a penetração das estradas de ferro em Goiás no início do século XX. Entretanto, questiona a tese da preponderância das ferrovias como elemento irradiador das relações capitalistas, criticando a ideia desenvolvida por ele mesmo em obra anterior³²⁰, como também a de Silva³²¹.

O autor pondera sobre o poder dinamizador das ferrovias para a economia de Goiás, tendo em vista que foram o primeiro meio de transporte (não animal) que abria um ponto de conexão econômica entre o estado com o centro-sul do país. A ferrovia, por onde passava, acabou por aumentar a produção agrícola e a ampliação das atividades agroindustriais, como: charqueadas, indústrias de couro, beneficiamento de arroz, fábrica de banha etc.

O trem de ferro – simbolizado na maria-fumaça – com seu silvo estridente e cauda em aço, emplumada em fumaça, serpenteando pelos sertões, despertava Goiás de séculos de isolamento e transformava a paisagem regional através de um processo dialético marcado pela destruição/reconstrução do espaço. Muitos terminais ferroviários tornaram-se movimentados núcleos urbanos e centros dinâmicos da vida econômica e cultural da sociedade local. As estações ferroviárias tornaram-se área de lazer, de encontros amorosos e de debates culturais e políticos, bem como praça de negócios que movimentavam o comércio de boa parte do Estado. Assim, os terminais ferroviários, e os núcleos urbanos que deles se desenvolveram, pareciam, aos olhos da população sertaneja, ilhas de prosperidade em meio a um mundo rural e arcaico.³²²

Como a linha ferroviária chegava até Goiás a partir do Triângulo Mineiro, o recorte dos trilhos perpassava Araguari até a fronteira sudoeste do estado, o que dinamizou economicamente a região e fez emergir os grupos oligárquicos que iriam romper com os Caiado no ambiente da Revolução de 1930. Na perspectiva do autor, no Brasil pós-1930, ocorre um avanço da fronteira econômica do sudeste que chegava até Goiás, sendo Goiânia

³¹⁸ SILVA, Ana Lúcia da. *A revolução de 30 em Goiás...* op. cit.

³¹⁹ Ibidem.

³²⁰ BORGES, Barsanufo Gomides. *O despertar dos dormentes...* op. cit.

³²¹ SILVA, Ana Lúcia da. *A revolução de 30 em Goiás...* op. cit.

³²² Ibidem, p. 41.

uma concretização político-econômica de tais grupos, uma capital voltada para o desenvolvimento capitalista do eixo centro-sul do Brasil, sendo a ferrovia uma ferramenta, mesmo que limitada, de sua concretização:

A chegada dos trilhos a Goiânia, no início dos anos 50, colocava a nova capital e uma vasta área do Estado em contato direto com os centros metropolitanos da economia do país. A ferrovia tornou-se não só a principal artéria de exportação de bens primários e de importação de manufaturados, como também a principal via de penetração de novas ideias e valores culturais da sociedade moderna, portanto, um instrumento do capital no processo de dominação econômica e cultural. Todavia, apesar de ser vista como símbolo da modernização e instrumento de mudanças das estruturas regionais, a estrada de ferro permaneceu, por décadas, encravada numa sociedade agrária tradicional. As transformações socioeconômicas estimuladas pelos trilhos foram lentas e desiguais.³²³

O desenvolvimento das estradas de rodagem em Goiás, a partir dos anos de 1950, teve o sudeste e sudoeste goiano como maiores beneficiários, redefinindo a fronteira econômica que ligaria Goiás ao Triângulo Mineiro e, consequentemente, ao sudeste do país, onde não mais – como eram nos trilhos – passariam por Araguari-MG, Catalão, Anápolis e Goiânia, mas por estradas de rodagem que vinham de Uberlândia-MG, passando por Santa Rita do Paranaíba (atual município de Itumbiara), Morrinhos e Goiânia, dinamizando e ampliando o desenvolvimento econômico dessas regiões.

Além da rede rodoviária conjugada à linha-de-ferro, outras estradas de rodagem foram construídas no Estado, nesse período. O sudoeste goiano, que não foi servido pelo transporte ferroviário, conheceu uma significativa expansão rodoviária. A construção da ponte Afonso Pena, no rio Paranaíba (1909), possibilitou uma maior aproximação econômica da região com o Triângulo Mineiro. Em 1918, foi organizada a Companhia Autoviação Sul Goyana S/A, pioneira no transporte rodoviário regional. A empresa implantou uma estrada de rodagem, passando pelos municípios de Santa Rita do Paranaíba (Itumbiara), Rio Verde, Jataí e Mineiros. Com a melhoria dos meios de transporte, as relações comerciais do sudoeste goiano com o Triângulo Mineiro estreitaram-se de tal forma que a economia da região permaneceu, por muito tempo, voltada para Minas Gerais e de constas para o Estado de Goiás.³²⁴

Além de ser o dínamo das relações capitalistas para Goiás no pós-1930, Goiânia gerou uma propagação das estradas de rodagem e foi decisiva na transição para esse tipo de transporte no estado. Outro ponto explorado pelo autor foi o redimensionamento da fronteira agrária e a valorização de terras que a construção da capital possibilitou rumo ao norte do estado. Essa expansão para o norte estava dentro das metas do governo de Vargas quando

³²³ SILVA, Ana Lúcia da. *A revolução de 30 em Goiás...* op. cit, p. 36.

³²⁴ Ibidem, p. 54.

tentava realizar a Marcha para o Oeste, tentativa de ocupação das terras a oeste do país como forma de integrar o cerrado e floresta amazônica no desenvolvimento industrial que da região sudeste. Na intenção de preencher os espaços vazios do estado, Goiânia foi o ponto estratégico para essa ampliação, onde a rede de estradas construídas para interligar a capital possibilitou a valorização da terra e o redimensionamento da fronteira agrícola rumo ao norte.

A partir das análises elucidadas, pode-se concluir que Goiânia emergia como um ponto de transição para o capitalismo em Goiás, sendo uma estratégia de poder embbebida mais por interesses econômicos que ideológicos, como argumenta Silva³²⁵. Borges³²⁶, também de inspiração marxista, explica que Goiânia foi fruto de um projeto econômico que se estendia desde o desenvolvimento econômico do sul do estado e teve na elaboração dessa cidade uma forma de efetivar uma política voltada aos seus interesses econômicos, mas que também foi crucial para o desenvolvimento de estradas de rodagem em um momento de crise das ferrovias entre as décadas de 1930-1950. A nova capital também redimensionou as fronteiras agrícolas e o processo de ocupação econômico a norte do estado e, consequentemente, do país.

Uma mediação se faz necessária a partir das obras acima citadas, sobretudo no que se refere à crítica ao aporte teórico e metodológico utilizado pelos autores, de viés marxista estruturalista, já que seus escritos se esforçam muito mais por desvendar os trâmites econômicos e político-institucionais no desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, do que em analisar as formas de vida social das pessoas que viveram e experimentaram tais relações. Dessa forma, os autores se limitam a trabalhar com a concepção estruturalista de classe, visando analisar o espaço e local estrutural que a classe ocupa e não como os sujeitos vivem e constroem alternativas cotidianas à sua expropriação.

Uma outra interposição é pertinente acerca do desenvolvimento das estradas de rodagem, sobretudo sobre o seu caráter limitado e precário, conforme elucida o Sr. Hilarino:

O estado de Goiás, naquele tempo, era um estado, como o Brasil, de modo geral, muito pobre em estradas. Aqui, em Goiás, não existia um palmo de estrada asfaltado; então, na época de chuva, era uma dificuldade imensa a viagem. Por exemplo: quem tinha de viajar daqui para Goiás (antiga capital), podia contar, tendo muita sorte, com uma viagem que demorava, no mínimo doze horas. [...] E mesmo nos anos de 30, a tantos a 41, 42, até 46, 47, não havia asfalto aqui em Goiás. Quem queria fazer uma viagem mais rápida, tinha que pegar um taxi aéreo, era isso aqui, Goiânia, Goiás, no início era isso.³²⁷

³²⁵ SILVA, Ana Lúcia da. *A revolução de 30 em Goiás...* op. cit.

³²⁶ BORGES, Barsanufo Gomides. *Goiás nos quadros da economia nacional...* op. cit.

³²⁷ Entrevista de Hilarino Veloso da Silveira. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 113.

As dificuldades estão presentes também na narrativa de Cerise Pinto Carramaschi, que era natural de Formiga-MG e se mudou para Goiânia em junho de 1936. Em entrevista realizada em 1985, ela conta como era o acesso à cidade para os seus migrantes: “de Belo Horizonte levávamos três dias para chegar a Leopoldo de Bulhões, todos estávamos muito cansados de ter viajado tanto. Lá chegando minha mãe, quando viu o hotel, começou a chorar, porque não havia água para tomar banho”³²⁸ e após pernoitarem no hotel “meu pai conseguiu alugar dois carros para virmos para cá”.³²⁹

Com base em tais elementos, pode-se observar que sendo precários e limitados, os acessos ao estado e, consequentemente, à nova capital, eram infringidas diversas dificuldades aos seus migrantes, porém, levando em conta o histórico de carência do desenvolvimento de meios de transporte em Goiás, mesmo com tais limitações, naquele momento eram de grande serventia para os sujeitos históricos virem para os canteiros de obras da cidade. Um exemplo disso foi quando Pedro Ponchet Meireles migrou para Goiânia em julho de 1939 e narra o percurso até chegar à cidade. Um aspecto interessante é que ele teve conhecimento, a partir de propagandas no rádio no interior do Piauí e, em suas palavras, por ter um “espírito aventureiro”, resolveu sair de sua cidade, chamada Floriano, até o canteiro de obras do que viria a ser a nova capital goiana: “Viajei no Rio São Francisco 13 dias (dia e noite), depois viajei na Central do Brasil para Belo Horizonte; no outro dia, viajei para Uberaba, na parte de Minas. Depois, na Mogniana para Araguari”³³⁰ e, para terminar “minha viagem, na estrada de ferro de Goiás até Anápolis”³³¹.

Tendo em vista essas considerações, nota-se como os sujeitos históricos vivenciaram e sentiram tais transformações estruturais no desenvolvimento dos meios de transportes e, consequentemente, nos acessos à nova capital, em seu cotidiano. Sendo assim, retomando o caso representativo deste subcapítulo³³², percebe-se que Maria da Conceição, ao sair de Leopoldo de Bulhões e ir até Goiânia para o seu batismo cultural, levando consigo uma mala repleta de pertences e seus vestidos mais novos, foi mais uma das diversos atores sociais que perpassaram pela estação de trem até a nova capital goiana, além de o ônibus – que fazia a

³²⁸ Entrevista de Cerise Pinto Carramaschi. In: *Memória cultural. Ensaios da história de um povo*. Goiânia-GO: Prefeitura Municipal, 1985. p. 66.

³²⁹ Ibidem.

³³⁰ Entrevista de Pedro Ponchet Meireles. In: *Memória cultural. Ensaios da história de um povo*. Goiânia-GO: Prefeitura Municipal, 1985. p. 146.

³³¹ Ibidem.

³³² AFG. P. Cx. 53, n° 15, 1942.

rota entre as duas cidades exatamente com o propósito de transportar pessoas – que ela embarcou estar abarrotado de pessoas.

Até 1952, dez anos após o batismo cultural de Goiânia, o trem não chegava à cidade e a estação mais próxima se situava em Leopoldo de Bulhões. Essa rota foi também utilizada para o transporte de trabalhadores e, principalmente, de materiais de construção de vinham de São Paulo e demoravam quatro meses até a estação de Leopoldo de Bulhões. Os materiais eram transportados por carros de boi, os trabalhadores – os que não faziam parte das migrações espontâneas, ou seja, os que foram diretamente contratados pelo estado nos escritórios do Rio de Janeiro e São Paulo – geralmente eram transportados por caminhões de rodagem e os demais migrantes pelas jardineiras, como eram chamados os ônibus que faziam as rotas entre as cidades vizinhas da capital e entre seus bairros.

Com a chegada dos trilhos do trem aos arredores de Goiânia e, principalmente, com o desenvolvimento das estradas de rodagem que ligavam a capital às demais estradas do estado e do país, aumentou também o acesso aos automóveis e aos serviços de transporte de pessoas e de mercadorias. A partir da documentação, nota-se que, em função das características da mobilidade urbana em Goiânia, existiam pessoas especializadas em transportar pessoas e mercadorias, pontos de carros e carroceiros em praças e avenidas movimentadas para o transporte de mudanças e passageiros.

Os arquivos do 2º Departamento de Polícia de Campinas demonstra casos de apropriação indébita envolvendo motoristas que faziam transporte de mercadorias e/ou pessoas. Um desses eventos envolve Madalena Gaspirini – italiana, casada, sessenta anos de idade, analfabeta, doméstica, residente na Av. Pernambuco, nº 960, em Campinas – que, em fevereiro de 1949, contratou José Correia da Cunha – brasileiro, casado, quarenta anos de idade, alfabetizado, sem profissão declarada, natural de Jaboticabal-SP e residente da Av. Bahia, nº 630, Campinas – para acompanhar o seu marido para fazer uma operação em Anápolis³³³. Ao voltar para Goiânia, disse que precisava de mais Cr\$ 700,00, além dos Cr\$ 1.200,00 que a vítima já havia dado, para pagar o restante das despesas da cirurgia. Como Madalena não tinha tal quantia, disponibilizou somente Cr\$ 200,00. Poucas horas mais tarde, o réu devolveu Cr\$ 150,00 dos Cr\$ 200,00 anteriormente emprestado, argumentando que não havia mais débito no hospital e que teria gasto Cr\$ 50,00 na passagem de ida e volta para Anápolis. Alguns dias mais tarde, Pedro Gaspirini veio de Morrinhos a Goiânia para ter notícias do pai e, ao saber do ocorrido, foi até Anápolis e encontrou o pai sem as despesas

³³³AFG. J. Cx. 29, nº 216, 1949.

pagas pelo réu e discriminou tais gastos³³⁴. Uma testemunha dizia que o réu era “muambeiro”³³⁵ e que já havia dado calote em outras pessoas.

Enquanto se desenrolavam as investigações, Sr. Fortunato Gaspirini – italiano, casado, setenta e quatro anos de idade, alfabetizado, profissão não declarada e residente na Av. Pernambuco, nº 950, Campinas – internado no hospital, estava sem receber tratamento e com as despesas por pagar³³⁶ e afirmava que “José Correia abusou da sua boa-fé e da ignorância da sua esposa para se apoderar do dinheiro que aqui recebeu”³³⁷. A situação de José Correia se complicou quando, no relatório do inquérito, o advogado o rotulou de caluniador por ter chamado a vítima de mentirosa, ressaltou que ele se aproveitou da idade avançada e da boa-fé do casal para dar o seu golpe, demonstrou nervosismo e se negou a responder as perguntas formuladas e conclui, ao encaminhar o inquérito ao juiz, que o “indivíduo bastante conhecido neste bairro como trapaceiro, sendo muitas as queixas chegadas contra o mesmo a polícia por negócios escusos por ele empreendidos”.³³⁸ Em outubro de 1951, quase dois anos e meio depois da primeira queixa prestada, finalmente é concluído o recolhimento de um novo depoimento das testemunhas, mas, logo após redigir o relato da última testemunha, o filho da vítima que morava em outra cidade, o processo não mais apresenta nenhuma informação, nem de sua conclusão, tampouco quando foi arquivado.

O desenvolvimento dos meios de transporte também serviu como oportunidade de negócio entre os atores sociais. Jerônimo Paiva – brasileiro, casado, quarenta e quatro anos de idade, agenciador, alfabetizado, natural de Itumbiara-GO e residente na rua Quintino Bocaiuva em Campinas – era ferreiro na oficina do Sr. Antônio Mauro quando, em novembro de 1947, foi procurado pelo seu colega Humberto Primo – brasileiro, viúvo, quarenta e um anos de idade, alfabetizado, natural de São Simão-SP e residente na rua Bonfim em Campinas – que o propôs uma sociedade em um negócio: comprar um caminhão para fazer o serviço do transporte de mercadorias da capital para cidades do interior do estado. O caminhão foi comprado a prestações de Cr\$ 27.500,00, a serem pagas conforme fossem recebendo o frete das viagens realizadas. Nas três primeiras viagens, os dois colegas levaram mercadorias para

³³⁴ AFG. J. Cx. 29, nº 216, 1949, p. 3.

³³⁵ Ibidem, p. 5.

³³⁶ Ibidem, 11.

³³⁷ Ibidem, p. 11-12.

³³⁸ Ibidem, p.19.

vender no interior, conseguindo manter uma certa relação comercial com as casas Irmão Alves e Cecilio Quinan³³⁹.

O problema na relação comercial entre os sócios se deu na quarta viagem, quando, ao transportar e revender as mercadorias em Santa Bárbara e Santa Luzia, Humberto Primo não repassou os valores às respectivas casas comerciais: Cr\$ 4.028,00 de Irmão Alves e Cr\$ 3.000,00 de Cecilio Quinan. Além de não pagar os seus fornecedores, o réu usou o dinheiro adquirido para a compra de nove porcos que foram revendidos no Matadouro Municipal que ficava em Campinas. A versão de Humberto Primo era de que Jerônimo Paiva, desde a compra do caminhão, não honrou com a sua sociedade: não contribuiu com dinheiro para dar de entrada no veículo, o valor de Cr\$ 2.500,00, como também não passou a sua parte na parcela do caminhão e que devia mais de Cr\$ 5.000,00 ao réu.³⁴⁰ Não honrando os pagamentos da parcela do caminhão e o acordo com seus parceiros comerciais, Jerônimo ainda utilizou de uma considerável quantia de dinheiro para comprar porcos e revendê-los no mercado municipal.

No relatório do subdelegado, José Heinzeiman da Silva, redigido em 13 de fevereiro de 1948, ficou evidente a contradição nos discursos de Humberto, bem como as declarações de Cecílio que, quando tratou com Jerônimo, o pagamento foi feito adequadamente, mas, quando negociou com o réu, não quitou as dívidas. No final do relatório, o subdelegado concluiu que, por serem sócios, ambos tinham que se responsabilizar pelas dívidas contraídas com as duas casas comerciais. Em fevereiro de 1952, o inquérito é concluído sem mais nenhuma informação e arquivado no dia 2 de fevereiro de 1967.

A partir desses dois casos, percebe-se que o desenvolvimento, mesmo que precário, dos meios de transporte possibilitou que os atores sociais tivessem acesso aos serviços, como no caso acima elucidado, a cuidados médicos e, por outro lado, possibilitava outras oportunidades de negócios, como o transporte de passageiros e de mercadorias para o interior do estado.

Outras oportunidades de negócios não lícitos também emergiam conforme a capital era construída e aumentavam as veias de conexões com as cidades e as fazendas vizinhas. Tal como o processo anterior, esse também envolvia o transporte de mercadorias para serem revendidos na capital em crescimento. Leandro Inácio da Silva – brasileiro, dezenove anos de idade, solteiro, analfabeto, lavrador, natural de Trindade-GO e residente na Fazenda

³³⁹ AFG. Inquéritos Policiais do 2º Ofício. N° 182, 1948. p. 1.

³⁴⁰ Ibidem, p. 4.

Dourados próximo a Goiânia – e Selvino Leite Borges – brasileiro, vinte e três anos de idade, casado, alfabetizado, lavrador, natural de Pirenópolis e residente na Fazenda Dourados próximo a Goiânia – eram dois lavradores que viviam próximo a Goiânia em finais dos anos de 1940. Em 7 de junho de 1948, ambos foram denunciados por praticarem furto de gado, pois nas fazendas vizinhas de onde viviam, algumas vacas estavam desaparecendo. Ao furtarem as vacas de seus vizinhos, os réus as levavam até o matadouro de Goiânia para serem abatidas e vendidas³⁴¹.

Essa atividade de furtar vacas das fazendas vizinhas, que os peões tinham pleno conhecimento, era bastante lucrativa. Manoel Lemes da Silva – brasileiro, trinta e um anos de idade, casado, alfabetizado, lavrador, natural de Catalão-GO e residente em Campinas, Av. Mato Grosso, nº 580 – assumiu ter sido o comprador do gado roubado e que Leandro e Silvino foram as pessoas que venderam os animais. As três vacas foram vendidas por Cr\$ 1.700,00 e mais Cr\$ 100,00 para o transporte da fazenda Dourados até o Matadouro da cidade. As outras quatro vacas furtadas foram vendidas para Venâncio Domingos – brasileiro, quarenta anos de idade, casado, alfabetizado, negociante de gado bovino, natural de São Sebastião do Paraíso-MG e residente de Campinas, rua Jaraguá, nº 804 – que, em seu depoimento, dizia que as havia comprado por Cr\$ 580,00.

Selvino, em 27 de junho de 1948, prestou depoimento e confirmou o furto e os valores da venda dos gados, porém, argumentou que o que o levou para o crime foi o fato de seu patrão, há quatro anos, não acertar os vencimentos de seu trabalho. Assim, o peão argumentava:

[...] que nunca furtara, mas ultimamente foi obrigado a tal cedimento, devido estar devendo uma conta de Cr\$ 1.000,00 sendo constantemente cobrado, e como procurasse sempre acertar com Machadinho para poder saldar a conta, nunca seu patrão tinha dinheiro para lhe pagar, obrigando o declarante a furtar; que, de fato do dinheiro que recebeu das vacas, deu a Agenor, Cr\$ 700,00 para o pagamento de suas dívidas.³⁴²

Por não ter moradia definida, Selvino teve a sua prisão preventiva decretada em 2 de julho de 1948, mas teve o mandado expedido somente um mês depois, em 2 de agosto do mesmo ano e foi efetivamente preso no dia 23 do mesmo mês. Ao ficar menos de uma semana preso, Selvino apresentou uma outra versão dos fatos: a de que era inocente e que o verdadeiro culpado era José Carlos, que fora enganado pelo mesmo ao revender os gados

³⁴¹ AFG. L. Cx. 41, nº 34, 1948. p. 2.

³⁴² Ibidem, p. 20.

roubados, como também sofreu ameaças de violência caso não assumisse o crime. Mesmo com tais informações, novas testemunhas não são chamadas e em 21 de outubro de 1948 foi marcada a audiência de ambos com o juiz, porém Leandro não foi encontrado na fazenda que morava. Em 15 de dezembro de 1948, Leandro é dado como foragido, enquanto o acusado aguardava o julgamento detido. Em 2 de fevereiro de 1952, pede informações sobre o réu, mas sem quaisquer outras informações, o processo é concluído em 12 de janeiro de 1955 e arquivado em 2 de fevereiro de 1967.

Esse maior acesso à cidade abriu caminho para furtos e pequenos crimes às margens da cidade, como também na estação de trem, ponto de acesso de pessoas e mercadorias que vinham do interior do estado e de outras regiões do país. Mesmo relativizando o impacto da ferrovia para Goiás e Goiânia, não se deve negar que isso ajudou a moldar os contornos da cidade, suas margens, pois vários bairros populares foram sendo formados ligando o Bairro Popular, Vila Nova, Vila Operária (atual Centro Oeste), Nova Vila, Setor Ferroviário e outros. Todos os surgidos para além do plano atiliano, ou seja, do desenho original de Atílio Corrêa Lima, acabaram por interligar duas cidades até então desconexas: Campinas (agora bairro) a Goiânia (Centro).

Um caso que ilustra o processo descrito ocorreu na noite de 23 de abril de 1954, quando Domingos Negreiro dos Santos – brasileiro, vinte e nove anos de idade, casado, alfabetizado, acendedor de locomotivas, natural de Goiás e residente no Setor Ferroviário – caminhava para a sua residência que localizada nos terrenos em torno da “Estrada de Ferro Goiaz”, às margens dos trilhos próximos à Vila Operária. Bem próximo à sua residência, escutou um barulho similar a queda de um ferro no chão e, como ficou desconfiado, foi comunicar a Luiz Pavan – brasileiro, quarenta e quatro anos de idade, casado, alfabetizado, inspetor de tração de ferro de Goiás, natural de Uberaba-MG e residente na rua 44, nº 18, Centro – que era o chefe em serviço no momento, juntamente com Arlindo Moia – brasileiro, quarenta e um anos de idade, casado, alfabetizado, chefe de oficinas da Estrada de Ferro Goiaz, natural de Ribeirão Preto-SP e residente na rua 44, nº 17, Centro – e seguiram em direção ao pavilhão do almoxarifado da ferrovia, mas trilhando por caminhos diferentes a fim de surpreender os réus.³⁴³

Sírio Florentino de Brito – brasileiro, vinte e um anos de idade, solteiro, analfabeto, pedreiro, natural de Santa Cruz de Goiás e residente na Vila Operária – foi capturado e preso em flagrante, mas sem seus dois companheiros: Antônio Alcântara e Divino de tal que

³⁴³ AFG. W. Cx. 62, nº 524, 1954.

fugiram e ficaram foragidos até a conclusão do processo. Em depoimento, o réu deu mais detalhes dos crimes praticados por ele e seus comparsas: dizia que Divino era o mentor dos três furtos ocorridos, que Antônio usava a carroça de seu pai para transportar os vergalhões furtados até serem vendidos, como também usava a casa para guardar tais mercadorias. O trio, em seus três furtos bem-sucedidos, conseguiu angariar cerca de Cr\$ 2.400,00, um alto valor para três jovens da periferia do bairro de Campinas. No entanto, quem estaria comprando esse material?

O réu confessou que todo o material era vendido para a “Oficina Cruz de Malta” que ficava na movimentada Avenida 24 de Outubro, no bairro de Campinas. Ao procurar tal estabelecimento, descobriu-se que era uma empresa familiar de posse de Otília Brossmann – brasileira, cinquenta e dois anos de idade, viúva, alfabetizada, industrial, natural de Blumenau-SC e residente na Av. 24 de Outubro, nº 791, Campinas – e de seu filho Heroldo Guilherme Brossman – brasileiro, vinte e quatro anos, casado, alfabetizado, industrial, natural de Blumenau-SC e residente na Av. 24 de Outubro, nº 791, Campinas – que, mesmo ambos tendo afirmado que não conheciam a procedência dos produtos comprados, tiveram de devolver os vergalhões, não tiveram reembolso do que já haviam pago e foram acusados de receptação por não terem exigido recibos. Após o recolhimento dos autos e do relatório do delegado, o inquérito foi encaminhado para o juiz em 15 de julho de 1955 e foi recebido em 25 do mesmo mês sem demais informações.

Um dos elementos mais ricos que surgiu do cotidiano, a partir da documentação do judiciário, foi a atuação dos larápios. Larápio era um termo comum utilizado pelas forças policiais e pelo judiciário para retratar o ladrão, mas, especificamente, para designar pessoas que cometiam pequenos crimes em Goiânia. A partir dos processos criminais contra os larápios, é possível inferir mobilidade urbana de que esses gozavam para cometer furtos, revender as mercadorias roubadas, bem como fugir da cidade e retornar um tempo depois para cometer novos furtos, além de poder entender um pouco sobre como era a vida material e comercial de tais sujeitos. Ao mesmo tempo em que a capital aprimorava o transporte e o acesso às outras cidades, o que aumentou o trânsito de mercadorias e de pessoas, também foi proveitoso e deu melhores condições para a atuação dos larápios. Os dois casos a seguir são representativos desse argumento.

Bento Correia de Sousa (vulgo Chevrolet) – brasileiro, dezesseis anos de idade, solteiro, natural de Registro do Araguaia-GO, alfabetizado, tipógrafo (que no momento estava desempregado) e com residência não informada – era um conhecido larápio, que estava mais para um batedor de carteiras que também cometia pequenos furtos em

estabelecimentos comerciais de Campinas, do Bairro Popular e do Centro e acabou sendo preso por ter furtado, do bolso do paletó de José Gomes Rocha – brasileiro, casado, quarenta e cinco anos de idade, residente na rua Benjamin Constant em Campinas – uma carteira contendo mais de Cr\$ 1000,00.³⁴⁴ No momento da prisão, foi encontrado com Bento Correia uma carteira com a quantia de Cr\$ 1.250,00 e os documentos de José Gomes Rocha, que se encontrava na delegacia logo após ser assaltado.³⁴⁵

Domingos Juarez Correia – não qualificado – em seu depoimento, mostra a mesma versão da vítima e do réu, porém ressalta que Chevrolet, como Bento Correia era conhecido nas ruas de Campinas, era notado por realizar pequenos furtos na capital, afirmado a necessidade de sua prisão preventiva enquanto se realizava o processo, o que de fato se consumou. Poucos meses após a sua prisão, em finais de junho de 1947, o réu é transferido para a Penitenciária do Estado e, em julho do mesmo ano, era a sua audiência com o juiz. Em sua audiência faz um relato mais detalhado de sua trajetória de vida, ao sair da zona rural da Cidade de Goiás até Goiânia para estudar na Escola Técnica:

[...] que veio para esta capital por ordem de seu tio Inocêncio de Souza, a fim de se matricular na Escola Técnica; que frequentou dita escola, de janeiro de 1945 a 3 de outubro de 1946, data em que foi suspenso por dez dias e dali se retirando por esse motivo; que, saiu da Escola, empregou-se na tinturaria Jaraguá, onde tomava suas refeições e pernoitava; que, desde então, viveu sob exclusiva responsabilidade; que deixou o serviço daquela tinturaria, visto não estar sendo pago pontualmente; que, no dia 17 de abril último, o confidente foi preso por haver furtado uma carteira [...] que assim procedia porque estava sem dinheiro e necessitava compreender uma viagem desta Capital a Goiás [...] até a casa de seu pai.³⁴⁶

Antes do julgamento final em maio de 1948, já há quase um ano na prisão, o advogado de Bento Correia entra com uma petição de *habeas corpus* ao alegar a ilegalidade de manter o menor de idade no regime fechado de uma penitenciária e acabou por exigir a sua imediata libertação, para então aguardar os trâmites judiciais do processo em liberdade. No mesmo mês o réu foi posto em liberdade. Um ano após a sua libertação, o diretor do presídio, Luiz Sampaio Neto, faz um relatório, a pedido do juiz, observando o bom comportamento de Bento Correia, relatando o desempenho na faxina interna e na torrefação de café. Com base em todas essas informações, tanto da ilegalidade de sua prisão, quanto de seu bom

³⁴⁴ AFG. B. Cx. 12, nº 142, 1947, p. 3.

³⁴⁵ Ibidem, p. 5.

³⁴⁶ Ibidem, p. 22.

comportamento na prisão, o réu foi tido como inocente e teve o seu processo arquivado em 30 de janeiro de 1952.

Bento Correia é novamente encontrado, a partir dos arquivos do judiciário, dois anos depois, mais precisamente em 21 de março de 1949, envolvido em outro crime, quando foi preso em flagrante após ser delatado por um comparsa poucos minutos depois de ter furtado de um hóspede da pensão Inhumas³⁴⁷. Jerônimo Emílio de Paulo – brasileiro, solteiro, vinte e cinco anos de idade, alfabetizado, lavrador, natural de Bela Vista-GO e residente em Firminópolis-GO – era hóspede da pensão no momento do assalto e foi acordado pelos barulhos feitos pelos inspetores para a prisão de Chevrolet, assim como Edson Pereira de Oliveira – brasileiro, solteiro, vinte anos de idade, alfabetizado, prático em farmácia, natural de Coromandel-MG e com destino ao Rio de Janeiro –, companheiro de quarto da vítima. Nesse ponto vê-se que Chevrolet evoluiu suas práticas e artimanhas de crime, como também já confabulava com outras pessoas.

Bento Correia assumia a culpa e detalhava, novamente, a sua trajetória de vida no crime:

[...] há tempo se entregou ao vício do furto apesar de ser tipógrafo de profissão, podendo, portanto, exercer uma profissão condigna; [...] sábado chegara da vizinha cidade de Anápolis, antes porém tinha estado nas cidades de Uberlândia e Araguari, onde roubara a importância de Cr\$ 300,00, em uma pensão localizada naquela cidade de nome “PENSÃO GOIANA”.³⁴⁸

Além de já ter praticado crimes em Goiânia, o réu também já havia feito o mesmo em Anápolis, Araguari e Uberlândia. E assim prosseguia a sua narrativa:

[...] que aqui chegando procurou, ontem de manhã, o seu companheiro Marcondes a quem condira para assaltar a casa comercial de propriedade do Senhor Zupelli, sito a Avenida Anhanguera, nesta Capital; [...] Marcondes não quis fazer o serviço em sua companhia, dizendo-lhe que não iria mexer com isto; [...] diante desta recusa [...], resolvera sozinho praticar o assalto; [...] hoje, mais ou menos a 1:30 horas, chegara na Pensão Inhumas e vendo que um de seus quartos se encontrava com a porta aberta, resolvera dar um pulinho até o seu interior para ver se ali poderia furtar algumas “coisinhas”; [...] penetrando no citado quarto, vira que uma pessoa se encontrava em sono pesado e com a sua carteira no bolso na calça, do lado direito e tentado, apoderou-se da mesma carteira e tirou tudo o que nela se encontrava [...] quando se preparava para assaltar outro quarto que, também, se encontrava com sua porta aberta, fora surpreendido pela Polícia.³⁴⁹

³⁴⁷ AFG. B. Cx. 12, nº 212, 1949. p. 1

³⁴⁸ Ibidem, p. 3.

³⁴⁹ Ibidem, p. 3-4.

Constatado a autoria do crime de Chevrolet, bem como outros crimes praticados em seu passado, o inquérito, junto com todas as declarações de testemunhas, foi encaminhado para o judiciário em 29 de março de 1949. O réu novamente é interrogado em finais de maio e manteve a mesma versão do crime. Em 15 de julho foi marcada a sua audiência com o juiz, porém não foi possível encontrar as testemunhas do crime, exceto os guardas que realizaram a prisão. Duas audiências foram realizadas em 22 de agosto e em 12 de dezembro do mesmo ano em que, novamente, foram ouvidas as testemunhas. Em 5 de janeiro de 1950, o réu teve o seu *habeas corpus* negado, porém, em 10 de maio do mesmo ano, em razão da demora do promotor em apresentar as alegações finais para a sua condenação, o *habeas corpus* de Chevrolet foi concedido e o processo foi concluído em 5 de junho, sendo arquivado em 10 de fevereiro de 1967, sem mais informações sobre a tal personagem.

Um outro caso que envolve o acesso à cidade pelos larápios, bem como de menores de idade envolvidos em pequenos furtos, é o processo de Divino Evaristo de Oliveira – brasileiro, solteiro, dezessete anos de idade, sapateiro, alfabetizado, natural de Buriti Alegre- GO e residente em Goiânia – que, em 2 de dezembro de 1947, foi preso em flagrante e acusado de diversos furtos. Ao que tudo indica, a partir da narrativa construída no processo, Divino Evaristo já havia sido preso duas vezes e condenado em uma delas e, após sair da Penitenciária do Estado, continuou a realizar pequenos furtos, tanto em seu ambiente de trabalho, quanto nas redondezas de Goiânia.

No momento em que foi preso em flagrante, pelo furto na casa de Abilio Alves, novas acusações apareceram, como a tentativa de fuga do presídio e por ter tramado o assassinato de um fazendeiro residente na capital goiana (ambos casos não aprofundados no decorrer do processo). Por ser menor de idade, o juiz o colocou em liberdade para aguardar o julgamento de seu crime, mas ele acabou sendo encaminhado para a Penitenciaria do Estado (onde já havia cumprido a pena de um ano e oito meses pelo furto de um aparelho de rádio) em 14 de dezembro de 1947, logo após sua primeira audiência com o juiz. Em 31 de agosto de 1948, foi exigido a sua soltura, em razão de seu bom comportamento na prisão, mas o processo ficou parado por cerca de seis meses: “Certifico que êstes autos sofreram paralizações devido ao acumulo de trabalho relativos ao preparo para os serviços do Tribunal do Juri”³⁵⁰ – e teve o seu *habeas corpus* concedido em dezembro do mesmo ano.

Em 23 de fevereiro de 1950, passados quase três anos da prisão, o juiz cobra a ordem já proferida do *habeas corpus* de Divino Evaristo. O escrivão se justifica pelo acúmulo de

³⁵⁰ AFG. D. Cx. 17, nº 88, 1947. p. 16.

trabalho e pela incapacidade de realizar todos os processos e sentenças em andamento, naquele momento mais de 600³⁵¹. Cinco dias após a cobrança do habeas corpus pelo juiz, o réu é posto em liberdade e seu processo é paralisado até o seu arquivamento em 12 de dezembro de 1967.

Um pequeno caso de furto pode evidenciar diversas estratégias dos larápios e os usos que faziam da cidade. Na manhã de início de dezembro de 1947, José Simão de Oliveira, também conhecido como José Pretinho – brasileiro, maior, analfabeto, sem profissão, residente na Vila Operária de Campinas – e seu colega Carlos Alves Pereira, conhecido como Negrinho – brasileiro, maior, alfabetizado, ex-soldado da polícia e residente em Campinas –, estavam no Mercado Público, que ficava no Bairro Popular, na intenção de fazer pequenos furtos. Ao chegarem na banca de verduras e cereais de Takuso Higashi – japonês, trinta e cinco anos de idade, casado, alfabetizado, horticultor, natural de Hiroshima e residente em Campinas –, fingiram se interessar na compra de batatinhas e, no momento de distração do comerciante, Carlos furtou um guarda-chuva e uma faca que se encontrava sobre o balcão. Ao fugirem, ambos foram pegos por dois guardas e presos em flagrante por furto³⁵².

Além de parceiros de pequenos furtos, José e Carlos também tinham outras práticas, como consumir e não pagar em estabelecimentos comerciais (“dar o tombo”):

[...] passaram a dar o tombo nos proprietários dos bares onde ocupavam uma mesa e o que pedia a cerveja depois de bebe-la saia deixando o outro na mesa que não se responsabilizava do prejuízo do primeiro, ficando assim o proprietário do bar em prejuízo; que, como o declarante não tem coragem de agir durante a noite, ontem, depois de darem um tombo num cafezinho no mercado, foi dormir, voltando a atividade hoje de manhã no Mercado Público.³⁵³

Além disso, pode-se abstrair um preconceito social – racismo de fato – dos agentes do judiciário e das próprias testemunhas, pois sempre ao se referir aos réus, seus nomes não são proferidos, mas sim a sua condição étnico-racial exposta em apelidos, como “Negrinho”, “Zé Pretinho”, “morenos”, “pretos”. Tais adjetivos também são usados por Joaquim Antônio Gomes – brasileiro, casado, com trinta anos de idade, alfabetizado, comerciante, natural de Pernambuco, residente no Bairro Botafogo – ao demonstrar como funcionava a tática do “tombo” realizada pelos réus, que já eram conhecidos pelos comerciantes no Centro e no Bairro Popular, “que, ontem [...] foi para o trabalho no Mercado Municipal [...]”, onde tem

³⁵¹ AFG. D. Cx. 17, nº 88, 1947, p. 23.

³⁵² AFG. J. Cx. 31, nº 183, 1948.

³⁵³ Ibidem, p. 4-5.

uma banca de suínos e lá avistou dois indivíduos morenos, ou seja, pretos, baixos, que [...] supôs serem eles os mesmo ditos pelo referido proprietário do bar”.³⁵⁴

No relatório do processo, o delegado argumenta que José Simão já havia sido preso por diversos pequenos furtos cometidos, porém nunca processado, e o maior período passado na prisão foi de uma semana. Em razão disso, o delegado pede uma pena maior para o réu. Mas e Carlos Alves? Apesar de seu nome aparecer em diversos momentos no relato das testemunhas, por um erro do investigador, ele acabou sendo liberado por ser julgado inocente. Após quase dois meses de investigação, em 2 de março de 1948, Carlos Alves teve a sua prisão preventiva decretada, mas o réu não foi encontrado. Após ter sido preso em flagrante, José Simão ficou detido até o começo de abril do mesmo ano quando, por meio de um habeas corpus, foi liberado. O processo ficou um mês paralisado por falta de papel, conforme indica as anotações do escrivão³⁵⁵ e a próxima e única informação do processo é de que foi arquivado em 5 de abril de 1968.

A atuação dos larápios acaba por evidenciar certos aspectos da vida comercial da cidade em suas primeiras décadas de existência. Venerando de Freitas³⁵⁶, primeiro prefeito da cidade, entre 1935 e 1945, cita dados sobre Goiânia em início dos anos de 1940. Apesar de não mencionar as cifras, o mesmo toca em temas que abordam os aspectos culturais para legitimar a sua importância e, especificamente, sobre a vida econômica da cidade:

Podemos afirmar que a antiga Prefeitura de Campinas expedía 1 alvará de licença para construir de dois em dois anos. Atualmente, a Prefeitura expede 10 por dia. Alvarás para a abertura de casas comerciais, 1 por ano. Atualmente a Prefeitura expede 8 por dia. Sobre a densidade demográfica de ontem basta citarmos que em 1930 a Prefeitura concedia privilégio a quem abatesse 1 suíno para o consumo público, durante 10 dias. Passando de 1, haveria perda por falta de consumo. Era abatida 1 rês por semana. Atualmente abatem-se de 6 a 8 suínos por dia e 48 vacas por semana.³⁵⁷

Uma das casas comerciais que emerge na documentação envolvendo os larápios foi a fábrica de beneficiamento de arroz Sociedade dos Irmãos Roriz, que comercializava diversos grãos, e principalmente, arroz e feijão. O respectivo local apareceu duas vezes na documentação. A primeira foi uma invasão, em agosto de 1946, por um idoso que sofria de doenças mentais e que não cometeu nenhum furto³⁵⁸. Outro crime que envolve a Sociedade

³⁵⁴ AFG. J. Cx. 31, n° 183, 1948, p. 6-7.

³⁵⁵ Ibidem, p. 15.

³⁵⁶ FREITAS, Venerando de. *Goiânia*. In: IBGE. *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942. p. 58.

³⁵⁷ Ibidem, p. 63.

³⁵⁸ AFG. J. Cx. 36, n° 106, 1946.

dos Irmãos Roriz foi o furto do larápio José de Paula Arantes – brasileiro, solteiro, vinte e nove anos de idade, lavrador, natural de Goitama-MG e residente em Acreúna-GO – que penetrou a máquina de beneficiar arroz e de lá retirou 11 sacos de feijão em finais de agosto de 1948. O réu não foi preso em flagrante, mas depois de vender as primeiras sacas, um dos comerciantes reconheceu a procedência das mercadorias e chamou a guarda civil. A primeira testemunha foi o guarda responsável pela sua prisão, Ramiro Roberto Pedrosa – brasileiro, casado, guarda civil, natural de Catalão-GO que residia na rua 51, nº 51, Bairro Popular – que declarou que foi chamado por um conhecido que suspeitava de um estranho que estava vendendo sacas de feijão. Ao procurar o dito estranho, encontrou-o no bairro Vila Nova quando tentava vender as sacas de feijão para transeuntes e comerciantes do bairro. E continua seu testemunho: “e foi assim que destro do bosque alcançou o vendedor de feijão e [...] veio a saber que era José de Paula Arantes, com várias passagens pela polícia”³⁵⁹ e, ao ser conduzido à delegacia, “confessou a prática de furto; que foi trazido também cinco sacos de feijão que estavam dentro da carroça para serem vendidos”³⁶⁰ e, depois de seu depoimento, o “larápio voltou, juntamente com o guarda Joel, na máquina da arroz da mesma Sociedade Roriz e lá constatou arrombamento na porta dos fundos e a falta de quatorze sacos de feijão”.³⁶¹

Assim, o réu é preso em flagrante e detido na delegacia até o desenrolar do processo. As dez sacas de feijão foram apreendidas, até as que foram vendidas para Caboclo, e devolvidas aos irmãos Roriz. Após a sua prisão, outras testemunhas relataram a tentativa de venda das sacas de feijão. José Lobo – brasileiro, trinta e cinco anos de idade, casado, alfabetizado, comerciante, natural de Santa Ernestina-SP e residente na rua 66, nº 21 no Bairro Popular – disse que apareceu em sua casa comercial “[...] um desconhecido guiando um carrinho de mão com três sacos de feijão dentro; que parou na porta do depoente e ofereceu se queria comprar feijão a Cr\$ 2,00 o quilo”³⁶² e “dado insistência do desconhecido que faria uma diferença nos preços se [...] ficasse com três sacos, deixaria por trezentos cruzeiros, que em vista disso [...] ficou e pagou pelos sacos de feijão”.³⁶³

Após o recolhimento de todas as testemunhas, o delegado protocola e encaminha as investigações para o juiz em 10 de agosto de 1948. O juiz, por sua vez, pede a ficha de

³⁵⁹ AFG. J. Cx. 31, nº 203, 1948. p. 4.

³⁶⁰ Ibidem, p. 4.

³⁶¹ Ibidem, p. 4.

³⁶² Ibidem, p. 7.

³⁶³ Ibidem, p. 7.

antecedentes criminais de José de Paula, que continha os seguintes crimes: 08/07/1944 – furto em Campinas; 25/07/1946 – furto em Anápolis; 13/01/1947 – indiciado por embriaguez e desordem em Goiânia; 23/12/1947 – furto de ferramentas e sapatos em Campinas; 02/06/1948 e 09/08/1948 por furtos em Goiânia. O processo ficou paralisado até 20 de outubro do mesmo ano, quando o juiz o retoma. Porém, no dia seguinte é notificado que o réu havia escapado da prisão, em 9 de agosto. Em 10 de janeiro de 1955 o processo é concluído e, em 2 de fevereiro de 1967, arquivado.

Ainda sobre o furto de grãos em armazéns da cidade, Paulo dos Santos (apelidado como Negrão), mesmo sem um emprego fixo, trabalhava frequentemente como chapa (carregador e descarregador de caminhões de mercadoria) na Modesto e Prego Ltda. Em julho de 1953, Paulo dos Santos furtou onze sacas e meia de café e tentou revender a mercadoria a Benjamin Friori, dono da Cerealista Bandeirante. Ao exigir a nota fiscal da mercadoria a Paulo, este não a apresenta e acaba sendo denunciado para um guarda e preso em flagrante por furto³⁶⁴. Paulo não consegue nenhuma testemunha em sua defesa e continua preso no decorrer do processo e acaba condenado a quatro anos de prisão, mais multa de Cr\$ 2.000,00 e taxa de penitenciária de Cr\$ 100,00.³⁶⁵

Os armazéns também eram os locais em que se podia ter acesso a alimentos, como também a vários itens de higiene pessoal, cosméticos e de vestuário que, conforme demonstra a documentação, eram de interesse dos larápios. Pela documentação do judiciário sobre os crimes de furto é possível constatar a variedade de produtos presentes nos estabelecimentos comerciais. Tal característica é constatada na entrevista do Sr. Hilarino: “o comércio aqui mesmo de Goiânia, mais era em Campinas. Havia lá um comerciante de origem árabe, Abraão Abdala Helou, era o maior estabelecimento que havia em Goiânia, naquele tempo”³⁶⁶. E sobre a variedade de produtos, afirma: “ele vendia de tudo no estabelecimento dele. Quisesse calçados, ele tinha; se quisesse linho 120, ele tinha; até remédios ele vendia. Arame farpado, gasolina, era o que quisesse”³⁶⁷. Vale ressaltar que, até finais dos anos de 1950, não havia supermercados na cidade³⁶⁸, o que justifica a importância dos armazéns, das feiras e do Mercado Municipal.

³⁶⁴ AFG. P. Cx.53, nº 762, 1955.

³⁶⁵ Ibidem, p. 17.

³⁶⁶ Entrevista de Hilarino Veloso da Silveira. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 111.

³⁶⁷ Ibidem, p. 111.

³⁶⁸ SOUZA, Dalva Borges de. *Violência, poder e autoridade em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 2006.

Os casos envolvendo os larápios em furtos de armazéns em Goiânia podem demonstrar uma forma específica de acesso à cidade, pois eles disponham de vários meios de transporte para entrar e sair dos locais em que ocorriam os crimes. Possuíam também uma interessante rede de contatos para revender as mercadorias dos furtos. Contudo, a dificuldade, e até mesmo a insistência, em alguns casos, em revender as mercadorias roubadas para uma clientela com preço reduzido, acabava por gerar suspeitas e, geralmente, a prisão em flagrante. Em suma, também se percebe a intenção das forças policiais locais em autuar a prisão dos larápios que, na maioria dos casos, acabava imersa na morosidade do judiciário local.

Havia também casos de confusão de criminosos. Na madrugada do dia 17 de março de 1955, Waldomiro Rosa de Faria – brasileiro, quarenta anos de idade, casado, alfabetizado, guarda noturno, natural de Campinas-GO e residente na Vila Santa Helena – foi acordado às pressas em sua casa. Ele havia deixado seu posto de trabalho por se encontrar doente, mas foi solicitado por um de seus companheiros de trabalho a verificar a presença de um larápio que estava rondando o curtume em que trabalhava, que se chamava Indústrias Procópio & Cia. Ao se arrumar e chegar imediatamente ao local, deu a volta pelo curtume a fim de passar desapercebido e fez a “advertência, em altas vozes, obtendo a resposta estranhada da vítima [...]: por que motivo você está quebrando o cadeado? (perguntou) e ouviu: por que ia para seu serviço (resposta)”.³⁶⁹

Assim, ao obter uma resposta confusa da vítima e por ela ter tentado arrombar o cadeado do portão do curtume, o réu julgou ser prudente, mesmo advertido por seus colegas, desferir vários tiros no possível ladrão. Porém, o que mais impressionou o escrivão que redigiu o auto foi a ausência de sensibilidade do réu para com a vítima:

[...] Atingido, o ofendido caiu a pouca distância, bradando por um copo d’água. O acusado, nesse ponto, foi inclemente, passando pela vítima sem lhe dar o mínimo socorro, sem dela ter a mínima piedade, oferecendo-lhe um copo d’água, pedido com aquela sede aflitiva de quem perde sangue e se avizinha da morte. Não se compadeceu e, com isso, excedeu-se. Se não foi impiedoso, pelo menos negligenciou no socorro.³⁷⁰

Nota-se que, possivelmente, pode ter havido um excesso do guarda noturno em desferir diversos tiros na vítima, mas a maior prova de seu excesso foi não ter se compadecido

³⁶⁹ AFG. 1º e 2º Ofício Criminal. Cx. 114, nº 130, 1955. p. 1.

³⁷⁰ Ibidem, p. 1.

e, tampouco, buscar remediar ou prestar o mínimo de socorro à vítima. No exame de corpo de delito descobriu-se que a vítima sofreu a perfuração de dois projéteis no pulmão e, consequentemente, morreu de hemorragia. No exame pericial foi constatada a tentativa de arrombamento do cadeado com uma pedra e um pedaço de madeira, como também verificado o fato de que no local havia vários objetos que poderiam ser furtados (arreios, botas, calçados e drogas).

Entretanto, quem seria a vítima nesse caso? As únicas informações obtidas foram sobre um homem negro, que teria entre trinta e trinta e cinco anos, que não possuía quaisquer identificações e que portava somente “uma faca pequena e um chapéu velho rôto, cor marrom escura, copa rasgada”³⁷¹. Após quase uma semana do homicídio, um dos filhos da vítima compareceu à Delegacia de Campinas e reconheceu os objetos como pertencentes ao seu pai. Foi Guiomar Lourença – brasileira, trinta anos de idade, viúva, analfabeta, prenda doméstica, natural de Pires do Rio-GO e residente na Vila Fama – quem fez o reconhecimento da identidade da vítima, afirmando que o marido era um pai responsável e trabalhador e que “há dias atrás o marido estava trabalhando num pasto nas proximidades da Cerâmica Fageus, neste município, tendo ido certo dia trabalhar levando um filho menor”³⁷² e continua seu depoimento “que, quando foi à tarde, ao regressar ao lar, o marido [...] demonstrava uma perturbação mental, com um grande cisma de estar sendo perseguido para ser morto, por pessoas invisíveis”³⁷³.

Teria Nilo Calisto de Carvalho tido um surto psicótico com tendências esquizofrênicas? Infelizmente, ele não foi analisado, diagnosticado ou recebeu os respectivos cuidados antes de sua morte. Guiomar continuava o depoimento dizendo que sua família e vizinhos se preocuparam e demonstraram interesse em ajudá-lo. João Francisco Eliziario – brasileiro, vinte e três anos, solteiro, sabendo assinar o nome, servente de limpeza pública, natural de Conceição do Araguaia-PA e residente na rua 31-A na Vila Fama – era, há mais de um ano, vizinho da vítima e notava que “há dias atrás pôde constatar que Nilo se acha em estado anormal, apresentando sintomas de debilidade mental”³⁷⁴ como também “se achava perturbado do juízo, falando sozinho, dizendo que queriam lhe tomar o lote”³⁷⁵.

³⁷¹ AFG. 1º e 2º Ofício Criminal. Cx. 114, n° 130, 1955. p. 7.

³⁷² Ibidem, p. 13.

³⁷³ Ibidem, p 13.

³⁷⁴ Ibidem, p. 13.

³⁷⁵ Ibidem, p. 15.

Teria sido o medo da morte e de perder a sua residência o que gerou o surto psicótico de Nilo? Havia ele passado por pressões na reprodução social da sua vida? Vale ressaltar que ele era um trabalhador braçal, analfabeto, pai de seis filhos, casado apenas no religioso (não possuía os direitos legais de uma vida marital), habitante de um bairro popular ocupado (provavelmente seu lote deveria estar em situação irregular) e, ainda mais, vivia com o estigma social de ser um “sujeito de cor preta” (como foi exaustivamente retratado nas páginas do processo). Não foi levado em conta pelo delegado que as “enfermidades mentais” sofridas pela vítima foram o ponto culminante para não ter atendido aos comandos do guarda Waldomiro e que a resposta sem nexo de “por que ia para seu serviço” foi um reflexo de que a vítima não tinha condições mentais para discernir o tipo de repercussão que os seus atos poderiam acarretar naquele momento.

Em 26 de maio de 1955, o escrivão recebia a denúncia e encaminhava ao juiz, como também recomendava a prisão preventiva do réu, mesmo tendo confessado voluntariamente o homicídio. Em 23 de junho do mesmo ano, o juiz autorizou a prisão preventiva do réu, mas o processo ficou paralisado até 3 de setembro de 1957 quando foi despachada, pelo cartório, a ordem do juiz. Em 9 de setembro de 1957, o mandato de prisão foi emitido e o réu apresentou o seu depoimento ao juiz, ainda alegando legítima defesa. Em finais do mesmo mês, o advogado de defesa pediu para serem chamadas novamente as testemunhas, Absalão e Lídio, para provar que não se tratava de um homicídio doloso. Sem mais quaisquer informações, se passado quase vinte anos do crime, em 15 de maio de 1973 o réu foi convocado para uma audiência no Fórum. O oficial de justiça, ao notificar o réu, em maio de 1973, foi informado, pelo seu advogado, que ele havia falecido. O pedido de arquivamento do juiz foi em 22 de maio de 1973 e o processo foi arquivado em 1º de setembro de 1981.

O outro episódio ocorreu na manhã do dia 4 de agosto de 1955, José Alves da Silva – brasileiro, trinta e oito anos de idade, casado, alfabetizado, comerciante, natural de Rio Verde-GO e residente em Uberlândia-MG – foi preso por suspeita de vadiagem quando caminhava na Av. Anhanguera. Raimundo Pinheiro – brasileiro, trinta e um anos de idade, casado, alfabetizado, guarda civil, natural de São Raimundo Nonato-PI e residente em Campinas – foi o guarda que o prendeu e juntamente com Ailson Lustosa Rodrigues – brasileiro, vinte e um anos de idade, solteiro, alfabetizado, guarda civil, natural de Parnaguá-PI e residente em Campinas – conduziu o réu para a 2º DP em Campinas. Sem apresentar quaisquer provas, os guardas que prenderam José Alves apenas declararam que ele era conhecido por “não possuir residência fixa, que já tinha sido preso por falcatrucas e

falsificação de dinheiro e é autor de estelionato e chantagens”³⁷⁶. Uma constatação, além da uniformidade dos depoimentos dos dois guardas, foi de todos serem originários de cidades vizinhas ao estado do Piauí, mesmo que não fossem das mesmas cidades, o que pressupõe uma certa identificação entre eles.

O advogado de defesa argumentou sobre a ilegalidade da prisão de José Alves pela carência de provas e que somente os guardas civis envolvidos em sua prisão foram ouvidos como testemunhas. Nesse sentido, pedia tanto a soltura do réu, quanto o arquivamento de seu processo. Uma semana após a sua prisão, João Pires Vieira – brasileiro, trinta e sete anos de idade, alfabetizado, advogado, natural de Quirinópolis-GO e residente na rua 22, nº8, centro – se apresentava na delegacia para declarar a inocência do réu, alegando que o conhecia, dizendo que ele era uma “pessoa de idoneidade comprovada, honesto, trabalhador, residindo atualmente na cidade de Uberlândia, onde tem sua residência fixa”³⁷⁷. Sua declaração deve ter sido um ponto favorável ao acusado, pois João Pires era um conhecido deputado estadual. Outra declaração favorável ao réu foi a de José Romão Carneiro – brasileiro, quarenta e cinco anos de idade, casado, alfabetizado, fiscal de renda do Estado, naturalidade desconhecida e residente no Setor Sul – porque era um conhecido funcionário público e dizia que o réu era honesto, possuía um vasto círculo de amizades. Talvez em função de declarações de pessoas tidas como importantes na sociedade goianiense da época, o juiz, surpreendentemente, dez dias após a prisão do réu, dava a sua decisão favorável à liberação do acusado. Em 3 de fevereiro de 1967, após a prescrição do crime, o processo era arquivado.

No decorrer deste subcapítulo, analisou-se um dos aspectos acerca da modernidade alternativa que os atores sociais viveram nos usos cotidianos da cidade. Em um primeiro momento, o eixo explorado buscou compreender como a construção de Goiânia envolveu o projeto de uma cidade moderna em pleno desenvolvimento dos meios de transporte, sendo abastecida por uma rede ferroviária e interligada por uma rede de estradas de rodagem que conectavam a capital goiana ao Triângulo Mineiro e, consequentemente, ao sudeste do país. Porém, deve-se mediar esse desenvolvimento dos meios de transporte, pois a estação ferroviária da cidade somente foi inaugurada uma década após o seu batismo cultural, em 1952, o que fez de Leopoldo de Bulhões um importante entreposto de acesso à Goiânia, contando com várias linhas de ônibus que faziam esse trajeto. Vale salientar também a

³⁷⁶ AFG. J. Cx. 31, nº 533, 1955. p. 1.

³⁷⁷ Ibidem, p. 19.

precariedade das estradas de rodagem, tendo em vista que poucas estradas e avenidas eram, de fato, pavimentadas.

Ao mesmo tempo que tais condições de acesso à cidade atraíram maior fluxo de pessoas interessadas em tentar a vida na nova capital goiana, foram atraídos também diversos larápios que usavam os acessos da cidade e de suas redes de contato para praticar pequenos furtos. A documentação da 2^a Delegacia de Polícia que se situava no bairro de Campinas mostra uma rica gama de informações sobre a atuação dos larápios. Os processos demonstram alguns aspectos do comércio da cidade, como as feiras e, principalmente, os armazéns e os produtos que eram lá vendidos. Essa documentação elucida as estratégias de furtos, as maneiras de transportar as mercadorias furtadas, como também as formas de hospedagem que possibilitaram esconder os produtos e deixar a cidade.

Em suma, a grande incidência dos larápios na documentação demonstra que eles, por inúmeras razões, não eram bem vistos pela sociedade. Houve esforço conjunto para prendê-los: a população local denunciava pessoas suspeitas de revenderem produtos nas ruas e praças, os comerciantes faziam, de certa forma, vista grossa com aqueles que vendiam produtos sem recibos, como também as forças policiais que, ao que parece, ficavam no encalço para prender e criminalizar tais atos. Mesmo com esses esforços, *Os larápios continuam a agir*³⁷⁸, conforme denunciava, em um tom de alarde, uma matéria na capa do *O Popular*, que saiu nas bancas na manhã de terça feira de 10 de julho de 1956.

Não obstante a intensa campanha que as autoridades da Central de Polícia e Distritos Policiais vêm efetuando, no sentido de pôr termo a onda de furtos, roubos, arrombamentos e assaltos, a mesma tem sua porção aumentada dia após dia. Essa campanha não tem tido resultados satisfatórios, em virtude dos inúmeros obstáculos que os delegados têm pela frente, tais como, a falta de viaturas e o elemento humano que é o principal.³⁷⁹

2.2 – Vivendo entre duas cidades: feições da mobilidade urbana

Se os acessos à nova capital goiana foram ampliados, de que forma acontecia a mobilidade urbana no cotidiano dos atores sociais? Pela documentação, nota-se uma cidade

³⁷⁸ *O Popular*, 10/07/1956. p. 1.

³⁷⁹ *Ibidem*, p. 1.

“dividida” entre o Centro e Campinas. Com as dificuldades de locomoção, as pessoas ficavam por horas, ou até dormir, esperando as jardineiras (nome dado aos ônibus adaptados para circularem em vias não pavimentadas) que faziam o transporte entre os dois bairros. Bairros que, no imaginário dos agentes das forças policiais, do judiciário ou dos próprios atores sociais, consistiam em duas cidades separadas. Uma certa imagem de estratificação social se desenha na análise da documentação com dois “centros”: um para a elite política, econômica e cultural, também formado pela parte “debaixo” do plano diretor original, o Bairro Popular, que era ocupado tanto por uma camada média de funcionários públicos e profissionais liberais como por trabalhadores das obras iniciais da cidade que conseguiram se manter em seus lotes. O outro centro era Campinas que, apesar de ser reduzida a um bairro da nova capital, ainda concentrava uma importante parte do comércio e de serviços prestados, contava com um grande fluxo de pessoas da cidade e de outras localidades vizinhas e, consequentemente, uma parte considerável de furtos, assaltos e golpes. Em meio a essas duas cidades, outros bairros foram ocupados e edificados por trabalhadores, tais como o Bairro Botafogo, Vila Nova, Bairro Operário e outras vilas.

Vivendo entre duas cidades, os sujeitos tinham várias formas de mobilidade, como as jardineiras. Esses ônibus faziam o percurso entre a capital e as cidades vizinhas como, por exemplo, as cidades de Leopoldo de Bulhões e Anápolis, onde, em razão da estação de trem que ligava o estado de Goiás a outras regiões do Triângulo Mineiro e Sudeste, convergia um interessante trânsito de passageiros que vinha das respectivas cidades para Goiânia. Além dessas rotas, as jardineiras também faziam, como se mostra presente na documentação, a rota ou “corrida” entre Goiânia e Campinas, que percorria o trecho de cerca de sete quilômetros entre as duas cidades ligadas pela Avenida Anhanguera que foi pavimentada, ao que tudo indica, somente nos anos de 1950. Uma característica interessante é que, apesar de ser um transporte coletivo, as jardineiras eram privadas, não havendo uma gestão pública dessa modalidade de transporte.

Sobre os meios de transporte coletivo da cidade, em fins dos anos de 1930, Adolfo Boari ressalta, a partir de uma entrevista realizada em meados dos anos de 1980, como era a mobilidade urbana de um trabalhador das obras da cidade:

- O senhor morava em Campinas?
- Morava em Campinas e vinha trabalhar em Goiânia.
- Como o senhor vinha de Campinas para Goiânia?

- A pé. Tinha ônibus, mas eu trabalhava na Praça Cívica. Eu cortava por ali e dispensava o ônibus. Poupava dinheiro. Era 50 centavos a passagem, mesmo assim eu não ia.³⁸⁰

No primeiro capítulo foi apontado o atraso do salário dos operários das obras, como o caso do Sr. Boari que recebia por empreita e tinha seus vencimentos atrasados. Andar a pé era uma alternativa para sair de sua moradia até o local de trabalho, tendo em vista as duas cidades estratificadas que se desenhavam no ambiente social da capital goiana.

Nesse sentido, em fins dos anos de 1930, em Goiânia não havia uma linha fixa de ônibus e para locomover os trabalhadores de Campinas para a nova capital, o governo estadual adaptou um velho ônibus que os populares apelidaram de “Tareca”. Porém, o veículo parece ter circulado por pouco tempo e não tinha horários definidos, tampouco linhas, como também era destinado aos servidores públicos. O Sr. Gerson relembra que a Tareca era “um misto de ônibus e bonde. Suas laterais eram abertas, podendo os passageiros entrar por qualquer dos dois lados, diretamente nos bancos inteiriços, e deles sair”³⁸¹ e, sobre o veículo, ilustrava que “era um fordeco super-cansado, que andava no máximo a 10 quilômetros por hora e gemia penosamente (seu motor parecia resfolegar e sua carroceria rangia inteirinha) ao subir a ladeira do córrego Capim-Puba”³⁸². Mesmo em condições improvisadas, fazendo poucas vezes o percurso entre as duas cidades, compensava, pois, supostamente, não se pagava passagem: “nesse querido veículo andavam todos, satisfeitos, aspirando poeira pelas laterais e ninguém pagava um vintéim”³⁸³.

As primeiras linhas, sobretudo a Tareca, eram pagas ou não? Sr. Hilarino faz uma mediação entre esses dois depoimentos, pois, de um lado, era fato que havia um fluxo de operários na estrada (hoje avenida) entre Goiânia e Campinas e isso em razão da cobrança de passagem da Tareca e jardineiras. Sr. Hilarino contava que, em finais de 1930, “não havia rádio, lá um ou outro possuía bicicleta. (...) quase todo mundo andava a pé. Quem morava longe usava o ônibus, (...) até tinha um apelido engraçado, chamava-se Tareca”³⁸⁴. Para pegar o automóvel, conforme relata Hilarino, “pagava-se 1 mil réis de passagem. Havia muitos funcionários que moravam em Campinas”³⁸⁵, mas “haviam funcionários tão pobres que não

³⁸⁰ Entrevista de Adolfo Boari. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 16.

³⁸¹ Entrevista de Gerson de Castro Costa. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 99.

³⁸² Ibidem, p. 99.

³⁸³ Ibidem, p. 99.

³⁸⁴ Entrevista de Hilarino Veloso da Silveira. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 110.

³⁸⁵ Ibidem, p. 110.

podiam vir de ônibus, vinham a pé e voltavam a pé para Campinas, todo dia vinham e voltavam”³⁸⁶.

Um reflexo no cotidiano do desenho estratificado de Goiânia se expressa no segundo processo elencado no início do capítulo quando cinco rapazes, após passarem a noite se divertindo em bares de Campinas, tiveram de voltar a pé de lá até o Bairro Popular (a parte debaixo do centro da cidade).³⁸⁷ Além da violência deles contra as forças policiais, vale lembrar também que, próximo a chegada em seus destinos, os rapazes avistaram uma moça dormindo no banco próximo a um ponto de ônibus entre as Av. Anhanguera e Araguaia, em frente à agência da Ford. Isso demonstra como era difícil usufruir do lazer, pois era necessário ter acesso aos meios de transporte que permaneciam funcionando apenas até a meia noite, como também era necessário transitar entre as “duas cidades” e, caso perdesse o horário da jardineira, ou se caminhava quase dez quilômetros, ou dormia no ponto até passar o próximo ônibus.

As jardineiras, além do transporte de pessoas e mercadorias, também serviam para se transportar dinheiro a pessoas que viviam em outras cidades. Em setembro de 1941, antes mesmo do batismo cultural de Goiânia, Dorací de Oliveira entregava ao seu genro e motorista Edmundo Fernandes – brasileiro, casado, trinta e quatro anos, motorista e residente em Anápolis-GO – que fazia com sua jardineira o percurso entre Goiás e Goiânia, o valor de Cr\$ 3.500,00 para ser entregue ao Dr. Aristides Augusto. Acontece, porém, que o dinheiro não foi entregue às mãos de seu destinatário. Ao ser questionado, Edmundo se desculpa e afirma que acabou por gastar a quantia por necessitar do dinheiro, mas, mesmo assim, ele foi qualificado e processado pela vítima por apropriação indevida.³⁸⁸

Um outro caso representa o transporte de pessoas dentro da capital. Em finais de 1955, em um ônibus que fazia a linha das Vilas Fama e Operária, bairros populares que começaram a surgir entre Goiânia e Campinas a partir de 1940, João Pedro da Silva – brasileiro, com quarenta e sete anos de idade, casado, alfabetizado, guarda civil, naturalidade desconhecida e residente no bairro de Nova Vila – agrediu José da Cunha Gomes – brasileiro, com vinte e nove anos de idade, alfabetizado, motorista, natural de Bom Despacho-MG e residente na rua 35, nº 15, Vila Operária – que, no momento, era motorista da linha. O motivo do desentendimento, que foi interpretado pelo delegado como fútil, foi que o réu apresentou

³⁸⁶ Entrevista de Hilarino Veloso da Silveira. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 110.

³⁸⁷ AFG. U-V. Cx. 32, nº 222, 1949.

³⁸⁸ AFG. E. Cx. 18, nº 57, 1944.

um documento que lhe dava passe livre aos ônibus daquela linha, o que não foi aceito pela vítima, que alegou ser falso e em um certo momento do percurso, em razão das acaloradas discussões, aconteceram as agressões. Ambos eram funcionários da mesma empresa (que não teve o nome revelado), não se conheciam e não houve, da parte do agressor, a tentativa de contornar a situação. João Pedro foi preso em 12 de novembro de 1955, um dia após a agressão e liberado sob fiança no valor de Cr\$ 200,00 no dia posterior. Em 24 de fevereiro de 1958, o juiz dava o crime como prescrito, tendo em vista que a redução da prescrição foi em razão de o réu ser menor de 21 anos e, então, o processo foi arquivado na mesma data.³⁸⁹

Além das jardineiras, os habitantes da cidade, se tivessem condições, podiam ter acesso aos “pontos de carro” que, pela documentação, em 1950 se concentravam na Praça Cívica, na Avenida Anhanguera, na Praça Botafogo e na Praça Matriz de Campinas (que era o centro da antiga cidade e atual bairro de Goiânia). Os choferes dos pontos de carro surgem na documentação enquanto testemunhas de brigas, roubos e acidentes, como também prestadores de auxílio para as vítimas de tragédias no trânsito. O meio mais comum que emerge era o frete do “carroceiro da praça” que, como foi analisado no subcapítulo anterior, era utilizado pelos larápios para o transporte de mercadorias roubadas, pelos trabalhadores para transporte de produtos para a venda em feiras, como também pelos demais atores sociais para transportarem mudanças. Nesse sentido, para os carroceiros, o furto de cavalos era a usurpação de seu principal instrumento de trabalho.

Os carroceiros, além de realizar fretes, também podiam receber para cuidar do cavalo de outras pessoas. Em um inquérito policial, datado de abril de 1947, Arão de Paula Ribeiro – brasileiro, casado, trinta e um anos de idade, carroceiro, alfabetizado, natural de Pires do Rio-GO e residente em Goiânia – buscava a delegacia de polícia para se queixar do furto de um cavalo que não o pertencia e se encontrava sob seus cuidados. O cavalo, que era de propriedade do Capitão José Perillo, ficava no “pasto do Estado”, que se situava próximo ao bairro Botafogo e Vila Nova.³⁹⁰ Saturnino de Paula – brasileiro, casado, vinte e oito anos de idade, carroceiro, natural de Pires do Rio-GO e residente na Vila Nova – relatou que em finais de 1946 havia comprado um cavalo que se encaixava perfeitamente nas descrições feitas pela vítima, que pouco depois ter comprado o animal, ele desapareceu no bairro Vila Nova. Ao passar pelo pasto do estado, viu o referido animal e resolveu o pegar e levar para uma fazenda de seus conhecidos por lá não cobrar o pasto.

³⁸⁹ AFG. J. Cx. 39, nº 802, 1955.

³⁹⁰ AFG. R. Cx. 55, nº 140, 1947.

O depoimento de Raimundo Figueiredo – brasileiro, solteiro, quarenta e seis anos de idade, carroceiro, analfabeto, natural de Barreiras-BA e residente na Vila Nova – acaba por corroborar a versão da vítima, de que o animal pertenceria a um capitão da Força Policial “que, [...] quando veio do estado da Bahia para esta capital, trouxe consigo um cavalo de cor castanho, inteiro, pequeno; que, logo que o declarante aqui chegou, vendeu o referido cavalo para o soldado Izidorio, pelo preço de quinhentos cruzeiros”.³⁹¹ Izidorio Rodrigues dos Santos – brasileiro, casado, quarenta e dois anos de idade, soldado, alfabetizado, natural de Macaúbas-BA e residente na Vila Nova – confirma essa versão, como também reconhece o animal que se situava na delegacia. O cavalo acabou por ser entregue a Arão de Paula e, em 11 de abril de 1947, um dia após os primeiros depoimentos terem sido recolhidos, o inquérito foi remetido para o juiz. Pouco tempo depois, no dia 14 de abril de 1947, o promotor deu o parecer, argumentando que o inquérito não precisaria se tornar um processo, pois já estaria comprovado que o cavalo não pertencia a Saturnino, que ele o pegara sem ter a certeza. De qualquer forma, o documento não fornece mais nenhuma informação até ser arquivado em 28 de fevereiro de 1952.

Um cavalo também podia ser confundido com o outro e gerar suspeitas de furto. Em meados de abril de 1955, Sebastião Honorato da Cunha – brasileiro, trinta e sete anos de idade, casado, analfabeto, lavrador, natural de Buriti Alegre-GO e residente na Vila Mauá – apresentava uma queixa contra Benedito Rodrigues Ponciano – brasileiro, quarenta e cinco anos de idade, casado, alfabetizado, oficial de justiça, natural de Itaberaí-GO e residente na chácara Macambira – por ter, supostamente, furtado o seu cavalo em um pasto na cidade vizinha de Trindade. Alfredo José Feitosa – brasileiro, vinte e oito anos de idade, casado, alfabetizado, pedreiro, natural de Trindade-GO e residente na Vila Mauá – era vizinho da vítima e, juntamente com Lázaro José Mariano – brasileiro, dezessete anos de idade, solteiro, alfabetizado, pintor, natural de Bela Vista-GO e residente na Av. Pernambuco, nº 101, Campinas –, afirmavam que o tal cavalo tinha sido visto sob a posse de Benedito Ponciano. Porém, a partir de um exame pericial no cavalo e com os recibos de compra apresentados pelo réu, conclui-se que, de fato, o cavalo era de sua posse, sendo os depoimentos prestados, bem como as suspeitas das vítimas, infundados. Em 16 de abril 1955 é pedido o arquivamento do processo, em 27 de dezembro de 1956 o promotor de justiça deu visto e, em 30 de abril de 1957, é concluído e arquivado.³⁹²

³⁹¹ AFG. R. Cx. 55, nº 140, 1947.

³⁹² AFG. B. Cx. 13, nº 932, 1955.

Além das jardineiras, pontos de carros e os carroceiros da praça, mas, possivelmente, o meio mais comum para se ter acesso à cidade (trabalho, lazer e serviços) era a bicicleta. Assim, uma bicicleta era muito valorizada em uma cidade estratificada, tendo placa e número de registro e, inclusive, um carnê de pagamento de impostos para a Inspetoria de Trânsito de Goiânia. Depois da possibilidade de chegar aos destinos andando, a bicicleta era a forma mais acessível e viável para a população, tanto em razão da pouca qualidade das jardineiras (poucas linhas, atrasos, superlotação e o envolvimento em acidentes), quanto o preço cobrado, já que, por exemplo, uma passagem de Campinas a Goiânia em 1937 custava 0,50³⁹³, ou 1 mil réis³⁹⁴ e em 1951, Cr\$ 15,00³⁹⁵.

Para exemplificar o quanto valiosa era uma bicicleta, o depoimento de Jorge da Cunha Bastos – natural da cidade de Goiás, antiga capital, que veio a Goiânia em janeiro de 1946 e trabalhou como carteiro uma parte considerável de sua vida – ilustra bem essa situação. Jorge discorre sobre como eram as condições de transporte na cidade e o valor de uma bicicleta para seu dono, pois ela poderia garantir a mobilidade urbana:

De Campinas para cá tínhamos a Jardineira, mas diversas vezes, tivemos que vir a pé, pois o ônibus atrasava e, para não chegar atrasado, o jeito era vir a pé. Passávamos pelo Lago das Rosas. Aqui em Goiânia o meio de transporte era a pé. [...] anos depois, ganhamos uma bicicleta [...]. A bicicleta nos foi entregue com recibo, isto é, a bicicleta era nossa. Até hoje eu tenho o recibo dela. Ela era uma bicicleta Hércules, importada. Fiz a vida nela.³⁹⁶

O Sr. Turchi também relatava, em uma entrevista no ano de 1985, a importância das bicicletas para poder se locomover pela cidade em meados dos anos de 1940:

Campinas era longe, os ônibus saiam da Rua 20 de hora em hora, como para uma viagem ao interior do estado. Não havia ônibus urbanos e poucos eram os carros. Goiânia era uma cidade de ciclistas: médicos, advogados, professores, bancários, funcionários públicos, todos andavam de bicicleta, homens e mulheres. A cidade era, porém, bem menor.³⁹⁷

Para os transeuntes que não tinham condições de comprar e manter as despesas de uma bicicleta, que exigia manutenção e pagamento de impostos, era possível alugar. Euclides

³⁹³ Entrevista de Adolfo Boari. In: *Memória cultural...* op. cit., p. 16.

³⁹⁴ Entrevista de Hilarino Veloso da Silveira. In: *Memória cultural...* op. cit., p. 110.

³⁹⁵ AFG. B. Cx. 12, nº 354, 1951.

³⁹⁶ Entrevista de Jorge da Cunha Bastos. In: *Memória cultural. Ensaios da história de um povo*. Goiânia-GO: Prefeitura Municipal, 1985. p. 125.

³⁹⁷ Entrevista de Egídio Turchi. In: *Memória cultural. Ensaios da história de um povo*. Goiânia-GO: Prefeitura Municipal, 1985. p. 181.

Neri de Oliveira – brasileiro, casado, trinta e sete anos de idade, motorista, alfabetizado, natural de São Paulo-SP e residente na rua 56 no centro da capital – no ano de 1947, possuía uma pequena agência de aluguel de bicicletas que ficava em frente à sua casa, localizada no centro da cidade. Certo dia, por volta de onze horas, a vítima se retirou de seu comércio e adentrou a sua residência para almoçar, deixando uma de suas bicicletas na porta de sua casa. Poucos minutos depois, sua filha adentra a casa dizendo que um “rapaz bem vestido” fugiu com a bicicleta. Mesmo não encontrando o tal “gatuno”, Euclides Neri sai em busca de sua bicicleta, informando todos os guardas e vizinhos sobre o ocorrido e oferecendo, inclusive, diversos detalhes para as autoridades, tais como: o número da placa; talão de impostos; número de bicicletas que tinha para alugar e todas as licenças “em dia”³⁹⁸. No dia seguinte, a partir de suas buscas, descobriu que, na rua 78, a sete quadras de sua casa, havia um rapaz com a sua bicicleta, e “veio a saber que de fato ali um rapaz havia enrolado uma bicicleta em papel, pois ia viajar para Monte Carmelo”³⁹⁹ e, a partir de tais informações “ruma para o bairro Botafogo, saída para Leopoldo de Bulhões e lá encontra, dentro de um caminhão, a sua bicicleta e o ladrão”.⁴⁰⁰

Em seu depoimento, José Olinto Rossi – brasileiro, casado, trinta e sete anos de idade, motorista, natural de Suçupara-GO e residente em Campinas – afirmou que estava em seu caminhão no alto do Bota-fôgo (atual Setor Universitário) com destino a Leopoldo de Bulhões quando, em seu caminhão, aproximou o réu com uma bicicleta pedindo que o levasse até a respectiva cidade. José Olinto aceita o pedido e Orlando Lorena põe em seu caminhão uma bicicleta e sai para buscar uma mala a deixando na carroceria do veículo, quando Euclides Neri intercepta o caminhão, examina a bicicleta e conclui ser a sua. Orlando consegue fugir de Euclides e do policial que o acompanhava sendo preso, mais tarde no mesmo dia, por José Olinto na estrada quando retornava de Leopoldo de Bulhões a Goiânia.

Orlando Lorena Guerra – brasileiro, vinte e dois anos de idade, casado, pintor, alfabetizado, natural de Pernambuco e sem residência fixa – relata que havia apenas dois meses que tinha saído da Penitenciária do Estado por ter cometido furtos em Goiânia. Disse que dias antes do ocorrido visitou a esposa e o filho, declarou também que viu a respectiva bicicleta na hora do almoço em uma casa próxima à Escola Técnica do Estado, porém, entra em contradição ao tentar tecer uma outra narrativa, conforme registrou o escrivão: “momento

³⁹⁸ AFG. O. Cx. 50, n° 150, 1947, p. 9.

³⁹⁹ Ibidem, p. 1.

⁴⁰⁰ Ibidem, p. 1-2.

que parou de declarar, voltando novamente a narrar o fato pela forma seguinte”⁴⁰¹. Essa outra narrativa seria a de que no mesmo dia do furto estava em Campinas, por volta das duas horas da tarde e lá comprou por Cr\$ 700,00 uma bicicleta de um rapaz, mas que não tinha nenhum documento para comprovar a compra.⁴⁰²

Esse depoimento permite mostrar mais um caso de compra de bicicletas roubadas em Campinas. Se os referidos depoimentos ilustram de fato o que ocorreu, não se compete analisar, mas cabe inferir que o bairro em questão possuía uma rica vida comercial que, por sua vez, atraía uma série de “larápios” e “gatunos”. Um aspecto que pode ser evidenciado ao ler os processos dos “larápios” é a mobilidade urbana que tinham dentro da cidade de Goiânia e também a facilidade em fugirem para cidades vizinhas.

Ainda sobre o depoimento de Orlando Lorena, o réu reafirma, a todo instante, a sua inocência, alegando ter fugido, pois, por ser ladrão conhecido na cidade, temeu a possibilidade de ser preso injustamente por um crime que não teria cometido. Por fim, alegou que, desde que chegara de Catalão, onde foi visitar a família, ficou recluso na casa de sua tia com receio de ser preso novamente. Há de se entender o receio de Orlando de ser novamente preso, pois em certidão do Gabinete de Identificação e Investigação da Secretaria do Estado do Interior, Justiça e Segurança Pública do Estado de Goiás foram identificados os seguintes registros no aludido gabinete: “12/2/42, por ter sido expulso do Exército; 2/9/44, por suspeita; 1944, expulso da Força Policial do Estado; 16/5/45, por crime de furto; 10/4/46, para Averiguação”⁴⁰³. Isso indica que o réu já era conhecido pelo judiciário e pelas forças policiais locais.

No relatório do delegado encarregado, Alberto Fleury, é ressaltado o fato de o réu ser reincidente e por estar “furtando sem nenhuma necessidade porquanto tem rendo profissão e é bom pintor”⁴⁰⁴. Também ressaltou as contradições do testemunho do réu: no que se refere aos horários incompatíveis tendo em vista os percursos do Centro até Campinas, o fato de que testemunhas alegaram ter visto a bicicleta na porta da casa em que ele estava hospedado, o fato de ter retirado a campainha e a placa de registro da bicicleta e por ter afirmado um valor bem menor do que valia a bicicleta.

⁴⁰¹ AFG. O. Cx. 50, n° 150, 1947, p. 3.

⁴⁰² Ibidem, p. 5.

⁴⁰³ Ibidem, p. 12.

⁴⁰⁴ Ibidem, p. 24.

Em 23 de julho de 1947 foi marcada a audiência de Orlando Lorena com o juiz, porém não compareceu sob a alegação de estar doente e impossibilitado de se locomover⁴⁰⁵. Em 21 de agosto do mesmo ano, o réu comparece em sua audiência com o juiz e é recolhido, mais uma vez, o seu depoimento e das demais testemunhas. Em novembro o promotor molda as acusações a partir dos mesmos pontos elencados pelo delegado em seu relatório e o advogado de defesa argumenta a partir da inconsistência das testemunhas e da falta de provas. De novembro de 1947 a abril de 1948, o processo fica paralisado “devido aos excessos de serviços”⁴⁰⁶; em 17 de maio do mesmo ano, é pedido o seu habeas corpus após quase um ano do momento em que foi preso em flagrante, mas, surpreendentemente, o processo fica parado até 12 de maio de 1952, quando seu habeas corpus é negado e, sem mais nenhuma informação, o processo é concluído em 14 de janeiro de 1955.

Sobre a presença da bicicleta no cotidiano dos transeuntes em Goiânia, nota-se que eram objetos alvos de furtos como também eram facilmente trocadas, vendidas e revendidas. Em fevereiro de 1945, o Sr. Eriberto Clemente procurou a justiça para informar o furto de sua bicicleta em frente ao Grande Hotel, no centro de Goiânia, e também que, a partir de rumores, tinha ouvido falar que ela se encontrava na posse de José Neves da Silva – brasileiro, vinte e seis anos de idade, casado, carpinteiro, natural de Uberlândia-MG, residente de Nerópolis-GO e alfabetizado – na cidade de Nerópolis, sendo um mandado expedido para a apreensão do veículo e para o comparecimento do acusado para prestar depoimento. A bicicleta, que tinha o registro de nº 489822, era legalizada pela Inspetoria de Trânsito de Goiânia e foi realmente encontrada na residência do acusado, porém ele apresentava outra versão dos fatos.

A versão de José Neves era a de que, na tarde do dia 6 de fevereiro de 1947, chegou em sua oficina uma pessoa empurrando uma bicicleta e, ao examiná-la, respondeu que o conserto ficaria em Cr\$ 100,00. Por não ter a quantia necessária para o reparo, o proprietário da bicicleta propôs a venda e, após muita insistência, José acabou fazendo negócio ao trocar por uma outra bicicleta e voltando, à pessoa não identificada, o valor de Cr\$ 100,00. Dias após a troca “[...] apareceu em sua casa acompanhado de um investigador, um senhor que disse ser o legítimo dono da bicicleta, a qual lhe foi entregue”⁴⁰⁷, mas como não podia ficar no prejuízo da bicicleta “resolveu sair a procura do citado indivíduo e depois de dezoito dias

⁴⁰⁵ AFG. O. Cx. 50, nº 150, 1947, p. 3.

⁴⁰⁶ Ibidem, p. 58.

⁴⁰⁷ AFG. J. Cx. 31, nº 162, 1945. p. 5.

perdidos a sua procura, veio afinal saber do seu paradeiro em Salobro, no município de Inhumas”⁴⁰⁸.

É, mais uma vez, perceptível quão valorizada era bicicleta. Valiosa a ponto de mover não somente o seu proprietário até cidades vizinhas, como também as forças policiais. Outro elemento interessante é que os donos das bicicletas, talvez por uma certa morosidade das forças policiais, resolviam, eles mesmos, ir ao encalço dos larápios. Assim demonstra o final do depoimento de José Neves “que deu parte ao Delegado de Trindade e como aquela autoridade mostrasse certa dificuldade na captura do ladrão, [...] foi a Salobro e lá conseguiu que o ladrão viesse em sua companhia até esta capital.⁴⁰⁹

O “larápio”, nas palavras do escrivão, se chamava Saul Martins Arruda – brasileiro, casado, lavrador, vinte e quatro anos de idade, natural de Caldas Novas-MG e residente na fazenda de Salobro – e afirmou que não havia furtado a bicicleta, apresentando a versão de que ela foi comprada em Campinas por Cr\$ 250,00 e confirmando o acordo feito com José Neves em Nerópolis, com o porém de que a bicicleta obtida já havia sido vendida para o seu primo residente em Goiânia. A versão de Saul acabou por ser reforçada quando Júlio Pereira Duarte – brasileiro, casado, lavrador, trinta e dois anos de idade, natural de Catalão-GO e residente nos subúrbios de Campinas – disse que frequentava assiduamente o bairro de Campinas, vendendo ou fazendo algum negócio de algo que produzia e que, em fevereiro de 1947, ao passar pelo largo da matriz de Campinas, uma pessoa estranha ofereceu a dita bicicleta por Cr\$ 800,00, porém, como não tinha dinheiro, recusou a oferta e “que naquele momento ali apareceu um Sr. de nome Saul, e dada a insistência do dono da bicicleta, Saul resolveu compra-la por Cr\$250,00; que ali também se achavam outras pessoas de cujo nome o depoente ignora”.⁴¹⁰ Com base nesse depoimento, as bicicletas são apreendidas e devolvidas aos seus respectivos donos e Saul não foi mais processado, tendo arcado somente com o montante gasto na compra da bicicleta furtada. Os dois “larápios” que possivelmente estavam envolvidos no furto não foram mais encontrados em Campinas e o caso foi encerrado pelo juiz em outubro de 1947.

A 2^a Delegacia de Polícia de Campinas não era procurada apenas para o furto de bicicletas, mas também para o furto de alguns de seus acessórios. No dia 21 de setembro de 1955, Oclecio Correia de Miranda – brasileiro, trinta e três anos de idade, casado, alfabetizado, bancário, natural de Quirinópolis-GO e residente na Av. Contorno, nº 85,

⁴⁰⁸ AFG. J. Cx. 31, nº 162, 1945. p. 5.

⁴⁰⁹ Ibidem, p. 5.

⁴¹⁰ Ibidem, p. 7.

Bairro Popular – apresentou-se na delegacia de polícia em Campinas a fim de reportar o furto do farol de sua bicicleta que teria com autor seu vizinho Limirio de Souza Barreto – brasileiro, vinte e um anos de idade, solteiro, alfabetizado, corretor de casas comerciais, natural de Formosa-GO e residente na rua 72, nº 59, Bairro Popular – no momento em que a vítima descuidou de sua bicicleta na porta da residência. A vítima chegou à conclusão de que o seu vizinho havia roubado o farol de sua bicicleta quando passou a investigar as bicicletas que estavam paradas no Rádio Clube e concluiu ter achado o seu objeto na bicicleta de Limirio. Em sua defesa, o réu declarava ter comprado o farol por Cr\$ 200,00 de um estranho que, mesmo não o conhecendo, se prontificou a encontrar. Mesmo com tal defesa, por não possuir documentos da compra do farol, o delegado concluiu que Limirio era acusado de furto e encaminha o seu relatório para o Juiz de Direito da 4^a vara criminal em 4 de outubro de 1955. Em 7 de novembro o inquérito é recebido pelo escrivão e encaminhado para o juiz e, em 2 de fevereiro de 1967, o processo é arquivado.⁴¹¹

Ao longo dessa reflexão acerca da mobilidade urbana de Goiânia nas primeiras décadas de sua formação, foi analisado que a documentação sinaliza as formas usadas pelos atores sociais para se locomover, sendo relatados casos de jardineiras, pontos de carro, carroceiros e bicicletas. Até o momento, os usos cotidianos da cidade foram se desenrolando para a mobilidade urbana, porém, isso cabe assinalar, falta um elemento alternativo ao projeto de modernidade dessa experiência urbana: os acidentes de trânsito.

2.3 – A cidade moderna, o advento do automóvel e os acidentes de trânsito

Um processo instigante pode corroborar a perspectiva do interesse das autoridades em autuar os casos de atropelamento, bem como normatizar as regras de trânsito. Alaor da Silva Valério – brasileiro, vinte e cinco anos de idade, solteiro, alfabetizado, motorista, natural de Bauru-SP e residente na rua 4, nº 61, Centro – se envolveu em um grave acidente em março de 1955. A primeira parte descrevia o acidente e as lesões da vítima:

Que as 9 horas e 30 minutos mais ou menos do dia 7 de março do corrente ano, descendo de bicicleta a menor Mariza Couto e Silva em rumo à rua 58, no cruzamento da rua 4, próximo à Vila Taguatinga, foi atropelada pelo Furgão de propriedade da firma Nelson Ribeiro Guimarães, conduzido pelo motorista de carteira profissional Alaor da Silva Valério. Conforme se constata no auto de exame de corpo delimito, [a vítima] sofreu ferimentos generalizados, tendo sido

⁴¹¹ AFG. L. Cx. 42, nº 565, 1955.

internada para observações em uma casa de saúde. Em exame radiológico do crânio, revela ligeiro traço de fratura.⁴¹²

Depois, o promotor de justiça, ao ter que sintetizar os depoimentos colhidos pelo delegado, encaminha ao juiz:

[...] Que, todas as testemunhas que presenciaram o acidente, afirmam que é o chofer o único responsável pelo ocorrido, dado a sua imperícia e também a sua imprudência. Uma das testemunhas, o sr. Severino Marques, afirma que o motorista do Furgão, sem se utilizar da buzina, aumentou a velocidade do veículo, agindo com empecílio e negligência.⁴¹³

E, por fim, relata a preocupação do judiciário em criminalizar certas práticas imprudentes no trânsito, o que justifica, em parte, a presença de vários processos e autos acerca de acidentes na nova capital goiana:

[...] Como estamos acostumados a ver diariamente, os choferes irresponsáveis, que pelas ruas de Goiânia assassinam, não só crianças e velhos, mas até as árvores são vítimas desses criminosos que andam livremente pelas ruas. É necessária uma medida enérgica de parte das autoridades competentes, no sentido de uma maior fiscalização e punição para os criminosos que fazem das ruas de Goiânia, pista de corrida para os seus pesados veículos.⁴¹⁴

Como foi analisado no início deste capítulo, Goiânia foi idealizada, pelo discurso oficial, como uma cidade moderna que seria capaz de tirar Goiás do isolamento e se ligaria aos quadros de desenvolvimento econômico nacional. Uma cidade moderna seria aquela capaz de oferecer plenamente os serviços públicos dos quais antes não desfrutavam seus habitantes. Seria também um marco de desenvolvimento econômico e social, trazendo a disciplinarização do trabalho e o florescimento de uma nova sociedade embebedada pelos preceitos nacionalistas do Estado Novo e, consequentemente, da Marcha para o Oeste.

Nesse sentido, como reflexo imediato de uma cidade moderna, o desenvolvimento de uma cultura de trânsito compatível com o desenvolvimento da segunda onda da Revolução Industrial seria necessário, ou seja, uma cidade que fosse planejada não para os seus pedestres, mas para o que a modernidade capitalista ditava para primeira metade do século XX: o automóvel. Uma pista dessa cultura de trânsito moderna adaptada aos automotores se faz presente nos relatos técnicos do engenheiro e do arquiteto responsáveis pelas obras de Goiânia, assim como, perifericamente, no discurso de outros atores políticos.

⁴¹² AFG. L. Cx. 42, n° 494, 1955. p. 1.

⁴¹³ Ibidem, p. 1.

⁴¹⁴ Ibidem, p. 2.

Emsley⁴¹⁵ contribui para a compreensão desse processo ao estudá-lo particularizando o caso da Inglaterra na primeira metade do século XX. Primeiro, o autor faz uma crítica aos historiadores que analisam a sociedade inglesa somente através da perspectiva econômica das transformações capitalistas dos séculos XVIII e XIX. As formas criadas pela sociedade para criminalizar certas relações sociais não estão presentes somente em momentos de grandes transformações econômicas, mas, sobretudo, em como essas mudanças repercutem sobre outros elementos entre a industrialização e urbanização como, por exemplo, em como as leis foram usadas, nas primeiras décadas do século XX, para controlar os motoristas na Inglaterra. Nesse período em questão, os veículos motorizados já representavam um problema que carecia de solução, tanto pelo número quanto pelo fato dos veículos andarem em altas velocidades, antes não obtidas pelas carroças e bicicletas. Os vários casos de acidentes preocupavam drasticamente as forças policiais.⁴¹⁶ Assim, como argumenta o autor, as leis, na virada do século XVIII para o XIX, estavam voltadas para a disciplinarização a partir criação de uma “ordem”. Após a instauração de tal ordem, a legislação passou a se voltar para a vida pessoal de seus habitantes, como foram, em grande medida, as diversas leis que controlavam o lazer e o tempo livre das classes populares. Mesmo sem uma legislação propriamente adaptada aos problemas do trânsito, na Inglaterra em finais do século XIX, em cidades como Londres e Manchester, já eram registrados crimes relacionados a taxistas e motoristas de ônibus.

A partir dos problemas de trânsito que passam a surgir com a maior popularização do automóvel, decorrentes também do crescimento de uma massa urbana que utilizava os ônibus como meio de mobilidade urbana, na Inglaterra da primeira década do século XX, foram instauradas formas de controlar o trânsito, tais como: criação de leis mais rígidas para punição dos infratores, principalmente aquelas que determinassem limites de velocidade; elaboração de formas de identificação de carros (placas) e motoristas (carteiras de licenciamento de choferes) e testes para a concessão de habilitações para os motoristas e responsabilização das forças policiais locais para a fiscalização. Mesmo que os preceitos não fossem totalmente vigentes, devido ao problema do efetivo de agentes de trânsito, essas propostas desenham

⁴¹⁵ EMSLEY, Clive. “Mother, what did policemen do there weren’t any motors?” *The law, the police and the regulation of motor traffic in England, 1900-1939*. In: *The Historical Journal*, vol. 36, nº 2, Cambridge University Press, 2001. p. 357-381.

⁴¹⁶ Ibidem, p. 360.

uma preocupação das autoridades em regular o trânsito conforme os automóveis entravam em cena nas cidades inglesas no início do século XX.⁴¹⁷

O ponto decisivo para a popularização do automóvel na Inglaterra foi a Primeira Guerra Mundial, pois possibilitou um maior acesso da população, como foram os milhares de soldados, a veículos motorizados. Entretanto, conforme salienta o autor, no pós-Primeira Guerra, o preço dos automóveis foi gradativamente baixando à medida em que o poder de consumo do trabalhador inglês aumentava, o que também foi instigado pela abertura de linhas de crédito (uma espécie de financiamento) para a compra de veículos motorizados.⁴¹⁸

No que se refere às fontes coligidas, os discursos oficiais e os relatórios técnicos da construção de Goiânia, pode-se abstrair que os seus idealizadores almejavam atrair o uso de automóveis para a nova capital moderna que estava se edificando e, conforme a cidade se concretizou e se expandiu, as forças policiais tiveram que se colocar em uma posição de disciplinadoras e regularizadoras do público em relação à nova dinâmica do trânsito de uma cidade moderna capitalista.

A palavra “automóvel” pode ser vista no relatório apresentado em 1933 ao *Governo Provisório do Estado de Goyaz*⁴¹⁹ por Pedro Ludovico no qual ele defende veementemente a construção da nova capital. Para isso, o autor ressalta as disputas políticas que envolviam a efetivação da edificação, que não consistia apenas na construção de uma nova cidade, uma nova capital, mas um projeto que sinalizava a nova dominação política da qual resultaria uma reorientação econômica do estado. O primeiro momento do texto sinaliza que para se obter hegemonia política em torno da edificação da nova capital seria necessário reproduzir a noção de progresso e atraso, porém, nesse âmbito, isso se daria por mostrar a Cidade de Goiás como o local do atraso, o fardo que impedia o desenvolvimento econômico do estado, afirmando que “[...] a mudança da capital não é apenas um problema na vida de Goiaz. É também a chave, o começo de solução de todos os demais problemas”.⁴²⁰

Para subsidiar a premissa do atraso da Cidade de Goiás, Pedro Ludovico afirma que as condições topográficas acidentadas impossibilitavam a expansão da zona urbana, bem

⁴¹⁷ EMSLEY, Clive. “Mother, what did policemen do there weren’t any motors?” *The law, the police and the regulation of motor traffic in England, 1900-1939*. In: *The Historical Journal*, vol. 36, n° 2, Cambridge University Press, 2001, p. 254-355.

⁴¹⁸ Ibidem, p. 373.

⁴¹⁹ LUDOVICO, Pedro. *O problema da mudança da capital*. In: IBGE. *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942. p. 7.

⁴²⁰ Ibidem, p. 3-4.

como dificultava a construção de largas avenidas e a interligação com estradas de rodagem e de ferro. Outros fatores se relacionavam com a ausência de água encanada e de redes de esgoto, situação na qual se encontravam, em 1938, os seus menos de 10.000 habitantes.⁴²¹ O autor, mesmo sem a comprovação de tais dados, apresenta outros para corroborar o argumento de atraso gerado pela Cidade de Goiás:

De 1890 até 1914, Goiaz não chegou a construir, em média, uma casa por ano. E de 1914 a 1932, apesar do advento do automóvel e da leta mas registrável melhoria operada na situação econômica do Estado por influência da Grande Guerra, a média de construção da cidade de Goiaz não passou de 1½ casa por ano. Porém, a média das casas que, no período de 1890 a 1932 deixaram de existir, derruídas pelo tempo, reduzidas a zero o índice de construções, ainda que êste se elevasse a 3 por ano. Basta acrescentar que, até na população, tem havido decréscimo sensível. Em 1890, a população da cidade de Goiaz atingia a 10.000 almas. Em 1932, segundo recenseamento realizado, a sede desse município tinha apenas 8.256 habitantes.⁴²²

O arquiteto e urbanista da cidade, Atílio Correia Lima, vincula planejamento urbano e exercício do poder. Além do apelo estético, a conversão das três avenidas apresentava uma nova capital com planejamento político e econômico, expressava a era da modernidade aderida pelo estado. Um plano urbano radial com grandes avenidas possibilitava, ao mesmo tempo, um controle das festas cívicas, das multidões nas ruas, como também a irradiação do trânsito:

[...] As ruas 3,4, 5 e a avenida Anhanguera, paralelas entre si, serão as de maior tráfego no futuro, pelas condições acima expostas de coincidir a avenida Anhanguera com a estrada de rodagem, eixo de todas comunicações. [...] A avenida Pedro Ludovico apresenta-se com um caráter pitoresco e monumental; o tráfego que nela circulará será todo com destino ao centro administrativo, e prestar-se-á para as demonstrações cívicas. Este centro que representa o órgão mais importante da cidade, tem acesso pelas ruas 10, 11, 26, 34, 35 e avenidas Araguaia, Tocantins e Pedro Ludovico.⁴²³

Próximo às avenidas largas de maior acesso e de escoamento do trânsito, foi destinado espaço para o Centro Administrativo – prédios públicos federais, estaduais e municipais e também o edifício do Correios e Telégrafos e o Hotel da Cidade – e o centro comercial – com avenidas largas na intenção de solucionar o problema do trânsito por décadas e a disposição de ruas internas às quadras para a carga e descarga de mercadorias e da coleta de lixo.

⁴²¹ LUDOVICO, Pedro. *O problema da mudança da capital*. In: IBGE. *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942. p. 5.

⁴²² Ibidem, p. 6.

⁴²³ LIMA, Atílio Correia. *Goiânia: a nova capital de Goiaz – resumo de um estudo*. In: *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.

A zona industrial seria estabelecida próxima às estradas de rodagem na avenida Anhanguera até a estação de trem que ainda não estava concluída e se localizava entre as Avenidas Anhanguera e Paranaíba – essa última estava destinada a dividir as zonas comercial e industrial, onde ocorreriam as feiras e eventos de divertimentos da população. A zona rural, formada pelas terras não expropriadas nos arredores da cidade, deveria ser loteada em pequenas propriedades destinadas ao cultivo de gêneros alimentícios para o abastecimento da população.

O autor também expõe no plano diretor que “tôdas as ruas serão arborizadas, e as principais avenidas ajardinadas. Os passeios terão parte de sua área gramada, tudo de acordo com os desenhos apresentados”⁴²⁴. Assim, as praças da cidade deveriam ser construídas obedecendo o sistema de circulação de giratória, na intenção de evitar os conflitos entre os veículos como acontece em cruzamentos.

Atílio Corrêa Lima, em resumo do relatório oficial⁴²⁵, também menciona a ausência do automóvel como um motivo de atraso para o estado, inclusive usa tal argumentação para fomentar a necessidade de construção de uma nova capital para Goiás. No que se refere aos meios de transporte, ao criticar a antiga capital, argumenta que:

Dentro da cidade, não existem meios de locomoção, primeiro pela sua insignificância como aglomeração urbana, segundo pelas dificuldades que oferecem suas ruas acidentadas e estreitas. Os carros e carroças não são empregados, sendo feito o transporte de materiais e mercadorias em cargueiros. Só as bêstas e mulas resistem à aspereza do solo e as rampas exageradas do terreno. Em consequência disso a construção é dispendiosa e portanto restrita. Os materiais de construção carregados em lombo de bêstas dificulta enormemente a edificação, tornando-a dispendiosa.⁴²⁶

Terreno acidentado, ruas estreitas e de pedras que dificultavam o transporte de mercadorias. Todos esses elementos, como julgava o arquiteto, impediam a ampliação da cidade e, como notamos através desses dois relatórios, o custo financeiro não compensaria o dispendioso investimento. Um elemento que aparece caracterizando o contraponto ao ideal de modernidade do autor é a quase ausência de automóveis, o que impedia o avanço da construção civil e das indústrias e contribuiria para o distanciamento geográfico, econômico e cultural da Cidade de Goiás. Assim, lamenta o autor:

⁴²⁴ LIMA, Atílio Correia. *Goiânia: a nova capital de Goiás – resumo de um estudo*. In: *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942, p. 50.

⁴²⁵ Ibidem, p. 89-90.

⁴²⁶ Ibidem, p. 89-90.

O automóvel só é empregado para as comunicações de longas distâncias. Assim, os 185 quilômetros que separam a velha capital de última estação de estrada de ferro, são atualmente vencidos por automóvel. No período chamado “das águas” os transportes são praticamente inexistentes.⁴²⁷

Nesse sentido, a carência de automóveis no estado de Goiás – tanto para o interventor, quanto para o arquiteto de Goiânia – era sinônimo de atraso e de pouco desenvolvimento econômico, o que era justificado a partir da morosidade, ou do pífio crescimento urbano da Cidade de Goiás. Um ano após o documento da decisão oficial de construção da nova capital, em maio de 1934, Armando Godói, em entrevista ao *Correio da Manhã do Rio de Janeiro*⁴²⁸, apresenta, de forma sintetizada, os argumentos contidos no relato técnico de sua primeira visita ao local onde viria a ser construída a nova capital, mostrando como o papel da edificação de uma cidade moderna aliada aos interesses de expansão da industrialização e das relações sociais capitalistas em que a construção da cidade “exercerá uma influência civilizadora sobre as regiões central e do norte do Brasil, onde ainda não chegaram os resultados da evolução social”⁴²⁹. Apresenta os problemas da antiga capital, que se encontrava em uma localização geográfica desfavorável, e introduz, de forma mais detalhada, a nítida intenção do planejamento da nova capital a ser pensado para se tornar uma “cidade do automóvel” interligada por uma rede de estradas de rodagem. Segundo o autor, a substituição dos trilhos por estradas de rodagem serviria para acabar com:

[...] os preconceitos de que somos vítimas, figura que basta a estrada de ferro atravessar ou atingir uma cidade para que ela progrida. [...] A solução do problema do transporte pelo trilho exige somas elevadíssimas e só se justifica quando há a certeza de uma intensa produção na zona servida. [...] é melhor lançar-se mão do caminhão e do autocarro, cujo raio de ação é hoje superior a trezentos quilômetros nos veículos acionados a motor de combustão interna, que podem ser alimentados a óleo vegetal, carburante de que é rico o Estado de Goiás.⁴³⁰

A difusão das estradas de rodagem e do automóvel esteve presente fortemente nos traçados de Goiânia e entre as políticas em torno do transporte público da cidade, o que é evidente a partir do discurso do engenheiro que afirmava que, além da edificação da cidade, seria necessário “a realização de obras complementares, entre as quais deve figurar um

⁴²⁷ LIMA, Atílio Correia. *Goiânia: a nova capital de Goiás – resumo de um estudo*. In: *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942, p. 95.

⁴²⁸ GODÓI, Armando Augusto de. *A futura capital de Goiás*. In: IBGE. *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.

⁴²⁹ Ibidem, p. 37.

⁴³⁰ Ibidem, p. 37.

sistema de rodovias”⁴³¹ que acabaria por atuar como a “influência civilizadora e econômica da capital às diferentes regiões”⁴³².

Nesse ponto, vale notar que, na construção de Goiânia, conforme indica os relatórios de Armando de Godói e Atílio Corrêa Lima, bem como os pronunciamentos de Pedro Ludovico, está presente o discurso de que a construção da nova capital seria respaldada por um sistema de estradas de rodagem e que a sua construção deveria, entre outras coisas, incitar a irradiação de automóveis e caminhões como eixo de transporte. Entre o discurso político e o planejamento, os usos cotidianos do trânsito mostravam uma incidência de grande número de acidentes, sobretudo de atropelamentos, nos quais os ciclistas e os pedestres eram as principais vítimas.

Como foi demonstrado anteriormente, as bicicletas eram um importante meio de transporte para a população de Goiânia em suas primeiras décadas de existência. Com base na documentação do judiciário e, principalmente, nos depoimentos dos réus, alguns atropelamentos ocorriam porque os ciclistas não eram familiarizados com as leis do trânsito, podendo se assustar, inclusive com a buzina, e se confundir. Por exemplo, Walfredo Pereira da Silva – brasileiro, casado, vinte e seis anos de idade, alfabetizado, motorista do estado, natural da Cidade de Goiás e residente na rua 56, nº 16, Bairro Popular – estava em um carro oficial do governo transportando um engenheiro, em maio de 1949, atravessando a Av. Goiás da Praça Cívica ao Bairro Popular, enquanto, próximo à Praça do Bandeirante, se encontrava o Sr. Maurício Silva – brasileiro, casado, cinquenta e um anos de idade, alfabetizado, fazendeiro-industrial, natural de Orizona-GO e residente de Campinas –

[...] quem tentava atravessar para o outro lado onde ficava os prédios Telefônico e da Confeitaria “Marabá”. Como Mauriti, ao que parece, tenha feito ligeira parada, para, talvez se orientar, o denunciado, assim a queima roupa buzinou, perturbando a vítima que é apanhada pelo “Jeep”, ficando gravemente ferido e em estado de choque, como se vê do auto de corpo de delito. O motorista apanhou o atropelado e o levou para um hospital dos existentes nesta Capital onde o mesmo foi socorrido.⁴³³

Walfredo, após levar a vítima para o hospital, foi preso e assumiu a culpa do atropelamento em seu depoimento. João Gonçalves Santana – brasileiro, casado, trinta e quatro anos de idade, alfabetizado, guarda civil, natural de Itajuí-SP e residente no bairro

⁴³¹ GODÓI, Armando Augusto de. *A futura capital de Goiás...* op. cit., p. 37-38.

⁴³² Ibidem, p. 37-38.

⁴³³ AFG. W. Cx. 33, nº 1075, 1949. p. 1.

Nova Vila – efetuou a prisão do réu e confirmou a versão já apresentada no auto. Em seu depoimento, Maurício Silva, mesmo com o braço faturado e escoriações pelas costas e pernas, afirmou que não desejava que o motorista fosse processado e pediu para que se arquivasse o inquérito. Walfredo foi inocentado das acusações, porém mediante o pagamento de Cr\$ 200,00 como fiança em 18 de maio de 1949, sendo o caso arquivado em junho do mesmo ano.

Aparentemente, os motoristas também não estavam familiarizados com as leis de trânsito. Em novembro de 1948, Dona Regina Souza de Costa – brasileira, vinte e cinco anos de idade, alfabetizada, funcionária pública federal, natural de Itauçu-GO e residente na Av. Araguaia, nº 20 no centro – procurava a justiça para denunciar o Sr. José de Assis Drumont – brasileiro, trinta e três anos de idade, casado, alfabetizado, funcionário público federal, natural de Itabira-MG e residente da rua 10 no centro – por tê-la atropelado e, além de não ter oferecido socorro, fugiu da cena do crime e abandonou sua caminhonete em frente ao Departamento Estadual de Cultura. Em depoimento, José de Assis afirmou que estava experimentando uma caminhonete na intenção de comprá-la de João Alves de Tales, seu amigo, mas, ao passar pela contramão na frente do respectivo prédio, acabou por atingir a vítima em sua bicicleta e, para não sofrer represálias de uma multidão que se amontoava no momento do acidente, acabou por abandonar o carro no local do acidente. Mesmo argumentando que foi visitar a vítima no hospital e que pagou suas despesas, a sua situação ficou agravada por não ter habilitação de motorista (somente para motocicletas).⁴³⁴

A vítima, em depoimento, afirma que estava em sua bicicleta em frente ao Departamento Estadual de Cultura quando o réu virou subitamente a rua entrando na contramão e, para desviar da caminhonete, Regina entrou para a outra pista quando a caminhonete também voltou para este mesmo lado e, para não ser totalmente atingida, a vítima saltou da bicicleta fraturando os tornozelos e sofrendo escoriações por várias partes do corpo. A bicicleta, estando debaixo do veículo, continuou sendo arrastada até que o motorista parou e saiu da caminhonete em fuga. José Drumont não foi preso em flagrante, tampouco durante o andamento do processo, porém foi sentenciado a pagar Cr\$ 204,00 de multa por estar dirigindo sem portar a carteira de habilitação, poucos dias após o atropelamento. Nenhuma informação adicional é obtida no documento.

Outro caso de imprudência de motoristas em atropelamento de ciclistas ocorreu em 16 de dezembro de 1953 na Av. Anhanguera que na época era conhecida como “a estrada

⁴³⁴ AFG. Inquéritos Policiais do 2º Ofício. N° 1823, 1948.

Goiânia-Campinas". Nesse caso, Salatiel Correia Vilela – brasileiro, vinte e um anos de idade, solteiro, alfabetizado, motorista, natural de Santana do Ipanema-AL e residente na Vila Nova – atropelou o menor Wagner Neves Rosa – brasileiro, com quinze anos de idade, solteiro, alfabetizado, estudante, natural de Goiânia e residente na rua Ipameri, nº 664, em Campinas – que transitava em sua bicicleta. Salatiel dirigia uma "Auto-Lotação" que fazia o percurso entre os dois "bairros"⁴³⁵ e, quando passava próximo a firma "Irmãos Alves", entrou no cruzamento pela contramão atingindo em cheio o menor em sua bicicleta. Após o atropelamento, Salatiel não ofereceu socorro, fugiu e acabou sendo preso em flagrante por um guarda que o seguiu até o cruzamento da avenida Goiás.⁴³⁶

As testemunhas que presenciaram o acidente declararam que o réu entrou no cruzamento pela contramão, não buzinou para o menor na bicicleta e fugiu sem prestar qualquer assistência à vítima. Um dia após a prisão, o advogado do réu pede a sua fiança que lhe foi concedida pelo valor de Cr\$ 400,00. Em 11 de janeiro ficou pronta a perícia dos agentes de trânsito que concluíram que ambos, o réu e a vítima, foram imprudentes, o motorista por ter entrado na contramão e o ciclista por ter sido descuidado ao atravessar o cruzamento. No relatório do inquérito de investigação, o delegado concordava com a versão da perícia em que ambos foram imprudentes e responsabilizados pelo acidente, mas, a partir de sua análise, é perceptível sua opinião sobre os casos de atropelamento na capital goiana: "há tempos que Goiânia vem sendo palco de desastres e atropelamentos, motivados pela imperícia e imprudência de alguns motoristas irresponsáveis que aqui dirigem veículos"⁴³⁷.

Em 15 de janeiro de 1954 os autos foram encaminhados ao Juiz de Direito da 4^a Vara Criminal e em 17 de janeiro do mesmo ano foi recebido pelo escrivão que então remeteu ao juiz, porém, volta à 2^a Delegacia de Polícia de Campinas para ser anexado à ficha criminal do réu. Em 11 de fevereiro é anexada a ficha criminal e remetida ao juiz, sendo recebida no dia posterior e concluído o caso em 15 de fevereiro do mesmo ano.

Além dos casos de atropelamento de ciclistas, os arquivos mostram que os pedestres também sofreram com as transformações do trânsito e o incentivo ao automóvel com a construção de Goiânia. Talvez pela pouca familiaridade com os automóveis e pelo desconhecimento de sua velocidade, como também, por imprudência dos motoristas.

⁴³⁵ A antiga cidade de Campinas, agora bairro de Goiânia, aparecia como uma cidade à parte da nova capital goiana, com um rico e movimentado comércio, mas, isso cabe ressaltar, que nos depoimentos das vítimas e dos réus, como também nas forças policiais, o bairro ainda tinha os contornos de cidade.

⁴³⁶ AFG. W. Cx. 62, nº 422, 1954. p. 1-2.

⁴³⁷ Ibidem, p. 20.

Um outro caso de atropelamento relevante a tal argumentação ocorreu em 10 de novembro de 1948, quando José de Assis Drumont – brasileiro, casado, alfabetizado, advogado – em sua motocicleta atropelou o menor José Luiz da Silva – brasileiro, solteiro, quinze anos de idade, naturalidade desconhecida, residente na rua 65, nº 9 – no cruzamento da Av. Anhanguera com a Av. Goiás (um dos pontos mais movimentados da jovem capital goiana). O réu, ao descer a Av. Goiás em alta velocidade, não conseguiu reduzir a velocidade no cruzamento com a Av. Anhanguera e acabou atingindo o menor que, no momento do choque, estava com um carrinho de mão carregando as compras de Dona Dorinha desde o Mercado Municipal. Com o impacto do choque, o menor foi arremessado por dois metros e, logo após o tombo, perdeu a fala e ficou com várias escoriações pelo corpo. O auto conclui que “o denunciado procurou socorrê-lo, mas foi dispensado pela vítima, sob a alegação de que ia para a escola e não podia ficar no hospital, para onde pretendia o indiciado transportá-lo, providenciando, para tanto, a chamada de um carro de praça”.⁴³⁸ Apesar de ter sido bastante impactante o atropelamento de José Luiz, a vítima não sofreu fraturas, mas várias escoriações pelos braços e costas.

Paulo Gomide Leite – brasileiro, casado, vinte e sete anos de idade, comerciante, alfabetizado, natural de Penedo-AL e residente na rua dos comerciários, nº32, Centro – disse que presenciou o exato momento do acidente ao sair de seu quarto alugado que ficava na Av. Anhanguera, afirmando que José Drumont nem chegou a fazer a curva no cruzamento quando se chocou com o menor, negou que o réu estava devagar, mas confirmou a versão da suposta fuga do guarda civil. José Álvares – brasileiro, com vinte e seis anos de idade, solteiro, alfabetizado, comerciante, natural de Pirapora-MG e residente na Av. Anhanguera, nº 67 – afirma que o menor não estava concentrado e “o menino que ia brincando com o seu carrinho de mão, e talvez assustando com o barulho da motocicleta pulou para a contramão de direção, tendo ficado na frente da moto, e [...] não tendo tempo de desviar, esparrou no menino”⁴³⁹.

No relatório final do inquérito policial, o delegado concluiu que não houve imprudência, mas sim incompetência do réu ao dirigir sua motocicleta. O réu também não foi culpado pelo acidente, pois a versão de que o menor estava brincando com o carro de mão, como também a sua imaturidade frente a uma situação de perigo, foi evidenciado. O inquérito não se tornou processo, pois a vítima acabou por desistir da queixa. Assim, o inquérito foi arquivado em 18 de junho de 1952.

⁴³⁸ AFG. J. Cx.36, nº 131, 1948. p. 1.

⁴³⁹ Ibidem, p. 17.

A imprudência dos motoristas poderia gerar, inclusive, alguns conflitos no trânsito. Em finais de agosto de 1948, o motorista Antônio Batista de Oliveira – brasileiro, casado, vinte e cinco anos de idade, alfabetizado, motorista, natural de Campinas e residente no Bairro Botafogo, nº 1271 – ao fazer a curva da Av. Anhanguera com a rua 6, no centro da cidade, nas proximidades do “Líder Bar”, esbarrou em José Hermínio Curado que subia, acompanhado de seu primo, a rua naquele momento. José Hermínio, indignado por ser quase atropelado, resolveu ir até o carro de Antônio Batista em busca de explicações. Com os ânimos exaltados, os dois réus sacaram suas armas e iniciaram um tiroteio que feriu a ambos⁴⁴⁰.

Apesar de minoria, contando com apenas dois processos até o recorte estipulado de 1955, a documentação também registrou acidentes resultantes de colisão de veículos. É interessante notar que o processo de normatização do trânsito frente a uma nova dinâmica de relações capitalistas (o advento do automóvel) teve um impacto maior para os ciclistas e os transeuntes do que para veículos motorizados.

Além da colisão da jardineira e do automóvel mencionada no início do capítulo, em 16 de fevereiro de 1950 foi aberto um inquérito de investigação na 2^a Delegacia Auxiliar de Polícia em Goiânia, sediada no bairro (e antiga cidade) Campinas, sobre uma colisão de veículos no cruzamento entre as ruas 9 e 3 no centro da cidade. O carro estava sendo conduzido pelo réu João Clarimundo Lara – brasileiro, quarenta e um anos de idade, casado, alfabetizado, motorista, natural de Estrela do Sul-MG e residente na rua 68, nº 23, Bairro Popular – que afirmava estar dirigindo em velocidade moderada e, na verdade, era Pedro Minadakis – com trinta e nove anos de idade, casado, alfabetizado, industrial, natural da Grécia e residente na rua 74, nº 32, Bairro Popular – quem estava em alta velocidade e foi imprudente, pois, além de estar acima da velocidade permitida, não utilizava o limpador no para-brisas em um momento de forte chuva.⁴⁴¹

Para justificar sua inocência e se eximir de quaisquer culpas, João Clarimundo justificava ter destreza e profissionalismo ao conduzir o veículo e que, por sua vez, não foi imprudente no momento da colisão, ressaltando que era “motorista há doze anos, tendo já trabalhando em diversos estados, nunca aconteceu consigo nenhuma colisão, pois trabalha com muita precaução, para nada lhe acontecer qualquer desastre”⁴⁴² e, justificando o acidente, dizia que “foi pego de surpresa, pois que se teria visto metros antes, notadamente

⁴⁴⁰ AFG. J. Cx. 29, nº 178, 1948.

⁴⁴¹ AFG. P. Cx. 53, nº 243, 1950. p. 4.

⁴⁴² Ibidem, p. 5.

brecaria o seu veículo”⁴⁴³ e, analisando o acidente, o réu queria “esclarecer [...] que o seu carro, quando trombado, voltou para a frente para trás, isto é, em direção oposta à que vinha; que dessa maneira seria possível calcular a velocidade do motorista quando colidiu com o declarante”.⁴⁴⁴

Edemar Silva – brasileiro, vinte e sete anos de idade, casado, alfabetizado, tintureiro, natural de Barretos-SP e residente na rua 70, nº 78, Bairro Popular – presenciou o momento da colisão pelo alpendre da casa de seu amigo, que ficava exatamente no cruzamento do acidente. A testemunha discorda que o réu, ou a vítima estavam em alta velocidade, mas afirma que o acidente ocorreu pois “nenhum dos motoristas usou os freios dos veículos”⁴⁴⁵.

Depois do recolhimento dos depoimentos e, ao se descobrir que o carro não pertencia ao réu, o proprietário do veículo foi chamado, Aristoclides Teixeira – brasileiro, trinta e quatro anos de idade, casado, alfabetizado, médico e industrial, natural de Araxá-MG e residente na rua 20, nº 18, Centro – para dar maiores explicações ao delegado. Aristoclides disse ao delegado que havia, de fato, emprestado o carro para o réu, porém muito antes do acidente, por volta das 13:30 para que “fosse apanhar a sua marmita”⁴⁴⁶ e que somente mais tarde, pela noite, descobriu sobre o acidente. Ambos veículos foram apreendidos logo após o acidente para fins de perícia que, detalhadamente, fez um desenho sobre a colisão. No mesmo dia da autuação, em 16 de fevereiro de 1950, o carro foi entregue para os seus respectivos donos e, no relatório do inquérito, o delegado concluía que a culpa foi de fato de Pedro Minadakis, encaminhando para o juiz em 26 de fevereiro do mesmo ano. O juiz concluía, em 2 de março de 1950, que a colisão não se tratava de infração penal e, por isso, acabou por determinar o arquivamento dos autos e dos procedimentos judiciais contra os envolvidos. O processo é concluído em 14 de janeiro de 1955 e arquivado em 2 de fevereiro de 1967.

Ao longo deste subcapítulo se discutiu como a intenção de construir uma nova capital voltada para os preceitos de uma cidade moderna passou pelo estímulo de um espaço urbano voltado para o automóvel. A partir das informações obtidas pela documentação, pôde-se observar que a constituição de uma nova cultura de trânsito voltada para o automóvel teve um forte impacto na população de transeuntes. Nesse processo, entre a construção de uma nova dinâmica de trânsito em uma cidade recém-construída e as fatalidades dos acidentes, as

⁴⁴³ AFG. P. Cx.53, nº 243, 1950. p. 4.

⁴⁴⁴ Ibidem, p. 4

⁴⁴⁵ Ibidem, p. 6.

⁴⁴⁶ Ibidem, p. 8.

forças policiais locais atuavam como um mecanismo para disciplinar as relações urbanas no trânsito.

Este capítulo buscou dar uma resposta, mesmo que provisória, a um denso material – em número e em informações – encontrado na documentação do judiciário. Os diversos casos de furto, apropriação indébita, atropelamento e outros podem revelar como os atores sociais, nas primeiras décadas de Goiânia viviam, em seu cotidiano, a cidade. Uma “modernidade alternativa” se desenhava, tendo em vista que os usos cotidianos dos atores sociais estavam, particularmente, distantes dos discursos oficiais. As fontes elencam uma série de formas pelas quais a cidade era vivida e assim, uma parte da pergunta de como o cotidiano era vivido e tencionava as mudanças estruturais da construção de uma nova capital para Goiás pôde ser aqui respondida.

Um dos aspectos de uma cidade moderna para os seus idealizadores seria uma resposta a um antigo problema do estado: os acessos à nova capital e o desenvolvimento dos meios de transporte. Mesmo relativizando as dificuldades relatadas pelas pessoas que migraram para a cidade em finais de 1930 nas entrevistas coligidas, a construção de Goiânia ampliou a facilidade do acesso de Goiás a outras regiões do Brasil, vide a onda migratória gerada pelas obras da cidade. Nesse sentido, essa modernidade alternativa passou a se delinear, pois, ao mesmo tempo em que os desenvolvimentos de novos modais de transporte requeridos por uma cidade moderna eram gradativamente arquitetados, o fluxo de migrantes aumentava. Por outro lado, esses novos acessos à cidade permitiram que os “larápios” (ladrões) pudessem agir e ter maior facilidade para evadirem da cidade. Os crimes de furto, produtos da modernidade alternativa da construção de Goiânia, produziram uma rica gama de informações nos autos do judiciário, pois, além de revelar a vida material dos armazéns e das feiras, demonstraram, sobretudo, como era tecida a rede comercial de venda dos produtos furtados, as formas de transporte, as estratégias de fuga e as hospedagens que possibilitavam esconder as mercadorias.

A documentação também sinalizou outras formas de acesso à cidade, sobretudo as formas de mobilidade urbana. As informações coletadas possibilitaram concluir que os atores sociais, no recorte temporal estabelecido, viviam entre duas cidades, Campinas e Goiânia. Em Campinas se concentrava a maioria da vida comercial e social e, em Goiânia, os canteiros

de obra dos operários e as instituições públicas. O acesso de Campinas a Goiânia era difícil, pois era distante e não havia vias de acesso pavimentadas, além da precariedade do transporte oferecido e do preço, tendo em vista a “carestia” (como diziam na época) da vida, o que forçava uma parte considerável dos trabalhadores a fazer o percurso a pé, a se submeter às jardineiras ou, ainda, a se aventurar na Tareca.

Em razão das limitações do transporte via Tareca ou jardineiras, a população, para fazer uso da cidade, contava com pontos de carros – nos processos de atropelamentos, tais motoristas se apresentaram para levar as vítimas aos hospitais –, mas sobretudo, os meios mais acessíveis, como os carroceiros – que marcavam ponto próximo às feiras e praças, conforme foi identificado nas fontes, na Praça Matriz de Campinas – e ainda as bicicletas. Essas últimas tinham um enorme valor para os seus sujeitos, informação que se justifica pela presença em vários processos criminais e nas entrevistas analisadas. As bicicletas, conforme foi analisado, foram a maneira encontrada pelos sujeitos históricos, entre duas cidades estratificadas, para acessar uma ou outra “cidade” e ter relativa autonomia na mobilidade urbana. Com a bicicleta poderiam ter acesso ao trabalho, aos serviços urbanos e às opções de lazer que a cidade oferecia e driblar os gastos com o transporte coletivo.

Os usos cotidianos da cidade, pela documentação, se desenrolaram através dos seus acessos, como a mobilidade urbana a qual os habitantes tinham naquelas primeiras décadas de formação. Viver na cidade, planejada como moderna, era também estar sujeito aos acidentes de trânsito. Vários elementos podem corroborar a incidência de acidentes de trânsito nos autos do processo. Uma capital moderna estaria aliada, nesse momento, a um planejamento e estímulo de um espaço urbano voltado para ao uso do automóvel que, nas primeiras décadas do século XX, estava intrinsecamente ligado ao padrão de desenvolvimento econômico da segunda onda da Revolução Industrial. Nesse sentido, Goiânia idealizada como uma etapa de expansão das relações econômicas capitalistas, via Marcha para o Oeste e subsidiada ao ideário do Estado Novo, perpassaria a construção de uma nova cultura de trânsito voltada para a adequação ao automóvel.

Apesar de constituir uma parte significativa da documentação coligida do judiciário, os usos cotidianos da cidade não configuram o único tema evidente, pois, conforme será analisado no próximo capítulo, um outro elemento do cotidiano também foi possível ser recortado das fontes (processos criminais, documentos públicos e entrevistas): os acessos às moradias e o cotidiano dentro dos domicílios. Tais aspectos serão discutidos e narrados a seguir.

CAPÍTULO 3

QUESTÕES DE MORADIA: HABITAÇÕES E O COTIDIANO NOS DOMICÍLIOS NA NOVA CAPITAL GOIANA

No capítulo anterior, buscou-se dar sentido à documentação coletada nos arquivos do judiciário: os casos de furto em comércios, em transportes coletivos, de bicicletas, bem como acidentes de trânsito. Ao destrinchar tais fontes, uma modernidade alternativa se delineou entre os discursos oficiais e os usos cotidianos da cidade: os acessos à cidade, como o desenvolvimento dos meios de transporte (ferrovia e estradas de rodagem), mesmo que limitados e precários, possibilitaram um maior fluxo de migrantes atraídos pelas obras da nova capital, como também facilitou o acesso à mesma pelos larápios (ladrões). Os autos mostravam o que era vendido nas casas comerciais, as redes de contatos para a venda das mercadorias furtadas e as formas possíveis para deixar a cidade. Evidenciou-se a mobilidade urbana entre Campinas e Goiânia e como os atores sociais lidavam com um transporte coletivo precário e, posteriormente, com o impacto do advento do automóvel.

Assim, após discutir o cotidiano das relações de trabalho nas obras iniciais da cidade, os usos cotidianos da cidade no acesso aos serviços, comércio e transporte, um outro aspecto intrigante se faz presente na documentação: o acesso à moradia e o cotidiano nos domicílios nas primeiras décadas de formação da nova capital goiana. A fim de evidenciar o desenho deste capítulo, quatro documentos foram selecionados para apontar algumas tendências presentes no cotidiano “porta afora” – as políticas de moradia e o acesso pelos habitantes e trabalhadores nos anos iniciais da cidade – e “porta adentro” – a vida dentro das moradias, relações de trabalho doméstico, brigas entre vizinhos e furto de moradias.

O primeiro documento mostra uma ordem de despejo alguns anos antes do batismo cultural da cidade, o que pode ilustrar um elemento da dinâmica do cotidiano porta afora: o acesso às moradias. Um ofício da Secretaria Geral do Estado de Goiás, datado de 9 de junho de 1938 e destinado ao Superintendente Geral das Obras de Goiânia, dizia:

Determino-vos, de ordem do Exmo. Sr. Dr. Interventor Federal, seja feita a entrega da chave do prédio sito à rua 77, quadra 143, lote nº 17, Bairro Popular, desta Capital, ao seu proprietário Natal Dias da Silva, dentro no prazo de 48 horas.

Terminado esse prazo, sem que sejam tomadas as providências determinadas, será feito o despejo judicial do morador ou moradores, por parte do Estado.⁴⁴⁷

O segundo documento elucida uma tendência do cotidiano porta adentro presente nos processos criminais: a vida das empregadas domésticas. Em 30 de janeiro de 1948, Jorge Chediak – brasileiro, dezessete anos de idade, solteiro, alfabetizado, mecânico, natural de São Paulo e residente em Campinas – atendia ao chamado de Augusta de Melo – brasileira, vinte anos de idade, solteira, alfabetizada, doméstica, natural de Anápolis e residente na rua 74, nº 23, Bairro Popular – para que comparecesse em sua casa, mesmo sem ela estar na residência, para que averiguasse a presença de um estranho. Ao chegar na casa de Augusta, entrou pela cozinha onde se encontravam Lourdes da Silva – brasileira, dezenove anos de idade, amasiada, alfabetizada, doméstica, natural de Planaltina-GO e residente na Vila Militar – e seu amasio Moisés Abdon Ramos – brasileiro, vinte e dois anos de idade, amasiado, alfabetizado, funcionário público estadual, natural de Mataúna-GO e residente em Goiânia – e também Maria Genetiza – brasileira, quinze anos de idade, solteira, alfabetizada, doméstica, natural de Ipameri-GO e residente na rua 74, Bairro Popular – que, sendo empregada da casa, no momento estava cortando batatinhas em mais um dia comum de trabalho. Jorge passa a conversar com as pessoas presentes na cozinha e, para se exibir, “brinca” com a sua arma e, quando ao tirá-la da cinta, accidentalmente dispara e atinge o abdômen de Maria Genetiza. O projétil, por sua vez, feriu o intestino da doméstica, atravessou seu corpo e se alojou na parede do prédio.⁴⁴⁸

No momento do disparo, um guarda civil seguiu o barulho até a dita residência e prendeu o réu em flagrante. Com o réu preso e a vítima hospitalizada, unanimemente todas as testemunhas forneceram a mesma versão do ocorrido: a de que o disparo foi imprudente e por falta de perícia no manuseio da arma, porém accidental. Ainda assim, o réu foi processado por tentativa de homicídio doloso, mas foi colocado em liberdade poucos dias depois de sua prisão. O último e crucial depoimento foi o da vítima, Maria Genetiza que, ao corroborar que o tiro foi accidental, acabou por endossar essa explicação, inclusive, para o delegado. Em 4 de fevereiro de 1948 o inquérito policial é encaminhado para o juiz e, em 12 de fevereiro do mesmo ano, o processo é arquivado.

Porém, quem era Maria Genetiza? O réu, em uma das partes de seu depoimento, dizia que, ao chegar na casa de Augusta, a vítima, que estava cortando as batatas, pedia para que

⁴⁴⁷ AHG. Documentação avulsa, cx. 953.

⁴⁴⁸ AFG. J. Cx. 39, nº 180, 1948.

ele desse tapas em suas nádegas e que exibisse o revólver, o que, provavelmente, seria uma demonstração de virilidade. Entre os outros depoimentos filtrados pela transcrição do escrivão, alguns elementos apontam para o cotidiano da residência nesse casual acidente com arma de fogo. Em seu depoimento, Augusta, que era proprietária da casa, demonstrou como era a relação entre patrão e empregadas domésticas: “cerca de dois meses atrás apareceu procurando emprego uma mocinha”⁴⁴⁹ e discorria “sendo ela uma menina quieta, de bons costumes não sendo rueira e que dado o seu gênio passara, a depoente e Maria, a ser boas amigas”.⁴⁵⁰

O terceiro documento, também dentro das relações do cotidiano porta adentro, colabora para o entendimento de uma outra relação presente nas fontes: as brigas entre vizinhos. Em fevereiro de 1950, Antônio Torres – brasileiro, trinta e dois anos de idade, solteiro, alfabetizado, pintor, natural de Araxá-MG e residente na rua 75, nº 18 –, Cândido Pereira Santos – brasileiro, quarenta e três anos de idade, solteiro, alfabetizado, pedreiro, natural da Bahia e residente na rua 75, nº 18 – e Adair dos Santos Freire – brasileiro, dezenove anos de idade, solteiro, estudante, natural de Arraial-GO e residente na rua 75, nº 18 – estavam no quarto dos dois primeiros em um barracão situado no Bairro Popular. No calor das bebidas (os autos mostram que eles consumiam pinga), tiveram algumas discussões e, em um dado momento, Adair, sem quaisquer motivos, apanhou uma faca e tentou agredir Antônio, mas acabou sendo desarmado e agredido pelos réus que “atiraram-lhe no chão e se puseram sobre ele a lhes dar socos e pontapés até que a vítima, em gritos de socorro, foi acudida pelos vizinhos que separaram a briga”⁴⁵¹.

Juvenilda Cardoso – brasileira, vinte anos de idade, solteira, alfabetizada, profissão não declarada, natural do Piauí e residente na rua 75, nº 18 – foi a vizinha que chamou a polícia que prendeu os réus em flagrante. Pelo endereço, nota-se que a testemunha vivia no barracão aos fundos do local do crime. Juvenilda declarava que, no momento da agressão, “ouviu vozes alteradas num quarto contíguo [...] e onde residem os indiciados; que saindo para ver o que se passava, constatou que a vítima e os acusados dali saíram, que pode ver que Antônio empunhava uma faca”⁴⁵² e continua “que foi tomada por Maria Alves; que depois de terem aqueles homens dali se retirado às pressas, os acusados fecharam a porta do

⁴⁴⁹ AFG. J. Cx. 39, nº 180, 1948, p. 19.

⁴⁵⁰ Ibidem, p. 19.

⁴⁵¹ AFG. A. Cx. 11, nº 106, 1950. p. 2.

⁴⁵² Ibidem, p. 5.

quarto”⁴⁵³, logo depois “volta Adair e bateu na porta do quarto dos acusados, [...] passado a discutir com os mesmos; [...] momentos depois escutou Adair pedindo por socorro que estavam lhe matando”⁴⁵⁴.

Cândido, em seu depoimento, argumentou que o motivo da briga foi fútil, pois se iniciou quando o réu se recusou a emprestar Cr\$ 15,00 para a vítima pegar de volta o seu canivete que tinha penhorado no Bar Paulista por, na ocasião, não ter tido dinheiro para pagar uma conta de bebidas. Justificava legítima defesa na agressão, pois tentou salvar “Antôniozinho”, seu companheiro de quarto, de levar uma facada de Adair. A vítima dizia que, no dia da agressão, estava indo para o seu quarto quando Antônio o convidou para tomar um “aperitivo”, mas que negou repetida vezes e, que por muita insistência, foi ao quarto dos réus e que o verdadeiro motivo da briga foi a tentativa de se desvincilar de seus agressores que o prendiam e o obrigavam a beber.

Em 24 de janeiro de 1950, os réus foram colocados em liberdade provisória mediante o pagamento de Cr\$ 200,00 de fiança. No relatório do inquérito do delegado, em 7 de fevereiro do mesmo ano, ele dizia que era falso o depoimento da vítima, pois, conforme foi constatado pelo relato de suas vizinhas, Adair se encontrava adulterado momentos antes da agressão e concluía, ao encaminhar para o juiz, que “não passou de uma grande cachaçada”⁴⁵⁵, tendo em vista que todas as testemunhas relataram o passado de bebedeiras da vítima pelas proximidades dos barracões em que viviam. Após esse encaminhamento, o juiz colhe novamente os depoimentos das testemunhas e, sem demais informações, o processo é concluído em 18 de fevereiro de 1952.

Por fim, o quarto documento remete aos casos mais comuns na documentação acerca das habitações em Goiânia: o furto de residências. No dia 5 de fevereiro de 1947, em plena luz do dia, às 13:30, Oscar João de Oliveira – brasileiro, vinte anos de idade, solteiro, sabendo assinar o nome, natural de Ipameri-GO e sem residência fixa – adentrou a casa de Natalina Moreira – brasileira, trinta e um anos de idade, casada, alfabetizada, doméstica, natural e residente em Campinas – e furtou diversas joias, roupas de cama e utensílios de cozinha e, graças a depoimentos de vizinhos e comerciantes, foi encontrado o réu no armazém de Ovídio Augusto de Sousa – brasileiro, quarenta anos de idade, casado, alfabetizado, comerciante, natural da cidade de Goiás e residente em Campinas – quando tentava vender algumas das joias. Ao ser capturado pela polícia, o réu revelou o esconderijo dos outros objetos roubados

⁴⁵³ AFG. A. Cx. 11, nº 106, 1950. p. 2.

⁴⁵⁴ AFG. A. Cx. 11, nº 106, 1950. p. 2.

⁴⁵⁵ Ibidem, p. 26.

e foi preso. Em 26 de fevereiro de 1947, o delegado encaminhou o inquérito, juntamente com o seu relatório, para o judiciário. Relatou o furto e também que o réu já era conhecido das forças policiais, apesar de não constarem antecedentes criminais. Em 28 de fevereiro de 1947, o processo chegou até o escrivão, no dia 7 de março o promotor deu o seu “visto” e, em 28 de fevereiro de 1952, o processo foi concluído, sendo arquivado em 10 de fevereiro de 1967.⁴⁵⁶

A partir da descrição e análise da documentação supracitada, quais relações podem se traçadas entre elas? Como, a partir de uma ordem de despejo, pode-se inferir algo acerca do acesso à moradia pelos trabalhadores do canteiro de obras da cidade? No que tange ao cotidiano porta dentro, como é possível que, partindo de casos que envolvem empregadas domésticas, brigas entre vizinhos e furto de residências, fazer um desenho social dos aspectos do cotidiano dos domicílios nas primeiras décadas da capital goiana?

Para responder aos problemas explicitados, foram usados documentos da “Secretaria Geral das Obras de Goiânia”, coletados nas caixas de “documentação avulsa” e nos “documentos da cidade de Goiânia” coletados no AHG – Arquivo Histórico de Goiás. A documentação que possibilitou fazer observações acerca do cotidiano porta dentro foram coletadas no AFG – Arquivo do Fórum de Goiás. Especificamente, sobre os arquivos do judiciário, foram coligidos vinte e oito processos/inquéritos acerca das questões que envolvem moradias e, de tais documentos, sete foram de relações entre patrões e empregadas domésticas, cinco referentes a brigas entre vizinhos e dezesseis sobre furtos de moradias.

3.1 - O cotidiano “porta afora”: o acesso à habitação dos primeiros moradores da cidade

No primeiro capítulo desta tese, foram abordados diversos aspectos do cotidiano do trabalho e dos trabalhadores nas obras de Goiânia, porém, um aspecto de suma importância, que cabe ser analisado – por estar presente tanto no depoimento dos trabalhadores, quanto nas fontes oficiais do estado – é a forma de moradia nos canteiros de obra e o acesso à habitação que esses trabalhadores tiveram no momento de construção da cidade.

Como se sabe, a partir da análise dos relatos técnicos e da historiografia, a construção de uma nova capital para Goiás sobre carregou as finanças do estado, o que exigiu um

⁴⁵⁶ AFG. O. Cx. 50, nº 138, 1947.

aumento nos impostos e na concessão de empréstimo da esfera federal. Armando Godói, em seu relatório técnico para a construção de Goiânia, buscou encontrar uma solução para os entraves da edificação da nova capital aos moldes de uma cidade moderna: apresentou o problema de financiamento das obras, o que poderia ser contornado com verbas federais ou com a política de valorização de uma determinada zona: “basta a venda de lotes para que o Estado alcance todos os recursos necessários para a execução das obras principais e dos edifícios públicos”⁴⁵⁷.

O problema dos edifícios públicos seria solucionado com a adoção de uma arquitetura simples e funcional, em suas palavras: “não precisa ser constituído por materiais caros para se impor à administração geral, sob o ponto de vista estético”⁴⁵⁸, pois “a beleza de uma construção está na relação das suas diferentes partes e na distribuição de seus volumes”⁴⁵⁹. Sobre a solução de transportes, ter-se-ia de superar os problemas das estradas de rodagem, em vez das “dispendiosas” ferrovias que resultavam na reforma e ampliação de sua malha. Isso a partir de um estímulo para o barateamento do combustível e para a popularização do “veículo carburante”. Tais estradas de rodagem deveriam estar presentes em um plano rodoviário que ligasse a nova capital aos grandes centros urbanos para a valorização dos terrenos e estimular o surgimento de indústrias.

Para a valorização do espaço urbano, foi usada a desapropriação de lotes nos arredores da cidade, o que visava uma futura expansão. Em busca dessa viabilização da valorização do espaço urbano, seria necessária a construção de uma estação de produção de energia elétrica, para aproveitar o potencial hídrico da região e para fornecer energia a baixo preço a fim de atrair as indústrias. Por fim, no que se remete à política de valorização de lotes, o engenheiro propunha o uso de propagandas voltadas para possíveis novos moradores.

Consta que, para estimular a formação de um núcleo urbano na nova capital, foram construídas cem casas para moradia dos servidores públicos. Além disso, foi concedido um aumento de 10% a 20% para todos funcionários de órgãos administrativos que se transferissem de imediato para Goiânia. Aos funcionários efetivos do alto escalão foram cedidos lotes e facilidades no pagamento das parcelas da construção das casas. Outro

⁴⁵⁷ GODÓI, Armando Augusto de. *Relatório sobre a conveniência da mudança da capital...* op. cit., p. 16-17.

⁴⁵⁸ Ibidem, p. 17.

⁴⁵⁹ Ibidem, p. 17.

estímulo foi a isenção de impostos municipais e estaduais por dois anos a todos que instalassem fábricas, oficinas, serrarias e olarias em um raio de 25 km de Goiânia.⁴⁶⁰

Para ser concretizada, principalmente no campo político, Goiânia necessitava de um pleno funcionamento de suas instituições e para isso foi crucial a atração dos funcionários públicos com a promessa de imóveis baratos e financiados pelo governo do estado. Para estimular a migração de trabalhadores: “a prefeitura da nova cidade construirá, em zona para esse fim demarcada, prédios em condições higiênicas e de aluguel barato para os operários”⁴⁶¹. Incentivo maior seria para a transferência do corpo administrativo, sobretudo os funcionários públicos:

Aos proprietários de imóveis, entretanto, nenhuma indenização se fará, a pretêsto de mudança da sede do governo, mas aos funcionários públicos, com domicílio necessário na capital do estado, será concedido um lote com a área prescrita no regulamento geral que se baixará sobre o assunto. [...] O governo fará construir tantos prédios quantos requeiram os funcionários públicos que tenham domicílio na capital do estado, facilitando-se-lhes o pagamento em prestações, que poderão ser deduzidas de seus vencimentos, se assim o desejarem.⁴⁶²

Segundo o documento, o estado estaria encarregado de arcar com as despesas da construção da nova capital e, para realizar isso, foi aberta uma linha de créditos e outorgada a si a tarefa de criar o zoneamento urbano, visando a valorização de lotes e zonas rurais, industriais e urbanas, bem como a construção de prédios públicos administrativos e dos serviços prestados à população (escolas, hospitais, mercados, praças e jardins públicos). Tais informações corroboram para entender que, para arcar com as despesas da construção de uma nova capital, o estado de Goiás teve como uma de suas estratégias a política de valorização de lotes que, em suma, demonstra uma prática de especulação do espaço urbano em formação.

No momento da escolha do local no qual viria a ser construída Goiânia, já foram iniciados os processos de doações, compras ou permutas de antigas fazendas, localizadas entre os córregos “Capim-Puba” (zona oeste que fazia divisa com Campinas e na época era comarca de Bela Vista e depois acabou se tornando um bairro da nova capital) e “Bota-Fogo”

⁴⁶⁰ MENEZES, Eleuzenira Maria de. *Migrações para Goiânia...* op. cit. p. 60.

⁴⁶¹ GODÓI, Armando Augusto de. *Relatório sobre a conveniência da mudança da capital...* op. cit. p. 33.

⁴⁶² Ibidem, p. 32.

(zona leste que viria a ser, nas décadas seguintes, um dos primeiros bairros de moradia popular ocupados por trabalhadores na cidade).

As doações, permutas e vendas de terras envolviam trocas de interesses com o governo do estado, como foi o caso da família de Urias Magalhães que, além de vender terras, ganhou a concessão de explorar por dez anos a indústria de telhas e tijolos na região dos córregos “Capim-Puba” e “Bota-Fogo”:

O Estado comprou parte das terras necessárias à efetivação da nova Capital. Em 10 de abril de 1934, o Estado comprou de Andrelino de Moraes cerca de mil quinhentos e oito hectares e setenta ares de terras de cultura, por oitenta contos de réis. Comprou também 159 alqueires de oitenta litros de Otávio Tavares de Moraes e Maria Alves de Melo, que possuíam terras em conjunto com Urias Alves de Magalhães, Cândida Tavares de Moraes e Maria Alves de Magalhães. O preço da referida transação foi de trinta e cinco de réis. Os vendedores reservavam para si o direito de explorar por 10 anos a indústria de telhas e tijolos na região do “Campim Puba” e “Bota-Fogo”⁴⁶³.

O Governo Federal emprestaria parte do dinheiro para a construção de Goiânia, porém, em troca, o estado teria de construir quatro prédios para abrigar os Correios e Telégrafos, Delegacia Fiscal, Tribunal Eleitoral, Inspetoria Agrícola, Inspetoria Regional do Trabalho e Juízo Federal (local onde Manoel Pascoal se acidentou). O empréstimo vinha com uma cláusula que tais edifícios tinham de ser construídos no prazo de um ano e não deveriam custar menos de 300 contos de réis cada um. O Banco do Brasil concedeu um empréstimo de 3.000 contos de réis para a construção da nova capital, porém não foi o bastante. Como forma de auxílio para cobrir os altos custos da construção de Goiânia, foi criado o “Departamento de Propaganda e Venda de Terrenos” que, mais tarde, em 1935, passou a chamar “Departamento de Propaganda e Expansão Econômica do Estado”, como forma de propagar e estimular a venda de terrenos, criando tabelas de preços, controlando e estipulando as zonas de valorização e especulação. Conforme elucida Chaul:

[...] Ainda em relação à venda de lotes, temos que, durante os anos de 1934 e 1935, ela rendeu aos cofres públicos 797 contos. Por outro lado, a ajuda externa se fazia presente, levando o governo a solicitar, em fins de 1935, um empréstimo de 12.000 contos para dar sequência às obras da nova Capital. Isto, sem contar a já citada concessão de 5.663 contos em apólices do Governo Federal, em 1936, reforçando o interesse da esfera federal para com a construção da nova Capital⁴⁶⁴.

⁴⁶³ CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: CEGRAF UFG, 1988, p. 96.

⁴⁶⁴ Ibidem, p. 99.

E ainda sobre a política de valorização dos lotes:

Coimbra Bueno ficaria com a responsabilidade contratual de terminar as obras iniciadas por P. Antunes e Cia. Para tal receberia do Estado 7% em moeda corrente e sobre as despesas totais das obras conclusas, além de 5% em terrenos na Nova Capital. Tal pagamento, segundo o contrato, seria feito trimestralmente. A firma Coimbra Bueno e Pena Chaves só receberia os lotes após entrega das obras, mas poderia, contratualmente, reservar para si os lotes que lhe conviesse, obrigando-se a obtê-los do Estado, caso os reservasse⁴⁶⁵.

O Sr. Hilarino – funcionário da Superintendência de Obras de Goiânia que, nos anos de 1940, se transformou em Superintendência Geral de Produção e Trânsito – confirmou tais informações e relatou de memória que, em meados dos anos de 1980, “o funcionamento da Superintendência era dirigido pela firma Coimbra Bueno e Companhia Ltda. Essa firma teve contrato com o estado”⁴⁶⁶ e “se não me falha a memória, eles recebiam em lotes em Goiânia 12% o valor de cada obra construída e, quando o pagamento era dinheiro, a sua comissão era apenas 7%”⁴⁶⁷.

Tendo em vista que Goiânia, em sua planificação, já tinha como estratégia para o ônus de sua construção uma política de valorização de lotes, como se dava o acesso às moradias? A partir dos depoimentos de trabalhadores é notado que o acesso aos lotes para a construção de moradias e o acesso aos serviços de saúde era mais fácil conforme a sua proximidade com os gestores políticos o que, de certa forma, demonstra uma prática clientelista entre Estado e população. Adolfo Boari menciona, em entrevista dada em 1985, que Gercina Borges – esposa do interventor Pedro Ludovico – percorria os bairros pobres, dentre eles Vila Nova, o Bairro dos Funcionários e o Bota-fôgo, visitando as pessoas que precisavam de assistência médica e também que uma multidão se aglomerava, diariamente, na frente de sua residência pedindo ajuda. Adolfo menciona que somente teve acesso a um médico quando ela o deu um cartão indicando atendimento na Santa Casa: “[...] ela deu lote lá na Vila Nova... loteou tudo e deu... tinha casinha lá só de três paus, como um tripé, coberto com saco de cimento vazio e ficava ali tomando conta do lote que ganhou” e, em pesar, denuncia o “descaso” do povo com a “doadora” dizendo que depois “venderam tudo por dois mil cruzeiros, três mil cruzeiros; vendiam o lote e iam embora”.⁴⁶⁸

⁴⁶⁵ CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital...* op. cit., p. 122.

⁴⁶⁶ Entrevista de Hilarino Veloso da Silveira. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 109.

⁴⁶⁷ Ibid., p. 110.

⁴⁶⁸ Entrevista de Adolfo Boari. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 20.

Os “amigos” de Pedro Ludovico, como menciona Boari, lucravam com desvios de cimento e outros materiais de construção das obras públicas para suas construções privadas, bem como com as obras superfaturadas de esgoto lucradas pelo Superintendente Abelardo Coimbra Bueno.⁴⁶⁹

Dona Cerise também corrobora para a versão de que as pessoas mais próximas ao “Dr.” Coimbra Bueno conseguiam ter acesso a lotes e casas em melhores condições. O marido dela, Raul Carramashi, era funcionário da Superintendência e, apesar de não ser um engenheiro ou agrônomo, que eram os que recebiam os maiores salários, acabou morando em repúblicas (moradias coletivas) com tais servidores, o que estreitou sua rede de relações profissionais com o alto *staff* administrativo, inclusive com o diretor da Superintendência. Essa maior proximidade possibilitou que o marido de Cerise tirasse da situação proveitos: “o Dr. Coimbra Bueno, ao fazer a entrega das obras, presenteou os funcionários mais graduados com um lote, à escolha”⁴⁷⁰ e “Raul escolheu um lote perto do Teatro Goiânia”⁴⁷¹.

Dona Cerise conta um pouco como era o acesso às moradias em meados de 1936: “Quando nós chegamos aqui, fomos para Campinas, pois Goiânia não oferecia o mínimo de conforto, não havia casa para morarmos”⁴⁷². Por ainda não terem casa, a maioria dos migrantes iam para Campinas a fim de se hospedar em pensões até encontrar uma morada provisória. “A primeira em que moramos foi uma na rua Pires do Rio, uma casa muito ruim, composta de uma sala dividida com tábuas e uma cozinha grande”⁴⁷³. A esperança da família era encontrar uma casa na Praça Matriz, considerada o centro de Campinas que era, de certa forma, o núcleo da vida social no momento assinalado. Mas, por outro lado, o local, como vimos no capítulo anterior, também aglomerava diversos crimes: “ficamos com medo de morar lá também, pois ali tinha havido o primeiro crime de grandes proporções em Campinas. Uma família foi esfaqueada por um rapaz de 19 anos. Uma família toda: seis filhos, a mulher e etc...”⁴⁷⁴, e continua: “era um medo enorme que a gente sentia; o crime tinha horrorizado a cidade inteira”⁴⁷⁵. Nesse ponto também demonstra o tom personalista (e até vingativo) das

⁴⁶⁹ Entrevista de Adolfo Boari. In: *Memória cultural...* op. cit., p. 22.

⁴⁷⁰ Ibidem, p. 69.

⁴⁷¹ Ibidem, p. 69.

⁴⁷² Entrevista de Cerise Pinto Carramaschi. In: *Memória cultural...* op. cit., p. 66.

⁴⁷³ Ibidem, p. 66.

⁴⁷⁴ Ibidem, p. 67.

⁴⁷⁵ Ibidem, p. 67.

autoridades ao buscarem resolver os problemas de criminalidade da época: “Dona Gercina ficou horrorizada, sei que depois a polícia pegou esse rapaz e o matou em picadinhos”⁴⁷⁶.

De sua infância, em finais dos anos de 1930, Dona Cerise lembra dos redemoinhos que, constantemente acometiam Campinas pois, até então, o bairro não tinha pavimentação asfáltica. Ela dizia que tinham medo das casas desabarem com os “pés de ventos”, pois “as casas em Campinas eram, em sua maioria, de barro (adobe), poucas eram feitas de tijolos”⁴⁷⁷.

Acerca das primeiras construções residenciais de Goiânia, Gerson de Castro Costa relembra as casas da rua 20, no Centro, vistosos sobrados usados pelos funcionários públicos de alto escalão e, ali próximo, na rua 24 estavam algumas casas improvisadas de tábuas que eram habitadas por mestres de obras e operários especializados. Com a chegada de outros funcionários públicos e novos trabalhadores para as obras, novas casas começaram a ser construídas: “na rua 4, na rua 5, na parte baixa da avenida Anhanguera, próximo ao córrego Botafogo, no Centro, e nas ruas 68, 70, 72, 74 além de várias outras, do então chamado Bairro Popular”⁴⁷⁸. Em seu depoimento também demonstra as vantagens concedidas aos funcionários públicos, conforme argumenta: “doava lotes ou vendia a preços simbólicos, dava transporte para material de construção, oferecia, às vezes, até seus próprios operários para ajudarem as edificações”⁴⁷⁹ e ainda apresentava “uma novidade em Goiás – que eram os banheiros com instalação de vasos sanitários”⁴⁸⁰.

Conforme os depoimentos no CECUP demonstraram, da mesma forma que as condições de trabalho e de vida eram adversas, o mesmo também acontecia nas moradias dos trabalhadores. Para além do traçado original da cidade, dos prédios públicos *art déco* e das moradias oficiais nas ruas centrais, estavam as moradias operárias que formariam os primeiros bairros populares, segregadas do projeto original da cidade.

As primeiras moradias populares eram compostas por barracões à beira do córrego Botafogo e geralmente eram destinadas aos trabalhadores de contrato com o estado ou empreiteiras. Às margens desses barracões oficiais estavam os casebres improvisados de pau a pique e de restos de materiais de construção que seriam consideradas, décadas mais tarde,

⁴⁷⁶ Entrevista de Cerise Pinto Carramaschi. In: *Memória cultural...* op. cit., p. 67.

⁴⁷⁷ Ibidem, p. 67.

⁴⁷⁸ Entrevista de Gerson de Castro Costa. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 96.

⁴⁷⁹ Ibidem, p. 96.

⁴⁸⁰ Ibidem, p. 96.

como “invasões”. Nesse processo de ocupação dos espaços urbanos “não oficiais” pelos trabalhadores segregados dos espaços de moradia do centro, dois novos bairros surgem:

O adensamento dessas áreas obriga o Estado à constituição de bairros operários, à margem do plano urbanístico oficial, a exemplo da Vila Nova. Por outro lado, com o desenvolvimento da cidade, parcela dos trabalhadores, possivelmente a que mais se qualificou, consegue se inserir no bairro operário previsto no plano urbanístico, o Bairro Popular. Inserir-se ali, é uma possibilidade, porém garantir a permanência é que a trajetória de vida vai demonstrar como impossível.⁴⁸¹

Depoimentos elucidam duas formas de moradias: as “oficiais” e as “não oficiais”. Acerca das primeiras, os barracões oficiais, Antônio Elias de Deus, carpinteiro e natural de Aparecida de Goiânia, que veio para a cidade nos anos de 1940, relata sobre as habitações operárias construídas pelo governo do estado:

Os trabalhadores moravam em barracões de tábua. Tinha também uma rancharia à toa, danada. O Botafogo custou a melhorar. Ali foi de casebre ruim muitos anos. Ali no começo era só de casa muito ruim. Era ruim.⁴⁸²

No que se refere às moradias “não oficiais”, ou seja, àquelas construídas pelos trabalhadores das correntes migratórias em terrenos ocupados, Antônio Teodoro da Silva, piauiense que veio para Goiânia em 1940, declara:

Era tudo de palha, feito de palha e furquia. De pau a pique e tampado de palha por cima. Era tudo desse jeito. [...] Rapaz, a gente num o que é hoje com o que era naquele tempo. Se acontecesse uma coisa assim, era até uma vergonha porque era uma pobreza total. Era uma pobreza total. Era muito feio. Negócio de cama de vara, era desse tipo, assim de forquilha, aquelas coisas, né.⁴⁸³

Sobre o bairro de Vila Nova, em seus primeiros anos de formação, Antônio Elias lembrava que:

Na Vila Nova apovoou muito mais ligeiro que Goiânia, né? Naquele tempo num era invasão não. O povo ia chegando e arranchando ali. Ali progredia muito mais

⁴⁸¹ WIEDERHECKER, Cycle Louise; CHAVES, Elza Guedes; PEREIRA, Luís Araújo. *Memória social de trabalhadores da construção de Goiânia...* op. cit., p. 15.

⁴⁸² Depoimento de Antônio Elias de Deus. In: WIEDERHECKER, Cycle Louise; CHAVES, Elza Guedes; PEREIRA, Luís Araújo. *Memória social de trabalhadores da construção de Goiânia...* op. cit., p. 15.

⁴⁸³ Depoimento de Antônio Teodoro da Silva. In: In: WIEDERHECKER, Cycle Louise; CHAVES, Elza Guedes; PEREIRA, Luís Araújo. *Memória social de trabalhadores da construção de Goiânia...* op. cit., p. 15-16.

que Goiânia. É onde a gente levava lenha, levava capado pra vender pra eles. Era ali, naquelas beiradas do Botafogo ali.⁴⁸⁴

Boari, sobre as mudanças e o desenvolvimento do bairro Vila Nova:

Aquilo lá, a Vila Nova, aquilo tava tudo danado. Uns tinha cerca, uma cerquinha pobre de arame roubado. Não sei como, outros encostava três paus com saco de cimento e ficava ali. Mas todos venderam os lotes, foi tudo embora. Operário não tem jeito, o que eles fazem com lotes ali na Vila Nova, num tinha condições nenhuma ali, tudo campo aberto e aqueles casebres na mata, que eles fizeram ali. Dos que ganharam lote, marcou rua. Era deles mesmo, venderam lotes, acabou tudo. Agora lá, só tem proprietário, né?⁴⁸⁵

A mesma política de estímulo oferecida aos funcionários públicos para ter acesso a moradias não funcionava para os construtores: as casas prometidas atrasavam conforme a falta de verbas das obras. É por isso que, para desviar desses problemas, ainda em 1930, Coimbra Bueno autoriza a ocupação do leito direito do córrego Botafogo para que os trabalhadores contratados pela sua empreiteira possam construir moradias (ranchos de capim e casas de madeira ou de materiais de construção reaproveitados). Dessa forma, conforme indicam as fontes, existiam duas formas de moradia para os trabalhadores nos primeiros anos das obras de Goiânia: as oficiais e as não oficiais, ou seja, as ocupadas pelos trabalhadores. Para a mão de obra qualificada (geralmente estrangeiros) foram construídos barracões e casas de madeira, as ditas moradias oficiais.

[...] ressalta-se a diferenciação de tratamento dado pelo Estado para as diferentes classes sociais. Enquanto que para o sítio urbano de Goiânia se propunham soluções segundo as modernas técnicas de planejamento, e as habitações eram construídas segundo exigências que não se chocassem com estas, no espaço destinado a habitação dos trabalhadores, as obras eram realizadas com a mais estrita economia constituindo-se “no mínimo abrigo” tolerável para se viver. Os que foram chegando aos poucos, dispersamente, sozinhos ou com suas famílias, sem prévio contato de trabalho, iam se agrupando à população já residente às margens do Botafogo. Geralmente, construíam suas casas, por conta própria, utilizando-se da solidariedade e cooperação dos companheiros do local, que ofereciam ajuda, participando da construção das casas. Estas eram construídas no período noturno, uma vez que, durante o dia, todos trabalhavam na obra.⁴⁸⁶

Em suma, o próprio plano urbanístico da nova capital goiana não contemplava moradias populares ou bairros que abrigassem seus trabalhadores. Assim, a cidade estava dividida em dois polos estratificados: a leste, pela divisa natural do córrego Botafogo, com

⁴⁸⁴ Depoimento de Antônio Elias. In: In: WIEDERHECKER, Cycle Louise; CHAVES, Elza Guedes; PEREIRA, Luís Araújo. *Memória social de trabalhadores da construção de Goiânia...* op. cit. p. 16.

⁴⁸⁵ Depoimento de Adolfo Boari. In: In: WIEDERHECKER, Cycle Louise; CHAVES, Elza Guedes; PEREIRA, Luís Araújo. *Memória social de trabalhadores da construção de Goiânia...* op. cit. p. 16.

⁴⁸⁶ BERNARDES, Genilda d'Arc. *Construtores de Goiânia...* op. cit. p. 52.

ocupações que deram origem aos bairros da Vila Nova e o Bairro Botafogo; a oeste, com Campinas, dividido pela distância (eram quase sete quilômetros de distância entre os primeiros prédios do centro até Campinas) e outras dificuldades, as vias não asfaltadas, como a Avenida Anhanguera, o que atrapalhava ainda mais a mobilidade em tempos de chuva (barro e atoleiros) e de seca (que, pelo trânsito de carroças, bicicletas, ônibus e automóveis, provocavam uma imensa poeira). Como essa região já era previamente ocupada, os trabalhadores com melhores condições habitavam barracões e quartos de pensão, enquanto os mais pauperizados tiveram de ocupar lotes após o bairro (e antiga cidade) de Campinas, o que mais tarde daria origem ao Bairro Operário.

Os relatos dos moradores da margem direita do Botafogo nos permitem reproduzir uma radiografia do cotidiano vivenciado nos alojamentos e barracões. Eles descrevem um cenário pouco confortável dado pelas condições ambientais – quente e úmido – com péssimas condições de higiene, camas feitas de “forquilhas” e taboas, próximas umas das outras favorecendo a contaminação de doenças, piolhos, pulgas, muriçocas e outros insetos, que os obrigavam a ficarem ao redor de fogueiras até que o sono chegasse de vez. As condições sanitárias eram as mais rudimentares possíveis. Não existia rede de esgoto, as águas escorriam por entre os barracões, através de reguinhos improvisados. Os sanitários consistiam em “casinhas”, com um simples buraco cavado no chão, facilitando a proliferação de insetos. Os banhos, quase sempre eram realizados nas águas do Botafogo. Alimentavam-se muito mal, geralmente sua comida era composta de arroz e verduras da época e muito raramente de carne. Esta ficava para o fim de semana. No início da construção, a maioria deles levava a “marmita” pronta quando ia para o trabalho.⁴⁸⁷

Nos arquivos da Superintendência Geral da Construção de Goiânia, órgão encarregado de contratar e pagar os trabalhadores e também gerir todas as obras necessárias de Goiânia, pode-se ter uma projeção dos preços de moradias dos trabalhadores nos canteiros de obra. Dos vinte e seis ranchos de capim, construídos a partir de março de 1936, custavam para o Estado entre 15\$000 e 72\$000 réis, muito mais em conta do que os seis barracões construídos, na mesma data, pelo valor de 324\$042 a 297\$700 réis, como também os gastos para o “esgoto” de acampamento, que saiu por 982\$800.⁴⁸⁸ A partir de tal montante, mesmo que limitado somente ao ano de 1936, pode-se notar a preferência pelos ranchos de palha como moradia para os trabalhadores da obra.

Além das primeiras moradias – os barracões de madeira para os trabalhadores especializados; os ranchos de capim para os não-especializados e as moradias “não oficiais”, ou seja, as casas vindas da ocupação dos leitos do córrego Botafogo, que deram origem aos

⁴⁸⁷ BERNARDES, Genilda d’Arc. *Construtores de Goiânia...* op. cit. p. 53.

⁴⁸⁸ AHG. Documentos da cidade de Goiânia. Cx. 2, 1936.

Bairros Vila Nova e o Botafogo, e das terras para além do Bairro (antigo município) de Campinas, que deu origem ao Bairro Operário –, as políticas de venda de lotes foram um grande chamariz do estado de Goiás que se empenhou em divulgar que a venda, mediante valorização, seria um investimento garantido.

Tendo em vista a política de venda de lotes em Goiânia nos primeiros anos de construção, o Projeto de Lei nº6, aprovado na Assembleia Legislativa em 23 de abril de 1937, estipulou as regras para essa iniciativa. A política de venda de lotes que, como pode ser visto nas inúmeras propagandas em jornais sobre a sua valorização, atuava como uma forma de estimular a ocupação do centro da cidade, era ligada diretamente ao executivo estadual, a Pedro Ludovico e ao Superintendente Geral das Obras da Nova Capital, Jerônimo Coimbra Bueno, que decidiam, dentre outras coisas, a contratação de corretores de venda.⁴⁸⁹

A lei também estipulava que o Departamento de Propaganda e Expansão Econômica, que tinha como diretor Joaquim Câmara Filho, subordinaria os Departamento de Propaganda do Estado e o Departamento Cadastral do Estado e que teria como função “[...] a venda, fóra do Estado, de lotes urbanos e terrenos rurais de Goiania; expedir os respectivos títulos definitivos, dirigir a propaganda desses lotes e terrenos, e auxiliar [...] na divulgação das possibilidades de desenvolvimento do Estado”.⁴⁹⁰

A propaganda da venda de lotes realmente era tida como uma importante parte de renda para o estado, como mostra o Art. 6 da mesma lei:

O Poder Executivo poderá dispender até 50% (cinquenta por cento) do produto líquido das vendas de lotes de Goiânia, para o custeio do plano geral de propaganda do Estado, compreendendo neste plano a divulgação das possibilidades de desenvolvimento do Estado, e a propaganda para essas vendas.⁴⁹¹

O documento também estipulava o preço dos lotes:

Art. 7 Os preços dos lotes urbanos são fixados na base mínima de 1\$000 (mil réis) o metro quadrado; e os lotes ou terrenos rurais na base mínima de 500\$000 (quinquinhos mil réis) por hectare, ambos fixados de acordo com as tabelas a serem elaboradas pela Superintendência Geral das Obras de Goiânia que majorará estes preços de acordo com as posição dos lotes, em relação: a) ao sól; b) aos centros

⁴⁸⁹ AHG. Documentos da cidade de Goiânia. Cx. 3, 1937.

⁴⁹⁰ AHG. Documentos da cidade de Goiânia. Cx. 3, 1937.

⁴⁹¹ Idem.

principaes da cidade; ás ruas principaes e demais condições que tornarem os lotes mais procurados.⁴⁹²

Com base na leitura do artigo acima citado, percebe-se que Goiânia já foi construída com vistas ao retorno imediato que poderia trazer com as vendas de lotes, demonstrando um certo anseio do estado em recuperar as enormes despesas nas obras e também uma forma de investimento que se retroalimentasse as campanhas de divulgação nos jornais locais e nacionais. Por outro lado, a própria lei já estimulava a prática de especulação imobiliária visando, cada vez mais, o aumento do valor a ser pago nos lotes, mostrando que os preços poderiam mudar conforme a procura.

Ao vasculhar as fontes nas primeiras caixas da documentação de Goiânia, precisamente entre os anos de 1937 e 1938, encontrou-se uma cartilha de venda de lotes do Setor Sul produzida pela Procuradoria Especial de Venda de Terrenos de Goiânia em 1938. Além da tabela de preços dos lotes, o documento, na primeira parte, é composto por uma parte do Decreto 2104 de 27 de julho de 1937, porém alguns outros elementos emergem nesse documento, como por exemplo:

[...] Obrigação do comprador iniciar a construção no lote, dentro de 30 (trinta) dias, a partir da data de expedição do título de compromisso de compra, e de termina-la dentro de 360 (trezentos e sessenta) dias, após a mesma data, sujeitando-se às demais condições que a repartição competente vier a exigir na época de venda.⁴⁹³

Entretanto, “os lotes dos Setores Central e Norte, constantes das relações de lotes á venda, com obrigação de construção imediata”⁴⁹⁴ e reafirmava “nenhum lote do Setor Central será vendido a partir da presente data, sem obrigação de construção imediata, bem assim os dos Setor Norte”⁴⁹⁵. No tocante ao processo de vendas e às condições de pagamento, o Art. 33 previa que as vendas poderiam ser efetuadas à vista ou a prazo. Na venda a prazo o § 2º:

I – O adquirente se obriga a pagar a joia inicial, constante da tabela em vigor, dentro de dez dias após a expedição da guia para recolhimento da joia inicial. II – Paga a joia inicial, o compromisso de compra e venda será assinado pelo vendedor e pelo comprador, em três vias, a primeira das quais ficará em poder do último; III – O Restante, o adquirente se obriga a pagar em 20 (vinte) prestações mensais, iguais e sucessivas, a partir do mês subsequente ao do recolhimento da joia inicial, até o dia 10 (dez) de cada mês, por meio da apresentação ao Banco ou repartição

⁴⁹² AHG. Documentos da cidade de Goiânia. Cx. 3, 1937.

⁴⁹³ Ibidem.

⁴⁹⁴ Ibidem.

⁴⁹⁵ Ibidem.

arrecadadora, da via do título de compromisso em seu poder, para nele ser exarado o respectivo recibo.⁴⁹⁶

Alertava o Decreto, em seu Artigo 35, que:

O adquirente, que deixar de realizar o pagamento das prestações devidas, durante três meses consecutivos, perderá o lote correspondente, sem direito á restituição das quantias já pagas, independente de qualquer aviso ou interpelação judicial, ficando o Estado com a faculdade de expor novamente á venda o lote em questão, quando bem lhe aprovou na forma deste regulamento.⁴⁹⁷

Ao consultar a lista de lotes do Setor Sul – que foi criado a partir do projeto de Armado Godói para ser um bairro de chácaras inspirado nas cidades-jardins inglesas, que se contrapõe ao projeto original de Goiânia, inspirado nas cidades modernas francesas de Atílio Correia Lima –, vê-se que tinham uma metragem entre 364 m² a 894 m². O primeiro lote, de nº 41, ficava na rua 93, custando 1:440\$000 à vista, ou 220\$ de entrada e 20 prestações de 57\$500. O segundo lote, de nº 64-39, ficava na rua 104, esquina com a rua 84, e custava, à vista, 5:875\$000, ou 880\$ de entrada e 20 prestações de 248\$500.⁴⁹⁸

Na última parte do documento, após a o decreto-lei e a lista com os preços dos lotes do Setor Sul, se fazem presentes imagens da maquete de Goiânia; um gráfico demonstrativo da valorização média dos lotes de Goiânia, de 1934-1937, de 14\$000 a 47\$000; várias propagandas da firma Coimbra Bueno & Cia; imagens das obras já realizadas e, em letras garrafais para chamar a atenção do leitor:

A aquisição de terrenos de cidades em formação constitue excelente emprego de capital, especialmente em Goiânia, onde são vendidos pelo proprio Governo, que oferece grande numero de facilidades. ESTUDE ESSE NEGÓCIO.⁴⁹⁹

Como as políticas de habitação foram sentidas pelos trabalhadores da obra da cidade? Até que ponto eles tiveram acesso às moradias? Sabe-se que os funcionários públicos receberam incentivo do governo do estado, tanto em financiamento de lotes e casas, quanto em ajuda financeira para a transferência para a nova capital e, ainda, a realização de concursos. Para os trabalhadores da obra, aos que não ocupavam os lotes às margens do córrego Botafogo, foram concedidos alguns incentivos para a aquisição de lotes e a

⁴⁹⁶ AHG. Documentos da cidade de Goiânia. Cx. 3, 1937.

⁴⁹⁷ Ibidem.

⁴⁹⁸ Ibidem.

⁴⁹⁹ Ibidem.

construção de moradias. O caso mais emblemático de tais “estímulos” para a construção de moradias populares foi a do Bairro Popular, que ficava entre as avenidas Anhanguera e Paranaíba, onde hoje é o Setor Central de Goiânia.

Os depoimentos dos trabalhadores dos canteiros de obras da capital demonstram as difíceis condições de vida a que estavam submetidos e ainda que havia outras formas de aumentar a exploração do trabalho, como o já citado sistema de vales (forma de apropriação dos salários dos trabalhadores mediante os constantes atrasos), a drenagem dos salários por agiotas e a apropriação da renda da terra pela venda de lotes e imóveis aos trabalhadores. João Tomé de Aquino, barbeiro, que veio a Goiânia em 1942, elucida tal relação:

Ah, aqui estavam dando os lotes, né? Dava lote pra construir e eu não podia. Um falou: Oh, tão dando lote no Bairro Popular, aí. Você não quer pegar um lá? Pra fazer uma casa lá? Fazer com o que? Qual dinheiro? Não posso pegar. E muitos pegaram, fizeram o alicerce, parede, essas coisas. Parou, não podia terminar a casa. Acabou vendendo pra outro porque não podia terminar, né? Vendeu pra outro, outro recebeu a escritura e terminou.⁵⁰⁰

Sobre o mesmo caso, de apropriação da renda da terra pela venda de lotes e imóveis aos trabalhadores, Boari rememora:

Meu pai construiu uma casa boa na Rua 19. Comprou o lote por 20 mil réis e vendeu por 130 mil. Não chegou a morar nela, vendeu para um funcionário do estado. Recebeu metade na venda e a outra metade um ano depois. Com a metade do dinheiro não pôde fazer mais nada, acabou tudo.⁵⁰¹

Antônio Barbosa, em 1987, também argumenta sobre o mesmo processo:

Vendiam e na maioria dos casos perdiam seus lotes na própria venda. Se poderiam vender com alguma rentabilidade, em consequência de necessidades, eram obrigados a vender por uma quantia muito inferior ao que havia custado. E não iam para lugar nenhum. Ficavam aqui presos ao chão goiano, isto na sua maioria.⁵⁰²

Para os operários das obras que conseguiam os lotes “doados” pela Superintendência no Bairro Popular, Sr. Gerson relata uma cena que mostra que, por passarem por atraso de salários, pela escassez e os altos preços dos materiais de construção, bem como os prazos

⁵⁰⁰ Depoimento de João Tomé de Aquino. In: In: WIEDERHECKER, Clyce Louise; CHAVES, Elza Guedes; PEREIRA, Luís Araújo. *Memória social de trabalhadores da construção de Goiânia...* op. cit. p. 18-19.

⁵⁰¹ Depoimento de Adolfo Boari. In: In: WIEDERHECKER, Clyce Louise; CHAVES, Elza Guedes; PEREIRA, Luís Araújo. *Memória social de trabalhadores da construção de Goiânia...* op. cit. p. 19.

⁵⁰² Depoimento de Antônio Barbosa. In: In: WIEDERHECKER, Clyce Louise; CHAVES, Elza Guedes; PEREIRA, Luís Araújo. *Memória social de trabalhadores da construção de Goiânia...* op. cit. p. 19.

apertados para a construção das moradias, muitos vendiam suas casas bem antes de finalizadas por preços simbólicos. Um dia, ao ir para o trabalho, na Folha de Goiás, uma pessoa de trajes modestos o abordou na rua:

– Moço, eu ganhei esse lote e arranjei esses tijolos, mas não vou dar conta de construir a casa. O senhor podia me comprar os tijolos e eu lhe passaria os direitos do lote – e apontou para o lote na esquina da 3 com a rua 7, próximo ao Grande Hotel.
 – O que eu vou fazer com esse lote? – repondi-lhe
 – Basta o senhor me dar cem mil réis, para eu voltar para a minha terra, e eu entrego tudo ao senhor. O senhor...
 – Desculpe-me, mas não vou fazer o negócio com o senhor – concluí, seguindo adiante.⁵⁰³

Não se sabe ao certo o quanto seria dado de ajuda aos trabalhadores que adquiriram lotes no Bairro Operário mas, a partir da documentação coligida, foram encontradas quatro guias de recolhimento as quais mostram que Américo de Souza, Alípio Mendes Ferreira, Orestes de Brito Filho e Antônio de Sousa ganharam, cada um deles, o montante de 10\$000 réis para construírem suas moradias, em agosto de 1936⁵⁰⁴. Essa ajuda financeira, porém, supria apenas o projeto da residência. Nas caixas da Superintendência Geral das Obras de Goiânia, foi achado um documento que mostra que Dona Jovelina Ferreira de Oliveira pagou, em 12 de novembro de 1937, o valor de 10\$000 pela cópia da planta de uma residência popular “tipo popular MN, desenho 219 N e a fachada do tipo M, desenho 222-N”⁵⁰⁵, planejada pela Superintendência, na intenção de ser construída na rua 53, lote nº 35, no Bairro Operário.

Sobre os tipos de moradias construídas pela Superintendência, o Sr. Hilarino explicava “para os funcionários, o estado se interessou na construção de casas [...] de tipos diferentes. No Bairro Popular e na Vila Militar fizeram umas construções mais modestas, e eram chamadas de casa 2C – casa com dois quartos”⁵⁰⁶, já as melhores casas, destinadas, inicialmente, aos funcionários públicos mais importantes, foram feitas no centro: “na rua 4, por exemplo, fizeram várias casas que tinham nome de casas tipo 3Q e 4Q, quer dizer, casas com 3 e 4 quartos. Havia também uma série de sobrados, aí construídos, na rua 7, entre a rua 1 e 2”⁵⁰⁷. A menor parte das construções de casas, em finais dos anos de 1930, conforme

⁵⁰³ Entrevista de Gerson de Castro Costa. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 97.

⁵⁰⁴ AHG. Documentos da cidade de Goiânia. Cx. 2, 1936.

⁵⁰⁵ AHG. Documentos da cidade de Goiânia. Cx. 4, 1937.

⁵⁰⁶ Entrevista de Hilarino Veloso da Silveira. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 112.

⁵⁰⁷ Ibidem, p. 112.

indica Sr. Hilarino, eram feitas por particulares, mas “a partir de certo tempo, lá de 1938 por adiante, o estado parou com essas construções particulares, essas construções para os funcionários, e, aí, a construção de casa, moradia, ficou a cargo mesmo dos particulares”⁵⁰⁸.

Como foi relatado nas entrevistas realizados pelo CECUP em 1987, os trabalhadores mencionam que, ao não conseguirem terminar as suas moradias no Bairro Operário, no prazo estipulado de dois anos, vendiam a um preço menor que tinham investido ou então as tinham confiscadas e vendidas pela Superintendência. Apesar da pouca documentação que explicita tal prática, nas caixas de documentos da Superintendência conseguiu-se encontrar cinco guias de recolhimento que mostram o pagamento de prestações da compra de prédios no Bairro Popular.

Mesmo sem saber, portanto, se as construções foram feitas pela Superintendência ou pelos trabalhadores, pode-se concluir os valores de lotes populares e de suas moradias. Todos os cinco lotes com prédios do Bairro Popular foram vendidos pela Superintendência, em finais de 1937, por 6:200\$000. Os três exemplos a seguir adquiriram os seus lotes na Rua 71 do mesmo bairro: o Sr. Getúlio de Sá pagava, em 3 de novembro de 1937, 92\$400 da parcela referente ao mês anterior; o Sargento Dias, em 12 de novembro do mesmo ano, pagou 71\$500 de parcela e, para não inflar o texto de exemplos, o Sr. Arthur Lima, também sargento, pagou 62\$200 da parcela do mesmo mês.⁵⁰⁹

Pela documentação, é possível visualizar duas formas de confisco das casas dos trabalhadores: a primeira pelo não pagamento dos devidos impostos e, a segunda, essa mais frequente na documentação, seria o confisco das casas dos que não cumpriram o prazo estipulado pela Superintendência. Em 10 de dezembro de 1938, o Juiz de Direito dos Feitos da Fazenda do Estado de Goiaz (conforme a grafia da época) colocava a casa de Vitória Catani a leilão em função do não pagamento de impostos (quantia estimada em 78\$000) e caracterizava a moradia:

[...] uma casa de morada, com quatro cômodos internos, com dois lanços, coberta de telhas comum, madeira branca e de lei, quintal aberto, situada no bairro Botafogo, desta Capital, casa essa que foi penhorada para o pagamento de impostos devidos por Vitória Catani à Fazenda Estadual, a qual foi avaliada em um conto de réis (1:000\$000). E, para que ninguém alegue ignorância, mandou passar o presente edital com o prazo de 8 dias, que será afixado no logar do costume, no

⁵⁰⁸ Entrevista de Hilarino Veloso da Silveira. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 112.

⁵⁰⁹ Ibidem, p. 112.

Forum e publicado no Correio Oficial do Estado de Goiaz, aos dez dias do mês de Dezembro de mil novecentos e trinta e oito.⁵¹⁰

A segunda forma, que se refere à reapropriação de casas dos trabalhadores, acontecia via despejo judicial quando não era cumprido o prazo estipulado pela Superintendência (vale lembrar o documento que abre este capítulo). Sabe-se que o Sr. Natal conseguiu a respectiva casa no Bairro Operário, como é possível comprovar a partir da lista de nome de contratos da Superintendência⁵¹¹, e que tal casa já estava praticamente pronta quando ele a adquiriu.

Sr. Pedro Ponchet, que era chefe de turmas, ou seja, fiscalizava os trabalhadores nas obras da cidade confirma que, de fato, a regra de dois anos para a construção do Bairro Popular era seguida à risca: “nesse tempo, o governo do estado dava lotes de graça, com o prazo de dois anos para construir e eu não podia nem requerer um lote porque não tinha cinco mil e duzentos réis para requerer o lote”⁵¹². Assim, Pedro não tinha o montante de dinheiro para comprar um lote e, dessa forma, ele solicitou um lote de “graça” no Bairro Popular. Entretanto, tendo em vista as difíceis condições de terminar uma moradia em dois anos e, como foi analisado, vários perdiam as suas casas, ela apresenta uma estratégia: “quando meu pai veio morar aqui, eu cedi o lote para ele, porque cada pessoa tinha um lote, cedia para um outro, aquele outro tinha dois anos para construir, constava do dia que recebia o contrato”⁵¹³ e concluía que “então, meu pai fez uma casinha lá na Rua 72, nº 71, próximo à Praça do Trabalhador”⁵¹⁴. Alguns trabalhadores, por contar com uma rede de amparo familiar ou de amizades, podiam transferir o contrato de casa para outra pessoa que, consequentemente, teria mais dois anos para terminar a obra.

Além da prática de confisco de casas dos trabalhadores, também havia uma outra forma de valorização e de reapropriação do capital investido realizada pela Superintendência, prática a qual pode ser percebida no ofício nº868, enviado pelo diretor da Superintendência, Jerônimo Coimbra Bueno, para o Secretário Geral do Estado, em 10 de maio de 1938:

Em atenção ao presado oficio de V. Excia., datado de 6 do corrente, sob o nº 341, informamos, que não existem lotes para venda no Bairro Popular. Os lotes ocupados foram distribuídos gratuitamente, seguindo-se o princípio de só ceder cada segundo lote. Os lotes vagos – intercalados – serão assim, valorizados pelas

⁵¹⁰ AHG. Documentos da cidade de Goiânia. Cx. 2, 1936.

⁵¹¹ Ibidem.

⁵¹² Entrevista de Pedro Ponchet Meireles. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 148.

⁵¹³ Ibidem, p. 148.

⁵¹⁴ Ibidem, p. 148.

construções, estabelecendo-se no momento oportuno os preços reais, facilitando ao Estado a recuperação do dinheiro dispendido nas obras públicas.⁵¹⁵

Por que aconteciam, contudo, casos de trabalhadores que não conseguiam pagar seus impostos ou terminar a construção das moradias? Anteriormente, no primeiro capítulo, foram analisadas as formas intermediárias de assalariamento, as inconstâncias no recebimento dos pagamentos, a política de vales e de agiotas que corroía os rendimentos dos trabalhadores, diversas faces da dificuldade sofrida por aqueles que se aventuraram em construir moradias nos lotes cedidos pela Superintendência no Bairro Popular. Outro problema, seria o custo de vida e o alto custo dos materiais de construção. O trabalhador recebendo, com meses de atraso, entre 10\$000 e 70\$000, não tinha condições sobreviver e ainda construir sua moradia. Em maio de 1934, conforme demonstram as notas do almoxarifado da Força Pública, um quilo de cal custava 1\$000 réis.⁵¹⁶ Em maio de 1935, pode-se encontrar que: 150 ripas de madeira custavam 187\$000; 200 telhas, “tipo francez”, 116\$000; uma lata de resina, 3\$400.⁵¹⁷ Em abril de 1935, observa-se mais algumas informações sobre instrumentos de trabalho: uma colher, 4\$000; um regador, 14\$000; um pacote de tinta, 7\$000; um pincel, 2\$500; um maço de pregos, 5\$000. Entre março e dezembro de 1936: dez litros de gasolina custavam ao estado 20\$000 réis; um metro de madeira aroeira (para escorar o concreto e fazer andaimes) 4\$000 réis; um balde, 4\$500; um tambor de óleo, 50\$000.⁵¹⁸

Enquanto isso, o Grande Hotel, primeiro hotel da cidade, cobrava diárias, em meados de 1937, de 15\$000 a 20\$000. Sobre os preços de gêneros alimentícios e domésticos, em maio de 1934, custavam: uma galinha, 1\$500; 73 litros de arroz “pelado”, 31\$600; um quilo de manteiga, 6\$000; uma carga de lenha, 3\$000; um pacote de maisena, 1\$500; quatro garrafas de leite, 1\$400; dois quilos de mate, 6\$000; um quilo de sabão, 2\$200.⁵¹⁹ Sabe-se que, em março de 1936, um colchão de solteiro destinado às obras de Goiânia fornecido pelo Empório Nova Capital Lisita e Ferreira, custava 22\$000 e uma cama, 5\$500.⁵²⁰

Apesar de se ter encontrado somente dois documentos que comprovem tal prática, a Superintendência também atuava concedendo lotes de moradias provisórias para os trabalhadores das obras. Em cópia de um contrato de moradia provisória, datado do dia 1 de

⁵¹⁵ Entrevista de Pedro Ponchet Meireles. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 148.

⁵¹⁶ AHG. Documentação avulsa, cx. 883.

⁵¹⁷ AHG. Documentação avulsa, cx. 865.

⁵¹⁸ AHG. Caixas da cidade de Goiânia. Cx. 2, 1936.

⁵¹⁹ AHG. Documentação avulsa, cx. 883.

⁵²⁰ AHG. Documentos da cidade de Goiânia. Cx. 2, 1936.

agosto de 1935, a rogo de Mariano de Queiroz Mattos e do Sr. Antônio Feitosa, estipulava-se:

Fica autorizado a construir e ocupar um morada provisória ou rancho que tomará o nº 7 [...]. [...] no fim do qual reverterá em benefício do Estado, ficando o ocupante obrigado a se retirar e entregar ao Estado, sem direito a indenização alguma e a qualquer momento em que fôr reclamada sua retirada. Excedido o prazo acima, essa autorização deve ser substituída por nova, que permita continuar ocupando a morada até que seja resolvida a sua demolição quando o Estado entender conveniente, ainda sem direito a reclamação alguma. [...] Todo o material, resultante da demolição dessa morada, será entregue ao beneficiário da presente autorização, caso a demolição seja efectuada no prazo de 6 (seis) meses, revertendo em benefício do Estado, excedido o prazo de 6 (seis) meses.⁵²¹

Além de um contrato nada vantajoso, pelo menos à primeira vista, Mariano e Antônio tiveram de pagar 1\$200 réis para os selos que validaram o contrato.⁵²²

Logo após tais contratos de “morada provisória”, saiu uma lista redigida à mão, com 79 nomes e endereço completos (lote, rua e quadra) e mais 19 nomes de “propostas” de contrato. Pelas poucas informações da lista, não é possível concluir que tipo de contrato era esse de moradia, se era de morada provisória, de doações ou de venda. Pelo número das ruas, entre os números 3 e 74, conclui-se que se trata do Bairro Popular e do Centro, atualmente ambos formando parte do Setor Central.⁵²³ Um fato interessante é que, pela primeira vez, aparece registro e propostas de contrato de moradias em nome de mulheres, mesmo que minoritariamente: conta-se 25 de 98, incluindo Ofélia de Sócrates Monteiro, autora de uma das primeiras obras sobre a história de Goiânia.⁵²⁴

Entretanto, como era a qualidade dessas casas entregues pela Superintendência? Como era viver nelas? Não se sabe, pela carência das fontes, como eram as moradias dos trabalhadores no momento de construção da cidade, porém, os dados acerca das casas de funcionários públicos e demais grupos sociais que tinham condições de adquirir imóveis em Goiânia nos revelam algumas pistas. Dos ofícios enviados pelo Secretário Geral do Estado ao Diretor da Superintendência, foi possível identificar várias adversidades presentes nas moradias entregues, como problemas de acabamento (pisos, pinturas e assentamento de portas), de encanamento e, principalmente, problemas elétricos.

⁵²¹ AHG. Documentação avulsa, ex. 953.

⁵²² Ibidem.

⁵²³ Ibidem.

⁵²⁴ Ibidem.

Na documentação avulsa do Arquivo Histórico de Goiás, na caixa nº 865, nos ofícios do Conselho Consultivo do Estado era celebrado, em 16 de agosto de 1934, o fornecimento de energia para as obras da nova capital do estado.⁵²⁵

A partir da imprensa e de outros documentos oficiais, tem-se notado que Goiânia sofria com constantes quedas de energia mas, em junho de 1938, no momento de construção das obras da cidade, quando o gerador de energia era improvisadamente montado às margens do Rio Meia Ponte, o governo autorizou que alguns pontos de energia, usadas exclusivamente para as obras, fossem destinados às moradias particulares a fim de ouvirem pelo rádio a Copa do Mundo de Futebol de 1938.

Snr. Superintendente Geral das Obras de Goiânia, autorizo-vos espeçais as necessárias ordens no sentido de que sejam cortadas todas ligações de energia elétrica que foram feitas em casa particulares, por ocasião do campeonato mundial de futebol, com a máxima urgência.⁵²⁶

Em 19 de julho de 1938, os documentos públicos mencionam a criação de uma comissão para estudar os impactos de terras alagadas situadas às margens do Rio Meia Ponte para a construção das barragens da empresa de luz, para então acabar com as constantes quedas e falhas de energia.⁵²⁷

Os problemas relacionados à falta de eletricidade estão presentes em várias fontes, o que elucida a precariedade da prestação do serviço na cidade. O Sr. Hilarino, que era funcionário público municipal nas obras da cidade, também evidencia essa debilidade no fornecimento de energia: “aqui em Goiânia sempre houve problemas com relação ao fornecimento de energia, fornecimento de luz. E esse problema só foi solucionado depois dos anos 50, quando foi construída a represa de Cachoeira Dourada”⁵²⁸ e, logo depois, “também a cachoeira lá no rio Paranaíba [...]. Foi quando houve fartura”⁵²⁹.

Como constatado, a cidade apresentava diversos problemas nas moradias, tanto pelo fornecimento de eletricidade – em razão da inconstância na geração de energia –, quanto pela má qualidade dos materiais de construção e dos serviços prestados. A deficiente transmissão

⁵²⁵ AHG. Documentação avulsa, cx. 865.

⁵²⁶ AHG. Documentação avulsa, cx. 953.

⁵²⁷ Ibidem.

⁵²⁸ Entrevista de Hilarino Veloso da Silveira. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 115.

⁵²⁹ Ibidem, p. 115.

de energia não se dava somente nas moradias populares, mas também na casa do secretário geral do estado, João Teixeira, que em março de 1938 relatava ao Superintendente a seguinte situação:

Com o intuito de evitar males de maior gravidade, encareço-vos a necessidade de ser o encarregado dos serviços de instalação elétrica nas casas de construção do estado advertido pelos erros verificados na ligação feita no prédio de minha residência, o que ocasionou, ao anoitecer de anteontem, um curto-círcuito, pondo em iminente perigo a vida de várias pessoas que, no momento, se encontravam no local.⁵³⁰

A documentação demonstra que a Superintendência tinha total controle sobre as obras da cidade, seja em relação à força de trabalho, na venda e valorização de lotes, como também no que concernia a quaisquer reformas e construções, muitas das quais careciam de autorização ou registro no órgão. Assim, a Superintendência atuava na contratação e controle do trabalho, na venda e valorização de lotes e agia, ainda, como uma “construtora”, prestando serviços de construções e reformas de casas particulares.

Revirando arquivos, recortando, selecionando e coligindo fontes em busca de “migalhas”, ou melhor, “notas de rodapés” em documentos oficiais, matérias de jornais e arquivos do judiciário, foi possível perceber elementos históricos alternativos aos já consagrados, tais como: as políticas de migração oficial e as migrações espontâneas; os aspectos multiculturais da formação da classe trabalhadora em Goiânia; a hierarquia específica do trabalho, dada tanto pela especialização, quanto pelo local de origem; as formas intermediárias de assalariamento e o não cumprimento da legislação trabalhista, o que gerava atraso nos pagamentos; a política de vale e a atuação de agiotas que corroíam os parcós rendimentos dos trabalhadores; por fim, e não menos importante, a política de moradia, pautada por um nítido interesse especulativo, que refletiu nos trabalhadores em forma de confisco e de reapropriação de seus imóveis.

Tais elementos citados durante este subcapítulo são apenas alguns dados passíveis de análise a partir das fontes acessadas. Mesmo com poucas pesquisas acerca do estudo de uma história do cotidiano da construção de Goiânia, em muitos aspectos se pôde avançar na construção de um conhecimento histórico a partir da coleta, organização e análise das fontes. Espera-se que este subcapítulo tenha demonstrado a potencialidade do cotidiano como objeto

⁵³⁰ Entrevista de Hilarino Veloso da Silveira. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 115.

de pesquisa. Em suma, para onde foram os trabalhadores das obras de Goiânia? Como foram os acessos e os usos cotidianos que tiveram e fizeram na cidade?

Na intenção de concluir, mas também de lançar novas perguntas a serem respondidas no próximo subcapítulo, apresenta-se a mobilidade urbana experimentada pelo Sr. Boari nas suas quatro décadas vividas na capital, entre 1940 e 1980. Sua mobilidade urbana era marcada pelo empobrecimento e, gradativamente, maior periferização dos construtores de Goiânia:

Comprei um lote, fiz alguma casinha, depois vendi tudo. Era atrás da Escola Técnica. Depois passei uma casa na rua 79, em seguida hipotequei, vendi para pagar a hipoteca. Fui para o Setor dos Funcionários, vendi e comprei uma na Fama. Vendi para comprar um bar para meu filho. Hipotequei esse e o barraco e fui para a rua pior do mundo, sempre pra baixo, sempre pra baixo.⁵³¹

3.2 - Observando o cotidiano “porta adentro”: empregadas domésticas, brigas entre vizinhos e furtos de moradias

No primeiro momento deste capítulo, discutiu-se como era o cotidiano dos trabalhadores nas obras da cidade no que tange ao acesso às moradias, o que configurou como cotidiano porta afora. Agora, cabe analisar e inferir, a partir da documentação do judiciário, como eram os modos de vida porta adentro, ou seja, o cotidiano dos domicílios. Em porta adentro se nota a presença da convivência entre patrão e empregado, a organização do trabalho doméstico, bem como a relação entre os vizinhos e as formas de moradia presentes em Goiânia nas suas primeiras décadas.

Um dos padrões de sociabilidade, ou ainda, um dos modelos de experiências que molda a vida no cotidiano porta adentro são as relações entre patrão e empregado e, pelas fontes, mais especificamente, as relações com as empregadas domésticas. No começo do capítulo foi analisado um processo referente a um “acidente” (imprudência) de Jorge Chediak que, ao se exibir com a sua arma como demonstração de virilidade, tentando impressionar as empregadas domésticas que estavam presentes no recinto, alvejou Maria Genetiza atingindo-a em seu abdômen. Tida pelo réu e pelo delegado, que transcrevia os depoimentos e redigia

⁵³¹ Depoimento de Adolfo Boari. In: WIEDERHECKER, Clyce Louise; CHAVES, Elza Guedes; PEREIRA, Luís Araújo. *Memória social de trabalhadores da construção de Goiânia...* op. cit. p. 16-17.

os relatórios da investigação, como “meretriz”, a vítima era estimada por sua patroa, Augusta de Melo, que argumentava que Maria havia aparecido em sua casa há dois meses, sendo quieta e de bons costumes, não era rueira e, dada a sua personalidade, passaram a ser “boas amigas”.

Nesse ponto é possível apreender um certo teor paternalista nas relações entre patroa e empregada doméstica. No que diz respeito à relação entre patrão e empregado no âmbito do porta adentro, Chalhoub⁵³² destaca que o primeiro era tido como um “juiz doméstico”, um guia e conselheiro para o trabalhador que, em troca, deveria ter disciplina e realizar suas tarefas com obrigação e respeitar seu patrão, tal como se respeita um pai “zeloso”. O autor argumenta, em relação a isso, que “esta imagem ideal da relação entre patrão-empregado tem um objetivo óbvio de controle social, procurando esvaziar o potencial de conflito inerente a uma relação baseada fundamentalmente na desigualdade entre os indivíduos que dela participam”.⁵³³ Esse tipo de relação entre patrão e empregado é denominado, geralmente, de paternalismo que, em momentos de irradiação das relações sociais capitalistas, age como um elemento mitigador dos conflitos/tensões em tais relações de trabalho.

Para complementar tal reflexão, Matos⁵³⁴ alega que:

O paternalismo estabelecia relações bastante sutis, procurava negar os conflitos, consubstancionando-se em imagens de cooperação e harmonia. Porta adentro utilizava-se de linguagem e prática familiares para buscar a adesão do criado, lançava-se mão de imagens que, em última instância, procuravam identificar o patrão com o pai, protetor e provedor, severo e justo. Esta imagem se propunha a reforçar a autoridade simbolizada na figura paterna e materna – mais do que assegurar a identificação dos “criados-filhos” com a família, cumpriria a função de negar o conflito, insinuando a ideia de harmonia.⁵³⁵

Além de ser uma forma de atenuar o conflito entre patrões e empregados, tendo em vista o material coligido, o paternalismo atuava, sobretudo, como uma forma de aumentar a exploração e o controle do trabalho, como o caso a ser analisado a seguir. Maria Rita de Jesus – brasileira, dezoito anos de idade, solteira, analfabeta, doméstica, natural de Bom Despacho-MG e residente do Bairro de Campinas – era empregada doméstica na residência de Antônio Joaquim Filho – brasileiro, trinta e dois anos de idade, casado, alfabetizado, comerciante,

⁵³² CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim...* op. cit. p. 114.

⁵³³ Ibidem, p. 114.

⁵³⁴ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura...* op. cit.

⁵³⁵ Ibidem, p. 187-188.

natural de Bom Despacho-MG e residente em Campinas – que, em função de uma desavença em torno de um bilhete de loteria, abriu uma ação contra os seus empregadores:

[...] Que no dia de 1º de dezembro de 1942 empregara a queixosa com Antônio Joaquim Filho, vulgo Antônio Cambaúba, não tendo sido ajustado o ordenado que deveria receber mensalmente; que, em dias do corrente mês disséra a queixosa a sua patroa Dona Maria de Tal que queria comprar uma fração de bilhete de loteria; que, na quarta-feira da semana passada chegara um cambista à casa dos patrões oferecendo bilhetes; que, na ocasião a queixosa estava ocupada na cozinha e sua patrôa a avisara que havia um cambista oferecendo bilhetes no cômodo da venda do patrão; que, a queixosa respondeu a dona Maria que no momento ela não tinha dinheiro, ao que Dona Maria replicando disse à queixosa que poderia comprar, pois possuía dinheiro na casa⁵³⁶.

A partir desse fragmento podemos ver o quanto era evidente, na grande parte dos trabalhadores, a ausência de direitos trabalhistas: uma carga horária de trabalho definida e um salário mínimo estipulado (ou era a empreita na construção civil, como foi analisado, as relações de agregados e trabalhadores domésticos, ou arrendamento de terras nas proximidades da cidade).

Além de não ter um salário definido, como indicado pela expressão “possuir dinheiro na casa”, é possível inferir um atraso no pagamento de Maria Rita, pois há um ano trabalhava sem qualquer acordo no que se refere a esse direito. Outro elemento que podemos observar nessa citação, apesar de não ser mencionado explicitamente, é que Maria Rita era uma agregada que morava em seu próprio espaço de trabalho e o local de sua moradia também era um espaço de comércio (“cômodo da venda”), o que pode indicar que ela deveria se submeter a acúmulos de funções.

Voltando à narrativa do processo, mal sabia Maria Rita que adquirira, com o dinheiro de sua patroa, um bilhete premiado no valor de Cr\$ 25.000 – uma quantia considerável para a época, levando em conta, como foi abordado no primeiro capítulo, que Manoel, Guilherme e Nelson não chegavam a receber Cr\$ 250,00 por mês, mesmo sendo trabalhadores especializados – e que logo após saber da premiação, Antônio Joaquim se apropriou de seu bilhete, alegando que daria somente a metade do valor.

Em seu depoimento, Antônio Joaquim fala que, no momento em que o cambista passou no seu “cômodo da venda”, já havia comprado um bilhete para a sua filha mais nova e quando sua esposa pediu para comprar mais um bilhete para Maria Rita, respondeu:

⁵³⁶ AFG. A. Cx.11, n° 22, 1943. p. 1.

[...] que já havia comprado uma e aquela só chegava, o que disse nos seguintes termos: “Essa já chega para nós”; que Chiquinho insistia para o declarante comprar mais uma fração que o declarante negou a atender, e tendo sua filha Ilidia perguntado nesse momento se a fração era para ela e a empregada, o declarante sem observar nada disse-lhe: “É de vocês, pode levar lá para dentro para guardar!”⁵³⁷.

Assim, como Maria Rita não possuía poder aquisitivo para adquirir um bilhete, e como este foi pago com o dinheiro de seu patrão, havia uma dubiedade de quem o possuía de fato: a trabalhadora doméstica (tida como empregada agregada), ou a filha do patrão. Outro elemento que se mostra é o tom paternalista característico de relações trabalhistas nessas situações de trabalhadores domésticos e agregados, como forma de acentuar a expropriação do trabalho:

[...] que o declarante queria dar a Maria Rita educação e que podia por o dinheiro que lhe pertencia na Caixa Econômica, ou ficaria negociando com o seu dinheiro, no que assinaria um documento, no que Maria Rita ficaria de acordo; que dias passados chegara na casa do declarante o rapaz de nome Divino de Tal, a quem o declarante contara que Nenem e Maria Rita tinham ganhado a sorte grande na Loteria⁵³⁸.

Em pequenos comércios ou empreendimentos agrícolas em bairros rurais havia, mesmo levando em conta o teor paternalista, uma maior proximidade entre patrão e empregados que, ao dividir o mesmo espaço de moradia compartilhavam, nas medidas proporções, o mesmo modo de vida. Entretanto, essa relativa “proximidade” nas relações de trabalho era usada como um incremento na exploração do trabalho: “era comum que o patrão permitisse que o empregado residisse e se alimentasse no próprio local de trabalho”⁵³⁹, mas, em compensação, “o empregado era obrigado também a cumprir longas jornadas de trabalho, pois muitos desses estabelecimentos normalmente fechavam apenas poucas horas durante a noite”⁵⁴⁰, sobretudo quando tais relações de trabalho envolviam o trabalho doméstico que, por sua natureza, não tinha uma carga horária de trabalho fixa.

Em suma, o paternalismo nas relações de trabalho atuava como uma forma de atenuar e mistificar as relações de exploração entre empregadores e empregados. O primeiro, tido como acolhedor e protetor, acaba por dissimular modalidades particulares de exploração do trabalho. Por outro lado, a relação paternalista no mundo do trabalho, por detrás da suposta

⁵³⁷ AFG. A. Cx.11, n° 22, 1943. p. 7.

⁵³⁸ Ibidem, p. 8-9.

⁵³⁹ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim...* op. cit. p. 119.

⁵⁴⁰ Ibidem, p. 119.

proximidade social entre ambos – às vezes vivendo na mesma casa, como era o caso de Maria Rita –, acaba por revelar longas e penosas jornadas de trabalho, ausência de direitos básicos e o não pagamento de salário.⁵⁴¹

Uma indagação cabe ser feita: o que fazia Maria Rita se submeter a tais relações de trabalho? Uma das explicações pode ser vista pela característica em comum entre patrão e empregada doméstica: ambos eram migrantes e, levando em conta o ano do processo (1942), o momento atraía muitos novos moradores, tendo em vista que marcava o batismo cultural de Goiânia, quando sua inauguração oficial foi acompanhada por uma forte campanha publicitária nacional. Apesar de não serem parentes, ambos eram naturais da mesma cidade, Bom Despacho-MG, o que demonstra um certo vínculo social entre as partes. Porém, nota-se que o patrão, Antônio Joaquim, mudou antes de Maria Rita para a capital, pois já estava estabelecido em sua casa/venda no bairro mais populoso da nova capital, Campinas.

Em tal ambiente de migração, o “recém-chegado contava com o apoio de parentes já radicados, o que em alguns casos se transformava em exploração do trabalho dos conterrâneos mais jovens ou pobres e desprotegidos em ambiente desconhecido”⁵⁴² e “em geral permaneciam nos domicílios muitas vezes sem nada receber, outras vezes parcamente remunerados ou submetendo-se a pagamentos incertos”⁵⁴³. Nesse sentido, os agregados, em contexto de migração para uma capital recém-inaugurada, acabaram por se submeter a um trabalho intenso e não remunerado em troca de moradia, comida e roupa usada.

Contatar conhecidos ou conterrâneos era uma forma que os atores sociais encontraram para usar sua rede social e sobreviverem nos canteiros de obras da capital goiana. Pedro Ponchet relata: “Quando eu cheguei aqui, em 39, eu fiquei alojado na casa de uma pessoa que conheci no Piauí, ele ficou comigo e a patroa, na casa dele uns três meses, porque eu não podia alugar casa e tinha com o que comprar cama”⁵⁴⁴. Essa ajuda foi crucial para Pedro conseguir se manter na cidade, pois “às vezes atrasava até 3 meses para se receber”⁵⁴⁵.

Ao contrário de Pedro, que já tinha um trabalho e sabia um ofício, o destino de Maria Rita ao migrar para Goiânia foi viver na casa de um conterrâneo em troca de seu trabalho.

⁵⁴¹ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim...* op. cit. p. 119.

⁵⁴² MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura...* op. cit. p. 123.

⁵⁴³ Ibidem, p. 123.

⁵⁴⁴ Entrevista de Pedro Ponchet Meireles. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 147.

⁵⁴⁵ Ibidem, p. 147.

Vida íntima, privacidade, ou quaisquer outros espaços simbólicos para si não existiam, pois, conforme demonstra o processo, Maria vivia no “cômodo da venda”. Matos⁵⁴⁶ argumenta que, com o crescimento econômico de São Paulo, novas oportunidades comerciais começaram a surgir na cidade. Tal processo acarretou uma transformação no espaço das casas das famílias imigrantes portuguesas: era comum destinar o “quarto da frente” de suas moradias para criar pequenos armazéns que, por serem um pequeno estabelecimento comercial, funcionavam a partir de uma unidade familiar com um custo operacional minúsculo, o que permitia, por sua vez, o uso de relações de trabalho de agregados que labutavam em troca de moradia, alimentação e vestuário. No caso da construção/inauguração de Goiânia, a cidade (e agora bairro) de Campinas passou por um forte crescimento populacional, o que impulsionou o comércio e fez com que várias moradias se transformassem em vendas, como é ilustrado na casa de Antônio Joaquim, que viu nessa ocasião uma oportunidade de negócios.

De volta ao processo, todas as testemunhas que estavam no local no momento da venda do bilhete, confirmam a versão de Antônio Joaquim, mas José Cândido Alves – brasileiro, quarenta e cinco, solteiro, alfabetizado, agenciador, natural de Montes Claros-MG e residente na rua Porto Nacional, Campinas – apresentou uma outra versão dos fatos:

[...] na segunda-feira próxima passada, dia 25, chegara o depoente na casa de comércio de Antônio Joaquim Filho dizendo-lhe a felicidade, mas Antônio apontando para uma sua empregada disse: “Não fui eu que, é aquela mocinha que ganhou!”, e então o depoente dirigiu-se a mocinha dizendo: “muito bem mocinha, meus parabéns, você agora é dona dos Cr\$ 25.000,00”, e a moça chegando onde estava o depoente deu-lhe a mão agradecendo; que, o depoente caçoando com a mocinha disse: “A senhora não é mais empregada, e vai chamar-se moça dos Cr\$ 25.000,00”⁵⁴⁷.

José Flauzino Faria Jr. – brasileiro, trinta e oito anos de idade, casado, alfabetizado, comerciante, natural de Jaraguá-GO e residente na rua Catalão, Campinas – também ofereceu uma versão parecida, que ouvira falar de Alberto que o seu vizinho, Antônio Joaquim, comprou o bilhete somente para Maria Rita e não para dividir com a sua filha, no momento em que o mesmo compareceu na lotérica para informar sobre a premiação.

Um elemento novo surge no depoimento de Alberto Miguel – brasileiro, cinquenta e dois anos de idade, casado, alfabetizado, comerciante, natural de Monte Alegre-MG e

⁵⁴⁶ Entrevista de Pedro Ponchet Meireles. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 124-125.

⁵⁴⁷ AFG. A. Cx.11-22, 1943. p. 11.

residente na Av. São Paulo, Campinas – que afirmou que Nita (apelido de Maria Rita) havia mencionado que gostaria de comprar a casa de Antônio Joaquim, incidente o qual poderia justificar uma possível estratégia do patrão em criar a história do bilhete dividido com a filha mais nova como forma de obter parte da premiação e evitar a perda de seu prestígio como homem, provedor do lar e detentor dos meios de reprodução da vida social.

Antes mesmo do inquérito policial ser encaminhado para o judiciário e o juiz dar a sua decisão final, Maria Rita e Antônio Joaquim chegaram a um acordo e infelizmente não sabemos o seu conteúdo, mas esse caso elucida o temor social de que um trabalhador subalterno possa obter uma súbita ascensão, sobretudo por se tratar de uma mulher e empregada doméstica, o que desafiava as convenções sociais da época, inclusive as relações paternalistas às quais estava submetida. O processo foi concluído em 28 de fevereiro de 1952 e arquivado em 27 de outubro de 1967.

Outras atividades domésticas também eram realizadas como forma de aumentar o rendimento de uma família. As mulheres, pela documentação, não apenas costuravam, limpavam e cozinhavam, mas também se dedicavam a outros ofícios, como o caso de Espedita Zupelli – natural de Novo Exú-PE e veio para Goiânia em início de 1938 – que conseguiu, trabalhando com estética, prosperar em seu negócio. Em 1945, ao ficar noiva e o marido não permitir que trabalhasse fora de casa, Espedita encontrou uma solução, aprendeu a fazer penteados, cortes e a tingir unhas: “eu ficava em casa e as freguesas sabendo do meu endereço, sempre queriam que eu as penteasse, ou cortasse os seus cabelos. Daí, então, eu tingia, fazia unhas”⁵⁴⁸ e “assim, a pequena casa ia ficando cheia, era até engraçado, que, naquela época, todas as freguesas vinham de bicicleta, e foi aumentando sempre mais”⁵⁴⁹. Com o aumento da freguesia, Espedita resolveu comprar um salão e abrir seu próprio negócio, mesmo com as dificuldades de ter acesso a funcionários especializados e aos produtos (que eram vendidos somente em São Paulo, ou no Rio de Janeiro), ela prosperou a ponto de levar suas seis irmãs para Goiânia para que trabalhassem para ela, como também “até meu marido já trabalhava, fazia permanentes, tingia”⁵⁵⁰ e “depois que tive a felicidade

⁵⁴⁸ Entrevista de Espedita Zupelli. In: *Memória cultural. Ensaios da história de um povo*. Goiânia-GO: Prefeitura Municipal, 1985. p. 80.

⁵⁴⁹ Ibidem, p. 80.

⁵⁵⁰ Ibidem, p. 81.

de ter duas filhas gêmeas, tendo que me afastar um pouco, meu marido e minhas irmãs tomavam conta direitinho do salão”⁵⁵¹.

Ao penetrar o cotidiano porta adentro dos domicílios – além da presença de relações de trabalho entre patrões e empregadas domésticas, estas sendo, em muitos casos, migrantes do interior de Goiás e Minas Gerais que chegavam à capital goiana e, para sobreviver, tinham como estratégia viver em habitações de conterrâneos, familiares e/ou conhecidos na intenção de driblar os custos de reprodução da vida nas cidades –, a documentação também mostra momentos de conflitos entre vizinhos, o que acaba por evidenciar a rede de contatos, as formas de habitações e a economia de subsistência entre a população dos bairros.

É comum nos discursos de Pedro Ludovico e nos relatórios técnicos de Atílio Correia Lima e Armando Godoi, a presença do termo “casa moderna”. Na perspectiva de tais interlocutores, a casa moderna seria exatamente o oposto do que existia na cidade de Goiás, antiga capital goiana e do que poderia oferecer a seus habitantes. Além de ter um baixo índice de construções, conforme foi anteriormente apresentado, a antiga capital apresentava modelos de casas pequenas, de muros baixos e sem privacidade, com parca iluminação solar e circulação de ar e, por não contar com uma rede de esgotos, os habitantes tinham de construir fossas que, por sua vez, contaminavam os lençóis freáticos que abasteciam a cidade em suas duas únicas fontes. Tais contrastes seriam ressaltados, conforme esses discursos, com a construção de uma capital moderna para Goiás que, no caso das moradias, ofereceria residências arejadas, com lotes bem definidos e amplo acesso ao saneamento básico.

Em Goiânia, como foi anteriormente analisado, a partir do controle dos irmãos Coimbra & Bueno, que conduziram o processo das obras da cidade, foi imposta uma rígida campanha de especulação imobiliária – com a justificativa de sanar as dívidas de construção da cidade – que se reproduziu na prática de reapropriação dos imóveis dos trabalhadores – como foi o caso do Bairro Popular, onde se atribuía rígidas regras de prazos para construção das casas exatamente para que o “beneficiado” pelo lote não conseguisse terminá-la e, por conseguinte, a perdesse por restituição judicial sendo a casa, consequentemente, revendida gerando um lucro maior para a Superintendência – que, por sua vez, exercia uma periferização maior de tal população ao ocupar lotes e formar bairros entre a órbita de Goiânia e Campinas.

⁵⁵¹ Entrevista de Espedita Zupelli. In: *Memória cultural. Ensaios da história de um povo*. Goiânia-GO: Prefeitura Municipal, 1985. p. 81.

A busca pela valorização do solo urbano via especulação imobiliária também gerou um forte condicionamento para o problema de moradias populares na cidade do Rio de Janeiro na *Belle Époque*, pois, por detrás de uma maquiagem urbana moderna, de embelezamento e saneamento, de abertura de novas avenidas e da destruição dos cortiços, se geria uma nova forma de acumulação capitalista. O controle do planejamento urbano por uma gestão capitalista voltada para a especulação imobiliária, na antiga capital federal brasileira, marcou “um período bastante violento de reforma urbanística nas áreas centrais da cidade, temperado por arbitrariedades de toda ordem e demolidores golpes de picareta”⁵⁵², quando “em apenas quatro anos, milhares de pessoas tiveram de deixar suas casinhas em cortiços [...] e seus quartos em casa de cômodos, que foram desapropriadas e demolidas por ordem da prefeitura”⁵⁵³ e, em seu lugar, surgiu “a Avenida Central e outras ruas no centro da cidade, valorizando assim ainda mais o espaço urbano e aumentando o processo de acumulação de capital por meio da especulação imobiliária”⁵⁵⁴. Os que não tiveram condições de adquirir suas moradias no Rio de Janeiro modernizado, após as reformas urbanas de Pereira Passos, tiveram de pagar alugueis ainda mais exorbitantes em casinhas, quartos nos cortiços ou em casas de cômodo que ainda permaneceram e ir para regiões mais distantes e subúrbios, o que aumentava a distância da casa ao trabalho; ou ainda habitar os morros que circunvizinhavam o centro da cidade.

As pensões eram a forma mais barata de habitação para aqueles que não tinham conseguido tirar lotes no Bairro Popular, ou nos bairros ocupados de Vila Nova e Bota-fôgo. Sr. Boari, ao ser questionado acerca da alimentação e a moradia que teve acesso nos primeiros anos da capital demonstra que, em comparação com a Cantina do Estado e as moradias, feitas pelo poder público destinadas aos trabalhadores, “as pensões que frequentei não eram tão más. Uma vez, eu mudei para uma pensão e falei: ‘eu pretendo ficar aqui por um mês, mas quero tomar uma refeição avulsa hoje’” e descreve a refeição: “Nisto veio a comida com gordura de vaca ‘– Mas isto aqui vocês podem comer. É um arroz, um macarrão, um pedacinho de carne. Não é pior não’”⁵⁵⁵. E dizia que “Até era muito barato. Quando eu cheguei em 1940 eu estava numa pensão lá no Botafogo, era 120, cama e mesa, por mês.

⁵⁵² CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim...* op. cit. p. 134.

⁵⁵³ Ibidem, p. 134.

⁵⁵⁴ Ibidem, p. 134.

⁵⁵⁵ Entrevista de Adolfo Boari. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 23.

Daquele cruzeiro velho. Hoje é um cruzeiro e vinte centavos” e conclui “Era muito barato!”⁵⁵⁶.

Os usos cotidianos, a partir dos condicionamentos particulares de Goiás, das moradias em Goiânia ressoava, para além das moradias do plano atiliano, em lotes divididos em vários barracões, pensões, casas que alugavam cômodos entre vários moradores e, nos bairros mais distantes, a presença de chácaras. Em tal ambiente era comum as brigas entre vizinhos, como também a elaboração de redes de contatos para recuperar objetos furtados de moradias e a economia de subsistência entre os bairros.

O caso representativo acerca do convívio/conflito entre os vizinhos demonstra que, em uma noite de bebedeira, pessoas que dividiam um lote em vários barracões acabaram se envolvendo em uma briga, culminando na agressão de Adair que tentara ferir com uma faca um dos réus que, por sua vez, alegou legítima defesa⁵⁵⁷. É interessante observar que vários vizinhos assistiram ao momento do crime e depuseram no inquérito, como também foram eles que acudiram a vítima antes que a briga se tornasse uma fatalidade.

Esse inquérito demonstra que, por detrás do discurso de casas modernas de seus idealizadores, os populares tinham como estratégias de sobrevivência habitarem um dos vários barracões que compunham um lote, viver em pensões, ou ainda alugar um cômodo na casa de alguém. Apesar de restringir a privacidade e a convivência entre pessoas de outras origens sociais possibilitar conflitos nos barracões, como foi mostrado no caso acima, podia-se, eventualmente, compor uma rede de contatos e solidariedades entre vizinhos que sofriam algum tipo de crime.

Um episódio similar ocorreu em 12 de agosto de 1954, quando Natal Barbosa – brasileiro, quarenta anos de idade, casado, alfabetizado, cabo da polícia militar, natural de Ipameri-GO e residente no bairro de Vila Nova –, após vagar embriagado pelas ruas do bairro onde morava, apareceu no barracão de seu vizinho, José Nunes de Souza – brasileiro, quarenta e cinco anos de idade, casado, alfabetizado, pedreiro, natural de Xixique-BA e residente em Vila Nova – por volta de meia-noite para pedir o que comer e, como não tinha, o convidou para ir até a sua casa a fim de comer e beber. A vítima, José Nunes, por achar estranho um convite tão tarde da noite, recusou a proposta e “após ingerir várias doses sucessivas em casa do ofendido, ainda o denunciado importunou a sua esposa e, por fim,

⁵⁵⁶ Entrevista de Adolfo Boari. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 23.

⁵⁵⁷ AFG. A. Cx. 11, nº 106, 1950.

insultou-a para a vítima, dizendo-a mulher sem vergonha”⁵⁵⁸ e “advertido, quebrou uma garrafa e com os seus pedaços agredira a vítima, produzindo-lhe ferimentos”⁵⁵⁹. Além do réu ter chegado na casa da vítima tarde da noite contra a sua vontade e ofendido a esposa, havia ainda a “acusação de ter surrupiado a importância de Cr\$500,00 da vítima, antes do ato de violência que contra ela acabou praticando”⁵⁶⁰.

Em seu depoimento, José Nunes pincela alguns detalhes da agressão sofrida e pontua que o réu, que já estava muito embriagado, chegou em sua casa e, prevendo ser molestada, sua mulher se retira até o barracão da vizinha. Com isso, após algumas doses de pinga, o policial militar disse “você sabe que sua mulher é a uma rapariga sem vergonha”⁵⁶¹, após empurrar o réu, a vítima recebeu uma garrafada no rosto e, os seus cacos, produziu uma série de cortes e cicatrizes e deixando-o quase inconsciente. Após a agressão, o policial furtou da carteira da vítima um montante de Cr\$500,00.

José dos Reis Nascimento – brasileiro, vinte e nove anos de idade, casado, analfabeto, natural de Barreiras-BA e residente na Vila Nova – era vizinho da vítima, morava no barracão em frente e uma das poucas testemunhas oculares da agressão. Dizia que, ao chegar na casa de José Nunes, “o cabo Natal levava consigo uma garrafa daquela bebida e tendo a esposa de José se escusado de usar tal alcoólico, disse [...] que sua mulher era uma sem vergonha atoa”⁵⁶² e que após essa cena, o réu desferiu uma garrafada na face da vítima. Izidório Rodrigues – brasileiro, vinte e um anos de idade, solteiro, alfabetizado, pedreiro, natural de Taguatinga-GO e residente na Vila Nova – morava ao lado da vítima e, pela proximidade das moradias, pode ouvir que o cabo queria forçar a esposa de José Nunes a beber aguardente e confirma toda a versão apresentada da agressão e do roubo. O réu, para se defender, dizia que lembrava pouca coisa por causa de sua embriaguez e que foi convidado pela vítima “para que fossem juntos até a sua residência para cearem uma farofa”⁵⁶³ e que lá chegando “não sabe porque, foi, sem menos esperar, agredido por José, recebendo duas pauladas”⁵⁶⁴ que, para se defender “apoderou-se de um objeto ao qual não sabe identificar e com ele vibrou uma forte pancada contra José”⁵⁶⁵.

⁵⁵⁸ AFG. L. Cx. 5, nº 452, 1955. p. 1.

⁵⁵⁹ Ibidem, p. 1.

⁵⁶⁰ Ibidem, p. 1.

⁵⁶¹ Ibidem, p. 6.

⁵⁶² Ibidem, p. 8.

⁵⁶³ Ibidem, p. 11.

⁵⁶⁴ Ibidem, p. 11.

⁵⁶⁵ Ibidem, p. 11.

No relatório final do inquérito, o delegado argumentava que, pelos depoimentos e pelas provas materiais (pois fora apreendida a garrafa usada na agressão), era possível imputar culpabilidade para o réu. Por fim, justificava a morosidade da investigação “por acúmulo de serviços nesta Especializada”⁵⁶⁶, por ter demorado mais de um ano para a conclusão. Em 13 de novembro de 1955 o promotor dá vista no processo mas, sem demais detalhes, é concluído em 3 de dezembro e arquivado em 2 de fevereiro de 1967.

A política de especulação imobiliária, como foi amplamente abordada na documentação do subcapítulo anterior, foi sentida no cotidiano na presença de diversas formas de moradias, sobretudo em pensões e, sob a ótica da documentação do judiciário, os conflitos entre seus moradores. José Rodrigues Filho – brasileiro, trinta e cinco anos de idade, casado, alfabetizado, dentista, natural de Minas Gerais e residente na rua 74, nº 58 – habitava mais uma das pensões e barracões que se situavam no Bairro Popular, especificamente na rua 74. No dia 3 de abril de 1951, ao chegar de viagem e tendo ciência de que estava devendo a mensalidade da pensão que habitava com a sua família, se fez de cansado e resolveu almoçar no próprio quarto, pedindo para que a esposa pegasse o seu prato. Ao chegar na cozinha, a proprietária da pensão recusou fornecer o almoço, porém “lembrou a esposa do dentista que este devia pagar os atrasados, pois que ela, dona da casa, se achava em dificuldades e precisava do dinheiro”⁵⁶⁷. Somente essa fala foi motivo bastante para que o acusado fosse pessoalmente até a cozinha e esbofeteasse a dona da casa, ocasionando um grande tumulto e irritação dos outros moradores pela covardia de seus atos.

Beatriz Gonzaga da Cunha – brasileira, trinta e cinco anos de idade, casada, alfabetizada, doméstica, natural de Cravinhos-SP e residente no Bairro Popular – era esposa do réu e mostrava, em seu relato, que Rosa foi mais incisiva na cobrança e que, ao chegar na cozinha, já perguntava “se o seu esposo não havia trazido o dinheiro para pagar-lhe; [...] disse que seu esposo estava sem dinheiro e não poderia no dia exigido pela proprietária da pensão; a mesma revidou dizendo que não poderia esperar mais”⁵⁶⁸ e a partir daí engrossa o tom para a esposa do acusado “que não poderia esperar mais, porque o proprietário da casa, onde a mesma mantém a pensão, estava querendo receber [...] o aluguel da dita casa e não esperaria”⁵⁶⁹ e, depois desse diálogo, foi falar com José Rodrigues, perguntou se tinha a quantia do aluguel e “exteriorizou a ideia de que a proprietária estava pensando que o seu

⁵⁶⁶ AFG. L. Cx. 5, nº 452, 1955. p. 16.

⁵⁶⁷ AFG. J.Cx.36, nº 279, 1951. p. 2.

⁵⁶⁸ Ibidem, p. 10.

⁵⁶⁹ Ibidem, p. 10.

esposo estava com a ideia de fintá-la na importância que era devedor”⁵⁷⁰. Com isso, o réu saiu de seu quarto até a cozinha e passou a esbofetejar a dona da pensão, mas foi impedido pelos demais moradores da residência.

Um elemento pertinente de análise emerge na versão dada por Sebastião Mariano Corrêa – brasileiro, vinte e cinco anos de idade, casado, alfabetizado, dentista, natural de São Paulo e residente na rua 74, nº 58 – que era vizinho da pensão e presenciou quando a esposa do réu correu para a rua pedindo socorro e, quando adentrou na casa, o réu gritava: “aqui não tem homem”, e continuava: “você está procurando dinheiro com a minha mulher, ela não lhe deve, quem lhe deve sou eu”⁵⁷¹, a vítima respondia: “olha desgraçado, você já me bateu mesmo, agora acabe de me matar!”⁵⁷², e o réu contestava: “eu acabo de te matar mesmo”⁵⁷³. O réu foi preso em flagrante e colocado em liberdade pelo pagamento de fiança (não declarada) um dia após a agressão. Em 4 de abril de 1951, o delegado encaminha seu relatório e o inquérito ao juiz, no dia 7 do mesmo mês é recebido, no dia 30 de agosto o 1º promotor alega morosidade por acúmulo de trabalho, sem demais informações é concluído em 11 de setembro e arquivado em 2 de fevereiro de 1967.

Esse evento explana uma característica intrigante do cotidiano porta adentro, pois revela a presença de mulheres donas de pensões que, para se sustentarem em meio a especulação imobiliária de seu bairro, alugavam casas em seu nome e, por sua vez, alugavam novamente outros cômodos da casa a fim de pagar o aluguel para o proprietário do imóvel. Dessa forma, a prática de especulação imobiliária do Bairro Popular refletia em práticas de sublocações com o objetivo de garantir o pagamento do aluguel, bem como um ordenamento extra nas realizações de atividades domésticas.

Outro aspecto intrigante na agressão, foi o ferimento da honra e da virilidade do réu ao ser cogitada a incapacidade do homem de prover o sustento do lar. A tensão de não ter uma casa própria e, sobretudo, não conseguir se manter em uma pensão, por querer supostamente “fintar”, ou seja, não cumprir com as obrigações em quitar as dívidas e, somado ao fato por ter sido a sua mulher cobrada e ela não ter autonomia financeira, pode ter gerado tal reação enérgica do réu.

⁵⁷⁰ AFG. J.Cx.36, nº 279, 1951. p. 2.

⁵⁷¹ Ibidem, p. 15.

⁵⁷² Ibidem, p. 16.

⁵⁷³ Ibidem, p. 16-17.

Como se viu acima, as brigas de vizinhos podiam ocorrer por causa da tensão de viverem em um mesmo espaço, como nas pensões, ou aglomerados em um mesmo lote, como nos barracões. Mas, como indica a documentação do judiciário, dois outros motivos estavam presentes nas brigas entre vizinhos: conflitos entre crianças que se tornavam brigas de pais e desentendimentos gerados em razão de animais domésticos (cachorros).

Os dois casos de brigas entre crianças envolvem abuso por parte das forças policiais. Uma simples briga entre crianças poderia desencadear uma forte cena de agressão e covardia na vizinhança de um bairro. Em 19 de fevereiro de 1944, Virgílio Inácio – brasileiro, quarenta e sete de idade, casado, alfabetizado, guarda civil, natural de Pirenópolis-GO e residente em Campinas – estava na porta da Cadeia Pública de Campinas quando seu filho, José Inácio, o procurou a pedido de sua mãe para pedir dinheiro para comprar carne. De seu posto, o réu podia ver o filho na fila do açougue e aí “aproximou de seu filho um outro garoto muito maior e por diversas vezes arrancou o chapéu de José, jogando-o no chão, acabando essa brincadeira com os dois em luta corporal”⁵⁷⁴. Vendo que seu filho estava levando a pior, o réu deixa o seu local de trabalho para separar a briga e, vendo que estava a caminho, o outro garoto escapuliu e foi alcançado pelo guarda que, por sua vez, desferiu vários golpes com o seu cinto.

Eurico de Souza – brasileiro, quarenta e dois de idade, casado, alfabetizado, funcionário público, natural da cidade de Goiás e residente em Campinas – era o pai da vítima e dizia que chegou em casa do trabalho horas depois do ocorrido e foi informado pelo seu filho que “ao passar em frente ao açougue [...] puxou o chapéu de um filho do guarda Virgílio, tendo recebido um soco do menor com quem bolinara, revidando-o”⁵⁷⁵ e continua dizendo que “tendo nesse momento aparecido o dito guarda que saiu em perseguição do menor Jair [...] onde foi alcançado [...] recebendo então pancadas [...] dadas por uma correia”⁵⁷⁶ e concluía seu depoimento dizendo que “seu filho Jair é de bom comportamento, atencioso e obediente para com seus pais, o mesmo acontecendo com os seus irmãos, tendo por hábito deitar-se às 19 horas”⁵⁷⁷. Tal comportamento pode ser confirmado por Cipriana da Silva – brasileira, quarenta e sete anos de idade, viúva, alfabetizada, doméstica, natural da cidade de Goiás e residente em Campinas – que, ao ver o momento da agressão do guarda ao menino, desaprovava a reação do réu e dizia “que o menor, vítima do espancamento, apesar de peralta

⁵⁷⁴ AFG. U-V. Cx. 1, nº 319, 1944. p. 8.

⁵⁷⁵ Ibidem, p. 6.

⁵⁷⁶ Ibidem, p. 6.

⁵⁷⁷ Ibidem, p. 7.

não é de mal comportamento, tendo recebido boa educação dos pais”⁵⁷⁸. Honória Borges – brasileira, quarenta e cinco anos de idade, casada, analfabeta, doméstica, natural e residente em Campinas – estava na porta de sua casa conversando com Cipriana e argumentava que Jair “apesar de ser um tanto peralta, é educado, não sendo dado à prática de quaisquer atos impróprios a sua idade”⁵⁷⁹

O réu não foi preso, mas foi processado por agressão e, com um agravante de ser a vítima menor de idade. Porém, no relatório do delegado, ao encaminhar para o juiz da vara criminal, é ressaltado que foi cometido um crime e um excesso por parte do guarda, entretanto, em suas palavras, tais atos podem ser justificados frente ao calor do momento de um pai protetor que tenta defender o seu filho. Para corroborar o bom comportamento do guarda, frente a esse “desvio”, foi levantada a sua ficha criminal e o seu histórico como guarda civil, no qual não constava nenhuma infração de sua parte. Além disso, em 37 de maio de 1944, algo impressionante – por ter aparecido somente neste processo – foi o abaixo-assinado anexado aos autos contendo 63 assinaturas, pedindo o arquivamento do processo. Nenhuma informação adicional apareceu no processo até a sua conclusão em 12 de janeiro de 1955 por ter prescrito.

Como está sendo analisado, os casos sobre brigas de vizinhos, quando não eram provenientes de conflitos dentro dos domicílios, emergiam, na maioria das vezes, por causa de brigas entre crianças que acabavam por envolver a participação de adultos e outras famílias. O caso a seguir, além de demonstrar brigas de crianças que se tornaram sérias agressões, elucida também o abuso das forças policiais que extrapolam sua atuação usando o poder atribuído para resolver rixas pessoais.⁵⁸⁰

Luiz Ávila de Souza – brasileiro, trinta e oito anos de idade, casado, sabendo assinar o nome, operário, natural de Maceió-AL e residente na Av. Oeste, nº 1530, Bairro Operário – dizia que era costumeiro seu filho levar almoço em um caldeirão para ele e seu colega de trabalho nas obras em que trabalhavam. E, no meio do caminho, seu filho “teve uma vontade de fazer uma necessidade fisiológica, desceu em um buraco deixando em cima o seu caldeirão; [...] quando voltou a sua tampa [...] não estava no lugar”⁵⁸¹ e “como ideia de criança [...] tirou a tampa do caldeirão do filho de Manezinho [...] e se não desse conta da tampa do

⁵⁷⁸ AFG. U-V. Cx. 1, nº 319, 1944. p. 12.

⁵⁷⁹ Ibidem, p. 13.

⁵⁸⁰ AFG. A. Cx. 11, nº 218, 1949.

⁵⁸¹ Ibidem, p. 9.

seu ele não entregaria a sua”⁵⁸². Ao saber do ocorrido, o declarante pediu para o seu filho levar uns pedaços de bolo até a casa de Manezinho e também para convidá-lo até a sua residência para resolver o ocorrido. Mais tarde, chegou em casa um sargento da polícia “e com o revólver na mão ameaçou o declarante se caso ele não entregasse a tampa do caldeirão, ele o sargento mataria o declarante”⁵⁸³ e, logo depois, chegou um irmão do sargento, também armado com um revólver, ameaçando-o. Foi nesse momento que seu vizinho interveio e, quando estavam indo embora, o mesmo disse “que aquilo estava parecendo serviço de jagunço”⁵⁸⁴ e que iria dar parte na delegacia e, em poucos segundos, o sargento retornou e deu dois socos em seu compadre, deixando-o todo ensanguentado.

O vizinho que foi separar a briga e acabou sendo agredido foi Francisco José Lopes – brasileiro, quarenta e cinco anos de idade, casado, sabendo assinar o nome, pedreiro, natural da Bahia e residente na Av. Oeste, nº 1527, Bairro Operário – que no dia 19 de abril de 1949 chegava por volta das 17:30 de seu trabalho e, antes mesmo de entrar em sua casa, observou que haviam dois homens armados, um com um revólver e o outro com uma faca, ambos na cinta. Como a conversa estava em um tom de briga, procurou apaziguar os ânimos e, ao não conseguir, resolveu ir prestar queixa na delegacia, quando ia saindo, alertado pela sua vizinha, se virou e recebeu dois socos do réu em seu no olho direito e caiu ensanguentado no chão.⁵⁸⁵ Airton Alves Siqueira – brasileiro, vinte anos de idade, solteiro, alfabetizado, operário, natural da cidade de Goiás e residente na Av. Oeste, nº 1529, Bairro Operário – apesar de não saber os motivos da agressão, foi uma testemunha ocular e confirma a versão da vítima. Maria Gonçalves dos Santos – brasileira, vinte e seis anos de idade, solteira, natural de Itaberaí-GO e residente na Av. Oeste, s/n, Bairro Operário – disse que, quando começou a briga, estava próxima do sargento e de Luiz, que o réu o havia ofendido bastante e, quando chegou Francisco e disse que “tinha que ir nas autoridades para dar jeito nessas pessoas”⁵⁸⁶ e que, ouvindo isso, o réu retornou e espancou a vítima. Todas as outras quatro testemunhas, acabaram por reforçar a mesma versão do ocorrido e nota-se uma revolta dos vizinhos que habitavam a Av. Oeste frente à covardia de um militar que abusava de seu poder.

O réu Antônio Alves Borges – brasileiro, trinta e três anos de idade, casado, alfabetizado, guarda militar (sargento), natural de Barreira-BA e residente em Goiânia – dizia

⁵⁸² AFG. A. Cx. 11, nº 218, 1949.

⁵⁸³ Ibidem, p. 10.

⁵⁸⁴ Ibidem, p. 10.

⁵⁸⁵ Ibidem, p. 7-8.

⁵⁸⁶ Ibidem, p. 11.

que o filho de Luiz tinha agredido e tomado o tampo do caldeirão de seu filho, como também havia ofendido a sua família e, buscando resolver a situação, foi até a casa do mesmo e, Luiz e seu vizinho Francisco, fizeram uma emboscada para agredi-lo e a seu colega com facões, e que apenas buscou se defender. Marcelino Ribeiro de Lima – brasileiro, vinte e quatro anos de idade, analfabeto, servente, natural da Bahia e residente na Vila Santa Teresinha – é a única testemunha que corrobora a versão do réu.

Em 2 de maio de 1949, o delegado encaminha o relatório do inquérito para o juiz, ressaltando o abuso de poder por parte de Antônio, bem como o desacato de Luiz por tê-lo chamado de “jagunço”. Em 17 de junho do mesmo ano, o réu é intimado para depor ao juiz, porém este havia sido transferido para o interior do estado; em 11 de junho de 1951 o juiz corregedor atribuía críticas ao cartório do crime pela morosidade para a conclusão do processo e em 22 de junho o escrivão se justificava devido ao acúmulo de trabalho e, somente em 31 de janeiro de 1952, o processo é devidamente concluído.

Novamente a Av. Oeste do Bairro Operário é um palco de brigas entre vizinhos e, conforme foi ilustrado em outros conflitos da mesma natureza, o abuso de poder por parte da polícia, sobretudo por policiais fora de horário de serviço. Em 27 de agosto de 1955, Francisco Tenório Albuquerque – brasileiro, vinte e sete anos de idade, casado, alfabetizado, militar, natural de Canindé-CE e residente na Av. Oeste, nº 32, Bairro Operário – afirmava que, ao chegar em casa do trabalho, avistou um cachorro em seu quintal que já tinha devorado ovos e matado duas galinhas e, possesso de raiva, pegou o seu revólver e saiu em perseguição ao animal. O cachorro fugiu para a porta da casa de Oscar Lopes – brasileiro, trinta e um anos de idade, casado, alfabetizado, motorista, natural de Ipameri-GO e residente Av. Oeste, nº 4, Bairro Operário – que, por conter várias crianças na porta de sua casa, advertiu o soldado pela sua imprudência. O réu, em seu depoimento após se entregar dias depois do fato, dizia que a vítima havia atentado contra a sua moral e passou a humilhá-lo, não dando detalhes, sendo por isso que procedeu os disparos.⁵⁸⁷

Oscar dizia que o réu chegou gritando muito exaltado na porta de sua casa “este cachorro desgraçado comeu um pintinho meu”⁵⁸⁸ e “agora vou matá-lo”⁵⁸⁹, quando questionou o fato do cachorro cometer um ato tão atípico o mesmo retrucou “você está querendo dizer que estou mentindo?”⁵⁹⁰. A mãe da vítima, depois de ouvir os dois tiros,

⁵⁸⁷ AFG. F. Cx. 22, nº 554, 1955.

⁵⁸⁸ Ibidem, p. 12.

⁵⁸⁹ Ibidem, p. 12.

⁵⁹⁰ Ibidem, p. 12.

chegou até o local e se justifica “que o culpado do animal comer aves eram que os próprios vizinhos, os quais, atiravam galinhas mortas nas vias públicas ao invés de enterrá-las”⁵⁹¹ e, ao adentrar a residência para amarrar o cachorro, o réu ainda gritava do lado de fora “então o senhor amarra seu cachorro, pois, se ele for lá, eu mato ele de tato”⁵⁹². Oscar, para não criar problemas, ainda argumentou que a partir daquele dia o cachorro ficaria amarrado e, se o animal fosse até a sua casa, que não se importaria se o matasse, que também “não queria criar inimizades com nenhuma, pois, ali já residia já mais de doze anos e era amigo de todos”⁵⁹³ e “embora o militar fosse seu vizinho há apenas um mês, desejava ser seu amigo também, como sempre fora dos outros”⁵⁹⁴, mesmo assim o soldado retrucou “escuta aqui, você está querendo é topar com o Francisco Tenório rapaz”⁵⁹⁵. E, a partir desta última fala, conforme relatou a vítima, o réu desferiu um tiro no ombro, na região da clavícula e, assustado, correu até a sua residência, onde foi alvejado na região da coxa caindo do chão, quando a sua mãe entrou na frente do soldado para impedir para atirasse ainda mais, o réu desferiu mais dois tiros que quase a atingiram, parando de atirar somente quando o revólver não tinha mais balas e mesmo assim “o militar continuou a acionar o gatilho da arma que já se achava descarregada”⁵⁹⁶. Maria Simões Lopes – brasileira, trinta anos de idade, casada, sabendo assinar o nome, natural de Ipameri-GO e residente na Av. Oeste, nº 4, Bairro Operário – era esposa da vítima e confirmava a versão de seu esposo.

Apolônio Fernandes da Silva – brasileiro, quarenta e três anos de idade, casado, alfabetizado, funcionário público, natural de Porto Nacional-GO e residente na Av. Oeste, s/n, Setor Ferroviário – dizia que avistou toda a cena do policial tentando matar o cachorro e confirma a versão do conflito dada pela vítima e, com base em seu depoimento, se espantou pelo fato de que por ter no local dois militares, eles não impediram o réu de atirar repetidas vezes em Oscar e de tentar assassinar a mãe dele.

A interpretação do delegado, conforme o seu relatório, indica que, de fato, o soldado se excedeu e que a sua atitude foi imprudente ao quase alvejar crianças na rua, a atirar contra uma idosa e ao balear, na intenção de matar, Oscar. Na conclusão, o delegado afirmava que o soldado deveria ser processado por tentativa de homicídio com o agravante de ter evadido do local. Em 29 de setembro, o relatório era encaminhado até o cartório do crime, no 1º de

⁵⁹¹ AFG. F. Cx. 22, nº 554, 1955, p. 13.

⁵⁹² Ibidem, p. 13.

⁵⁹³ Ibidem, p. 13-14.

⁵⁹⁴ Ibidem, p. 14.

⁵⁹⁵ Ibidem, p. 14.

⁵⁹⁶ Ibidem, p. 15.

outubro o promotor deu o visto e, em primeiro de dezembro chega até a mesa do escrivão, novamente, sem demais informações, no dia 2 de fevereiro de 1967, o processo é arquivado.

Na próxima ocorrência não há abuso por parte das forças policiais, mas exemplifica que episódios que envolvem crianças e animais domésticos podem atiçar a ira dos pais ou donos e gerar brigas entre vizinhos. Em 4 de outubro de 1955, Maria João – brasileira, quarenta anos de idade, casada, sabendo assinar o nome, doméstica, natural de Araguari-MG e residente na sua 98, nº 25, Setor Sul – procurava a delegacia para prestar queixas de uma série de ameaças que estava sofrendo por causa de um cachorro de sua propriedade. Sofia Helou – síria, sessenta anos de idade, casada, alfabetizada, doméstica, natural do Líbano e residente na rua 104, s/n, Setor Sul – era vizinha de Maria e estava na residência da vítima quando ouviu um choro de criança na porta da casa devido ao cachorro que, no momento não estava amarrado em sua coleira, avançar em sua direção e amedrontá-la. Mesmo sem ter provocado nenhum dano à criança, seu pai, o acusado, investiu contra Maria João “dando-lhe um pescocoção”⁵⁹⁷, depois “em atitude muito agressiva, disparou seu revólver no quintal da residência da mesma, em direção ao seu cachorro, procurando alvejá-lo”⁵⁹⁸ e, embora conservasse o cachorro sempre amarrado “a fim de evitar que o mesmo venha agredir um transeunte qualquer que passa pela frente de sua residência, este dia o cão estava solto, por uma coincidência”⁵⁹⁹. Adolfo Pereira da Trindade – brasileiro, vinte e quatro anos de idade, solteiro, alfabetizado, pedreiro, natural da Bahia e residente na rua 70, nº 71, Bairro Popular – estava passando pela rua quando ouviu um estampido de um tiro e ouviu a vítima gritar “em minha casa você não entra”⁶⁰⁰ e argumenta que foi a esposa do réu, a pessoa quem lhe deu um pescocoção.

Felipe Elias – brasileiro, trinta e sete anos, casado, alfabetizado, comerciante, natural de Sacramento-MG e residente na rua 98-A, nº 9, Setor Sul – em sua defesa dizia que o seu filho foi atacado pelo cachorro que o feriu e, inclusive, rasgou a blusa de sua dona devido tamanha agressividade. O réu argumentava que “por muitas vezes já havia solicitado providências no sentido de prender o animal e nada tinha feito a ponto de acontecer novamente o que estava passando”⁶⁰¹ e que constantemente o cachorro amedrontava seus filhos “em virtude de ser o caminho de seus filhos irem à escola todos os dias e mesmo ser a

⁵⁹⁷ AFG. F. Cx. 22, nº 554, 1955, p. 4.

⁵⁹⁸ Ibidem, p. 4.

⁵⁹⁹ Ibidem, p. 4.

⁶⁰⁰ Ibidem, p. 6.

⁶⁰¹ Ibidem, p. 7.

única rua que vai a sua residência”⁶⁰², concluía que “para evitar que seus filhos venham ser agredidos proibiu-os de andar de bicicleta”⁶⁰³ e isso levava “Maria João correr pelas ruas se gabando ‘somente eu posso andar de bicicleta nesta rua’”⁶⁰⁴. Leontina Nanzan Name – brasileira, trinta e três anos de idade, casada, sabendo assinar o nome, natural de Sacramento-MG e residente na rua 98-A, nº 9, Setor Sul – era esposa do réu e confirmava tal versão, dizendo que exaustivamente já tinha pedido para prender o cão e que constantemente ele atacava diversos transeuntes que passavam na porta da casa, sobretudo os seus filhos.

A versão de que o cachorro vivia solto amedrontando pelas redondezas é também relatada por Arlindo José da Silva – brasileiro, quarenta e cinco anos de idade, casado, alfabetizado, fazendeiro, natural de Parnaguá-PI e residente na rua 98, nº 3, Setor Sul – que era vizinho da vítima e “pode afirmar que a mesma tem um cachorro policial bastante perigoso, o qual sempre fica solto”⁶⁰⁵, sendo que “por diversas vezes aquele cachorro investe contra transeuntes, tendo já mordido crianças que brincam pelas imediações”⁶⁰⁶, ainda se queixava “que o próprio filho já foi mordido pelo dito cachorro”⁶⁰⁷ e “que depois disso o referido cachorro tem atacado outras crianças, sem que sua proprietária procure ter mais cuidado em mantê-lo fechado”⁶⁰⁸. Francisco Ernesto Martins Vieira – brasileiro, quarenta anos de idade, casado, alfabetizado, funcionário público federal, natural do Rio de Janeiro e residente na rua 85, nº 1, Setor Sul – dizia que, quando era vizinho da vítima, a mesma tinha “um cachorro que vive sempre solto ameaçando todos que por ali passam, principalmente crianças”⁶⁰⁹ que o animal “agrediu o depoente, bem como seus sobrinhos”⁶¹⁰.

No relatório final do inquérito policial, o delegado afirmava que deveria levar em conta que, de certa forma, Maria João estava causando um desconforto em sua vizinhança por causa de seu cão e que, apesar da vítima e somente uma testemunha argumentar contrariamente a isso, vivia solto e atacava as crianças. Porém, nada disso justificaria as atitudes energéticas de Felipe, ao atirar no quintal contra os cachorros sem levar em conta que havia crianças na residência e Leontina, por causa do “pescoção”. No final do relatório, o delegado, como em outros casos levados a ações “enérgicas” de pais em envolverem em

⁶⁰² AFG. F. Cx. 22, nº 554, 1955, p. 7.

⁶⁰³ Ibidem, p. 7.

⁶⁰⁴ Ibidem, p. 7.

⁶⁰⁵ Ibidem, p. 13.

⁶⁰⁶ Ibidem, p. 13.

⁶⁰⁷ Ibidem, p. 13.

⁶⁰⁸ Ibidem, p. 13.

⁶⁰⁹ Idem, p. 14.

⁶¹⁰ Ibidem, p. 14.

conflitos de seus filhos menores, justifica tais atos do réu e de sua esposa, “embora tenham agido com precipitação [...] foi na legítima defesa da integridade física de seu filho, que se achava na iminência de ser estrangulado nos dentes de um irracional”⁶¹¹.

Em 11 de outubro, o inquérito era encaminhado para o juiz, sendo recebido pelo escrivão no dia 19 do mesmo mês e somente um ano depois, em 1º de outubro de 1956, que é dado o visto pelo promotor de justiça, que remete ao juiz pedindo o prosseguimento do processo. No dia 20 de setembro, o processo é finalmente “vistado” pelo juiz da 4ª vara criminal e, em 8 de setembro de 1961, o processo é devidamente concluído sem quaisquer outras informações, sendo arquivado em 3 de janeiro de 1967.

Ao analisar os processos de brigas entre vizinhos, como hipótese justificativa para tais conflitos, pode-se inferir que, ao conviverem juntas em uma mesma casa (pensões) ou dividindo uma das diversas moradias em um mesmo lote (barracões), as pessoas acabavam por entrar em conflito uns com os outros. Cabe ressaltar que, conforme foi demonstrado a partir da qualificação dos autos dos processos, tais indivíduos eram pessoas migrantes dos mais diferentes lugares e que foram obrigados, a partir dos condicionamentos dos acessos às moradias, a viverem juntos, com hábitos oriundos de universos culturais diferentes.

Anteriormente se viu que, tanto Maria Rita⁶¹², quanto Pedro Ponchet⁶¹³ se utilizaram de conterrâneos e conhecidos para viver em Goiânia até possuírem condições de terem suas moradias. Nesse sentido, nota-se uma preocupação dos migrantes em viver próximos às pessoas que compartilhavam o mesmo universo cultural. Dona Cerise, que vivia em Campinas em finais dos anos de 1930, dizia que a capital goiana foi majoritariamente formada por migrantes advindos do interior de diversos estados e, para sobreviver, buscavam construir uma rede de sociabilidades entre indivíduos provenientes da mesma região: “Quando nós morávamos em Campinas, como lá havia poucos habitantes, todos eram muito unidos, principalmente as famílias mineiras que vieram conosco”⁶¹⁴.

Sr. Hilarino, que acompanhou a construção da cidade e vivia nela desde 1938, constatava, em 1985, a sua visão sobre o processo de migração para Goiânia:

Nos primeiros tempos de Goiânia a população era quase a mesma, porque a capacidade de absorção de imigrantes era pequena. A princípio, tudo era do estado, vinha através do estado, não havia dinheiro para tanto trabalho assim, não. Agora,

⁶¹¹ AFG. F. Cx. 22, n° 554, 1955, p. 26.

⁶¹² AFG. A. Cx.11, n° 22, 1943.

⁶¹³ Entrevista de Pedro Ponchet Meireles. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 147.

⁶¹⁴ Entrevista de Cerise Pinto Carramaschi. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 67.

depois da guerra, é que a coisa acelerou e começou a vir gente demais para cá. Com a valorização de terras aqui, muita gente, mineiros, nordestinos, vieram. Começou a correr mais dinheiro em Goiás, a produção aumentou e, você sabe, onde há mais dinheiro, há mais movimento. Mas no começo não, o negócio era lento, um progresso lento.⁶¹⁵

Foram analisadas até aqui as relações de trabalho das empregadas domésticas, as brigas entre vizinhos que habitavam o mesmo lote de barracões ou em pensões, como também conflitos que envolviam crianças e animais domésticos. Mas, conforme indicam as fontes, os elementos mais comuns no cotidiano porta adentro, tendo em vista que se tratam de inquéritos policiais e processos criminais, foram os furtos de moradias, somando 16 dos 28 documentos. Os furtos de residências permitem inferir tanto na vida material de seus moradores e a rede de contatos entre os vizinhos para recuperarem os objetos furtados, como também entender certos aspectos físicos das casas de alguns bairros periféricos que estavam surgindo.

As moradias eram alvos dos larápios e, a partir da documentação do judiciário é possível notar tanto os objetos mais cobiçados por eles, quanto alguns aspectos da vida material presente no cotidiano “porta adentro” dos domicílios. Pelas fontes, artigos de ouro e joias eram os mais cobiçados, passando por dinheiro, armas brancas, utensílios de cozinha e roupas de cama. A falta de uma vida privada possibilitava outras interpretações da ideia de propriedade, pois, ao dividir quartos em uma mesma casa, alguns sujeitos achavam normal pegar emprestado um objeto de outra pessoa, o que poderia ser interpretado como furto⁶¹⁶. Morar em um dos diversos barracões de um mesmo lote poderia tanto acobertar a atuação de larápios quanto criar vínculos de solidariedade entre os vizinhos que facilitasse a captura dos mesmos⁶¹⁷.

A respeito dos vínculos de solidariedade entre vizinhos e conhecidos, um furto de um simples cordão de ouro era capaz envolver uma série de atores sociais. No dia 27 de setembro de 1944, Antônia Borges – brasileira, trinta e dois anos de idade, casada, alfabetizada, natural da Bahia e residente na Av. Pará, nº 653, Campinas – procurava a delegacia de Campinas queixando-se ter sido vítima de roubo de um cordão de ouro, que foi visto sendo usado por Maria de Oliveira – brasileira, vinte e oito anos de idade, casada, alfabetizada, hoteleira, natural e residente em Campinas – que, na época, era dona do Hotel Avenida, situado na movimentada Avenida 24 de Outubro que, na época, era o “centro” de Campinas. O furto do cordão e de outros objetos, conforme relata em seu depoimento, havia sido feito em sua

⁶¹⁵ Entrevista de Hilarino Veloso da Silveira. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 110.

⁶¹⁶ AFG. W. Cx. 62, nº 187, 1944.

⁶¹⁷ AFG. H. Cx. 24, nº 114, 1946.

residência na noite de 10 abril daquele ano, momento em que estava ausente. Maria de Oliveira dizia, em sua defesa, que havia comprado o cordão por Cr\$ 750,00 de um agenciador chamado “Wilson de tal”, como também o emprestou para a vítima para apurar sua autenticidade na delegacia e que, ao procurar o dito agenciador, o mesmo devolveu a quantia para a declarante.⁶¹⁸ Wilson Torrano – brasileiro, vinte e cinco anos de idade, solteiro, alfabetizado, agenciador, natural de Cajuru-SP e residente na Av. Minas Gerais, nº173, Campinas – ao saber que o cordão que havia vendido era objeto furtado, até mesmo para se defender, apresentou-se na delegacia duas semanas mais tarde, dizendo que havia comprado, por Cr\$ 250,00 da proprietária da Pensão Palheiros e, para obter um lucro, resolveu vender por Cr\$500,00 a mais.⁶¹⁹

Maria Carlota de Oliveira – brasileira, trinta e três anos de idade, casada, alfabetizada, hoteleira, natural de Minas Gerais e residente na Rua Jaraguá, nº 17, Campinas – era proprietária da dita pensão, dizia que havia ficado sabendo que Wilson tinha obtido um grande lucro na venda do cordão, pois “não estava arrependida, porquanto o cordão lhe havia custado, já muito anos atrás, Cr\$ 15,00”⁶²⁰ e justificava que “era de sua propriedade, desde menina; que o cordão [...] obteve como herança”⁶²¹, como também “vendeu para diversas pessoas, uma infinidade de ouro, deixado por sua mãe”⁶²². Porém, tal argumentação não se sustentava, pois Dante Adelino Teles – brasileiro, trinta e dois anos de idade, solteiro, alfabetizado, natural de Formiga-MG e residente em Trindade-GO – dizia que três meses antes de seu depoimento, havia ele se hospedado na pensão de Maria Carlota e, quando viu a transação entre ela e Wilson, a advertiu que tinha vendido muito barato, pois “o valor do mesmo devia ser de aproximadamente de Cr\$ 500,00”⁶²³, sendo respondido por ela “que estava ganhando muito dinheiro pois havia adquirido o cordão de um hóspede pela importância de Cr\$ 15,00”⁶²⁴.

Até esse ponto, nota-se que o furto do que poderia ser visto como um simples cordão de ouro em uma residência no bairro de Campinas, pode envolver toda uma rede de pessoas e seus contatos, passando por um hóspede da pensão que, provavelmente, adentrou uma casa para furtar objetos, dentre eles o cordão, que teve como paradeiro uma pensão – local que,

⁶¹⁸ AFG. M. Cx. 44, nº 60, 1944.

⁶¹⁹ Ibidem, p. 8.

⁶²⁰ Ibidem, p. 9.

⁶²¹ Ibidem, p. 9.

⁶²² Ibidem, p. 9.

⁶²³ Ibidem, p. 12.

⁶²⁴ Ibidem, p. 12.

como viu-se no capítulo anterior, poderia oferecer uma maior mobilidade urbana para que os larápios vendessem a mercadoria furtada e pudessem evadir-se da cidade sem deixar muitos “rastros”. Maria Carlota, achando que estava fazendo um bom negócio, revendeu o cordão de Cr\$ 15,00 por Cr\$ 250,00 e, por conhecer vários indivíduos, em razão do trânsito de pessoas em sua pensão, vendeu para Wilson, que estava mais para vendedor ambulante do que agenciador, que usou a sua rede de conhecidos e vendeu o dito cordão de Cr\$ 250,00 por Cr\$ 750,00, obtendo um lucro maior ainda, mas, conforme se abstraiu da fala dos depoentes, foi o único que teve o prejuízo ao ter que devolver o dinheiro e sendo ainda confiscado o cordão de ouro.

Em 29 de janeiro de 1946, quase dois anos após o furto, o delegado redigia o relatório para ser encaminhado ao judiciário. Concluía que o cordão era definitivamente da vítima, mas levantava grandes suspeitas acerca de Maria Carlota por ter entrado em contradição com o seu depoimento, sendo necessário à sua intimação para uma maior averiguação. Porém, conforme relatava, o delegado via dificuldades em chegar ao larápio, pois, até então não havia tido acesso a mais informações sobre a sua pessoa e paradeiro. Por fim, justificava o atraso em razão do acúmulo de trabalho na delegacia de Campinas. Em 2 de fevereiro do mesmo ano, o processo é recebido pelo escrivão e, em 12 de janeiro de 1955, é concluído e, em 18 de fevereiro de 1957, arquivado.

Uma justificativa – encontrada em cinco processos – dos larápios era de que “a porta não estava trancada”⁶²⁵, ou então “as janelas estavam abertas”⁶²⁶, contudo, mesmo se tratando de argumentos para se esquivar de punições judiciais, o que revelaria tais falas? Uma possível explicação seria o crescimento urbano que a cidade estava experimentando desde sua edificação até as primeiras décadas, antes mesmo da construção da capital federal, Brasília, o que acelerou ainda mais o crescimento demográfico da cidade.

Esse aumento populacional pôde ser sentido no cotidiano – a partir dos processos criminais – no bairro de Campinas que, naquele momento, ainda preservava alguns aspectos da vida no interior como, por exemplo, um maior “desleixo” em deixar as portas de casa e janelas abertas ou destrancadas. O crescimento populacional e urbano de Goiânia possibilitou, conforme foi analisado no capítulo anterior, um maior fluxo de pessoas e o surgimento de outros bairros na órbita das “duas cidades”. Campinas, mesmo se tornando bairro, ainda concentrava um importante fluxo de pessoas, serviços e comércios.

⁶²⁵ AFG. H. Cx. 24, nº 114, 1946.

⁶²⁶ AFG. J. Cx. 29, nº 176, 1948.

Nesse sentido, por um lado havia as práticas interioranas dos habitantes do bairro e, com o fluxo de novos moradores, em sua maioria, vindos do interior dos estados de Goiás, Bahia e Minas Gerais, algumas permanências dessas mesmas práticas, como deixar as casas desprotegidas, o que conflitava diretamente com os reflexos do crescimento urbano. Por outro lado, outros hábitos de uma vida interiorana que dificultavam a ação dos larápios também estavam presentes no bairro de Campinas, como a rede de solidariedade de seus habitantes e comerciantes, seja na localização de mercadorias furtadas, ou na denúncia de criminosos.

Sobre o crescimento do bairro de Campinas, é oportuno demonstrar a visão de seu arquiteto e urbanista Atílio Correia Lima, a partir de dois documentos contidos no livro *Plano diretor da cidade*⁶²⁷ e *Goiânia: a nova capital de Goiaz – resumo de um estudo*⁶²⁸. O primeiro texto é o Plano Diretor Oficial da Cidade, feito na forma de um relatório que foi entregue pelo arquiteto a Pedro Ludovico em janeiro de 1935, cumprindo o prazo estabelecido no contrato de estabelecimento da nova capital.

Atílio Correia Lima se dizia favorável à escolha do local da construção da nova capital, evidenciando o intenso desenvolvimento na cidade de Campinas, que em menos de um ano do início de suas obras já se observa:

[...] pelas estradas de Campinas, atual sede do município da nova capital, sintoma evidente de que as energias goianas não estão totalmente adormecidas pela mentalidade primitiva da antiga aldeia de bandeirantes. [...] Campinas [...] viu em poucos meses, duplicar o número de suas casas! Fato extraordinário, em vista de ter sido nulo o aumento das construções nessa cidade em período anterior, de 50 anos. São dignos de nota também os serviços de obras públicas urbanas, sejam meios-fios, coretos, jardins, etc., dantes inteiramente desconhecidos.⁶²⁹

E, ainda sobre Campinas, concluía:

Esta cidade que vegetava com sua vida rudimentar em torno da Igreja, no período anterior à ideia da mudança da capital, atualmente, com a intensificação do tráfego pra Leopoldo de Bulhões, ponta da linha da estrada de ferro, desenvolve-se vertiginosamente, criando um imenso tentáculo que busca atingir a cidade em construção. E a distância que as separa, de apenas cinco quilômetros, em breve será vencida.⁶³⁰

⁶²⁷ LIMA, Atílio Correia. *Plano diretor da cidade*. IBGE. *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942. p. 45.

⁶²⁸ Idem. *Goiânia: a nova capital de Goiaz – resumo de um estudo*. In: *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942. p. 82.

⁶²⁹ LIMA, Atílio Correia. *Plano diretor da cidade...* op. cit., p. 46.

⁶³⁰ Ibidem, p. 46.

Em 1920 se estimava que Campinas teria em torno de 4.445 habitantes e, em 1938, a cidade tinha recebido, desde 1933, mais de 4.000 trabalhadores. Dessa forma, sem nenhuma condição econômica e material para abrigar tais trabalhadores, estes tiveram que se adaptar e conviver com péssimas condições de vida que a nova capital apresentava aos que chegavam para nela trabalhar. Já em 1943, um ano após o seu batismo cultural, ambas (Campinas e Goiânia) já somavam com quase 19.000 habitantes.⁶³¹

Campinas, na época da construção de Goiânia, tinha no máximo 5.000 habitantes – que viviam de uma economia de quase subsistência devido à distância dos centros urbanos do Sudoeste e da capital goiana limitantes do acesso a produtos diversificados – pode-se imaginar as condições posteriores na cidade com a chegada de cerca de 4.000 trabalhadores para o trabalho nas obras.⁶³²

Outra curiosa permanência nas residências dos habitantes da nova capital eram as hortas e, como foi analisado, elas poderiam inclusive gerar conflitos entre os vizinhos⁶³³. Tais moradias, por terem grandes lotes – especificamente nos bairros ocupados por trabalhadores no Vila Nova e Bota-fôgo – ainda preservavam características de chácaras, o que demonstra o quanto eram proveitosas/valiosas as hortas para os atores sociais na cidade em suas primeiras décadas. Nesse universo dos domicílios e suas hortas, em 25 de maio de 1948 a delegacia era procurada para averiguar que “Luiz de Aquino, residente na Vila Nova de há muito vem furtando mandiocas e etc. em chácaras nas vizinhanças desta capital”⁶³⁴ e determinava “que sejam feitas rigorosas investigações no sentido de que seja o referido preso em flagrante”⁶³⁵.

Aqui cabe fazer um parêntese, uma vez que pode parecer cômico e até pitoresco ao observador contemporâneo o furto de mandiocas ou, para os historiadores das estruturas ou das “grandes” personalidades políticas da história da cidade, desprezível. Porém, ao levar em conta como o cotidiano sentia as mudanças estruturais na edificação da nova capital goiana, considerando toda a dificuldade enfrentada pelos seus atores sociais na reprodução material e social da vida, a mandioca era um alimento importante e o seu furto, em muitos casos, era uma questão de sobrevivência.

Sobre o furto de mandiocas, Adolfo Boari rememora que tal prática era comum, tendo em vista as péssimas condições de trabalho enfrentadas pelos operários nas obras da cidade.

⁶³¹ CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia...* op. cit. p. 98.

⁶³² Ibidem, p. 98.

⁶³³ AFG. F. Cx. 22, n° 554, 1955.

⁶³⁴ AFG. J. Cx. 29, n° 176, 1948.

⁶³⁵ Ibidem.

Aqui tinha um empreiteiro de obra do estado, um pretão, chamado Antônio César. Ele andava vestido com roupa de papel de saco de cimento, porque não tinha roupa. Eu mesmo não vi isso. Quando eu cheguei aqui ele já estava até bem de vida. Terno casimira... mas, ele fazia isso porque não saía o pagamento do estado de jeito nenhum. Para se alimentar, ele saía à noite com um saco para roubar mandioca na vizinhança aí. Por isto é que os que voltavam chamavam Goiânia de “terra maldita”.⁶³⁶

E na mesma entrevista corrobora que, por causa do atraso de salário, “Antônio César era empreiteiro de obras e chegava a vestir de papel e comer mandioca roubada. Eu vi ele contanto isso”⁶³⁷ e continuava dizendo que “De noite, ele juntava a turma, saía para roubar mandioca. E comia só mandioca pura”⁶³⁸.

De volta ao processo: ao ser intimado, Luiz de Aquino – brasileiro, quarenta anos de idade, casado, analfabeto, sem profissão, natural de Pernambuco e residente na Vila Nova – revela interessantes elementos de seus atos e do comércio entre os bairros/vizinhanças, assume “que há mais de seis meses vem [...] furtando mandioca em quintais e nas chácaras vizinhas [...], tendo sido o seu último furto [...] numa chácara próximo do Bota-fôgo”⁶³⁹ e discorria “onde furtou dois sacos e meio de mandioca para vender no Bairro Popular”⁶⁴⁰, esses trechos demonstram a presença de chácaras/hortas nas moradias do espaço urbano de uma cidade planejada para ser moderna, como também demonstra o comércio popular dos bairros que com certa demanda para tais produtos. No final de seu depoimento, talvez como estratégia de demonstrar ser um sujeito de origem humilde, o réu argumentava “que tem uma égua e nada mais”⁶⁴¹, como também mais atuações de seus furtos “que, quando vai furtar, levanta às 2 horas da madrugada e depois de praticá-lo, vai vender os seus produtos”⁶⁴² e que já furtou “numa chácara nas proximidades de Campinas, numa próxima ao Lago das Rosas e ultimamente no Bota-fôgo”⁶⁴³ e concluía, na intenção de aliviar a possível punição por furtos, que “o produto de seus furtos nunca ultrapassam a importância de Cr\$12.00”⁶⁴⁴.

Esses depoimentos ajudam a desenhar um interessante espaço urbano que o ator social tinha disponível, tendo em vista que o bairro Vila Nova e o Bota-fôgo foram,

⁶³⁶ Entrevista de Adolfo Boari. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 16.

⁶³⁷ AFG. J. Cx. 29, n° 176, 1948. p. 1.

⁶³⁸ Ibidem, p. 1.

⁶³⁹ Ibidem, p. 3.

⁶⁴⁰ Ibidem, p. 3.

⁶⁴¹ Ibidem, p. 3.

⁶⁴² Ibidem, p. 3.

⁶⁴³ Ibidem, p. 3.

⁶⁴⁴ Ibidem, p. 3.

originalmente, ocupados pelas primeiras levas de trabalhadores das obras da cidade, começando a se delinear em finais dos anos de 1930. Em sua origem, tais bairros, por serem majoritariamente ocupados por migrantes vindos do interior que não tiveram acesso a moradias no plano original – Centro, Setor Sul e, um pouco mais tarde, no Setor Oeste –, os populares foram compelidos a buscar lotes na periferia de Campinas e do Centro, e também nestes dois aludidos bairros. Talvez por isso, em razão das distintas origens geográficas e sociais, ainda emergiam, no espaço urbano de uma cidade pensada como moderna, práticas do mundo rural.

David Antônio Soares – brasileiro, trinta e seis anos de idade, sabendo assinar o nome, profissão não declarada, natural de Pernambuco e residente no bairro de Bota-Fogo – era dono de uma das hortas e dizia que “em sua residência tinha um quintal grande plantado de mandioca e, um dia desses, encontrou faltando diversos pés, arrancados a noite”⁶⁴⁵. Guilherme Vinhadeli – brasileiro, trinta anos de idade, casado, alfabetizado, lavrador, natural de Capim Branco-MG e residente no bairro Bota-fogo – tinha uma chácara vizinha e relatava que há mais de um ano já estava tendo produtos de sua horta furtados e investigava que sempre “os vestígios deixados nas proximidades do local onde tem sido arrancado as mandiocas, conta do rastro de gente, de cavalo e de cachorro”⁶⁴⁶ e sustentava ser o réu, pois “esse indivíduo sempre anda com um cachorro montado em uma égua”⁶⁴⁷. Outras três testemunhas ressaltavam a presença dos mesmos rastros em suas chácaras.

Nesse universo de transição do ambiente rural para o urbano, algumas concepções aparecem nos discursos dos atores sociais. As permanências identificadas de práticas do universo cultural do campo na cidade revelam diferenças naquilo que se concebe como casas ou chácaras que, por terem um quintal com horta, eram tidas para os populares como a segunda opção. Tais contradições podem ser captadas na dúvida, ou na correção do delegado ao redigir o depoimento das testemunhas. Como é o caso, por exemplo, de João Ferreira Fontes – brasileiro, sem idade declarada, casado, alfabetizado, lavrador, natural de Patos de Minas-MG e residente no Bota-fogo – que depunha que “tem uma chácara, isto é, um quintal com um plantado de mandioca”⁶⁴⁸. Possivelmente, para o universo cultural de um trabalhador rural que veio para Goiânia e conseguiu ocupar um grande lote, aquilo se desenhava mentalmente como uma “chácara” que possibilitava a sua subsistência – tanto para sua

⁶⁴⁵ AFG. J. Cx. 29, n° 176, 1948. p. 6.

⁶⁴⁶ Ibidem, p. 7.

⁶⁴⁷ Ibidem, p. 7.

⁶⁴⁸ Ibidem, p. 8.

alimentação quanto para comercialização nos bairros vizinhos – e uma relativa liberdade frente às relações de trabalho. Já para o delegado que, por ser um agente do judiciário, estava imerso no discurso dominante da fundação da cidade como um marco da entrada de Goiás na modernidade, a “chácara” seria meramente um quintal com um plantado de mandiocas.

Matos⁶⁴⁹, em sua pesquisa acerca dos trabalhadores imigrantes portugueses na cidade de Santos e São Paulo em finais do século XIX até as primeiras décadas no século XX, também constata a presença de uma economia local do bairro com o comércio de produtos cultivados em hortas. A autora argumenta, sobre as permanências de elementos rurais nas moradias, que “Numa São Paulo onde o urbano e o rural se interpenetravam, o ‘fora’ e o ‘dentro’ se opunham e se misturavam dialeticamente”⁶⁵⁰ e, ainda discorrendo sobre o tema, que “Nas grandes residências, o trabalho doméstico poderia incluir o trato de galinheiro, da horta e do pomar, e até vendas ocasionais de excedentes desses produtos”⁶⁵¹.

Um outro aspecto revelado no inquérito, a partir de uma das testemunhas, David Antônio, informa que descobriu o autor do furto a partir da denúncia de duas amazias que o réu tinha. A primeira, Maria Ferreira da Silva – brasileira, dezoito anos de idade, solteira, analfabeta, doméstica, natural de Leopoldo de Bulhões-GO e residente na Vila Nova – que dizia que há cerca de um mês, em março de 1948, a conselhos de pessoas do Bota-fogo saiu da Vila Nova e foi viver com o réu, que o mesmo sempre a tratou com respeito e que nada lhe faltava, porém Luiz de Aquino havia mentido para ela dizendo que tinha uma chácara, e que, suspeitando, “o pediu para que a levasse até a sua chácara [...] e respondeu que ela não tinha o que conversar, pois não iria ela sair de madrugada, deixando a cama”⁶⁵². A segunda amante do réu, Rita Pereira Dutra – brasileira, vinte e oito anos de idade, casada, analfabeta, doméstica, natural de Corumbá-GO e residente no Bato-fogo – foi viver junto com o réu dois anos antes do que Maria Ferreira e relatava que o mesmo nunca deixou faltar nada em casa e, desde que começou a morar com ele, era comum ele sair casa de madrugada sem dar explicações.

Na conclusão do inquérito, em 14 de junho de 1948, o delegado ressalta que o réu assumira o crime, bem como que os diversos elementos apontados pelas testemunhas e suas amazias comprovavam os seus atos. Dizia, sobretudo, que o réu tinha de ser responsabilizado

⁶⁴⁹ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura...* op. cit. p. 136.

⁶⁵⁰ Ibidem, p. 136.

⁶⁵¹ Ibidem, p. 136.

⁶⁵² AFG. J. Cx. 29, n° 176, 1948, p. 3.

pelo juiz, pois já havia causado mais de Cr\$ 200,00 de prejuízos aos seus vizinhos⁶⁵³. No dia 16 do mesmo mês, o réu foi solto e, em 12 de janeiro de 1955, o processo foi concluído pelo juiz e arquivado em 2 de fevereiro de 1967.

No processo anterior se percebe que os bairros Vila Nova e Bota-fogo, que foram ocupados por trabalhadores, eram desenhados por casas com lotes grandes e tidos pelos seus moradores como chácaras. Em tais casas/chácaras era comum a presença de hortas que auxiliavam seus moradores na subsistência e também monetariamente, tendo em vista que tais produtos tinham demanda na economia local dos bairros. Além de hortas, era comum também a presença de galinheiros – vale lembrar que o fato de um animal doméstico matar uma galinha, quase desencadeou um homicídio⁶⁵⁴.

Na madrugada do dia 15 para o dia 16 de outubro de 1954, Carlos Guilherme de Andrade – brasileiro, vinte e oito anos de idade, casado, alfabetizado, funcionário público federal, natural da cidade de Goiás e residente na rua 238, s/n, Bota-fogo – foi despertado pela sua esposa, pois, no quintal os cachorros latiam inconsistentemente. Levantou-se e, já de prontidão, pegou a sua “garrucha” (arma de fogo estilo pistola) e saiu ao seu quintal para ver o que se passava e aí “constatou [...] um vulto que estava procurando furtar seus galináceos e, no intuito de afugentar o ladrão [...] acionou o gatilho da arma, fazendo uma única detonação”⁶⁵⁵ e “após a detonação ouviu o ladrão tombar no solo; que [...] acercou dele [...] e verificando, nessa ocasião, que o ladrão era Clementino, seu ex-vizinho e que se encontrava baleado na cabeça”⁶⁵⁶. Após perceber que tinha alvejado o ladrão, o réu foi, levando a arma, até a delegacia e declarou o que foi narrado, como também argumentou legítima defesa de sua propriedade, que tinha atirado somente na intenção de espantar o invasor de seu quintal, como também um certo remorso por ser a vítima um conhecido seu. A vítima era Clementino Costa de Sousa – brasileiro, dezenove anos de idade, solteiro, natural de Caçapava-SP e residente na Vila Nova – que veio a falecer, quatro dias depois, após ser alvejado na cabeça e, após averiguação da cena do crime, de sua posse tinham dois sacos cheios de galinhas e um outro saco contendo farinha de mandioca.

A primeira testemunha foi Maria José Santana – brasileira, trinta anos de idade, casada, alfabetizada, natural de Veadeiros-GO e residente na rua 10, nº 318, Bota-fogo – que dizia que na madrugada em que a vítima adentrou o quintal de Carlos, ela teve dezenas de

⁶⁵³ AFG. J. Cx. 29, nº 176, 1948, p. 9.

⁶⁵⁴ AFG. F. Cx. 22, nº 554, 1955.

⁶⁵⁵ AFG. C. Cx. 14, nº 481, 1955, p. 3.

⁶⁵⁶ Ibidem, p. 3.

galinhas furtadas, ficando a sua residência poucos quarteirões do local do homicídio e ficou “ciente [...] que se encontraram em poder do ladrão atirado dois sacos cheios de galinhas, os quais foram recambiados para esta Delegacia”⁶⁵⁷ e foi até o local e as reconheceu. Maria de Sales – brasileira, trinta e três anos de idade, casada, alfabetizada, natural da cidade de Goiás e residente na Alameda Botafogo, s/n, Bota-fôgo – também relatava o furto de galinhas de seu quintal e buscava a delegacia a fim de recuperá-las e “que vindo até esta Delegacia, aqui encontrou suas aves as quais foram devolvidas; ficando assim provado que o roubador de suas galinhas foi o dito ladrão atirado perto de sua casa”⁶⁵⁸.

Nesse sentido, percebe-se que, na mesma madrugada, Clementino havia furtado dois galinheiros e foi morto quando tentava furtar o terceiro, como também que era especializado no furto de galinhas e de outros produtos que se encontravam nos quintais das casas do bairro Bota-fôgo e Vila Nova, pois Irineu Rosa – brasileiro, trinta e sete anos de idade, solteiro, analfabeto, natural de Monte Carmelo-MG e residente na rua 10, nº 1252, Bota-fôgo – dizia que “por três vezes consecutivas foi vítima de tais desfalques, sendo que na primeira vez o ladrão levou 7 galinhas, na segunda 2 e na terceira 6”⁶⁵⁹ e “ao que parece foi visitado pelo o mesmo que dias antes carregara suas galinhas, como não mais encontrando, levou dois sacos de feijão roxo”⁶⁶⁰. Joaquim Rodrigues Boaventura – brasileiro, cinquenta e nove anos de idade, casado, alfabetizado, carroceiro, natural de Araxá-MG e residente no Bairro Bota-fôgo – dizia que uma pessoa entrou em seu quintal e roubou oito galinhas e, passando um mês depois do ocorrido, novamente seis galinhas foram roubadas e que tinha forte suspeitas de ser a vítima, pois “informações obtidas por intermédio de pessoas suas amigas e mesmo por suspeitas suas [...] aponta como autor do roubo Clementino de tal.”⁶⁶¹

O pai da vítima, João da Costa Santos – brasileiro, quarenta e dois anos de idade, casado, naturalidade não declarada e residente na rua 207, nº 19, Bota-fôgo – dizia que seu filho “após atingir a idade de 18 anos, passou a frequentar a boêmia e vida noturna e, embora, fosse sempre aconselhado [...] para mudar seu modo de proceder, quase sempre chegava em casa, em horas tardias, ou vezes pernoitava fora”⁶⁶² e ficava “em casa de uma mulher de vida livre com o qual mantinha intimidade”⁶⁶³. Na madrugada em que foi morto, seu pai o avistou

⁶⁵⁷ AFG. C. Cx. 14, nº 481, 1955, p. 7.

⁶⁵⁸ Ibidem, p. 8.

⁶⁵⁹ Ibidem, p. 8-9.

⁶⁶⁰ Ibidem, p. 8-9.

⁶⁶¹ Ibidem, p. 9.

⁶⁶² Ibidem, p. 13.

⁶⁶³ Ibidem, p. 13.

saindo de casa de madrugada, por volta das 3:00 da manhã e, quando acordou para trabalhar, Clementino ainda não havia retornado. O pai da vítima concluía seu depoimento mencionando que “Carlos e Clementino eram amicíssimos, havendo entre ambos negócios de galinha de raça”⁶⁶⁴ e “embora haja comentários acerca da morte de seu filho, [...] não concebe e julga impossível de que o mesmo tenha roubado galinhas de Carlinhos ou de quem quer que seja”⁶⁶⁵ e “solicita que seja apurada realmente a verdade e que haja justiça, pois, de qualquer maneira, morreu, assassinado, um ser humano”⁶⁶⁶.

Na conclusão do delegado, em 31 de dezembro de 1954, a vítima era um conhecido ladrão de galinhas e de outros produtos dos quintais de sua vizinhança e, para manter a sua vida boêmia e com mulheres livres, fazia pequenos furtos. Concluía também que o réu agiu em legítima defesa ao defender a sua propriedade e, em virtude de ser um funcionário público sem antecedentes criminais, “deixamos de opinar sob sua prisão preventiva”⁶⁶⁷. Em 2 de fevereiro de 1955, o processo é dado como concluído pelo juiz e é arquivado em 2 de fevereiro de 1967.

Este capítulo buscou adentrar uma esfera do cotidiano até então não abordada nesta tese e que se fez presente na análise da documentação do Arquivo Histórico a respeito do canteiro de obras de Goiânia, como também nos arquivos do judiciário acerca das primeiras décadas da cidade: a temática das moradias. Em um primeiro momento é imprescindível, e até mesmo redundante, constatar que a capital goiana, idealizada nos preceitos de uma cidade moderna, foi edificada já no intuito da especulação imobiliária e uma das justificativas é que a construção de uma nova capital para Goiás exigiu uma forte pressão no orçamento do estado que, por sua vez, drenou toda o seu potencial de investimento na concretização de tal empreendimento. Tais débitos, além de onerar as finanças, forçaram o governo de Ludovico a recorrer a uma série de empréstimos com o governo federal. Dessa forma, visando desonerar o estado da carga de tais dívidas, foi elaborada uma política de especulação do espaço urbano que estava se formando e que, particularizando ao caso de Goiânia, se

⁶⁶⁴ AFG. C. Cx. 14, nº 481, 1955, p. 14.

⁶⁶⁵ Ibidem, p. 14.

⁶⁶⁶ Ibidem, p. 14.

⁶⁶⁷ Ibidem, p. 16.

reverberou em uma prática de valorização dos lotes que ficou a comando do diretor da Superintendência de Obras da Nova Capital, Abelardo Coimbra Bueno.

Para alguns pesquisadores, no momento em que os irmãos Coimbra Bueno assumem o controle das obras e passam a ter poderes de vender (e especular) os lotes e os bairros que estavam sendo desenhados, o planejamento de Goiânia se reconfigurou. Diniz⁶⁶⁸ argumenta que, possivelmente, a partir da ocasião em que Coimbra Bueno passou a controlar as obras da cidade, o projeto de Atílio Correia Lima foi perdendo, gradativamente, seus traçados originais, como as suas principais avenidas, devido à avidez pela valorização dos lotes urbanos. Martins Júnior⁶⁶⁹ vai argumentar que a intenção de Atílio em criar Goiânia “ecologicamente correta” foi estrangulada pela famigerada especulação imobiliária, pois se perdeu uma parte considerável de parques contínuos, quase inexistentes, os cinturões verdes, bem como os canteiros de árvores. O último autor é mais incisivo em argumentar que, além de um infortúnio para os goianienses, que tiveram que viver em uma cidade mais quente e despreparada para a verticalização das décadas seguintes, foi também um golpe, pois os altos investimentos públicos dos contribuintes em elaborar uma nova capital para o estado, acabou sendo drenada para o lucro privado de Coimbra Bueno.

Tendo em vista que o objeto desta tese é o cotidiano e que, ao utilizá-lo, se pode mostrar uma perspectiva alternativa da história de Goiânia, sobretudo ao contemplar como se viveu e experimentou as mudanças estruturais de fundação de uma nova capital para Goiás, um dos aspectos que as fontes evidenciaram, ao ter como foco de investigação os reflexos cotidianos da prática de especulação imobiliária, foi a desapropriação de casas feitas pela Superintendência Geral das Obras de Goiânia, sobretudo no Bairro Popular.

“Doar” lotes sob a condição de um arrochado prazo e, tendo em vista a precariedade de materiais de construção, os seus altos preços e os constantes atrasos nos pagamentos dos trabalhadores das obras, fazia com que várias pessoas perdessem as suas casas. Tais moradias semifinalizadas, como foi observado, serviam para valorizar ainda mais os lotes e, por sua vez, eram revendidas pela Superintendência a outros moradores. Mesmo a partir de um depoimento que demonstra as formas de burlar os prazos de construção, ao transferir a escritura para um familiar, muitos trabalhadores perderam as suas casas, ou tiveram que,

⁶⁶⁸ DINIZ, Anamaria. *Goiânia de Atílio Corrêa Lima (1932-1935)*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2007.

⁶⁶⁹ MARTINS JÚNIOR, Osmar Pires. *Uma cidade ecologicamente correta*. Goiânia: AB, 1996.

desesperadamente, vender por um valor irrisório para que, pelo menos, recebessem de volta parte do que tinham investido em trabalho e em materiais de construção.

Essas práticas perversas que os atores sociais viviam no cotidiano porta afora, criavam condicionamentos ao acesso às moradias que, consequentemente, exigiam certas estratégias cotidianas, como ocupar novos bairros – que foi o caso dos bairros de Vila Nova e Bota-fogo –, ou então tentar se realocar mesmo tendo em vista a política de valorização urbana via especulação imobiliária: vivendo nas casas dos patrões, alugando um dos diversos barracões em um mesmo lote, um dos quartos em pensões, ou ainda dividindo cômodos das casas com pessoas de diversas origens.

Ao adentrar o cotidiano porta adentro, agora com base na documentação do judiciário, uma rede de sociabilidades pôde ser abordada e enriqueceu a análise de uma história da vida cotidiana nas cidades em suas primeiras décadas de formação. Dentro das moradias, foi possível captar relações paternalistas entre patrões e empregados, bem como as condições e os modos de vida das empregadas domésticas migrantes na cidade recém-inaugurada. Além das relações de trabalho no íntimo das residências, várias brigas entre vizinhos foram encontradas em barracões e pensões, seja por causa de desavenças de crianças ou por animais domésticos. Tais conflitos podem ser justificados pela variedade cultural presente na cidade formada por migrantes vindos do interior de diversos estados que, em razão do difícil acesso às moradias, tinham de conviver em um mesmo espaço, com pessoas com hábitos culturais distintos sendo, portanto, um elemento explosivo para a eclosão de brigas. Porém, não somente conflitos, mas redes de solidariedade também eram tecidas entre a vizinhança de cômodos ou barracos, tanto para evitarem ser vítimas de crimes, como também para a localização dos objetos furtados.

Os furtos de residências elencaram, afora os conflitos e a rede de solidariedade entre vizinhos, os objetos que estavam presentes na vida material de seus habitantes, da mesma maneira que os objetos mais desejados pelos assaltantes. Tais “pequenos” crimes ajudam a desenhar uma rede de comércio local e de relações de subsistência entre os bairros e também, curiosamente, a permanência de elementos rurais nas casas nos bairros de periferia ocupados por trabalhadores. Sobre este último aspecto, ao ter em mente que a cidade foi formada, majoritariamente, por trabalhadores dos interiores do Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste, eles traziam consigo diversas práticas oriundas de seus respectivos universos culturais. Essas práticas culturais do interior refletiam a permanência, em suas residências, sobretudo as que eram ocupadas na periferia do plano atiliano, de hortas e galinheiros.

Esses habitantes vislumbravam suas residências não somente como casas, mas como chácaras, pois, como não tiveram acesso aos lotes no Centro e, tampouco, em Campinas, ou no Bairro Popular, ocupavam as terras às margens dos córregos Botafogo, Capim-puba ou no Lago das Rosas, tomando esses lotes que se transformavam em sítios e chácaras. Em suas moradias podiam criar pequenos animais e fazerem as suas hortas para se esquivarem das dificuldades de sobreviver na cidade em suas primeiras décadas. Nesse ponto, além da permanência de elementos rurais nas moradias periféricas, a documentação do judiciário permitiu inferir como eram as relações de subsistência e de comércio nas férias entre os bairros, com os furtos de galinhas e mandiocas.

Em suma, conforme se analisa a rica temática do cotidiano porta adentro e afora, ou seja, do acesso e das políticas de moradia e a vida dentro dos domicílios, um outro aspecto do cotidiano também emerge nas fontes e cabe ser destrinchado: os momentos de lazer. É o que será analisado no próximo capítulo desta tese.

CAPÍTULO 4

AS DIVERSÕES NAS BRECHAS E PELAS BEIRADAS: ASPECTOS DOS MOMENTOS DE LAZER

Conforme foi estudado no capítulo anterior, o acesso à moradia era difícil para os construtores e os migrantes que vinham para os canteiros de obra da cidade para ter melhores condições de vida. Aqueles que conseguiam residência tinham que, muitas vezes, se submeter às relações de trabalho doméstico sem remuneração, viver em pensões ou barracões. Essas duas modalidades acerca das questões de moradias nas primeiras décadas da nova capital goiana foram chamadas de cotidiano porta afora.

No último capítulo desta tese, busca-se entender um momento do cotidiano ainda não explorado: o lazer. Com base na documentação, esse tema é amparado em depoimentos de pessoas que migraram para a cidade em finais dos anos de 1930, ou seja, em seus canteiros de obra, bem como amparado em processos criminais que ilustram cenas de conflitos em tais momentos. Sendo assim, apresentam-se alguns recortes de fontes que delineiam o capítulo a seguir.

Com base em depoimentos dos trabalhadores, é perceptível que, nos momentos de lazer, era possível pescar às margens do rio Meia Ponte, ir a um cinema em Campinas ou assistir aos saraus com sanfoneiros. Nesse último ponto, Adolfo Boari lembra da estratificação social que se fazia presente, inclusive, nos episódios de lazer no centro da cidade:

- E as festas aqui? O Sr. Venerando conta que havia um tablado na rua 4, onde havia saraus, sanfoneiros. O Sr. participou desses saraus?
- Não, tinha aí um tablado para animar o carnaval, mas era tudo muito singelo. Faltava tudo mesmo. Eu nunca dancei, nunca fui nestas festas...
- Haveria um certo tipo de pessoas que frequentavam essas festas?
- Eram os maiorais, os doutores, funcionários públicos de grau, operário ficava pelas beiradas. As festas não eram pra operário. Operário é para fazer força.
- Que tratamento se dava ao operário?
- Era só pagar pouco e pronto. A gente fazia um serviço para uma pessoa e enquanto estava trabalhando, falava. Terminou o serviço, ninguém conversava mais.
- Eu li um texto, onde uma pessoa disse que Goiânia era uma cidade onde não havia muros e ninguém era diferente de ninguém. Isto é verdade?
- Não, essa diferença sempre teve. Ficava cada um na sua classe. Nunca misturou, nem na qualidade da roupa, nem na cultura, nem em nada.⁶⁷⁰

⁶⁷⁰ Entrevista de Adolfo Boari. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 19.

Sobre a vida social e o lazer de Goiânia em suas primeiras décadas de formação, Aládio Teixeira Álvares, natural de Uberaba-MG que migrou a Goiânia em 1937, recorda que, durante sua adolescência: “Naquele ano, chegando a Goiânia não tínhamos ainda uma vida social. Toda a nossa vida social era feita no Bairro de Campinas onde a maior parte da população vivia. Lá fazíamos o ‘footing’, frequentávamos festas e cinemas”⁶⁷¹. Ainda sobre a importância social de Campinas por concentrar as principais atrações de diversões, o depoente lembra que “De 1937 a 1939 o Jóquei inaugurou sua sede, provisoriamente, e eu me lembro bem do carnaval de 1938, que foi o 1º daquele Clube, quando o Jóquei ainda não havia concluído o seu bar, só estando concluído o salão de festas”⁶⁷² e “O carnaval como as outras atividades das pessoas que moravam em Goiânia era feito também em Campinas. Naquela época, bailes também eram feitos lá”⁶⁷³.

Além do *footing*, restava aos jovens a zona boêmia, também conceitualizada pelo judiciário de “zona de meretrício”. Sr. Gerson remete a esses lugares como “puxa-facas” e rememora que “Quando chovia, a cidade era triste, muito triste. Muita lama, as casas fechadas desde muito cedo da noite. Então só restava a zona boêmia [...] os lupanares, entre os quais se avultava o de Maria Branca, na atual avenida Anhanguera”⁶⁷⁴, o tal local “Eram casas pobres de apresentação e habitantes, com mulheres infelizes à espera da freguesia sempre escassa e sem dinheiro. Alguns desses lugares eram autênticos puxa-facas”, pois em “Seus arredores, na escuridão, após certas horas da noite, depois que os frequentadores se alcoolizavam, eram incontestáveis tablados para brigas de foice no escuro. Ah!... que tempos!”⁶⁷⁵.

O que as três entrevistas citadas podem elucidar acerca do lazer nas primeiras décadas de Goiânia? Quais ambientes e esferas do lazer podem ser explicitadas a partir do depoimento de seus atores sociais: um pedreiro das obras, um advogado e um funcionário público? De que forma essas experiências podem dar pistas acerca dos momentos de lazer?

Em um primeiro momento, pode-se notar que a estratificação social também estava presente no lazer nos canteiros de obras, tendo em vista que: de um lado, a partir do

⁶⁷¹ Entrevista de Aládio Teixeira Álvares. In: *Memória cultural. Ensaios da história de um povo*. Goiânia-GO: Prefeitura Municipal, 1985. p. 29.

⁶⁷² Ibidem, p. 29.

⁶⁷³ Ibidem, p. 29.

⁶⁷⁴ Entrevista de Gerson de Castro Costa. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 98.

⁶⁷⁵ Ibidem, p. 98.

depoimento do Sr. Boari, as festas dos altos funcionários públicos do estado e de uma camada média dotada de comerciantes e profissionais liberais e, de outro lado, mas não dicotomicamente isolado, se tinha o divertimento “pela beirada” dos operários e de outros setores sociais. Nesse sentido, esses dois momentos do cotidiano do lazer foram recortados: a festa na brecha, ou seja, as estratégias de divertimentos dos atores sociais tendo em vista a precariedade de alternativas de lazer nos primeiros anos de capital goiana; e as formas de diversão pela beirada, usando a metáfora do Sr. Boari, ou os lupanares e a zona boêmia, utilizando a expressão do Sr. Gerson.

Para facilitar a delimitação dos subcapítulos, eles foram divididos a partir dos locais de lazer registrados pelas fontes. Assim, o primeiro subcapítulo trata, a partir de entrevistas realizadas em 1985 no projeto *Memória Cultural*⁶⁷⁶, organizado pela Secretaria de Cultura de Goiânia, o lazer dos atores sociais mediante a precariedade, relatado pelos mesmos, como: o *footing*, os bailes, as festas em casas, os clubes e os divertimentos nos lagos e córregos. O segundo momento deste capítulo, mostra o lazer pelas beiradas, geralmente nas zonas periféricas de bares e meretrícios. Os arquivos do judiciário foram fundamentais para explorar essa segunda esfera do lazer.

No que diz respeito aos arquivos do judiciário, foram coletados e analisados trinta processos criminais. Dos trinta processos, dez remontam geralmente a conflitos nas festas nas brechas: três em comemorações em residências, dois em bailes, três no Lago das Rosas e dois em pescarias. Os outros vinte processos remetem ao lazer pelas beiradas, que teve a seguinte incidência: treze em bares (três relacionados a furtos e dez a brigas) e sete em prostíbulos. A partir de tal desenho das fontes, se ousa responder as perguntas elencadas.

4.1 – A festa na brecha: a precariedade do lazer nos primeiros anos da cidade

As entrevistas analisadas foram realizadas em meados dos anos de 1980 e é comum na fala dos depoentes a descrição da precariedade do lazer na cidade em seus primeiros anos. Isso foi identificado pelos atores sociais a partir da carência e dificuldade de se divertir em Goiânia em finais dos anos de 1930 e início dos anos de 1940. Entre as adversidades listadas

⁶⁷⁶ Secretaria de Cultura. *Memória cultural. Ensaios da história de um povo*. Goiânia-GO: Prefeitura Municipal, 1985, p. 80.

estavam: a debilidade do transporte coletivo que isolava as pessoas que moravam em Goiânia de participar do lazer disponível em Campinas que era o centro de tais diversões; a instabilidade e ausência, até finais dos anos de 1950, de fornecimento de energia elétrica; e a pouca presença de praças e pavimentação das ruas que limitavam o acesso à cidade no que se refere ao lazer.

Entretanto, mesmo com as várias limitações listadas, os depoimentos dos habitantes dos canteiros de obras da cidade mostram que era possível viver e contornar tais adversidades e se divertir em Goiânia em suas primeiras décadas. Em qualquer brecha disponível, mesmo que de forma precária – tanto para o observador quanto pelos entrevistados – os atores sociais se divertiam, teciam relações afetivas, como também resolviam as suas rixas e conflitos. Neste subcapítulo, serão essas as formas de lazer contempladas.

A instabilidade no fornecimento de energia, conforme foi analisado no capítulo anterior, gerava desconforto para os comerciantes que não podiam contar com a venda de produtos refrigerados, como também facilitava a atuação dos larápios no arrombamento de casas comerciais no período noturno, pois, conforme aponta a documentação, até meados dos anos de 1940, a iluminação pública era parca. Vale ressaltar, sobretudo, que a falta de eletricidade também ajudava a ditar o ritmo das obras da cidade.

Como o lazer, em seu cotidiano, sentia tal problema estrutural (de fornecimento de energia elétrica)? Adelaide era natural de Silvânia-GO e veio para Goiânia, juntamente com o marido e seus dois filhos, em agosto de 1935. Se instalou em um casebre de madeira na Av. Anhanguera, esquina com a rua 24 no centro da cidade. Em meados de 1980 ela lembra que, naquele mesmo ano, “Sem qualquer comemoração, resolvemos abrir – e dar por inaugurado – o primeiro bar de Goiânia, equipado com uma sorveteria e, logicamente, com um conjunto motor gerador”⁶⁷⁷. Sabe-se que, pela documentação, a nova capital goiana não tinha energia elétrica até finais dos anos de 1930, a iluminação das obras, de algumas residências e do comércio era feita a partir de geradores termelétricos de energia. Nos anos 1940, com a operação da pequena hidrelétrica às margens do rio Meia Ponte, o acesso à energia elétrica era restrito a algumas casas e, até a inauguração da barragem de Cachoeira Dourada no sudoeste do estado para abastecer Brasília em finais de 1950, a queda e a oscilação de energia eram constantes.

⁶⁷⁷ Entrevista de Adelaide Feliz de Freitas. In: *Memória cultural. Ensaios da história de um povo*. Goiânia-GO: Prefeitura Municipal, 1985, p. 12.

Voltando ao depoimento de Adelaide, o comércio na primeira década de Goiânia tinha de obter energia a partir de “motor gerador”, o que era algo raro na cidade. Por ter iluminação, o bar da depoente prosperou e “por iniciativa de populares, o estabelecimento foi batizado como ‘Bar do Adisabeba’”⁶⁷⁸ e “em razão da iluminação, as noites eram marcadas por assídua frequência da população que, na área fronteiriça do bar, fazia o ‘vai e vem’ com reunião de moças e rapazes”⁶⁷⁹. Nesse depoimento se entende que a presença de iluminação fez o bar prosperar ao ponto de ter se tornado o local de passeio e encontros das pessoas que viviam no centro e, para além dos armazéns que serviam bebidas alcoólicas na periferia da cidade, o respectivo bar “[...] era frequentado pela elite de Goiânia que, à falta de outros locais, elegiam-no como o ponto de encontro diário”⁶⁸⁰.

Tendo em vista a má de distribuição de energia, antes mesmo da inauguração da cidade em seu batismo cultural de 1942, Campinas, mesmo com debilidades, era o local onde se concentravam as principais formas de lazer. Os momentos de lazer em Campinas, em finais de 1930, podem ser apreendidos na entrevista de Dona Cerise: “Reuníamos à noite, havia festas de São João, que eram muito animadas e meu pai sempre tomava parte. O prof. Venerando se vestia de pai da noiva, de noivo carregando galinha debaixo do braço; era um tempinho bom”⁶⁸¹ e sobre as festas juninas “A família Maia [...] fazia festa de São João, soltavam balão, dançavam quadrilha, pulavam fogueira!... Festa de São João mesmo, como manda o figurino”⁶⁸². Além de festas juninas, tinha “o Atlético Clube, com o Edson Hermano nos treinando no basquete”⁶⁸³, de entretenimento “Havia também o clube social do Atlético, que ficava em cima do Cine Campinas, o único cinema de lá”⁶⁸⁴, em tais locais “Fazíamos festinhas gostosas, que não existem mais hoje – o moço tira a moça para dançar”⁶⁸⁵, também tinha o “Goiânia Palace Hotel [...] onde sempre haviam festinhas”⁶⁸⁶. E “No local onde fazíamos o *footing*, em Campinas, naquela ocasião, havia amplificadores, essas coisas de cidade de interior, e oferecíamos músicas para fulano, fulano agradecia, retribuía, etc...”⁶⁸⁷.

⁶⁷⁸ Entrevista de Adelaide Feliz de Freitas. In: *Memória cultural. Ensaios da história de um povo*. Goiânia-GO: Prefeitura Municipal, 1985, p. 12.

⁶⁷⁹ Ibidem, p. 12.

⁶⁸⁰ Ibidem, p. 12.

⁶⁸¹ Entrevista de Cerise Pinto Carramaschi. In: *Memória cultural...* op. cit, p. 67.

⁶⁸² Ibidem, p. 67.

⁶⁸³ Ibidem, p. 67.

⁶⁸⁴ Ibidem, p. 67.

⁶⁸⁵ Ibidem, p. 67.

⁶⁸⁶ Ibidem, p. 67.

⁶⁸⁷ Ibidem, p. 67.

Por fim, ainda é possível perceber elementos rurais no lazer das crianças/adolescentes, quando afirma que “Campinas, naquela época, era uma ilha rodeada de mato por todos os lados. E outra opção de lazer que nós tínhamos era catar gabiroba perto da Matriz”⁶⁸⁸.

No segundo capítulo, foi analisado como o plano original de Goiânia possibilitou uma estratificação, fazendo com que a vida social ficasse na órbita de duas cidades separadas, a nova capital e Campina que, mesmo se tornando um bairro, ainda aglomerava a maior parte da vida comercial e também do lazer. Essa estratificação, entre duas cidades, era sentida no cotidiano dos atores sociais não somente no acesso aos serviços que a cidade oferecia, mas, inclusive, nas relações afetivas. Dona Cerise diz que “Nesse tempo era até engraçado: a maioria das moças moravam em Campinas e os moços em Goiânia. Então, eles iam pra lá namorar as moças, mas tinham que ir embora, 10:00 hs.”⁶⁸⁹ e vangloriava “o meu namorado, hoje meu marido tinha uma motocicleta, e podia se dar ao luxo de ficar lá em casa mais tempo, até 11:00 hs., meia noite. Quando ele saía, havia dois, três, esperando pra pegar carona”⁶⁹⁰. Já “Os outros rapazes iam no último ônibus, que saía às 10:00 hs.; eram dois ônibus só. Isso já em 1941. Antes era somente um ônibus, que se chamava Tareca e carregava os funcionários públicos”⁶⁹¹.

A cidade estratificada em duas, a “ilha de mato” que circulava Campinas, somada a carência de transporte público, fazia os jovens que estudavam no Lyceu, em Goiânia, terem de, muitas vezes, ir a pé. Porém, por mais que possa parecer penoso a caminhada de mais de 10 quilômetros, sem contar a poeira por não ter pavimentação na Avenida Anhanguera, principal via de acesso a capital a partir Campinas, alguns jovens faziam esse percurso se divertindo com seus colegas: “Morávamos em Campinas e estudávamos no Liceu. Tínhamos de fazer educação física e não havia ônibus de manhã. Vínhamos a pé, mas não por esse caminho conhecido, que passa pelo Lago das Rosas”⁶⁹² e continua, “era um caminho que passava pelo Capim Puba. Lembro-me de que a gente fazia molecagem: saímos às cinco horas da manhã para alcançar a Educação Física, que era às sete horas”⁶⁹³ e, de “molecagem”,

⁶⁸⁸ Entrevista de Cerise Pinto Carramaschi. In: *Memória cultural...* op. cit, p. 69.

⁶⁸⁹ Ibidem, p. 68.

⁶⁹⁰ Ibidem, p. 68.

⁶⁹¹ Ibidem, p. 68.

⁶⁹² Ibidem, p. 68.

⁶⁹³ Ibidem, p. 68.

“Pegávamos os pães que estavam nas portas e juntávamos todos numa casa só. Não ficava nada pra gente, não”⁶⁹⁴.

Sr. Hilarino também relata a falta de alternativas de lazer nos primeiros anos da capital e se lamenta: “No início de Goiânia havia pouca diversão, poucos lugares para as pessoas passarem o tempo. Aqui só se falava de trabalho”⁶⁹⁵ e sobre as parcias opções “Às vezes, quando a gente queria distrair um pouco, tinha que pescar no rio, ou, de vez em quando, havia um baile no Liceu, às vezes, lá no Automóvel Clube [...] Era uma vida muito simples aqui no começo”⁶⁹⁶. Se havia poucas formas de lazer em Goiânia, “toda noite [...] quem quisesse se distrair ou passear havia o *footing* em Campinas, moças e rapazes passeando na rua”⁶⁹⁷, porém era difícil para os trabalhadores que viviam nos alojamentos das obras irem até lá, pois “Quantas vezes, a gente ia lá, por exemplo, passeava um pouco em Campinas, distraía um pouco, já não havia ônibus, tinha que voltar a pé, eram uns cinco quilômetros”⁶⁹⁸.

Em vários depoimentos, quando se tem o recorte do lazer, aparece a palavra *footing*, contudo, o que seria tal prática? O sr. Gerson explica melhor esse hábito: “Era ali em Campinas, exatamente na praça Joaquim Lúcio, onde se reuniam rapazes e moças, muitos dos quais vindos do interior acompanhando as famílias que para ali se mudavam ou que aqui vinham a passeio”⁶⁹⁹, nesse trecho o entrevistado ressalta o que foi constatado na documentação, que o tecido social era composto por diversos migrantes de várias partes do país. Em tal ambiente, com uma iluminação do jardim da praça “os jovens andavam, ou melhor, rodavam, durante duas ou três horas, toda noite; os do sexo masculino num sentido, os do sexo feminino em sentido contrário”⁷⁰⁰, nesse andar contrário entre os jovens “se olhavam e se namoravam. Flertavam, como se dizia. Era o ‘footing’”⁷⁰¹ e “De repente, um rapaz criava coragem, depois de muitas voltas e trocas de olhares, e se aproximava, todo trêmulo, da moça, para uma conversa sobre a chuva ou sobre o calor”⁷⁰². O ato do rapaz, no

⁶⁹⁴ Entrevista de Cerise Pinto Carramaschi. In: *Memória cultural...* op. cit, p. 68.

⁶⁹⁵ Entrevista de Hilarino Veloso da Silveira. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 114.

⁶⁹⁶ Ibidem, p. 114.

⁶⁹⁷ Ibidem, p. 114.

⁶⁹⁸ Ibidem, p. 114.

⁶⁹⁹ Entrevista de Gerson de Castro Costa. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 98.

⁷⁰⁰ Ibidem, p. 98.

⁷⁰¹ Ibidem, p. 98.

⁷⁰² Ibidem, p. 98.

footing, de puxar conversa com uma moça se chamava “pegar o bonde”⁷⁰³. Ao lado de praça, os casais de namorados se reuniam para irem ao Cine-Campinas.

Os que “pegavam o bonde”, ou seja, os rapazes que se aventuravam a conversar com alguma garota e, acaso fossem bem-sucedidos, poderiam iniciar uma relação afetiva, ainda que sob os entraves do transporte público, caso vivessem em bairros diferentes e também poderiam passear pelo centro de Campinas, foco da vida social nesse momento assinalado. Com um lazer limitado, o cinema era uma forma de estreitamento de laços afetivos entre os casais de namorados que usavam de suas instalações para driblar a vigília da família na praça da Matriz onde se realizava o *footing*. A reclamação sobre a qualidade do cinema se faz presente nas entrevistas, como também a possibilidade de que não era “bem visto” uma moça que acompanhasse seu respectivo namorado a tal local. O Sr. Boari, por exemplo, reclama da qualidade e do som⁷⁰⁴. O Sr. Bastos também dizia o mesmo: “Não tinha muita distração naquela época, a não ser um cineminha, muito ruinzinho [...] o ‘Poeirinha’. Minha mulher nunca aceitava convite para ir até lá”⁷⁰⁵.

Após o batismo cultural da cidade e o seu crescimento, em meados dos anos de 1940, “o ‘footing’ não era em Campinas, mas ia do Grande Hotel, na avenida Goiás, entrava pela Anhanguera, até a esquina da rua 7 e logo voltava”⁷⁰⁶, de uma praça em Campinas, o *footing* cresceu e migrou para duas grandes avenidas no centro da capital goiana, “Era um fervor de grande emoção, à noitinha”⁷⁰⁷ e se lamenta que “Só a televisão, mais tarde, liquidou com esse passeio da juventude pelas calçadas da cidade”⁷⁰⁸.

Ao que se consta, o batismo cultural foi um episódio importante para o cotidiano do lazer, sendo rememorado por vários sujeitos que experimentaram esse período. O Sr. Aládio tem como marco no lazer, esse batismo cultural da cidade e diz que “nessa época Goiânia teve uma vida agitadíssima por que para cá convergiam caravanas de todos os estados [...] e as personalidades que vieram para a inauguração, inclusive o Presidente Getúlio Vargas”⁷⁰⁹. Para receber as maiores personalidades da política brasileira pós-1930, foi realizado um grande festejo na Escola Técnica Federal (transferida da Cidade de Goiás para a nova capital)

⁷⁰³ Entrevista de Gerson de Castro Costa. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 98.

⁷⁰⁴ Entrevista de Adolfo Boari. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 27.

⁷⁰⁵ Entrevista de Jorge da Cunha Bastos. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 125.

⁷⁰⁶ Entrevista de Gerson de Castro Costa. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 103.

⁷⁰⁷ Ibidem, p. 103.

⁷⁰⁸ Ibidem, p. 103.

⁷⁰⁹ Entrevista de Aládio Teixeira Álvares. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 30.

“E lá fôra instalado parque de diversões e pistas de danças, e tudo que pudesse alegrar uma festa, se encontrava no parque, inclusive restaurantes e até salas de jogos”⁷¹⁰.

O Sr. Turchi, que veio para a capital goiana em 1945 relata, a partir de suas impressões, como era o lazer após o batismo cultural: “a vida na Goiânia de 1945 era pacata. A Avenida Goiás, deserta de prédios e de gente, a vida noturna concentrada diante do Grande Hotel, lugar oficial de namoro”⁷¹¹. Ele explica como funcionava: “as moças sempre em grupo, desfilando diante dos rapazes parados na calçada, admirando-as. Era o passeio noturno, a pé, o único divertimento”⁷¹². E conclui que: “O ponto certo para o passeio era uma espécie de coração oficial da cidade, vinha se deslocando de leste para oeste, seguindo o eixo da Avenida Anhanguera”⁷¹³, ou seja, o lazer estava se deslocando de Campinas e, em 1945, quando Sr. Turchi chegou na cidade “o encontrei em frente ao Grande Hotel, onde se localizava a Bresserie Bandeirante e, mais tarde, o bar Marabá, dois pontos de encontro obrigatório”⁷¹⁴. Nesse sentido, cada geração vive as suas formas de lazer em seus respectivos espaços que são históricos e, conforme a cidade se transformou, se modificou, também mudaram as formas de divertimentos e como a população fazia o uso cotidiano de seus lazeres. Assim “cada geração escolheu sua rua, seu bar, sua praça – a mudança do lugar de passeio sempre significou uma mudança de costumes”⁷¹⁵.

Os bailes eram um importante centro de sociabilidades e divertimento para os sujeitos sociais. Como foi citado nas entrevistas, havia os bailes “oficiais”, por assim dizer, sediados no Jóquei Clube de Goiás que, apesar de ter um nome público era preciso ser associado do local, recebia em seus aposentos festas de carnaval e outras festas e concursos em que participavam a elite da sociedade goianiense. No tocante aos bailes, a documentação do judiciário pode servir para fazer uma maior inferência de como era esse momento de lazer.

Na madrugada do dia 26 de maio de 1955, o Jóquei Clube estava sediando um concurso para a escolha da Miss Goiás e, no calor dos desfiles e das votações, vários tumultos, empurões e gritarias ocorriam próximo à pista de dança do local. Isorico Barbosa de Godoy – brasileiro, vinte e cinco anos de idade, solteiro, alfabetizado, jornalista, natural de Anápolis e residente na rua 3, nº 15, Setor Oeste – dizia “como havia previsto, o

⁷¹⁰ Entrevista de Aládio Teixeira Álvares. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 30.

⁷¹¹ Entrevista de Egídio Turchi. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 180-181.

⁷¹² Ibidem, p. 181.

⁷¹³ Ibidem, p. 181.

⁷¹⁴ Ibidem, p. 181.

⁷¹⁵ Ibidem, p. 181.

julgamento de um concurso na sede de um dos clubes interessados, provocaria profundo descontentamento”⁷¹⁶, que “o pior, entretanto, aconteceu; uma vez que pessoas estranhas ao quadro social do Jóquei Clube [...] menores ou ‘penetras’, haviam introduzido no salão para a formação de ‘claque’”⁷¹⁷ e, em conclusão “quaisquer que fossem os resultados, devido a exaltação de ânimos, seriam registrados violências, por parte de determinados elementos irresponsáveis, já bastante alcoolizados”⁷¹⁸.

Petrônio Magalhães Arantes – brasileiro, vinte e um anos de idade, solteiro, alfabetizado, fiscal de rendas e acadêmico de direito, natural de Formosa-GO e residente na Alameda Botafogo, nº 34 – era um dos espectadores do concurso de Miss Goiás e quando menos esperava “foi agredido por diversas pessoas [...] que dessa agressão [...] caiu ao solo, foi atingido por uma garrafa e [...] caiu sem sentidos, sofrendo um grande ferimento na região frontal”⁷¹⁹. Armando Calheiro Accioly – brasileiro, vinte e três anos de idade, solteiro, alfabetizado, jornalista, natural de Murici-AL e residente na Av. Goiás, nº 21, Centro – dizia que estava junto com a vítima quando “por motivos desconhecidos, foi agarrado violentamente, por uma pessoa desconhecida [...] travando uma luta corporal”⁷²⁰, dizia também que a vítima era uma boa pessoa por “pertencer ele a uma das mais ilustres e tradicionais famílias do estado”⁷²¹ e não provocou nenhum tumulto. Outra testemunha, Maurício Neto Martins – brasileiro, trinta anos de idade, solteiro, alfabetizado, advogado, natural de Goiandira-GO e residente na Av. Goiás, Grande Hotel, Centro – dizia que o clímax foi quando “a exaltação de ânimos culminou ao anunciar o nome da escolhida, tendo o salão [...] se transformado em uma verdadeira balbúrdia”⁷²² e “ao lado das comemorações de vitória [...], observava-se também discussões, empurrões, gritarias e vi também o jovem Petrônio cair ao solo ensanguentado”⁷²³. Outras testemunhas argumentaram que a vítima estava presente no momento em que um dos jornalistas, Isorico, discutiu com outras pessoas e, a partir de tais desafetos, originou-se uma briga que acabou reverberando em Petrônio.

Um fator curioso é que o réu, identificado como Sebastião Valadares de Castro, não foi chamado para depor e, mesmo assim, o advogado encaminhou o seu relatório ao juiz, em

⁷¹⁶ AFG. S. Cx. 58, nº 508, 1955. p. 7.

⁷¹⁷ Ibidem, p. 7.

⁷¹⁸ Ibidem, p. 7.

⁷¹⁹ Ibidem, p. 3.

⁷²⁰ Ibidem, p. 6.

⁷²¹ Ibidem, p. 6.

⁷²² Ibidem, p. 9.

⁷²³ Ibidem, p. 9.

20 de junho de 1955, lamentando que a briga “bem demonstra o baixo nível de educação da sociedade em que vivemos e que deixa, bem claro, que o nosso principal clube, ao invés de realizar concurso de beleza”⁷²⁴ e continua “deveria promover lutas de ‘box’, lutas livres, capoeiras e rabo de arraia; o que estaria mais de acordo com a sociedade e com os instintos da população goianiense”⁷²⁵, que era “formada, infelizmente, da gana dos mais desenfreados aventureiros”⁷²⁶. Tanto as falas dos jornalistas, quanto o auto redigido pelo delegado expressam o trecho da entrevista, do Sr. Boari, que abriu o presente capítulo: o quanto a estratificação social era sentida nos momentos de lazer. O delegado, na conclusão de seu relatório, dizia que era necessário prender o réu, caso fosse a vontade do juiz, pelo mesmo viver em outra cidade. Em 23 de junho de 1957 ele é recebido pelo promotor e, em 2 de fevereiro de 1967, o processo é arquivado.

As pessoas que não tinham condições de serem sócias do Jóquei Clube, ou pagar a entrada em algum evento que lá era sediado, poderiam participar dos bailes que ficavam na parte periférica do centro de Goiânia. Na madrugada do dia 14 de agosto de 1948, mais ou menos às 2:00 da manhã, estava sendo realizado um baile no Clube da Alegria, situado entre os bairros Vila Nova e Bota-fôgo. Etevaldo Espírito Santo – brasileiro, vinte e oito anos de idade, solteiro, sabendo assinar o nome, naturalidade desconhecida e residente na Vila Nova – estava nesse baile e, como não podia entrar armado, deixou a sua faca com uma moça que ficava na recepção. No decorrer da noite, adentrando pela madrugada, o réu, já embriagado, começou a insultar e a provocar as pessoas que estavam presentes no baile. Após as provocações e insultos, o réu “se pôs a apagar as lamparinas que iluminavam o salão de danças, e, tão logo, estas foram novamente acesas”⁷²⁷, não satisfeito “procurou o desordeiro [...] mais uma vez apagá-las, o que já vinha trazendo nos presentes uma certa revolta”⁷²⁸ e, ao ser interpelado, por uma das pessoas presentes, o réu gritava “que era ele quem apagava as lamparinas e que quem quisesse que viesse”⁷²⁹.

Nessa descrição inicial do processo, pode-se perceber um elemento marcante nas entrevistas dos primeiros moradores da cidade acerca do lazer: a sua precariedade. Era na debilidade que os atores sociais driblavam tais limitações e tentavam se divertir. Se não fosse

⁷²⁴ AFG. S. Cx. 58, n° 508, 1955. p. 17.

⁷²⁵ Ibidem, p. 17.

⁷²⁶ Ibidem, p. 17.

⁷²⁷ AFG. E. Cx. 19, n° 263, 1949. p. 2.

⁷²⁸ Ibidem, p. 2.

⁷²⁹ Ibidem, p. 2.

no lazer público – paquerar no *footing*, nadar no Lago das Rosas, ou se encontrar na porta do cinema de Campinas – era possível celebrar com seus companheiros nas residências. As limitações do lazer na cidade também se davam em seus bailes, tinha danças com sanfoneiros para os funcionários do alto escalão no tablado da rua 4, no centro da cidade em seu canteiro de obras e depois, em finais dos anos de 1930 e início dos anos de 1940, as festas no Jóquei Clube que, com a debilidade de fornecimento de energia elétrica, usavam geradores. Para além das festas do centro, havia os bailes que ficavam nos bairros populares que, como no caso do Bota-fogo, por não ter energia elétrica, contava com clubes que tinham apresentações de sanfoneiros e violeiros, iluminados por lamparinas.

De volta ao processo, no momento em que Etevaldo apagou as lamparinas pela última vez, uma briga eclodiu na sala de danças e, para se defender, o réu recuperou a sua faca. Foi esse momento decisivo que causou a dúvida no delegado e no promotor, pois, no escuro, alegou-se que o mesmo tinha esfaqueado dois guardas civis, porém, após o inquérito ter sido encaminhado para o juiz, não se conseguiu comprovar a autoria no crime. Apesar de diversas testemunhas dizerem que Etevaldo tinha um passado de arruaças pelos bailes da região, ninguém soube afirmar com firmeza a sua culpa nas facadas. Após ser preso um dia após o ocorrido na casa de seus pais, o réu foi solto a pedido de seu advogado que alegou que o mesmo tinha sido coagido pelas forças policiais e, seis meses depois do ocorrido, seu processo foi concluído e arquivado em 2 de fevereiro de 1967.

Em relação às alternativas de lazer na cidade, algumas pistas do cotidiano dos atores sociais nos primeiros anos de construção podem ajudar a entender uma de suas brechas: as festas em casas de famílias. Tendo em vista a precariedade dos bares e dos ginásios e a inconstância no fornecimento de energia elétrica, eram comuns catiras, forrós ao som de violas e saraus, como também essas festas de família. O Sr. Aládio rememora: “Muitas festas de família, uma espécie, não bem um sarau, mas eram reuniões em casa de família, porque o Jóquei Clube não tinha condições de ficar aberto toda noite”⁷³⁰ e “a maioria das festas eram feitas em casa de família”⁷³¹.

O Sr. Pedro Ponchet, natural do Piauí, se lamentava que: “Era difícil. Eu saía com a patroa, às vezes, para passear na casa de algum conhecido. Não tinha praça, não tinha avenida, não tinha nada. Existia era muita poeira”⁷³² e, a partir de tais condições, encontros

⁷³⁰ Entrevista de Aládio Teixeira Álvares. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 31.

⁷³¹ Ibidem, p. 31.

⁷³² Entrevista de Pedro Ponchet Meireles. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 149.

em casa de amigos e, de pessoas que compartilhavam do mesmo universo cultural, era uma alternativa. Continua ele: “quando eu saía, saía para a casa de um Sr. chamado José João de Queiroz, já de idade, que veio de Lavras dos Lençóis, lá da Bahia”⁷³³.

Nesse ponto, sobre o lazer nos domicílios, os arquivos do judiciário podem ajudar a esclarecer certas situações, pois, em tais momentos, eram comuns conflitos entre os que participavam da festa, confusões com vizinhos e invasões de residências pelas forças policiais. Os processos a seguir elucidam cenas do lazer nas residências que envolviam jogos de baralho com apostas, celebração de casamentos, ou a oportunidade de um trabalhador migrante comemorar uma notícia de sua família distante.

O primeiro caso foi quando João Cassiano Ribeiro – brasileiro, trinta anos de idade, casado, alfabetizado, operário, natural de Carmo do Paranaíba-MG e residente no Bairro Operário –, em 11 de novembro de 1950, por volta das 19h, estava indo até a venda do Sr. José Gomes para tomar um “aperitivo”. Foi quando encontrou João Roque que, em uma discussão amigável, o desafiou a jogar cartas na casa de seu cunhado. Mário Martins Lopes – brasileiro, vinte e sete anos de idade, casado, alfabetizado, operário, natural de Catalão-GO e residente na Vila Operária – dizia, no momento de sua prisão, que chegaram em sua casa, quase às 21h, João Roque e João Cassiano “em adiantado estado de embriaguez, querendo ali jogar o ‘31’; que não querendo [...] tal jogo ali, [...] porém permitia se jogasse ‘truc’”⁷³⁴ e, que, nisso, a vítima começou a ofendê-lo ao chamá-lo de “filho da puta, sem vergonha, caolho, etc.”⁷³⁵. Após essas ofensas, o réu ainda foi chamado de ladrão por ter uma dívida de Cr\$ 10,00, quando pediu para a vítima e o seu acompanhante para se retirarem de sua residência “não querendo brigar, [...] pois eles eram companheiros de serviço”⁷³⁶ e a vítima “persistiu em desacatar, chamando-lhe para fora, então o declarante sai, quando ao sair da porta [...] pega um pedaço de lenha com a qual desfecha umas pauladas, pondo-o para correr”⁷³⁷.

João José – brasileiro, cinquenta anos de idade, casado, alfabetizado, comerciante, natural da Bahia e residente na Vila Operária – era vizinho de Mário e dizia que escutou, na porta de sua casa, que o motivo do conflito era de uma dívida de jogos, que ouvia o réu dizer

⁷³³ Entrevista de Pedro Ponchet Meireles. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 149.

⁷³⁴ AFG. M. Cx. 44, nº 245, 1950. p. 4.

⁷³⁵ Ibidem, p. 4.

⁷³⁶ Ibidem, p. 4.

⁷³⁷ Ibidem, p. 4.

que já havia pago o que devia, ao ponto que “Filuca”, como era conhecido João Cassiano, quem cobrava, não aceitava e insistia em ser pago. Outros vizinhos acabavam confirmando que a briga foi em razão de dívidas de jogos.

Mesmo não comprovando o real motivo da agressão, Mário foi preso e responsabilizado pelo ocorrido, saindo da prisão três dias depois, em 14 de novembro, após ter pago Cr\$ 220,00 de fiança. No dia 17 de novembro de 1950, o inquérito é encaminhado para o judiciário. Em 21 de novembro é dado o visto do promotor, no dia 10 de janeiro de 1955 o crime é prescrito e concluído, sendo arquivado em 2 de fevereiro de 1967.

O segundo caso ocorreu no dia 21 de julho de 1951, quando o soldado da Polícia Militar Normino Rodrigues do Nascimento – não qualificado – foi ao bairro Vila Nova para “tomar parte”, ou seja, averiguar um baile de casamento que se realizava na residência de Messias Pereira Ramos – brasileiro, quarenta anos de idade, casado, alfabetizado, guarda civil, naturalidade desconhecida e residente na Vila Nova – e, próximo à meia noite, o soldado chega na dita residência. Francisco de Assis Dorneles – brasileiro, vinte e nove anos de idade, solteiro, alfabetizado, policial militar, naturalidade desconhecida e residente na Vila Santa Teresinha – dizia que, na mesma noite, foi dar um passeio até o bairro Bota-fôgo e que, por ventura, acabou sendo testemunha do ocorrido “que ali chegando [...] foi convidado por alguns amigos a dar um pulo até o bairro Vila Nova, até uma residência onde se realizava um baile; que ali chegando, ficou perto de uma janela”⁷³⁸. Até o momento, nota-se que, como em Goiânia tinham poucas opções de lazer, um baile dado em uma casa atraía pessoas de vários bairros, mesmo os que não eram convidados. Francisco, ao chegar ao local, presenciou a seguinte cena “o guarda civil Messias, que estava à paisana, de terno branco e gravata preta, disse ao soldado Normino que estava do lado do guarda civil Santana”⁷³⁹, continua “por que você não vem dançar à paisana e Normino respondeu que ele não tinha saído de casa com o intuito de dançar e que resolveriam posteriormente”⁷⁴⁰ e a partir disso se travou uma discussão quando o guarda Messias disse “eu sou melhor que você e venho à paisana”⁷⁴¹ e o soldado respondeu “eu não lhe considero melhor que eu”⁷⁴². A calorosa discussão, em meio

⁷³⁸ AFG. 1º Ofício Criminal Cx. 112, nº 68, 1951. p. 4.

⁷³⁹ Ibidem, p. 4.

⁷⁴⁰ Ibidem, p. 4.

⁷⁴¹ Ibidem, p. 4.

⁷⁴² Ibidem, p. 4.

a sala da casa de Messias, que sediava o baile de casamento de sua filha, se tornou uma rixa ao ponto de ele sacar sua arma e atirar em Normino.

A briga, em um primeiro momento, pode ser explicada pela presença, sem convite, de um soldado da Polícia Militar, porém um outro elemento cabe ser explicitado, pois o soldado penetrou a residência de um Guarda Civil para repreendê-lo, havendo uma disputa de autoridade entre ambos. Questionar o fato de o soldado Normino estar à paisana, ou seja, sem o uniforme, seria uma forma de desqualificar a sua presença naquele local, que era uma festa informal de família. Após efetuar o disparo, Messias, com a ajuda de familiares, evadiu-se da cena do crime.

Por fim, no que se refere às festividades em domicílios, em 27 de setembro de 1952 Francisco Pessoa de Melo – brasileiro, quarenta e seis anos de idade, solteiro, alfabetizado, pedreiro, natural da Paraíba e residente na rua 34, nº 890, Vila Nova – estava muito feliz, pois “recebeu notícias de seus parentes que residem na Paraíba e por esse motivo [...] convidou uns amigos para beberem umas cervejas em sua casa”⁷⁴³. Fazia tempo que Francisco não via seus familiares e, apesar de não revelar o conteúdo da carta, receber notícias que mereciam celebrações para esse trabalhador migrante. Conforme bebiam cervejas em sua casa, o declarante “se encontrava bastante alegre derrubou um prato e logo em seguida [...] um pires no chão quebrando ambos; que nesse interim apareceu um soldado da Polícia Militar”⁷⁴⁴.

Mas, por que novamente em uma festa em residência houve interferência de policiais militares? Sobretudo, por que logo na Vila Nova? Primeiramente, por ter sido um bairro de ocupação operária migrante, sobretudo dos interiores de Goiás, Minas Gerais e de estados da região nordeste, tal local era visto pelas autoridades como de ocupações irregulares. Segundo, conforme indica a qualificação dos réus e das testemunhas, uma parte considerável de tais sujeitos que eram registrados pela 2^a Delegacia de Polícia, em Campinas, eram provenientes de bairros populares, sobretudo da Vila Nova. Por fim, conforme elucida Souza⁷⁴⁵, a partir dos anos de 1950, foram criados cargos, destinados às forças policiais, para controlarem as ocupações urbanas, sobretudo no bairro Macambira – muitos moradores de tal região lembram da figura violenta e autoritária de “Aluizão”, que espancava moradores, destruía moradias e delimitava quais lotes deveriam ser ocupados. A autora não evidencia se o cargo

⁷⁴³ AFG. F. Cx. 22, nº 340, 1952. p. 3.

⁷⁴⁴ Ibidem.

⁷⁴⁵ SOUZA, Dalva Borges de. *Violência, poder e autoridade em Goiás...* op. cir. p. 166-167.

de “Investigador e Fiscal das Terras do Estado” atuava na Vila Nova, porém os microdespotismos, engendrados pelo autoritarismo pós-1930 em Goiás, lançavam poderes às forças policiais (ou particulares) para reprimir indivíduos nos bairros populares da cidade.

Dessa forma, intervir nos momentos de lazer, invadindo, sem mandato judicial, a residência de populares, possivelmente era uma prática comum do cotidiano de tais bairros populares em Goiânia. De volta ao processo analisado, Francisco narrava que um policial militar invadiu a sua casa “que o declarante não conhece e juntou [...] pelo peito dando-lhe diversos pescoções”⁷⁴⁶, se sentindo ofendido a vítima reagiu e “travou luta corporal com o soldado e apanhando um facão que se encontrava encostado no canto da parede deu [...] diversos golpes no soldado”⁷⁴⁷, mas que também “tomou inúmeros murros na cabeça e tomou uma pancada na barriga com um sabre do dito soldado”⁷⁴⁸.

Antônio Cordeiro – brasileiro, trinta e dois anos de idade, casado, alfabetizado, militar, natural da Bahia e residente na rua 34, nº 903, Vila Nova – era vizinho de Francisco e dizia que ele era “rueiro e vezeiro de beber e promover desordens”⁷⁴⁹, que no dia da briga “Francisco em companhia de outros amigos se encontravam alcoolizados em sua residência; [...] que devido à grande algazarra que ali reinava, o depoente foi até a porta de sua residência”⁷⁵⁰, foi quando viu a discussão e que Francisco pedia para o policial militar “se retirar dali [...] que quem mandava na casa era ele”⁷⁵¹. E após a uma intensa gritaria, ocorreu o conflito entre ambos. Josué Ferreira – brasileiro, trinta e seis anos de idade, casado, alfabetizado, militar, natural de Minas Gerais e residente na Vila Nova – também testemunhava que era vizinho de Francisco e que o mesmo era “rueiro e vezeiro”⁷⁵², que era comum noites de bebedeira e brigas em sua casa. Além dos dois depoimentos, outro militar também corrobora para a mesma versão e assim, ao observar a fala das três testemunhas, todas dão a mesma versão para justificar a invasão de residência pelo policial.

Na conclusão do delegado, em seu relatório para o juiz, em 22 de outubro de 1952, “Paraíba”, como era conhecido Francisco, era um “elemento sobejamente conhecido como alcóolatra inveterado, mais propenso a desordens pelo seu baixo nível moral, promovia

⁷⁴⁶ AFG. F. Cx. 22, nº 340, 1952. p. 3.

⁷⁴⁷ Ibidem, p. 3.

⁷⁴⁸ Ibidem, p. 3.

⁷⁴⁹ Ibidem, p. 9.

⁷⁵⁰ Ibidem, p. 9.

⁷⁵¹ Ibidem, p. 9.

⁷⁵² Idem, p. 11.

escândalos em sua residência e [...] perturbava o sossego público”⁷⁵³. Sem demais informações, o processo é concluído em 19 de setembro de 1968.

Como foi visto, conforme se analisou o cotidiano das relações de lazer em Goiânia nas primeiras décadas, em Campinas se concentrava grande parte das opções de diversão, como o *footing* (passeio na praça que envolvia o galanteio de rapazes e moças), o cinema, os bailes (particulares ou no Jóquei Clube) e as festas em residências. Mediante a estratificação da vida social nas duas cidades, a quase ausência de transporte público entre ambas e a oscilação no fornecimento de energia elétrica, seus atores sociais encontraram várias brechas para poderem se divertir para além dos canteiros de obras da cidade. Tendo em mente que Goiânia foi edificada próximo a vários mananciais de água, sobretudo próximo a vários córregos, um aspecto importante do lazer era se banhar e pescar nas fontes de água corrente.

Para amenizar o calor, era comum vincular os momentos de lazer aos banhos em córregos e em rios, como também pescaria e, principalmente nos bairros que se formaram às margens do córrego Botafogo que não tinham acesso à agua encanada, para lavar roupas e para limpeza pessoal. As cenas do cotidiano do lazer que surgem nas fontes – tanto nos arquivos do judiciário, quanto nas entrevistas coligidas – são os banhos no então balneário Lago das Rosas e a pescaria nos córregos Botafogo e Capim Puba.

Além de ter chácaras no local, o Lago das Rosas era um importante centro de lazer para os seus habitantes, de um lado por ter, nas devidas proporções, uma maior facilidade de acesso, pois se situa na Av. Anhanguera entre Campinas e Goiânia, por outro por ter uma estrutura para os banhistas, contando com um lago represado do córrego e um trampolim. Boari menciona o Sr. Raimundo, que habitava uma chácara nos arredores e “[...] era o fiscal do Lago das Rosas. Fiscalizava as fichas de banhistas [...]. Lá era muito frequentado. Era fiscalizado. Quem não tinha a carteira, tinha que pôr para fora”⁷⁵⁴ e, mesmo controlado, o ambiente proporcionava, de certa forma, um lazer popular acessível “Frequentava quem queria, era público, para qualquer um. Era só ser são, não ter moléstia contagiosa, pagava uma quantia muito barata para o custo da carteira”⁷⁵⁵.

O Lago das Rosas era, de certa forma, um local acessível para a população goianiense, como também era barata a carteirinha de filiação mas, como também no caso do Jóquei

⁷⁵³ AFG. F. Cx. 22, nº 340, 1952. p. 14.

⁷⁵⁴ Entrevista de Adolfo Boari. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 24.

⁷⁵⁵ Ibidem, p. 24.

Clube, cobrar e controlar associações, mesmo sendo em conta para a maioria da população, revela uma forma de o governo do estado controlar e disciplinar as formas de lazer. O controle se dava no acesso aos filiados, pelas vigílias que atuavam como fiscais e, cabe ressaltar, por uma assistência médica que identificava, mediante a admissão, se o banhista tinha moléstias ou não.

Mas, sendo um espaço público com grande circulação de pessoas, o local também era visto como forma de resolução de conflitos. O Lago das Rosas, poderia ser o local onde se avistava antigos desafetos que não quitaram certas dívidas de jogos, o que gerava brigas envolvendo diversas pessoas⁷⁵⁶. Ajustes de contas, que partiam de desavenças em bares, também reverberavam em tiroteios no lago⁷⁵⁷.

Conforme já foi elucidado nas entrevistas acima analisadas, a pescaria era uma forma de lazer e também de subsistência. No segundo capítulo, viu-se que Antônio Alves estava indo pescar no córrego Botafogo antes de resolver uma desavença na Vila Nova⁷⁵⁸ e também, no terceiro capítulo, que Luiz de Aquino, além de furtar mandiocas, também utilizava do córrego para pescar peixes para a sua subsistência⁷⁵⁹. No córrego João Leite também era comum nadar e pescar, principalmente como uma forma de diversão entre amigos.

Em 2 de novembro de 1955, Tirezio Pinto da Fonseca – brasileiro, dezoito anos de idade, solteiro, alfabetizado, panificador, natural de São Gonçalo-MG e residente na rua 6, nº 52, Centro – e Guilbos Ferreira – brasileiro, dezesseis anos de idade, solteiro, alfabetizado, tipógrafo, natural de São Paulo e residente na rua 74, Pensão Alves, Bairro Popular – eram empregados da Padaria Ceciliana, situada na rua 7, no Centro. Após um dia de trabalho, também por serem amigos inseparáveis, ambos resolvem passar a tarde às margens do córrego João Leite que ficava nas proximidades da cidade. Eles ficaram até fim da tarde, pescando e dando tiros com garruchas. Ao “cair da tarde, por volta das 18:30 horas, ao terminar a pescada, Guilbos pediu para o seu colega de serviço que também se achava presente, uma garrucha, de vez que almejava dar uns tiros”⁷⁶⁰. Seu colega “Carlindomar, respondeu-lhe que sua garrucha se encontrava descarregada, tendo [...] retrucado que a entregasse como estava”⁷⁶¹ e “fez-lhe a entrega da arma, sem balas, ora em que, este convidou

⁷⁵⁶ AFG. J. Cx. 36, nº 194, 1948.

⁷⁵⁷ AFG. L. Cx. 05, nº 382, 1951.

⁷⁵⁸ AFG. A. Cx. 11, nº 218, 1949.

⁷⁵⁹ AFG. J. Cx. 29, nº 176, 1948.

⁷⁶⁰ AFG. T-V. Cx. 60, nº 522, 1955. p. 20.

⁷⁶¹ Ibidem, p. 20.

Tirézio para simular um duelo, relembrando episódios de nossa História”⁷⁶². Começando a “brincadeira”, cada um combinou de dar cinco passos para frente e virassem rapidamente para ver quem acionaria o gatilho primeiro. Guilbos estava com a garrucha de Carlindomar sem balas e Tirézio “estava certo encontrar sua garrucha sem balas, porquanto já havia dado vários tiros nas margens do aludido córrego”⁷⁶³.

Porém, para infelicidade de ambos, a garrucha de Tirézio ainda continha uma bala e, ao simular o duelo, o mesmo acabou por alvejar, no peito, o seu inseparável amigo. O réu, conforme relatou as testemunhas, ficou extremamente atordoado, correu para a cidade em busca de socorros, mas já era tarde. O delegado, em seu relatório, concluía que o crime era inafiançável, mas que por ter sido mediante a um lamentável acidente, sendo nítida a não intenção do réu em assassinar seu amigo, o mesmo estipulou uma fiança de Cr\$ 3.000,00 e que foi liberado, mediante tal pagamento, três dias depois. A última informação do caso, antes de seu arquivamento, foi um visto do promotor em 16 de novembro de 1955. No dia de 22 de janeiro de 1965, o juiz concluiu e arquivou o processo por ter o crime prescrito.

Conforme foi analisado neste subcapítulo, as formas de divertimento na nova capital goiana eram marcadas pela precariedade. Isso se revelava na inconstância na geração de eletricidade para o comércio e para a iluminação pública, como também na carência de transporte público entre os moradores de Goiânia para Campinas que, como foi evidenciado, concentrava a maior parte das opções lazer nos anos de 1930 e 1940. Apesar da precariedade dos serviços prestados para a população, os atores sociais encontravam várias brechas para se divertir em seu cotidiano, como: o *footing*, os vistosos bailes no Jóquei Clube, as festas em casa, que driblavam a carência de entretenimento, os banhos no Lago das Rosas e as pescarias nos córregos que banhavam a cidade.

Além do lazer possível pelas brechas, havia também outras formas de divertimento, estas mais comuns nos autos do judiciário, que eram os divertimentos pelas beiradas, ou seja, a zona boêmia, povoada por diversos tipos de pessoa, delineada por diversos bares e prostíbulos e que será detalhadamente discutida a seguir.

⁷⁶² AFG. T-V. Cx. 60, n° 522, 1955. p. 20.

⁷⁶³ Ibidem, p. 20.

4.2 – O lazer pelas beiradas: bares, cabarés e zona de meretrício

Viu-se no subcapítulo anterior que, mesmo com a limitação das opções de lazer nos anos iniciais de Goiânia, os atores sociais encontravam várias brechas para poder se divertir. Entretanto, a estratificação do lazer também era sentida no cotidiano de seus habitantes, a separação entre Goiânia e Campinas dificultava o acesso aos divertimentos para as camadas populares. Os bailes no Jóquei Clube eram pagos e, muitas vezes, destinados para seus associados e até para nadar no Lago das Rosas era necessário o pagamento de uma carteirinha e ter atestado médico. Tais condicionamentos muitas vezes inibiam o acesso ao lazer, porém não o impediam, pois havia bailes em regiões periféricas e na casa de amigos.

Conforme as análises das fontes indicaram, havia outras formas de lazer acessíveis para os populares, usando a metáfora do Sr. Boari, pelas “beiradas”, onde se localizavam os bares e as zonas de meretrício. A documentação do judiciário indica vários momentos de entretenimento dos atores sociais nesses locais, mas também momentos de conflitos. A “zona boêmia” era uma das opções populares, porém, conforme relata o Sr. Gerson em seu depoimento que abriu este capítulo, o lazer em Goiânia tinha as suas restrições: as casas comerciais fechavam cedo e havia muita poeira ou lama pelas ruas não pavimentadas da cidade. Para um jovem trabalhador das obras da época, esse ambiente era desolador e triste, sendo os locais restantes, que ficavam abertos até a madrugada e tinham preços “em conta” para os populares, os bares e, nas palavras do Sr. Gerson, os “lupanares”.

Os populares mencionavam que muitos bares eram locais de “puxa-faca”, ou seja, um ambiente propício para emergirem conflitos violentos. No entanto, esses espaços são um interessante ponto de análise da vida social da época, sobretudo no que tange ao lazer. Dos treze processos criminais correspondentes a brigas e furtos de bar, pode-se inferir alguns aspectos de tais estabelecimentos. Em tais processos vários bares puderam ser identificados. Em Goiânia, ou seja, no centro, havia os bares: Bahia, Brasserie, Goiás, Ipiranga e Marabá, sendo todos situados entre a Av. Goiás e Anhanguera, com exceção do Bar Bahia que ficava na rua 7. No bairro de Campinas foram localizados os bares: Araguaia, Novo Horizonte e o Bar do Pão Duro. Mesmo contando com apenas um processo, cabe identificar o “Mercadinho Botafogo” que se situava no bairro do mesmo nome e atuava, entre outras coisas, como um bar/mercado.

No recorte histórico estabelecido, um bar nem sempre era destinado somente à venda de bebidas alcoólicas, mas poderia ser, ao mesmo tempo, um armazém e, conforme discutido no segundo capítulo, um armazém poderia vender coisas de diversos gêneros. Os crimes de furto ou assalto nos bares/vendas podem explicitar como eram esses estabelecimentos. Da mesma forma, segundo Chalhoub, os botequins – como eram conhecidos os bares no Rio de Janeiro da *Belle Époque* – também acabavam funcionando como pequena venda de gêneros alimentícios para a população de baixa renda e também era um privilegiado ponto de vigilância do lazer da classe trabalhadora⁷⁶⁴.

Em 10 de março de 1945, três pessoas adentraram na venda Mercadinho Botafogo, que se situava no bairro Bota-fôgo, a pretexto de beberem cerveja, entretanto furtaram “1 dúzia de canivetes, um relógio despertador, 1 chave de abrir cerveja e uma garrucha”⁷⁶⁵. Sebastião Monteiro de Santana – brasileiro, dezessete anos de idade, solteiro, alfabetizado, estudante, natural de Palmeiras-GO e residente no Bairro Bota-fôgo – era empregado da venda e, como foi estudado no capítulo anterior, era um funcionário que habitava o mesmo local de trabalho, provavelmente por ser menor de idade, ter vindo do interior para a capital estudar. Dizia que, na noite do assalto “às oito horas da noite [...] fechou a porta da venda indo se acomodar; que as 3 horas da madrugada [...] acordou com batidos na porta da venda e, levantando-se, dirigiu para a porta da mesma perguntando quem era”⁷⁶⁶, uma pessoa respondeu dizendo que era um guarda civil e que “poderia abrir sem receio porque não era cachaceiro”⁷⁶⁷. Confiando apenas na palavra do declarante, Sebastião resolveu abrir a porta, deixando entrar três pessoas que “pediram duas cervejas, exigindo das que tinha dentro da dependência da venda porque estavam mais frescas; que, entrou [...] para apanhar os copos e quando voltou notou a falta da chave de abrir garrafa”⁷⁶⁸ e “tendo Henrique então aberto as mesmas com o dente”⁷⁶⁹. Cada vez que os rapazes pediam algo de dentro da venda, Sebastião notava a falta de algo “quando pediu um copo para beber cerveja [...] e quando [...] veio de dentro da dependência da casa onde fora apanhar, notou a falta de uma garrucha”⁷⁷⁰. Os três rapazes saíram sem pagar a conta, talvez por estarem em maior número ou por um deles ter se identificado como um guarda civil, Sebastião não teve coragem de cobrar pelas cervejas

⁷⁶⁴ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar & botequim...* op. cit. p. 259.

⁷⁶⁵ AFG. H. Cx. 24, n° 72, 1945. p. 1.

⁷⁶⁶ Ibidem, p. 3.

⁷⁶⁷ Ibidem, p. 3.

⁷⁶⁸ Ibidem, p. 3.

⁷⁶⁹ Ibidem, p. 3.

⁷⁷⁰ Ibidem, p. 3.

bebidas, tampouco de questionar sobre o abridor de bebidas e a garrucha. Poucas horas depois, já pela manhã, após acordar, notou que a porta da rua da venda estava aberta sem sinais de arrombamento e suspeitou “que, enquanto tomavam cerveja e estava ocupado em serví-los, retiraram eles a taboa e o caixote que calçavam a porta, deixando-a sem fechar para voltar mais tarde”⁷⁷¹.

Com as investigações, descobriu-se que dois dos três rapazes eram Henrique Bispo de Carvalho – brasileiro, vinte e sete anos, solteiro, alfabetizado, pedreiro, natural de Barreira-BA e residente no bairro Bota-fôgo – que dizia que estava com José Ferreira de Moura – brasileiro, quarenta e um anos de idade, solteiro, alfabetizado, operário, natural de Rio Branco-BA e residente na Vila Nova – e ambos davam os mesmos esclarecimentos de que realmente passaram de madrugada para beberem na dita venda, acordando o funcionário, porém pegaram as cervejas para consumirem depois e que, ao sair, avistaram várias pessoas estranhas na rua que poderiam ter furtado a venda, logo depois, pela madrugada. Em 10 de janeiro de 1955, sem o relatório do delegado, o processo chegou até o escrivão do juiz de direito da 1^a vara. Em 28 de janeiro do mesmo ano, o promotor dá o seu visto e escreve ao lado de seu carimbo “recebidos conjuntamente com outros 353 autos”⁷⁷², talvez para justificar a paralisação dos autos em função do acúmulo de trabalho. Em 2 de fevereiro de 1967, o processo é arquivado.

Os bares eram atrativos para furtos e, como o processo anterior demonstra, as trancas e as portas desses respectivos locais eram de fácil arrombamento, sem contar a “recompensa” do furto que era significativa, tendo em vista que muitos desses locais se tornavam prósperos. José Marcondes – brasileiro, vinte e um anos de idade, solteiro, sabendo assinar o nome, naturalidade não declarada e sem residência fixa – em 30 de agosto de 1947, munido de uma espátula de aço, arrombou com facilidade, por a porta ser feita de tábuas, o “Bar Goiás”. Em uma das gavetas, o gatuno furtou dinheiro em cédulas e moedas, como também diversas garrafas de bebidas que se encontravam na prateleira do bar⁷⁷³.

Além dos objetos do estabelecimento, o que mais os processos de furtos podem indicar? O que poderia se fazer no bar? A primeira coisa que vem à mente é o consumo de bebidas alcoólicas, em que quase sempre são mencionadas a pinga e a cerveja. A bebida, nesse ambiente, era o lubrificante das relações sociais, abria os vínculos e propiciava novas

⁷⁷¹ AFG. H. Cx. 24, n° 72, 1945. p. 4.

⁷⁷² Ibidem, p. 8.

⁷⁷³ AFG. J. Cx. 32, n° 133, 1947.

amizades, mas também gerava várias situações de conflitos entre os indivíduos. Uma cerveja natural poderia ser consumida no Mercadinho Botafogo, em 1945, por Cr\$ 10,00 e uma dose de pinga por Cr\$ 5,00⁷⁷⁴. Vale ressaltar que, mediante a dificuldade de acesso à eletricidade, uma cerveja gelada era mais cara, podendo custar, levando em conta a “carestia” (como a inflação era chamada) dos produtos, Cr\$15,00 no Bar Bahia no centro⁷⁷⁵. Além de beber, era possível se entreter com jogos de cartas apostando dinheiro⁷⁷⁶, jogar sinuca ou “snocker” (como era chamado na documentação), como também beber café e comer salgados (era comum o policial militar Domingos “ceiar” em bares antes de suas rondas)⁷⁷⁷. De certa forma, os bares eram espaços de sociabilidades mais democráticos, por mais que a documentação mostra que esses lugares eram frequentados, em sua maioria, por homens solteiros entre vinte e trinta anos de idade. Por ser frequentado, majoritariamente, por homens, esses recintos atraíam também larápios que faziam pequenos furtos.

Em 24 de janeiro de 1950, Sylvino Oppa – brasileiro, cinquenta e seis anos de idade, viúvo, alfabetizado, advogado, natural de Bom Jesus da Lapa-BA e residente em Formosa-GO – passava uns dias em Goiânia antes de voltar para a sua cidade no interior do estado. Para passar o tempo, resolveu jogar bilhar com seu colega no Bar Marabá que se situava na Av. Anhanguera e, enquanto se distraía com o jogo, teve a sua carteira furtada. A primeira suspeita recaiu sobre João Caolho, porém, como não obteve informações do mesmo, descobriu, a partir de denúncia de testemunhas, que tinha sido Cícero de tal – brasileiro, vinte e cinco anos de idade, alfabetizado, sem profissão, naturalidade desconhecida e residente na rua 24, nº 15, Centro – pois ele foi visto, mesmo vivendo em condições precárias por ser deficiente (o réu era surdo e mudo) comprando relógio, sapatos e roupas, como também distribuiu Cr\$ 1.000,00 para cada um de seus três colegas. Pelo relato da vítima, estimava-se que Cícero furtou cerca de Cr\$ 7.000,00 da carteira de Sylvino⁷⁷⁸. Na defesa do réu, argumentava-se a tese de que Cícero não tinha noção de dinheiro e não podia se expressar, porém o advogado, em seu relatório, questionava isso, pois o mesmo foi flagrado distribuindo dinheiro e comprando vários itens para si⁷⁷⁹. Em 12 de junho de 1951, o juiz reclamava da

⁷⁷⁴ AFG. H. Cx. 24, nº 72, 1945.

⁷⁷⁵ AFG. M. Cx. 44, nº 327, 1955.

⁷⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷⁷ AFG. D. Cx. 17, nº 261, 1950.

⁷⁷⁸ AFG. C. Cx. 15, nº 283, 1950.

⁷⁷⁹ Ibidem, p. 22.

morosidade do escrivão que demorou quase um ano para remeter o processo a ele e, em 29 de janeiro de 1952, o processo era concluído.

Mesmo os bares mais centralizados não eram locais adequados para cidadãos de classes sociais mais abastadas levarem as suas companhias. Em 16 de outubro de 1948, quase às 22:00, o menor Aluizio Augusto de Carvalho Franco – brasileiro, quinze anos de idade, solteiro, alfabetizado, estudante, natural de Guaratinguetá-SP e residente no Hotel Ipiranga, no Centro – estava, juntamente com alguns colegas da escola, no bar “Brasserie”, que ficava na Av. Goiás, quando sentou próximo de sua mesa Galdino Luiz Pinaud – brasileiro, vinte e oito anos de idade, casado, alfabetizado, advogado, natural do Rio de Janeiro e residente no Grande Hotel, Centro – e a sua esposa. Conforme narrava o auto, “os estudantes que ali se encontravam [...] pilheriavam e pronunciavam palavras pouco recomendáveis, o que é muito comum em rodas de estudantes”⁷⁸⁰ e, justificava, “pois, mormente na idade em que se achavam, que, tudo fazem para serem alvos de atenção, pois, é a idade em que não são nem meninos e nem rapazolas, e então, ficam dados aos gracejos e pilherias”⁷⁸¹. Galdino se sentiu ofendido, levantou-se da mesa e foi em direção a Aluizio o espancando covardemente, com socos e pontapés, provocando escoriações pelo rosto e corpo.

O réu somente parou a série de agressões ao menor quando o pai da vítima, Augusto de Carvalho Franco – brasileiro, cinquenta e dois anos de idade, casado, alfabetizado, comerciante, natural de Guaratinguetá-SP e residente no Hotel Ipiranga, no Centro – interferiu na briga fazendo a “menção de sacar uma arma”⁷⁸² e “quando [...] foi preparar para revidar a atitude do agressor, em igualdade de condições”⁷⁸³ o réu “não quis esperar e se retirou do local”⁷⁸⁴. A vítima, ao depor, dizia que apenas disse a palavra “fresco” para um de seus amigos, quando o réu o agrediu de costas, já o réu se explicava que, ao chegar no dito bar, o menor começou a dizer vários impropérios “filho da puta, vai tomar no cú, seu fresco”⁷⁸⁵, o que foi o bastante para se sentir humilhado frente à sua esposa e partir para a agressão, mesmo sendo um menino com proporções físicas bem menores e que, em nenhum momento, revidou.

⁷⁸⁰ AFG. G. Cx. 23, nº 231, 1949. p. 1.

⁷⁸¹ Ibidem, p. 1.

⁷⁸² Ibidem, p. 1.

⁷⁸³ Ibidem, p. 1.

⁷⁸⁴ Ibidem, p. 1.

⁷⁸⁵ Ibidem, p. 13.

Os dois menores que acompanhavam a vítima, somados ao garçom do bar, disseram que, de fato, a vítima pronunciava vários palavrões que desagradavam as pessoas ao seu redor, mas que, como criança, não justificaria uma agressão desmedida do réu. Em 9 de dezembro de 1949, ao concluir todos os depoimentos, o delegado redigia o seu relatório para o juiz esboçando a reação desmedida do réu. Como Galdino não residia em Goiânia, estava somente de passagem, o réu foi intimado no Rio de Janeiro e, sem mais informações, em 23 de março de 1950, o processo era arquivado.

O caso acima estudado ajuda a compor o desenho social de como eram os bares em Goiânia em suas primeiras décadas de formação, porém, a origem da briga demonstra um padrão nesses conflitos: as ofensas verbais. Carneiro⁷⁸⁶, ao analisar os crimes relacionados a ofensas verbais em Juiz de Fora - MG, constatou que o insulto atua como um rompimento com o comportamento linguístico dominante, mas que também expressam relações de poder entre os grupos sociais. Estudar os insultos, ao mesmo tempo que revela as formas de linguagem, demonstra os padrões de comportamentos sociais de uma época. As ofensas verbais têm maior influência quanto menor for o agrupamento urbano, em que se é resguardado um forte vínculo comunitário, um maior interesse nos afazeres dos vizinhos e da vida alheia, podendo as ofensas em insultos se propagarem e se tornarem públicas mais facilmente⁷⁸⁷. Em suma, cada cultura, a partir de sua configuração social, cria termos pejorativos que remetem a ofensas de determinados valores. Os insultos revelam os tabus de uma sociedade e demonstram também as definições negativas das virtudes frente a momentos de conflito social⁷⁸⁸.

Os crimes que tinham como gatilho as ofensas verbais, conforme se analisará logo a seguir, comumente ocorriam entre pessoas do mesmo grupo social, geralmente pessoas mais pobres, sendo tais casos entre as elites praticamente nulos. Os mais pobres, por sua vez, recorriam à violência para calar os seus ofensores. Os insultos no ambiente do bar, de certa forma, eram públicos, estavam ligadas a honra que os sujeitos construíram no cotidiano da cidade. No século XIX, a honra deixa de ser um atributo de berço, passando para a concepção, principalmente para os populares, de que os homens construíam a sua honra nos afazeres públicos e econômicos e a mulher resguardaria a sua pureza sexual e aceitaria a sua posição

⁷⁸⁶ CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Conflitos verbais em uma cidade em transformação...* op. cit. p. 17-18.

⁷⁸⁷ Ibidem, p. 138.

⁷⁸⁸ Ibidem, p. 236.

dentro do lar⁷⁸⁹. A honra é construída publicamente, quando a opinião comunitária é mais importante do que seus entes próximos. A reputação, dessa forma, é regulada pela comunidade e quando suas normas são violadas, a fofoca e o insulto público acabavam atuando como formas de persuasão a segui-las⁷⁹⁰.

Um caso que ilustra ofensas verbais, e como a defesa da honra pode ter como desfecho conflitos violentos, ocorreu no dia 10 de novembro de 1950, no Bar Araguaia, que se situava no bairro de Campinas. Uma discussão entre duas pessoas resultou em uma agressão de um policial a um frequentador do bar. Domingo Teodoro do Nascimento – brasileiro, vinte e quatro anos de idade, solteiro, alfabetizado, policial militar, natural da Cidade de Goiás e residente em Campinas – dizia que, por volta das 08:00, estava em serviço e passou no bar para tomar um café e comer coxinhas, quando uma pessoa estranha “puxou umas brincadeiras dizendo-lhe que era costume ele estar embriagado nas zonas de meretrício desta cidade”⁷⁹¹, também o chamando de “ladrão” e, se sentindo ofendido com tais insinuações, respondeu que “não deveria brincar com quem não tem conhecimento [...] e levantou-se da mesa e deu-lhe um empurrão”⁷⁹², após esse incidente, o estranho deixa o bar. Logo depois a pessoa volta empunhando uma faca em sua direção e, para se defender, desfechou dois tiros. Bonifácio Araújo – brasileiro, vinte e seis anos de idade, casado, alfabetizado, agenciador, natural de Sussuapara-GO e residente em Trindade-GO – presenciou o momento da discussão e dizia que tudo originou quando a vítima avistou o policial militar no bar e disse “Você me bateu ontem, agora você bate outra”⁷⁹³, gritava outra vez para o policial “Foi você seu filho da puta”⁷⁹⁴, a partir daí, ao ver a possibilidade de se ferir, a testemunha se evadiu do local.

Essas ofensas que aparecem nos processos, como “ladrão”, “filha da puta” e “bêbado”, possivelmente significariam, naquele universo cultural, um homem sem a capacidade de manutenção de sua vida material e que, por isso, precisaria roubar; que a sua progenitora tinha hábitos sexuais indecentes e não permitidos pelo código de conduta das mulheres e que era infiel por estar em zonas de meretrício; além de bêbado que não honrava suas funções em horário de trabalho. A reação enérgica a tais ofensas poderia se explicar

⁷⁸⁹ CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Conflitos verbais em uma cidade em transformação...* op. cit. p. 154.

⁷⁹⁰ Ibidem, p. 159.

⁷⁹¹ AFG. D. Cx. 17, nº 261, 1950. p. 5.

⁷⁹² Ibidem, p. 5.

⁷⁹³ Ibidem, p. 7.

⁷⁹⁴ Ibidem, p. 7.

tendo em vista que em sociedades com altos níveis de analfabetismo, a palavra possui um grande poder e, em tais comunidades, o que se falava das pessoas era o que se atribuía à sua moral⁷⁹⁵. Em suma, um homem despossuído construía a sua identidade a partir do que fazia socialmente e não, obviamente, pelos bens que possuía⁷⁹⁶.

A vítima era Gerson Antônio Alves – brasileiro, vinte e cinco anos de idade, solteiro, analfabeto, operário, natural de Ipameri-GO e residente em Campinas – e dizia que cada um estava tomando seu “aperitivo”, ou seja, cachaça no bar quando, sem especificar, um começou a brincar com o outro que “levou a origem do soldado dar-lhe um tapa na cara; que recebendo [...] aquele tapa, como estando desarmado, não reagiu, saindo dali junto com uma mulher desconhecida e indo para sua casa”⁷⁹⁷, ao chegar em sua casa, “como sentindo-se bastante humilhado com o tapa recebido, apanha uma faca de cozinha, voltando para o bar”⁷⁹⁸, quando “entrava no salão do bar, estando ali o dito soldado, saca do revólver, desfechando-lhe dois tiros; que sentindo alvejado, saca-se da faca que conduzia, mas não mais encontrou força para defesa caindo ao chão”⁷⁹⁹.

Um tapa na cara em público, mesmo sendo dado por um agente policial, era visto como um ato de humilhação, pois era uma forma de questionar a capacidade da vítima de se defender, como também uma provocação à sua virilidade, moralidade e honra. Nesse caso, cobrar do réu ou então retribuir o tapa dado com uma agressão ainda maior, aparece como um ritual, mesmo que violento, de ajuste social interno e o bar era um dos palcos para isso.

Após recolher os depoimentos, o que tudo indica é que o soldado também fazia uso de bebida alcoólica antes da briga. Para o delegado, não houve excesso por parte do policial e mesmo baleando a vítima, o mesmo teria agido em legítima defesa. Em 17 de novembro de 1950, o processo foi encaminhado para o judiciário. Em 21 de dezembro, o advogado de defesa alega legítima defesa e pede a conclusão do processo. O advogado também ressaltou que o réu havia sido transferido para uma cidade do interior do estado, o que dificultaria a sua vinda para a capital a fim de prestar novos depoimentos. Em 12 de março de 1951, é pago Cr\$ 200,00 em fiança e o réu é liberado e, em 12 de janeiro de 1952, o seu processo é concluído.

⁷⁹⁵ CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Conflitos verbais em uma cidade em transformação...* op. cit. p. 207.

⁷⁹⁶ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar & botequim...* op. cit. p. 326.

⁷⁹⁷ AFG. D. Cx. 17, n° 261, 1950. p. 9.

⁷⁹⁸ Ibidem, p. 9.

⁷⁹⁹ Ibidem, p. 9.

A maioria das brigas nos bares se originavam quando um dos envolvidos se sentia ofendido a partir de algum insulto verbal. Os processos criminais que envolvem tais crimes de agressões em bares mostram que as ofensas eram de ordem física e verbais. Nesses ambientes, a recusa em ser atendido pelo garçom também originava conflitos. Na noite do dia 9 de outubro de 1949, no “Bar Ipiranga”, quando Verino Luz – brasileiro, vinte anos de idade, solteiro, alfabetizado, estudante, natural de Goiás e residente no Bairro Popular – adentrou o local e, juntamente com dois outros amigos, resolveu pedir uma xícara de café e um copo de água, foi respondido pelo garçom que “fosse tomar água da pia”⁸⁰⁰. Como não foi atendido, Verino resolveu ir embora do local, quando foi agarrado, pelas costas, pelo garçom e caiu no chão, quando se levantou “recebeu uma forte cadeirada no crânio”⁸⁰¹.

O garçom era Ertildes Ribeiro Reis – brasileiro, vinte e seis anos de idade, casado, alfabetizado, natural da Bahia e residente na Av. São Paulo, Campinas – e prestava uma outra versão, dizendo que Verino chegou ao bar ocupando a mesa que já estava sendo usada por duas pessoas, no momento que servia outros clientes, insistente, a vítima, de forma pouco cortês, exigia ser atendido. Poucos minutos depois o réu escutou “Soca essa água no seu rabo”⁸⁰² e “perguntando a Verino o que dissera, este ainda com gestos mais grosseiros e na presença de senhoritas que se achava no local, repetiu o mesmo insulto”⁸⁰³. Diante de tal situação o réu “perdeu a calma [...] o que resultou em uma luta corporal entre ambos, no qual Verino usando dos pés atingiu por várias vezes a cabeça e o corpo do declarante”⁸⁰⁴ e concluía que “o mesmo usou da cadeira para se defender”⁸⁰⁵. Três testemunhas que estavam no local presenciaram a briga, mas não puderam afirmar os motivos que a desencadearam.

O delegado, em seu relatório redigido em 11 de novembro de 1949, acabou por acreditar mais na versão da vítima que supostamente foi agredida sem menos perceber após ter tido seu atendimento negado pelo garçom, do que na versão do réu de que a vítima o xingou e o destratou na frente de vários clientes, sobretudo mulheres, que se encontravam nas mesas ao lado. Em 1º de fevereiro de 1952, o processo é recebido pelo escrivão e, sem demais informações, provavelmente pelo crime estar prescrito, o processo foi arquivado em 10 de janeiro de 1955.

⁸⁰⁰ AFG. E. Cx. 19, nº 285, 1949. p. 5.

⁸⁰¹ Ibidem, p. 6.

⁸⁰² Ibidem, p. 9.

⁸⁰³ Ibidem, p. 9.

⁸⁰⁴ Ibidem, p. 9.

⁸⁰⁵ Ibidem, p. 9.

Os bares também eram os locais de resolução de rixas, como foi em uma discussão travada entre Natanael José Barbosa – brasileiro, trinta e um anos de idade, casado, sabendo assinar o nome, oleiro, natural e residente em Campinas – e Alcides José da Silva – brasileiro, vinte e oito anos de idade, solteiro, alfabetizado, motorista, natural de Carmo do Paranaíba-MG e residente na Av. Mal. Floriano, nº 900 – que resultou em uma briga, em que o primeiro detonou um tiro contra o segundo, mas que acabou acertando um transeunte, Benedito Borges – brasileiro, trinta anos, casado, alfabetizado, pedreiro, natural de Trindade-GO e residente na Av. Mal. Hermes da Fonseca, nº 57, Campinas –, que passava pela porta do local e nada tinha a ver com a discussão de ambos. Antônio Gonçalves Sobrinho – brasileiro, vinte e quatro anos de idade, solteiro, alfabetizado, garçom, natural de Estrela do Sul-MG e residente na Av. Marechal Floriano (Bar Araguaia), Campinas – era garçom e vivia no bar, contava que naquela noite, sem saber os motivos “viu um rapaz saindo pelo corredor com um revólver preto na mão e dando ao gatilho, mas sem contudo sair tiros”⁸⁰⁶, sendo que “após alguns segundos [...] viu um rapaz robusto agarrar quem empunhava o revólver, travando uma luta corporal dentro do bar até saírem para a rua”⁸⁰⁷ e “na saída da porta o rapaz detonou o tiro, momento que todos os presentes sentiram cheiro forte de fumaça de pólvora e o estampido que foi alto”⁸⁰⁸. Orozina Cândida – brasileira, vinte e um anos de idade, casada, analfabeta, meretriz, natural de Ipameri-GO e residente na rua Benjamin Constant, Campinas – declarava que “viu um rapaz desconhecido [...] que estava de roupa clara [...] e saiu correndo [...]”; que, não houve discussão alguma antes da tentativa de homicídio, sendo atingido na mão um rapaz que estava na porta do bar”⁸⁰⁹.

Alcides, em seu depoimento, dizia que estava com mais dois amigos bebendo café no bar, que desconhecia o réu e “que quando [...] ia pegando na xícara, bateu na mão do declarante derrubando café; que, o rapaz em tom de provocação perguntara se tinha achado ruim”⁸¹⁰. Nesse ponto, notando que se tratava de uma provocação de alguém que estava no bar exatamente para provocar alguma briga, “o declarante nada respondeu tendo o rapaz em resposta sacado de um revólver preto, calibre 32, saindo para o corredor e dado ao gatilho duas ou três vezes sem sair tiros”⁸¹¹ e, para se defender, “no momento que o rapaz ia armar

⁸⁰⁶ AFG. L. Cx. 05, nº 191, 1952. p. 6.

⁸⁰⁷ Ibidem, p. 6.

⁸⁰⁸ Ibidem, p. 6.

⁸⁰⁹ Ibidem, p. 7.

⁸¹⁰ Ibidem, p. 8.

⁸¹¹ Ibidem, p. 8.

o revólver para atirar-lhe o declarante com ele se atracara, lutando assim os dois até a porta do bar”⁸¹² e “que nesse instante o rapaz detonou um tiro que acertou a mão de outro rapaz que se achava na porta do bar”⁸¹³. José Rocha – brasileiro, vinte e sete anos de idade, casado, alfabetizado, motorista, natural de Catalão-GO e residente na Av. Mal. Deodoro, nº 632, Campinas – confirma a versão de Alcides que, como motorista “foi levar um passageiro de Goiânia a casa de uma meretriz loura, residente pouco abaixo do Bar Araguaia”, depois disso “afastara seu carro até um posto de gasolina próximo para fazer tempo quando então teria de levar o mesmo passageiro para Goiânia”⁸¹⁴ e, ao entrar no bar, viu a cena que um rapaz bateu com a mão na xícara de café do outro e, como foi ignorado, o que estava procurando pela briga disse “Você não vai embora não, você não tem vergonha não?”⁸¹⁵.

Com base em tais depoimentos, percebe-se que o réu tentou construir a rixa, ou seja, tentou criar uma briga quanto deu um tapa na xícara de café da vítima. A rixa é uma situação de tensão mais ou menos prolongada, ela surge a partir da própria dinâmica de funcionamento e ajuste de tensões dentre os microgrupos sociais, sendo assim, a violência não surge como algo espontâneo, mas como o resultado organizado e até premeditado pelos membros de uma dada comunidade⁸¹⁶. Essa ação pode ser interpretada como uma forma de o réu exaltar, publicamente, a sua virilidade ao ponto de conseguir subjugar outro homem. Assim, a intenção do réu era que a vítima fosse embora humilhada para casa, porém, quando foi ignorado, ele mesmo reagiu energicamente com o seu revólver.

Benedito, após receber alta do hospital por ter levado um tiro na mão, dizia que não sabia o motivo da briga, mas revela algo interessante, que “não mais viu o réu depois que a luta foi apartada, a não ser hoje às 10 horas da manhã quando o encontrou recebendo dele a quantia de Cr\$ 200,00 para o auxílio do tratamento”⁸¹⁷ e “havendo perguntado o que ele ia fazer, este respondeu que ia sair deste bairro porque estava com receio de ser preso”⁸¹⁸. Dois meses depois o réu se apresentou na delegacia e declarava que “não tinha o costume de andar armado, [...] trocara por um relógio com um senhor cujo nome ignora”⁸¹⁹, na noite da troca “havendo encontrado alguns amigos, passou a tomar uns goles de bebidas alcoólicas (cerveja,

⁸¹² AFG. L. Cx. 05, nº 191, 1952. p. 8.

⁸¹³ Ibidem, p. 8.

⁸¹⁴ Ibidem, p. 11.

⁸¹⁵ Ibidem, p. 11.

⁸¹⁶ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar & botequim...* op. cit. p. 326.

⁸¹⁷ AFG. L. Cx. 05, nº 191, 1952. p. 9.

⁸¹⁸ Ibidem, p. 9.

⁸¹⁹ Ibidem, p. 11.

pinga, conhaque, etc.) perdendo quase de tudo a razão”⁸²⁰. O réu dizia que todas as suas ações foram em legítima defesa, pois quando “penetrara o Bar Araguaia e ali fora empurrado [...], quando se sentiu então preso por uma ‘gravata’, pelo pescoço e golpes nos braços; que [...] para se defender, de seus agressores sacou do revólver que trazia dando um tiro para o chão”⁸²¹.

O advogado, em seu relatório redigido em 12 de março de 1952, concluía, a partir de suas investigações, que o réu era culpado pela briga e pelo tiro alvejado em Sebastião, como também por ter se evadido do local do crime e ter demorado meses para se apresentar na delegacia. Em 14 de abril do mesmo ano, o promotor aceitou a denúncia e encaminhou para o juiz. Em 12 de janeiro de 1955, o processo era concluído, em 25 do mesmo mês, o escrivão anotava “recebidos na data de 14 deste mês conjuntamente com outros 779 autos”⁸²². No dia 21 de junho de 1967, o processo era arquivado.

As brigas de bar também poderiam gerar homicídios. No dia 3 de junho de 1953, no “Bar do Pão Duro”, localizado na praça Cel. Joaquim Lúcio em Campinas, um simples esbarrão gerou uma exaltação nos humores e, consequentemente, um assassinato. Abel Dias Faleiro – brasileiro, vinte e cinco anos de idade, solteiro, sabendo assinar o nome, comissário de gado, natural de Piracanjuba-GO e residente na rua Quintino Bocaiuva, Campinas – dizia que estava no bar no dia do crime e “se encontrava caçoando com Alexis, enquanto Ceará estava tomando um aperitivo e Batuví se achava tomando outro aperitivo”⁸²³, descrevia “que, inopinadamente, o depoente que estava desapercebido, notou que Ceará se levantara da cadeira, quando Batuví o empurra para trás e sacava de seu revólver”⁸²⁴ e “disse a Batuví que não fizesse aquilo, mas só escutou os disparos de arma contra Ceará, que caiu agonizante e instantaneamente ao chão”⁸²⁵. Manoel de França – brasileiro, trinta anos de idade, casado, alfabetizado, guarda civil, natural de Goiás e residente na Vila Operária – por ser um guarda civil, estava em sua ronda próximo ao bar quando “ouviu [...] quatro disparos de arma de fogo; que, olhando para o local viu quando o criminoso cercou a vítima na porta, e quando a vítima caíra ao chão, a alvejara ainda com o último disparo”⁸²⁶, ao se deparar com tal cena

⁸²⁰ AFG. L. Cx. 05, nº 191, 1952. p. 9.

⁸²¹ AFG. L. Cx. 05, nº 191, 1952. p. 9.

⁸²² Ibidem, p. 16.

⁸²³ AFG. 1º e 2º Oficio Criminal Cx. 114, nº 90, 1955. p. 8.

⁸²⁴ Ibidem, p. 8.

⁸²⁵ Ibidem, p. 8.

⁸²⁶ Ibidem, p. 9.

partiu em perseguição ao réu, porém não conseguiu prendê-lo em flagrante. Aulentino de Oliveira Borges – brasileiro, vinte e cinco anos de idade, solteiro, sabendo assinar o nome, garçom, natural de Buriti Alegre-GO e residente em Campinas – dizia que não sabia o motivo do desentendimento de ambos, pois logo após servi-los se retirou para a cozinha do bar, quando então escutou os disparos.

Após o recolhimento de todas os testemunhos, ninguém soube dizer os motivos do desentendimento e o que teria gerado o crime. Somente após o exame cadavérico se descobriu que a vítima, conhecida como Ceará, era Antônio Lopes – brasileiro, quarenta e cinco anos de idade, solteiro, analfabeto, lavrador, natural de Crato-CE e residente em Campinas – e o réu, conhecido por Batuví, João Pereira Teles – brasileiro, trinta e três anos de idade, solteiro, alfabetizado, profissão ignorada, natural de Araguari-MG e sem residência definida. No dia de 15 de junho de 1953, o delegado pediu, em seu relatório, a prisão preventiva do réu que se encontrava foragido e encaminhou os autos para o juiz de direito da comarca. Em 27 de abril, o escrivão dava a sua “vista” e sintetizava o processo e, no mesmo dia, o juiz decretava a prisão preventiva do réu. No dia 14 de março de 1957, foi marcado o depoimento do réu, porém o mesmo ainda não tinha sido encontrado e, em 15 de maio de 1970, o crime era prescrito e o processo concluído, sendo arquivado em 22 de agosto de 1979.

Além das brigas entre os clientes dos bares, havia casos de brigas entre donos de bar e seus clientes. Na madrugada do natal de 1952, várias pessoas se encontravam no bar “Novo Horizonte” a fim de comemorar as festividades. Arnaldo Ribeiro da Silva – brasileiro, vinte e quatro anos de idade, solteiro, alfabetizado, ajudante de caminhão, natural do Rio de Janeiro e residente na rua Formosa, nº 56, Campinas – estava no local e “que se encontrava no salão de snocker no Bar Novo Horizonte [...] que, em um dado momento, o acusado começou a destratar a esposa do sr. Argemiro por causa de contas”⁸²⁷ e assim, a mulher, que era esposa do dono, estava sendo destratada por um cliente bêbado que discordava do acerto de sua conta. Outra pessoa, que se sentiu ofendida com o desrespeito com a mulher do dono do bar, entrou na discussão e empurrou o agressor que, por sua vez, “sacou de um longo canivete e atingiu Sebastião de tal no ventre”⁸²⁸ e, chocado, concluía que “ficara gravemente ferido, tendo suas tripas saído para o lado de fora pela abertura do ferimento”⁸²⁹. José dos Santos Campos – brasileiro, dezenove anos de idade, solteiro, alfabetizado, operário, natural de

⁸²⁷ AFG. Inq. Pol. 2º Of., nº 170, 1952. p. 9.

⁸²⁸ Ibidem, p. 9.

⁸²⁹ Ibidem, p. 9.

Silvânia-GO e residente na Rua Formosa, Campinas – dizia que viu a cena e que “o acusado Vicente de tal, se dirigia a esposa do proprietário do bar [...] com desafetos, dizendo que a referida senhora estava enchendo o saco”⁸³⁰ e, então, a vítima, ao intervir na discussão, disse “que não podia dizer aquilo, que ela era dona da casa” e “que aquilo não era mesmo direito e empurrara o referido acusado, e este sacando de um canivete, atingiu Sebastião com grande rapidez no ventre pondo-lhe as tripas para fora”⁸³¹.

A vítima foi Sebastião Machado da Silva – brasileiro, dezoito anos de idade, solteiro, analfabeto, operário, natural de Catalão-GO e residente em Campinas – e dizia que o réu chegou no bar “derrubando cadeiras, [...] que queria beber e afirmava que não estava importando com nada e que naquele dia queria matar um”⁸³² e “certo momento o referido indivíduo passou a maltratar a esposa de Argemiro”⁸³³, foi então que Sebastião se achou no direito de intervir amistosamente, em suas palavras, o advertindo e o outro revidou “enfiando o canivete abaixo do umbigo”⁸³⁴. Em sua defesa, a vítima declarava que não estava embriagada e que estava defendendo a dona do bar e o seu estabelecimento.

Mas por que Sebastião, que não estava relacionado com a discussão, se sentiu ofendido com a postura agressiva do réu para com a dona do bar? O dono do bar tinha uma posição ambígua, pois, por mais que fosse um proprietário que zelava de seus bens se aliando às forças policiais, acabava por compartilhar a visão de mundo dos trabalhadores, acompanhando cotidianamente seus rituais de diversão e suas formas de conduta. Assim, de certa forma, havia uma identificação da vítima com a dona do bar.

O réu era Vicente de Moura Araújo – brasileiro, trinta e nove anos de idade, solteiro, sabendo assinar o nome, pedreiro, naturalidade e residência não declarada – e foi preso em flagrante, entretanto, cinco dias após a sua prisão foi posto em liberdade mediante ao pagamento de Cr\$ 500,00 de fiança. Vicente, em seu depoimento, dizia que “desconhecia o local em que se encontrava quando se deu o fato e que também não sabia que houvesse praticado o crime, pois se achava fora do normal”⁸³⁵ e declarava “que sofreu agressão ao ser preso”⁸³⁶. O delegado, obviamente, desqualificou as acusações do réu de ter sofrido agressão

⁸³⁰ AFG. Inq. Pol. 2º Of., nº 170, 1952. p. 10.

⁸³¹ Ibidem, p. 10.

⁸³² Ibidem, p. 12.

⁸³³ Ibidem, p. 12.

⁸³⁴ Ibidem, p. 13.

⁸³⁵ Ibidem, p. 19.

⁸³⁶ Ibidem, p. 19.

na prisão, como também que o abuso de bebida alcoólica não justificaria um ataque tão bárbaro contra a vítima. Em 11 de fevereiro de 1953, o inquérito foi encaminhado para o judiciário e mais nenhuma informação foi obtida.

Os bares eram os locais de resolução das rixas, mas também onde se originavam conflitos em que pessoas alcoolizadas acabavam por desafiar as convenções sociais existentes e entrar em choque com estranhos. Um padrão interessante, conforme revela a documentação do judiciário, é que, por mais diversas que fossem as tais brigas, todas surgiram a partir de insultos e ofensas verbais. A briga entre proprietário e cliente no Bar Bahia, em 30 de junho de 1955, em razão do não pagamento da diferença do valor de uma cerveja, teve como ponto culminante a ofensa verbal da vítima ao réu.

A vítima era João Lázaro Pinto da Costa – brasileiro, vinte e quatro anos de idade, solteiro, alfabetizado, capataz de fazenda, natural de Goiás e residente na rua 18, nº 4, Centro – e dizia que chegou no bar e “iria tomar uma cerveja, assim procedendo; [...] pediu a conta, e, para sua surpresa, verificou que tinha apenas Cr\$ 10,00 consigo, faltando então a importância de Cr\$5,00”⁸³⁷, por estar sem dinheiro para pagar o restante “disse ao proprietário do bar [...] sua situação, o engano havido, prometendo que dentro de alguns minutos, efetuaria o pagamento restante”⁸³⁸, foi então que o dono do estabelecimento só permitiria sua saída se a vítima deixasse algo de valor para penhora o que, para o depoente, era uma ofensa “o declarante fez ver aquele senhor que não era um qualquer, que possuía e possui bastante crédito na cidade, onde é bastante conhecido e relacionado”⁸³⁹. Mesmo dizendo que era bem relacionado e possuía crédito em vários pontos comerciais da cidade, o dono do bar não aceitou e pediu para que deixasse o seu chapéu até o pagamento dos Cr\$ 5,00, tendo em vista que a sua “palavra” não teve valia e, então, “o declarante, como é natural, se revoltou com aquela proposta que soava mais como um insulto, dada a insignificância da dívida”⁸⁴⁰. Recusando a proposta, João Lázaro foi embora quando “bruscamente o chapéu foi tomado [...], sendo desfechado um murro em seu rosto, momento em que, prontamente, revidou a agressão, devolve um soco a seu agressor”⁸⁴¹. Saindo do bar, João Lázaro foi agredido pelas costas levando uma “violenta pancada na cabeça, à traição, com um ferro,

⁸³⁷ AFG. M. Cx. 44, nº 327, 1955. p. 3.

⁸³⁸ Ibidem, p. 3.

⁸³⁹ Ibidem, p. 3.

⁸⁴⁰ Ibidem, p. 4.

⁸⁴¹ Ibidem, p. 3.

ferindo-o bastante; que cambaleando [...] deixou o estabelecimento, vindo encostar numa árvore [...] momento que recebeu outra pancada na cabeça”⁸⁴².

Até o momento, por mais que algumas testemunhas e o delegado julguem que foi uma briga por um motivo fútil, ou seja, por apenas Cr\$ 5,00, tal conflito, para os atores sociais envolvidos, representa algo maior. Em um primeiro momento, a vítima se sentiu ofendida pelo dono do bar não acreditar em sua palavra de que iria pagar o que devia depois, mesmo ressaltando que tinha um “nome” conhecido na cidade e crédito no comércio, por honrar os seus compromissos. À frente da dificuldade de reprodução da vida material, a honra comunitária era crucial para obter créditos para comprar, bem como para vender suas mercadorias e prestar serviços. Nessas ocasiões, os atores sociais “fundamentavam-se então uma rede de crédito baseada na reputação dos indivíduos”⁸⁴³. Por outro lado, o réu, dono do bar, tinha também uma reputação a zelar, pois se perdoasse a dívida para todos os clientes que não tivessem dinheiro para quitar as suas contas, essa prática poderia vir a ser recorrente, trazendo prejuízo a ele e, por isso, o pedido para deixar algo de valor para penhora.

Em suma, nesse caso, nota-se que o dono do bar acabava se transformando em um pequeno burguês proprietário que deveria zelar pela sua mercadoria e bens. Isso acabou por acentuar o antagonismo entre fregueses (trabalhadores e populares) e pequeno proprietário (pequeno burguês), fazendo do último uma extensão do controle das forças policiais de vigilância⁸⁴⁴. Vale lembrar, todavia, que o dono do bar também era o agente mediador de conflitos que ocorriam cotidianamente em seu comércio, a sua honra dependia do ambiente, ou seja, das pessoas que circulavam em seu estabelecimento⁸⁴⁵.

Contudo, duas perguntas surgem: por que a “palavra” de João Lázaro não foi aceita pelo réu? Em que o dono do bar se sentiu ofendido? João Sampaio da Silva Filho – brasileiro, trinta e um anos de idade, solteiro, alfabetizado, funcionário público, natural de Morrinhos-GO e residente na rua 9, nº 57, Centro – dizia que, ao estar na calçada do bar, viu que o instrumento da agressão era um pedaço de ferro, o mesmo utilizado para abrir e fechar as portas do local. Além de narrar a agressão, dizia que “estava com o seu colega [...] no Bar Bahia, que, João Lázaro [...] estava com Cr\$ 50,00 no bolso, dinheiro esse que foi perdido

⁸⁴² AFG. M. Cx. 44, nº 327, 1955. p. 3.

⁸⁴³ CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Conflitos verbais em uma cidade em transformação...* op. cit. p. 256.

⁸⁴⁴ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar & botequim...* op. cit. p. 260.

⁸⁴⁵ CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Conflitos verbais em uma cidade em transformação...* op. cit. p. 268-269.

no jogo naquele bar”⁸⁴⁶. A partir dessa testemunha, pode inferir que o dono do bar se recusou a dar crédito à vítima por ela ter perdido dinheiro em jogatinas.

Porém, o que justificaria a agressão do réu? Em sua defesa, o réu, Rodolfo Pereira Bahia – brasileiro, cinquenta e um anos de idade, casado, alfabetizado, funcionário público e comerciante, natural de Anicuns-GO e residente na Av. Contorno, nº 2, Centro – dizia que não conhecia a vítima e, por isso, não poderia perdoar a dívida sem deixar nada que garantisse o seu pagamento e, ao tentar pegar o chapéu de João Lázaro, este o “mandou ir a puta que o pariu e lhe desfechou um pescoção”⁸⁴⁷ e que usou do porrete para se defender, que “deu-lhe uma paulada com o cabo da vassoura, [...] apenas produzindo uma pequena hemorragia”⁸⁴⁸ e que “não feriu João Lázaro com barra de ferro”⁸⁴⁹. O delegado redigiu o seu relatório e o encaminhou para o judiciário em 19 de agosto de 1955. Em 22 do mesmo mês era dado um visto pelo promotor e, em fevereiro de 1967, o processo foi arquivado.

Apesar dos bares serem os locais que mais se fizeram presentes na documentação em relação ao lazer na capital goiana, outro espaço de diversões pelas beiradas foi percebido, a zona de meretrício. A natureza e a pouco incidência de tais locais nas fontes faz com que seja difícil uma imersão mais profunda nesse universo, mas não impossível. Ao coligir o material que se teve acesso pode-se inferir que em Goiânia, em suas primeiras décadas, existiam três formas de serviços sexuais prestados para os homens que aqui habitavam: a zona de meretrício, os cabarés e as “casas de mulheres de vida alegre”.

Comumente os autos dos processos se remetiam às meretrizes como “mulheres de vida alegre”, mas por que as retratavam dessa forma? Primeiramente, cabe ressaltar que, pelos autos serem redigidos e tendo as falas das testemunhas transcritas por homens, eles presumiam que essas mulheres possuíam uma “vida alegre” por acreditar que elas tinham prazeres nos serviços sexuais prestados. O “alegre”, possivelmente, seria em razão do estilo de vida que essas mulheres tinham de levar para atrair clientes, frequentando bares e cabarés, consumindo bebidas alcoólicas, se envolvendo em brigas, em suma, tendo uma vida bem diferente do papel de gênero destinado às mulheres casadas.

Por outro lado, além de tal termo ter sido elaborado por homens, a sua concepção não leva em conta as dificuldades de vida e as péssimas condições de trabalho enfrentadas por

⁸⁴⁶ AFG. M. Cx. 44, nº 327, 1955. p. 5.

⁸⁴⁷ Ibidem, p. 9.

⁸⁴⁸ Ibidem, p. 9.

⁸⁴⁹ Ibidem, p. 9.

tais mulheres. Mas quem eram essas mulheres de vida alegre? Pela parca documentação a qual se pôde ter acesso, essas mulheres tinham, em média, entre quinze e trinta anos de idade, vinham do interior de Goiás e do Nordeste e, provavelmente, para saírem de sua cidade de origem em busca de novas oportunidades de vida, vieram para Goiânia, da mesma forma que milhares de homens também fizeram. Quais as diferenças de oportunidades para as mulheres e homens migrantes que, para cá, convergiam? Os homens, em muitos casos, por terem uma força de trabalho reconhecida e remunerada, poderiam trabalhar nos canteiros de obras da cidade ou, se acaso dominassem, em algum outro ofício. Já às mulheres, outros condicionamentos eram exercidos.

As mulheres migrantes estavam muito mais submetidas à lumpemproletarização do que os homens. Com base na documentação, as mulheres que se mudavam para a nova capital goiana, juntamente com a família, tinham maiores possibilidades de aprender um ofício⁸⁵⁰ e até mesmo de estudar⁸⁵¹. Todavia, as que vinham sem uma rede de proteção familiar e que não tinham domínio de um ofício reconhecido e remunerado, tinham que optar por viver em casas de familiares distantes ou de algum conhecido (geralmente conterrâneo) e se submeter às mais adversas formas de exploração do trabalho. Um destino comum às moças jovens sem especialização vindas do interior para Goiânia foi a exploração sexual.

Em Goiânia, os homens que quisessem ter acesso ao mercado sexual disponível na cidade se dirigiam à zona de meretrício. Pelas fontes foi possível encontrar o Bordel Maria Branca. Na entrevista que abriu este capítulo, Sr. Gerson relata como era o dito lugar, com aposentos pobres, com mulheres infelizes, com clientes que tinham pouco dinheiro, além de ser um local que servia como “incontestáveis tablados para brigas de foice no escuro”⁸⁵². O caso a seguir ajuda a corroborar tal depoimento.

Cecília Oliveira Silva – brasileira, vinte e seis anos de idade, solteira, alfabetizada, meretriz, natural de Barreiras-BA e residente na Av. Mal. Floriana, nº 696, Campinas – era uma meretriz que trabalhava no Bordel Maria Branca e, em mais um dia de trabalho na zona de meretrício, em 20 de novembro de 1953, ela estava dançando no salão e pediu para um rapaz “passar o disco”, ou seja, passar uma música de algum disco de sua escolha e “quando a declarante ia passar o disco, foi assaltada pelas costas por sua colega [...], tendo entre a

⁸⁵⁰ Entrevista de Espedita Zupelli. In: *Memória cultural. Ensaios da história de um povo*. Goiânia-GO: Prefeitura Municipal, 1985. p. 80.

⁸⁵¹ Entrevista de Cerise Pinto Carramaschi. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 68.

⁸⁵² Entrevista de Gerson de Castro Costa. In: *Memória cultural...* op. cit. p. 98.

declarante a sua desafeta sido travada uma luta, sendo que a declarante andou dando-lhe alguns bofetões”⁸⁵³. Após sua colega de trabalho ter tentado lhe furtar, a vítima reagiu e conseguiu se sobrepor à ré na luta corporal, sendo esse o início da rixa. Logo depois, a vítima encontrou a ré na Boate Bambu que, na companhia de outra meretriz, começou a insultá-la e, de madrugada, quando retornava ao bordel que trabalhava/vivia, “verificou que Luzia Barbosa, estava na porta do quarto de Idelfonsa, provocando-lhe; que [...] pedindo-lhe para não falasse nada e deixasse daquilo; [...] Luzia disse que a declarante não prestava para nada”⁸⁵⁴, com isso novamente as duas se atracaram em um briga, ao ponto que, Luzia, para evitar ser mais agredida e amparada por uma faca de serra de cozinha, alojou o mesmo objeto no seio esquerdo de Cecília.

A ré era Luzia Barbosa de Oliveira – brasileira, dezenove anos de idade, amasiada, alfabetizada, meretriz, natural de Cuiabá-MT e residente na rua Mal. Floriano, nº 696, Campinas – e dizia que as duas “mantiveram uma pequena discussão, no salão da casa de Maria Branca, por motivos fúteis, sendo que ambas se achavam quentes de bebidas (cervejas para a declarante e pinga para sua colega)”⁸⁵⁵. Mais tarde, na Boate/Cabaré Bambu, a ré por estar alcoolizada não se lembrava do motivo da discussão, quando estava em seu quarto, a vítima gritava e “ficou chamando-a para fora, dizendo que queria falar-lhe [...] e ao sair se muniu de uma pequena faca, colocando-a em seu seio”⁸⁵⁶ e quando Cecília a atacou, com base na sua versão, usou da faca que apanhou da cozinha do bordel para se defender. Luzia, no momento do crime, se escondeu na casa de uma colega, apresentando-se na delegacia no dia posterior e, para se defender, tentava criar uma imagem de sua pessoa sem antecedentes criminais “que a declarante nunca foi processada, sendo apenas presa uma única vez, por causa de brigas, devido a questão de um gato”⁸⁵⁷ e também que estava alinhada aos papéis de gênero destinada às mulheres bem vistas na época “é católica apostólica romana; que é caridosa, dando sempre esmolas aos mais pobres; que [...] é casada e ausente de seu marido, não possuindo filho algum”⁸⁵⁸. A ré foi solta, quase um mês depois do crime, mediante ao pagamento de Cr\$ 200,00 de fiança⁸⁵⁹.

⁸⁵³ AFG. B. Cx. 12, nº 519, 1955. p. 3.

⁸⁵⁴ Ibidem, p. 4.

⁸⁵⁵ Ibidem, p. 5.

⁸⁵⁶ Ibidem, p. 6.

⁸⁵⁷ Ibidem, p. 6.

⁸⁵⁸ Ibidem, p. 6.

⁸⁵⁹ Ibidem, p. 11.

Maria de Freitas Guimarães – brasileira, trinta e quatro anos de idade, casada, alfabetizada, meretriz, natural de Itumbiara-GO e residente na Mal. Floriano, nº 636 – era proprietária do Bordel Maria Branca e dizia que quando a polícia a procurou para buscar Luiza, conhecida como “teste de ferro”, “inteirada do fato abriu as janelas de sua casa e mandou que o policial prendesse as ‘cangaceiras’, afirmando que na sua casa não acoitava ‘cangaceiras’”⁸⁶⁰. A partir desse depoimento, apreende-se que a dona do bordel tinha um conchavo com as forças policiais, não somente pelo fato dos mesmos serem potenciais fregueses, mas, como proprietária do bordel, uma pequena comerciante, o sucesso de seu estabelecimento dependia do seu bom relacionamento com as autoridades.

Nenhuma das testemunhas soube dizer o que, de fato, deu origem à discórdia entre ambas. A vítima dizia que foi em razão de uma tentativa de furto; a ré não se lembrava dos motivos por estar alcoolizada e as outras meretrizes e clientes que estavam no local apenas separaram a briga. O delegado, em seu relatório redigido em 12 de dezembro de 1953, concluiu que as razões do crime “foi o uso indevido de bebidas alcoólicas pelas protagonistas”⁸⁶¹. Em 13 de dezembro de 1955, o processo era recebido pelo escrivão e, sem mais informações, no dia 12 de janeiro de 1955 era concluído e arquivado em 2 de fevereiro de 1967.

As casas de mulheres alegres, ao que indica as fontes, eram uma outra forma de serviços sexuais prestados pelas meretrizes. Essas casas poderiam ser divididas entre várias mulheres que poderiam se organizar para financiar as despesas e a manutenção das moradias⁸⁶², ou então alugar um quarto próximo a um bar para facilitar o acesso aos clientes⁸⁶³. Mesmo em um ambiente, de certa forma, privado – vale lembrar a reflexão sobre as distintas noções de privacidade no capítulo anterior ao estudar os barracões e as pensões –, esse também era um espaço fértil para rixas e brigas.

Em 6 de abril de 1949, José Celestino da Costa – brasileiro, trinta anos de idade, solteiro, sabendo assinar o nome, motorista, natural de Campinas-GO e residente em Goiânia – estava sentado na sala da casa de uma mulher de vida alegre que, depois das investigações, descobriu-se que se tratava de Izolina Fagundes – brasileira, quinze anos de idade, solteira, analfabeta, meretriz, natural e residente em Campinas – juntamente com mais um casal de

⁸⁶⁰ AFG. B. Cx. 12, nº 519, 1955. p. 12.

⁸⁶¹ Ibidem, p. 15.

⁸⁶² AFG. J. Cx. 29, nº 723, 1952.

⁸⁶³ AFG. L. Cx. 05, nº 191, 1952.

colegas. Após passarem algumas horas no local, uma pessoa gritou na porta da casa e, mesmo perguntando quem era, José Celestino não obteve resposta. Após abrir a porta, a pessoa que estava de fora o empurrou e “em um tom áspero, pediu para que o declarante e mais dois seus colegas [...] se retirassem da casa de Izolina”⁸⁶⁴. O réu e seus colegas, se sentindo envergonhados, saíram imediatamente, “todavia logo na rua acharam aquilo um insulto e armaram de porrete voltando aquela casa achando o soldado [...] distraído, tendo também [...] tomado o seu revólver, o qual queria ainda dar um tiro no seu próprio dono”⁸⁶⁵. Benedito Francisco de Paula – brasileiro, dezenove anos de idade, solteiro, sabendo assinar o nome, lavrador, natural e residente em Campinas – era colega de José Celestino e, com ele, participou da agressão ao guarda. Confirmou que se sentiu humilhado por ter sido expulso da casa de Izolina o que, para o réu, justificava a agressão, porém ressaltou que, ao tomar a arma do policial, não pretendia matá-lo, mas somente “amedrontá-lo”.

O guarda era José Leopoldino Hilário – brasileiro, dezoito anos de idade, solteiro, alfabetizado, policial militar, natural de Franca-SP e residente no bairro Botafogo – e disse que tinha ido ao encontro de Izolina a pedido dela para “passear na sua casa”⁸⁶⁶, que chegando lá “notou que no seu interior havia alguns outros rapazes conversando com ela”⁸⁶⁷, que “imediatamente se retiraram, sem dizer uma palavra sequer”⁸⁶⁸ e que, poucos minutos depois de terem se retirado, “sem que pudesse se defender recebeu uma forte cacetada na nuca, o qual deixou um tanto atordoado; que quando deu por si estava todo ensanguentado [...] tendo tirado o seu revólver; que [...] com sua própria arma quiseram matá-lo”⁸⁶⁹. Já Izolina Fagundes dizia que estava na sua residência quando “um soldado bateu com o pé na porta e esta abrindo, este praça, que é conhecido da depoente de vista, pôs seus amigos para fora, para depois ficar ali conversando com ela”⁸⁷⁰. Outras testemunhas diziam que, ao verem a cena, por morarem em frente à casa onde ocorreu a agressão, julgavam que os rapazes agiram premeditadamente em razão de alguma rixa.

Aqui cabe uma análise em torno do depoimento da vítima, dos réus e de duas testemunhas. Como já foi analisado no subcapítulo anterior, nos bairros populares (pois

⁸⁶⁴ AFG. J. Cx. 31, nº 220, 1949. p. 13.

⁸⁶⁵ Ibidem, p. 13.

⁸⁶⁶ Ibidem, p. 14.

⁸⁶⁷ Ibidem, p. 14.

⁸⁶⁸ Ibidem, p. 14.

⁸⁶⁹ Ibidem, p. 14.

⁸⁷⁰ Ibidem, p. 14.

somente em tais locais se tem registro nas fontes) era comum as forças policiais (guardas civis e policiais militares) invadirem a casa de pessoas por desavenças pessoais, ou para interferir em festas realizadas em algum domicílio. Talvez por isso o praça José Hilário tenha se sentido no direito de penetrar energicamente a casa de Izolina. As versões contraditórias do mesmo ato, dadas pelos depoentes, revelam os múltiplos aspectos da realidade que podem ser observados nos processos criminais, mas, mesmo a partir das três diferentes versões dadas sobre a postura do guarda ao chegar na residência da meretriz, infere-se que José Leopoldino agiu, de certa forma, de maneira autoritária.

Um outro ponto que interessante é o motivo da rixa. Os réus disseram que se sentiram humilhados e ofendidos com a postura do guarda ao retirá-los, de forma não cortês, logo, pode-se concluir que houve uma disputa de autoridade, fundamentada na virilidade, em frente à mulher dona da casa, em que os réus se sentiram lesados. Vale ressaltar que um dos réus, Benedito de Paula, estava acompanhado por outra meretriz e José Celestino estava desacompanhado, então, possivelmente, o último estava tentando obter a companhia de Izolina e, com sua expulsão da casa, viu a sua honra e virilidade lesadas, tentando recuperá-las a partir da agressão física.

Por fim, para não inflar esse caso de inferências, motivados por ciúmes e um sentimento de virilidade ferida ao serem questionados pelo guarda, José Celestino e Benedito de Paulo resolveram agredir a vítima. Viu-se, nos autos, que os réus se armaram de porretes, invadiram a casa e pegaram de surpresa a vítima de costas, bem como pegaram o seu revólver o usando para amedrontá-lo/humilhá-lo. Essa agressão violenta seria uma forma de os réus exercerem a sua virilidade: ofendendo a vítima quanto à sua integridade física e exaltando a sua incapacidade de defesa, mesmo sendo ele um agente da força policial.

O delegado, em seu relatório, redigia que a agressão foi premeditada e realizada de forma bárbara, pois “espancaram a vítima ao ponto que a mesma ficasse hospitalizada e sem noção consciente por mais de 48 horas”⁸⁷¹ e concluía que “só poderia ser por rixa, ou mesmo para fazer crer aquela mulher a sua masculinidade, como acontece com certos indivíduos inescrupulosos e de maus costumes, oriundo de pouca educação”⁸⁷². Em 20 de abril de 1949, o relatório foi encaminhado para a justiça, sendo recebido em maio e no final do dito mês o promotor aceitou a denúncia e encaminhou, por escrito, a sua síntese do processo. Em 11 de

⁸⁷¹ AFG. J. Cx. 31, nº 220, 1949. p. 17.

⁸⁷² Ibidem, p. 17-18.

junho, os réus foram intimados para depor, mas, poucos dias depois, não foram localizados na cidade. Em 22 de agosto, um novo mandato de citação é feito pelo juiz, sendo encontrado apenas Benedito enquanto José Celestino continuou sem ser achado. Sem mais informações, o processo é concluído em 22 de novembro de 1966 por “estar prescrita a ação respectiva porque o crime ocorreu já mais de dezoito (18) anos”⁸⁷³ e, no dia de 24 de abril de 1967, o processo foi arquivado.

José Celestino aparece novamente, três anos mais tarde, nos arquivos do judiciário, pelo mesmo motivo anteriormente elucidado. Na tarde do dia 15 de fevereiro de 1952, Alemburgo Maria de Jesus – brasileiro, vinte e quatro anos de idade, solteiro, profissão e naturalidade não definida – foi agredido por José Celestino da Costa e Luiz do Nascimento – brasileiro, vinte e três anos, solteiro, analfabeto, natural da Paraíba e residente na Pensão Nossa Senhora Aparecida. A vítima, por volta das 15:00, estava no quarto da casa nº 401 da Av. Bahia em Campinas, quando ali entrou, no mesmo quarto, os réus já embriagados. José Celestino já chegou deitando na cama de Jandira Ferreira Rios – brasileira, vinte e três anos de idade, desquitada, alfabetizada, meretriz, natural de Itaberaí-GO e residente na Av. São Paulo, nº 401, Campinas – e, por estar interrompendo o encontro da meretriz com seu cliente, foi advertido pela vítima que deveria procurar mulher no Maria Branca, ou em outro prostíbulo, onde “teria mulher do seu tipo”⁸⁷⁴. Após esse breve diálogo, José empunhou uma faca e entrou em violenta luta corporal no quarto da residência com a vítima.

Nota-se que, em outra ocasião, mas evidenciando o mesmo padrão de agressão, José Celestino se atraca novamente em um caso sério de agressão. Percebe-se também que, provavelmente, o réu era um frequentador das zonas de meretrício de Campinas e que se sentia proprietário das mulheres de vida alegre com as quais se relacionava. No primeiro caso, ele agrediu um agente das forças policiais por sentir a sua virilidade ameaçada quando, em uma disputa, acabou perdendo a sua vez com a meretriz. Nesse caso, o réu se demonstrou ofendido por, no momento em que ele chega à casa da meretriz, ela já se encontrar ocupada com outra pessoa o que gerou uma rixa pela posse da moça. Apreende-se, na breve trajetória acessível de tal personagem, a evolução em seus métodos de agressão: na primeira, de forma premeditada, fez uma emboscada com porretes; na segunda, já portava arma branca (faca).

Aterrorizada com a cena, Jandira saltou da janela de seu quarto e correu pela rua até encontrar ajuda e, ao encontrar um guarda civil o conduziu até o seu quarto. O guarda civil,

⁸⁷³ AFG. J. Cx. 31, nº 220, 1949. p. 30.

⁸⁷⁴ AFG. J. Cx. 29, nº 723, 1952. p. 15.

em seu depoimento, argumentou que a casa era um prostíbulo da região (entre as Av. São Paulo e Bahia) conhecida como “zona de meretrício”. Ao chegar no local, o guarda prendeu os réus em flagrante dizendo que ambos já eram conhecidos por outros casos de alcoolismo e agressão, sendo chamados, nas redondezas, por “Pernambuco” (José) e “Paraíba” (Luiz). Poucos dias depois de iniciado o inquérito policial, os réus pagam fiança, no valor de Cr\$ 200,00. Luiz, conforme evidenciam os dois depoimentos, já era conhecido frequentador da casa e, repetidamente, chegava alcoolizado, aprontava algazarras e espancava a sua “enrabichada” de nome Idalina que, mesmo não sendo convocada para prestar depoimento, morava na mesma casa em que ocorreu a briga.

No decorrer das investigações policiais, descobriu-se que a vítima, Alemburgo, na verdade era outra pessoa: Alaor Inácio de Oliveira, conhecido como “Boca Larga”. Em 17 de fevereiro de 1952 foi feito o relatório do inquérito e, após o recolhimento de mais duas novas testemunhas, é concluído em 17 de setembro de 1952, não levando em conta a reincidência de um dos réus.

Um outro padrão que apareceu nas fontes, foi a constante presença de policiais militares e guardas civis nas zonas de meretrício e não somente em rondas em serviços, pois há registros de brigas entre ambas as forças em momentos de bebedeiras em cabarés⁸⁷⁵. Logo, conclui-se que militares e policiais utilizavam os serviços prestados por bares e meretrizes⁸⁷⁶. Entretanto, apesar da presença de forças policiais, os cabarés, conforme registrado nos autos do judiciário, eram ambientes propícios para a criação e resolução de rixas, de conflitos entre trabalhadoras (meretrizes), como também o local de pequenos furtos, como aconteceu em 1947, quando Luiz Alberto Belchior – brasileiro, vinte e três anos de idade, solteiro, alfabetizado, estudante, natural de Corumbá-GO e residente na rua Jaraguá, nº 39, Campinas – teve a sua carteira, contendo a quantia de Cr\$ 5.000,00, surrupiada em um cabaré de Campinas⁸⁷⁷.

Em suma, ao ler os processos criminais acerca do lazer pelas beiradas, ou seja, nos bares e nas zonas de meretrício, nota-se a constante presença das forças policiais, seja fazendo rondas ou sendo fregueses em tais locais. Tem-se ciência de que os agentes das forças policiais usavam seu poder para intervir nos momentos de lazer e, particularizado às zonas de meretrício, utilizavam da violência em rixas geradas pela disputa de mulheres.

⁸⁷⁵ AFG. J. Cx. 39, nº 73, 1946.

⁸⁷⁶ AFG. J. Cx. 31, nº 220, 1949.

⁸⁷⁷ AFG. L. Cx. 42, nº 129, 1947.

Tendo em mente a presença das forças policiais em zonas de meretrício, se fazer de investigador da polícia poderia ser proveitoso, tanto para poder angariar bebidas de graça, quanto para seduzir meretrizes e também se impor na disputa de virilidade entre os jovens que frequentavam tais lugares⁸⁷⁸.

Conforme foi discutido neste subcapítulo, em meio às possibilidades precárias para o divertimento, o lazer pelas beiradas, pelos seus usos populares, se estampava pela cidade em vários bares, como também em zonas de meretrício, cabarés e nas casas das meretrizes. Pelas beiradas, diversos atores sociais envolvidos em diversos crimes preenchiam as linhas dos processos criminais, elucidando como tais locais podem ser um interessante ambiente de análise do cotidiano.

Neste último capítulo da tese, o cotidiano do lazer em Goiânia em seus primeiros anos de formação foi abordado. Pôde-se inferir como eram tais momentos para os seus atores sociais, marcados pela precariedade nas alternativas de diversão, bem como pela estratificação social dos habitantes. Não sendo uma divisão dicotômica ou separada em dois estanques, tampouco um lazer compartmentado entre os “de cima” (a elite) e os “de baixo” (os populares), buscou-se apreender a diversidade e o ambiente social que circundavam tais momentos e não somente quais classes sociais tinham acesso.

Na primeira parte deste capítulo, buscou-se defender a ideia de que, mesmo diante da precariedade dos serviços prestados pela cidade, os atores sociais ainda encontravam espaços na “brecha” para se divertir. Nesse ponto, diversas entrevistas e alguns processos criminais ajudaram a fazer um desenho das formas e dos acessos ao lazer. A precariedade do lazer era expressa na inconstância do fornecimento de energia elétrica para a iluminação pública e nos comércios; na quase inexistência de asfalto nas ruas e na carência de um transporte público que ligasse Goiânia a Campinas, esta concentrando a maior parte das oportunidades de divertimento.

Na brecha da precariedade do lazer a diversão era possível, por exemplo, com o *footing* e nos bailes – que ocorriam no Jóquei Clube e em outros clubes ou associações na periferia. Para driblar a carência de entretenimento, festas em casa eram comuns, nas quais

⁸⁷⁸ AFG. R. Cx. 55, n° 488, 1953.

as pessoas de um mesmo círculo social se reuniam para festejar e comemorar algum episódio importante de suas vidas. Vale lembrar que os córregos da cidade também eram aproveitados para se banhar e pescar, como no Lago das Rosas e nos córregos Botafogo e Capim Puba.

Na última parte deste capítulo, buscou-se entender os divertimentos pelas beiradas e foi possível vislumbrar várias tendências de sociabilidades presentes na parte boêmia e na zona de meretrício. Viu-se que, tanto os bares quanto os cabarés e a zona de meretrício são um importante ponto de observação dos comportamentos sociais de distintos grupos que frequentavam esses espaços.

Nesse sentido, nos episódios que remetem às brigas de bar, pôde-se notar como os estabelecimentos funcionavam e, adentrando os bares de Goiânia em seus primeiros anos, viu-se como eram espaços para a formação e desenvolvimento de diversas rixas que se refletiam em brigas entre frequentadores, como também entre clientes e donos de bar. Tais situações, como mostrado, tinham como padrão as ofensas verbais que ajudam a entender como funcionava a manutenção da ordem e da honra dos diversos atores sociais.

Por fim, mesmo que em menor proporção no volume da documentação coligida, havia divertimentos relacionados aos serviços sexuais. Foi perceptível a construção de um estigma em torno das meretrizes, consideradas pelo judiciário como mulheres de vida alegre, o que obscurecia as formas de lumpemproletarização sobre as quais essas personagens, migrantes do interior, estavam submetidas em suas relações de trabalho, bem como as limitações estabelecidas pelas condições de gênero. Além de uma zona de meretrício identificada, era comum a frequentaçāo a cabarés (como eram chamados os bares em que as meretrizes frequentavam para atrair seus clientes) e a casas de moças de vida alegre que atendiam de policiais a criminosos reincidentes. Em suma, esses locais, tal como os bares, foram espaços que funcionavam como um termômetro das relações sociais estabelecidas no cotidiano do lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi formulado na introdução e explicitado ao longo da tese, ao escolher o cotidiano como objeto de estudo, novas versões históricas sobre a formação de Goiânia puderam ser tecidas, questionando gerações de historiadores e intelectuais que reproduziram noções cristalizadas acerca da história da cidade. Inspirando-se no método indutivo ao tratar as fontes, foram captadas diversas formas de sociabilidade, de comportamentos e de estratégias silenciadas pela historiografia tradicional. As personagens que emergiram nas fontes foram desenhando uma outra cidade, estratificada e heterogênea, de elementos distintos e descontínuos para além da narrativa histórica linear – com um forte teor politicista e economicista – que aqui foi rechaçada.

Uma das principais conclusões a que se pode chegar ao fim desta tese é a de que ela não tem um fim em si, pois, por ser uma das primeiras teses de doutorado a contemplar o cotidiano dos atores sociais de Goiânia em suas primeiras décadas de formação, espera-se que a conclusão possa servir de subsídio para as futuras gerações de historiadores que ousarem estudar o cotidiano da cidade. Não é possível concluir ainda porque nem todas as esferas do cotidiano foram elencadas nesta pesquisa, outros materiais e outras versões da vida cotidiana ainda podem ser explorados e trabalhados. Aqui foram coligidos alguns desses materiais e a partir de questões acerca desse período histórico, outras gerações de intelectuais poderão fazer novos questionamentos e se deparar com novas variantes explicativas do passado.

Todavia, uma consideração pode ser vislumbrada ao sugerir uma leitura a contrapelo da formação da cidade, pois, ao ter no corpo do texto as notas de rodapé ignoradas pela historiografia de Goiânia, múltiplas “cidades” afloraram em uma mesma localidade. Diferente dos discursos e do ideário de modernidade dos líderes políticos goianos da época e da exposição de uma cidade moderna pelos arquitetos e construtores, uma outra modernidade, alternativa, foi vivida e formulada pelos seus habitantes.

Imbuindo-se de tais perspectivas e analisando as versões do cotidiano que as fontes apresentaram, novas alternativas históricas puderam ser entendidas. Ao abordar o tema de maior interesse dos pesquisadores sobre Goiânia, a sua construção, ao ler não somente as estruturas e os grupos políticos envolvidos e ter o cotidiano como foco de estudo, foi possível apreender os modos de vida dos trabalhadores nas obras da cidade. Um único acidente de

trabalho encontrado serviu como fio condutor para problematizar uma nova perspectiva da construção da cidade.

Partindo do acidente de Manoel Pascoal, dos dados coligidos na Superintendência de Obras de Goiânia encontrados na documentação do Arquivo Histórico de Goiás, de depoimentos de trabalhadores que experimentaram as condições de vida nas obras da nova capital goiana e com a escassa bibliografia sobre o tema, surgiu um desenho provisório de como era o modo de vida de tais trabalhadores. Com o aporte do método indutivo, somado à intenção de alargar a noção de grupos sociais para além de um recorte socioprofissional e de classe, foi possível apreender as maneiras através das quais os trabalhadores chegavam às obras da cidade e a heterogeneidade de sua composição. Outros elementos dos modos de vida foram captados a partir das modalidades intermediárias de assalariamento dos trabalhadores migrantes: a hierarquia entre trabalhador migrante do interior sem especialização e trabalhador especializado do sudeste e aos superiores estrangeiros, os atrasos dos salários e os sistemas de vale e as diversas formas de sobrevivência encontradas por esses trabalhadores que foram tão parcamente estudados pela historiografia.

Concebe-se que tais elementos são tão importantes para a fundação da cidade quanto os trâmites político-institucionais que possibilitaram a sua construção. Apesar da primazia dos estudos em uma história das estruturas, as possibilidades e as potencialidades de uma história da vida cotidiana de Goiânia foram aqui explanadas, sendo este um dos avanços que esse estudo pretendeu realizar. Outro diferencial desta pesquisa esteve em não propor somente uma nova abordagem histórica sobre a formação da cidade, mas evidenciar as estratégias cotidianas de seus atores sociais frente às diversas transformações estruturais que a construção de uma nova capital para Goiás acarretou em suas vidas.

Nesse sentido, tendo em vista as estratégias cotidianas no momento de formação da cidade, surgiram outros modos de experiência que iam além das relações de trabalho, como, por exemplo, os acessos à cidade e a sua mobilidade urbana, as condições de moradia, a vida porta adentro e porta afora e as formas de lazer. Os processos criminais ofereceram subsídios fundamentais para a delimitação temática dos capítulos. Apesar de o olhar inicial apenas respaldar cenas do cotidiano em momentos de conflito, isso possibilitou vislumbrar as redes de sociabilidade que os atores sociais construíram a partir de suas necessidades, dependências e interesses.

Com a inauguração de Goiânia e, consequentemente, o seu crescimento urbano/populacional, aumentaram as formas de acesso à cidade, possibilitando um grande fluxo de migrantes. Não obstante, apesar do desenvolvimento dos modais de transporte, a cidade ainda era extremamente estratificada em dois núcleos urbanos: Goiânia e Campinas. Entre essas duas cidades foram surgindo diversos bairros populares que compuseram um interessante desenho social. Adentrando esse universo, foi possível compreender a estratificação social sentida no cotidiano pelas péssimas condições de transporte público que dificultava a mobilidade urbana. Vale ressaltar também um valoroso elemento do contorno do desenho da modernidade alternativa que os atores sociais teciam em seu cotidiano: o impacto do advento do automóvel e a necessidade de se criar uma nova cultura de trânsito e de disciplinarização dos motoristas e transeuntes, o que foi levado a cabo pelas forças policiais.

Demais usos cotidianos da cidade também foram percebidos nas questões envolvendo as moradias. Além das péssimas condições dos alojamentos dos trabalhadores nas obras da cidade, vale lembrar que a elaboração de uma cidade com todas as comodidades modernas – energia elétrica, saneamento básico, linhas de telefone e ruas pavimentadas – demandou, tendo em vista os seus enormes gastos, um enorme esforço econômico para o estado de Goiás, o que, por sua vez, acarretou uma política de especulação imobiliária via valorização dos lotes na nova capital. Por outro lado, essas práticas se revelaram no cotidiano dos trabalhadores enquanto práticas perversas da Superintendência.

Além do cotidiano porta afora, que alude às políticas habitacionais e ao acesso dos trabalhadores às obras, as fontes também apontaram como era a vida porta adentro. Ao lançar um olhar sobre a vizinhança, as casas e seus moradores, uma outra cidade, não isolada, também foi possível de ser apreendida. Ao penetrar o íntimo das moradias, identificou-se relações paternalistas no trabalho doméstico, bem como as condições de trabalho. Aprofundando nesse universo, as relações entre vizinhos também foram percebidas, tanto em momentos de conflito quanto em suas redes de solidariedade. Os relatos dos furtos serviram não somente para observar a vida material e a rede de solidariedade entre seus moradores, mas, inclusive, para perceber as formas de economia de subsistência local entre os bairros, identificando a permanência de elementos de práticas culturais do campo nas casas, como as hortas e os galinheiros.

A estratificação social vivida na nova capital goiana também foi sentida no que concerne ao lazer. Campinas também era, além do centro da vida comercial no recorte

temporal estabelecido, o foco das alternativas de diversão da cidade. A documentação aponta para a precariedade do lazer nas primeiras décadas de Goiânia, marcada pelas poucas oportunidades de diversão, mas que foram contornadas pelos seus habitantes nas brechas encontradas.

Um outro lado do lazer também foi visualizado nas fontes: as diversões pelas beiradas, ou seja, os entretenimentos voltados para os ambientes de bares, cabarés e a zona de prostituição. Os bares eram os locais para o consumo de bebida alcoólica, para jogatinas e também para o início e resolução de rixas. Os cabarés eram bares que as mulheres de vida alegre frequentavam para atrair os seus clientes, como uma zona de meretrício e, mais comum, casas alugadas por tais mulheres para realizarem seu trabalho.

Destarte, tendo como objeto de investigação o cotidiano, recortando as fontes do judiciário, esmiuçando antigas entrevistas e buscando notas de rodapé da escassa bibliografia do tema, esta tese procurou, capítulo por capítulo, elucidar a potencialidade que um estudo da vida cotidiana tem a oferecer a outras versões acerca da história de Goiânia. Não somente avançar na historiografia que contemple a cotidianidade, essa dimensão possibilitou adentrar as criativas estratégias de sobrevivência elencadas pelos seus atores sociais.

FONTES

1) Processos criminais

AFG. 1º Ofício Criminal Cx. 110, nº 69, 1951.
AFG. 1º Ofício Criminal Cx. 112, nº 68, 1951.
AFG. 1º Ofício Criminal Cx. 112, nº 134, 1955.
AFG. 1º e 2º Ofício Criminal Cx. 114, nº 90, 1955.
AFG. 1º e 2º Ofício Criminal Cx. 114, nº 130, 1955.
AFG. Acidente de trabalho, nº 09-30, 1937.
AFG. Acidente de trabalho nº 06-147, 1944.
AFG. Acidente de trabalho nº 02-35, 1952.
AFG. Acidente de trabalho nº 02, nº 14, 1955.
AFG. Acidente de trabalho nº 02, nº 15, 1955.
AFG. Acidente de trabalho nº 09, nº 771, 1955.
AFG. A. Cx. 11, nº - 92, 1938.
AFG. A. Cx. 11, nº 22, 1943.
AFG. A. Cx. 11, nº 218, 1949.
AFG. A. Cx. 11, nº 106, 1950.
AFG. A. Cx. 10, nº 362, 1953.
AFG. A. Cx. 11, nº 388, 1953.
AFG. B. Cx. 13, nº 24, 1942.
AFG. B. Cx. 12, nº 117, 1946.
AFG. B. Cx. 12, nº 142, 1947.
AFG. B. Cx. 12, nº 212, 1949.
AFG. B. Cx. 12, nº 354, 1951.
AFG. B. Cx. 12, nº 519, 1955.
AFG. B. Cx. 13, nº 530, 1955.
AFG. B. Cx. 13, nº 596, 1955.
AFG. B. Cx. 13, nº 932, 1955.
AFG. C. Cx. 15, nº 287, 1951.
AFG. C. Cx. 15, nº 306, 1951.
AFG. C. Cx. 14, nº 481, 1955.
AFG. D. Cx. 17, nº 88, 1947.
AFG. D. Cx. 17, nº 261, 1950.
AFG. D. Cx. 17, nº 338, 1952.
AFG. D. Cx. 16, nº 420, 1954.
AFG. D. Cx. 16, nº 428, 1954.
AFG. D. Cx. 17, nº 437, 1954.
AFG. E. Cx. 18, nº 57, 1944.
AFG. E. Cx. 19, nº 263, 1949.
AFG. E. Cx. 19, nº 285, 1951.
AFG. F. Cx. 22, nº 13, 1944.
AFG. F. Cx. 22, nº 89, 1945.
AFG. F. Cx. 22, nº 266, 1951.
AFG. F. Cx. 22, nº 268, 1951.
AFG. F. Cx. 22, nº 22, 1952.
AFG. F. Cx. 21, nº 28, 1955.
AFG. F. Cx. 22, nº 493, 1955.

AFG. F. Cx. 22, n° 521, 1955.
AFG. F. Cx. 22, n° 554, 1955.
AFG. F. Cx. 22, n° 1848, 1955.
AFG. G. Cx. 23, n° 14, 1942.
AFG. G. Cx. 23, n° 231, 1949.
AFG. H. Cx. 24, n° 28, 1943.
AFG. H. Cx. 24, n° – 72, 1945.
AFG. H. Cx. 24, n° 102, 1946.
AFG. H. Cx. 24, n° 114, 1946.
AFG. H. Cx. 24, n° 136, 1947.
AFG. H. Cx. 24, n° 428, 1954.
AFG. Inq. Pol. 2°Of., n° 172, 1946.
AFG. Inq. Pol. 2°Of., n° 182, 1948.
AFG. Inq. Pol. 2°Of., n° 120, 1948.
AFG. Inq. Pol. 2°Of., n° 1308, 1952.
AFG. Inq. Pol. 2°Of., n° 170, 1952.
AFG. J. Cx. 31, n° 134, 1943.
AFG. J. Cx. 36, n° 121, 1943.
AFG. J. Cx. 31, n° – 162, 1945.
AFG. J. Cx. 36, n° 106, 1946.
AFG. J. Cx. 39, n° 73, 1946.
AFG. J. Cx. 32, n° 13, 1947.
AFG. J. Cx. 32, n° 133, 1947.
AFG. J. Cx. 29, n° 176, 1948.
AFG. J. Cx. 29, n° 178, 1948.
AFG. J. Cx. 31, n° 126, 1948.
AFG. J. Cx. 31, n° 183, 1948.
AFG. J. Cx. 31, n° 203, 1948.
AFG. J. Cx. 36, n° 131, 1948.
AFG. J. Cx. 36, n° 194, 1948.
AFG. J. Cx. 39, n° 180, 1948.
AFG. J. Cx. 29, n° 216, 1949.
AFG. J. Cx. 31, n° 220, 1949.
AFG. J. Cx. 36, n° 229, 1949.
AFG. J. Cx. 39, n° 189, 1949.
AFG. J. Cx. 36, n° 264, 1950.
AFG. J. Cx. 39, n° 613, 1950.
AFG. J. Cx. 31, n° 283, 1951.
AFG. J. Cx. 36, n° 279, 1951.
AFG. J. Cx. 29, n° 723, 1952.
AFG. J. Cx. 34, n° 1227, 1954.
AFG. J. Cx. 31, n° 533, 1955.
AFG. J. Cx. 34, n° 1210, 1955.
AFG. J. Cx. 39, n° 504, 1955.
AFG. J. Cx. 39, n° 802, 1955.
AFG. L. Cx. 42, n° 8, 1942.
AFG. L. Cx. 05, n° 13, 1944.
AFG. L. Cx. 05, n° – 07, 1945.
AFG. L. Cx. 42, n° 129, 1947.
AFG. L. Cx. 41, n° 34, 1948.

AFG. L. Cx. 42, nº 192, 1948.
AFG. L. Cx. 42, nº 195, 1948.
AFG. L. Cx. 05, nº 382, 1951.
AFG. L. Cx. 05, nº 191, 1952.
AFG. L. Cx. 41, nº 408, 1953.
AFG. L. Cx. 05, nº 55, 1955.
AFG. L. Cx. 05, nº 452, 1955.
AFG. L. Cx. 42, nº 494, 1955.
AFG. L. Cx. 42, nº 565, 1955.
AFG. M. Cx. 44, nº 60, 1944.
AFG. M. Cx. 44, nº 183, 1944.
AFG. M. Cx. 44, nº – 72, 1945.
AFG. M. Cx. 44, nº 245, 1950.
AFG. M. Cx. 44, nº 327, 1955.
AFG. 1º Ofício Criminal Cx., nº 112, 1947.
AFG. O. Cx. 50, nº 138, 1947.
AFG. O. Cx. 50, nº 150, 1947.
AFG. P. Cx. 53, nº 15, 1942.
AFG. P. Cx. 53, nº 243, 1950.
AFG. P. Cx. 53, nº 576, 1955.
AFG. R. Cx. 55, nº 140, 1947.
AFG. R. Cx. 54, nº 328, 1952.
AFG. R. Cx. 54, nº 384, 1953.
AFG. R. Cx. 55, nº 488, 1953.
AFG. R. Cx. 54, nº 421, 1955.
AFG. S. Cx. 58, nº 206, 1942.
AFG. S. Cx. 58, nº 508, 1955.
AFG. T. Cx. 60, nº 522, 1955.
AFG. U-V. Cx. 5, nº – 61, 1938.
AFG. U-V. Cx. nº 44, 1944.
AFG. U-V. Cx. nº 319, 1944.
AFG. U-V. Cx. nº – 84, 1945.
AFG. U-V. Cx. nº 222, 1949.
AFG. W. Cx. 62, nº 10, 1942.
AFG. W. Cx. 62, nº 187, 1944.
AFG. W. Cx. 33, nº 1075, 1949.
AFG. W. Cx. 62, nº 422, 1954.
AFG. W. Cx. 62, nº 524, 1954.
AFG. W. Cx. 33, nº 1558, 1955.

2) Documentos Oficiais

a) Caixas da cidade de Goiânia

AHG. Cx. 1, Goiânia, 1933-1935.
AHG. Cx. 2, Goiânia, 1936.
AHG. Cx. 3, Goiânia, 1937.
AHG. Cx. 4, Goiânia, 1937.
AHG. Cx. 6, Goiânia, 1937.

AHG. Cx. 9, Goiânia, 1940-1967.

b) Documentação Avulsa

AHG. Cx. 883.

AHG. Cx. 865.

AHG. Cx. 903.

AHG. Cx. 913.

AHG. Cx. 950.

AHG. Cx. 953.

AHG. Cx. 995.

3) Jornais

AHG. Pasta, n° 32. A Colligação, 1935.

AHG. Pasta, n° 49. Goiânia, 1939.

AHG. Pasta, n° 50. Jornal de Goiânia, 1937.

AHG. Pasta, n° 52. Boletim Estatístico, 1944-1946.

AHG. Pasta, n° 53. Amanhecer, 1946.

AHG. Pasta, n° 57. Jornal Brasil Central, 1954-1961.

AHG. Pasta, n° 79. O Debate, 1948.

AHG. Pasta, n° 80. Jornal do Povo, 1945-1949.

AHG. Pasta, n° 91. Folha de Goiás, 1935-1945.

AHG. Pasta, n° 92. Folha de Goiás, 1947-1958.

AHG. Pasta, n° 130. O Popular, 1939-1954.

AHG. Pasta, n° 131-A. O Popular, 1957-1958.

AHG. Pasta, n° 301. O Debate, 1949.

AHG. Pasta, n° 306. O Social, 1949-1951.

AHG. Pasta, n° 309. O popular, 1939-1961.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Márcia de. *Núcleo pioneiro de Goiânia: um patrimônio inteligível?*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2008.
- ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar. *Cidades e identidades de fronteira: um estudo sobre a construção de Goiânia a partir do conceito de momento de fronteira*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2003.
- ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar. *Projeções urbanas: um estudo sobre as formas de representação e mobilização do tempo na construção de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- BERNARDES, Genilda d'Arc. *Construtores de Goiânia: o cotidiano e o mundo do trabalho*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1989.
- BEUNZA, José María Imízcoz. Redes, grupos, clases. Una perspectiva desde el análisis relacional. In: PUCHE, Sebastián Molina (Org.). *Terrotorios distantes, comportamientos similares: familias, redes y reproducción social em la Monarquia Hispánica (siglos XIV-XIX)*. Universidad de Murcia: Servicio Publicaciones, 2009.
- BORGES, Barsanufo Gomides. *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960*. Goiânia: CEGRAF-UFG, 2000.
- BORGES, Barsanufo Gomides. *O despertar dos dormentes. Estudo sobre a Estrada de Ferro Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909-1922*. Goiânia: Cegraf UFG, 1990.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001
- CÂMARA, Jaime. *Os tempos de mudança*. Goiânia: Livraria e Editora Cultura Goiana Casa do autor Goiano, 1967.
- CAMPOS, Itami Francisco. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1987.
- CAMPOS, Itami Francisco. *Mudança da capital: uma estratégia de poder*. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Goiânia: cidade pensada*. Goiânia: Editora UFG, 2002.
- CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Conflitos verbais em uma cidade em transformação: justiça, cotidiano e os usos sociais da linguagem em Juiz de Fora (1854-1941)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Os usos da biografia pela micro-história italiana: interdependência, biografias coletivas e network analysis*. In: AVELAR, Alexandre; SCHMIDT, Benito (orgs.). *O que pode a Biografia*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- CASTRO, Cristóvão Leite de. *Expressão social e política de Goiânia*. In: *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.

- CERUTTI, Simona. Processos e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Editora Unicamp, 2012.
- CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: CEGRAF UFG, 1988.
- CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora da UFG, 2010.
- CHAUL, Nasr Fayad. Marchas para o Oeste. In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da (Org.). *Relações cidade-campo: fronteiras*. Goiânia: Editora UFG, 2000. p. 113-114.
- CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- COSTA, Fernando Viana. *Um ornitorrinco no cerrado: bairros populares e outros pioneiros da formação e expansão urbana de Goiânia*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2016.
- DAHER, Tânia. O projeto original de Goiânia. *Revista UFG, ano XI, n° 6*. Goiânia: Editora da UFG, 2009.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas. Cotidiano operário em São Paulo. 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo do século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DINIZ, Anamaria. *Goiânia de Atílio Corrêa Lima (1932-1935)*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2007.
- DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade y eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- EMSLEY, Clive. “Mother, what did policemen do there weren’t any motors?” The law, the police and the regulation of motor traffic in England, 1900-1939. In: *The Historical Journal*, vol. 36, n° 2, Cambridge University Press, 2001. p. 357-381. <https://doi.org/10.1017/S0018246X00019270>
- FARINATTI, Luís Augusto. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. In: *Revista Anos 90*. Porto Alegre, v. 15, n. 28, jul. 2008. <https://doi.org/10.22456/1983-201X.7958>
- FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo: 1880-1924*. São Paulo: EDUSP, 2014.

- FEDERICI, Silvia. *O calibã e a bruxa. Mulheres, corpos e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2008.
- FERNANDES, Marilena Julimar Ap. *Pedro Ludovico Teixeira x Antônio (Totó) Ramos Caiado: Memórias, ressentimentos, esquecimentos e silêncios (1930-1970)*. Tese de Doutorado. Goiânia: UFG, 2013.
- FONSECA, Luciana Nunes. *A (re)invenção da ação coletiva: participação urbana, conflitualidades e segregação sócio-espacial em Goiânia*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2008.
- FRANCO, Maria S. de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4^a ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- FREITAS, Lena Castelo Branco Ferreira de. *Poder e Paixão: a saga dos Caiado*. Goiânia: Cânone Editora, 2010.
- FREITAS, Silvio Antônio de. *Habitação popular em Goiânia: Vila Mutirão mil casas em um dia*. Dissertação de Mestrado. Porte Alegre: UFRGS, 2007.
- FREITAS, Venerando de. Goiânia. In: IBGE. *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.
- FERREIRA, Adriana dos Reis. *A compreensão do lazer no planejamento urbano de Goiânia: aproximações históricas*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2003.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual no mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.
- GODÓI, Armando Augusto de. Relatório sobre a conveniência da mudança da capital. In: IBGE. *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.
- GODÓI, Armando Augusto de. A futura capital de Goiaz. In: IBGE. *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.
- GOMIDE, Cristina Helou. *História da transferência da capital: de Goiás para Goiânia*. Goiânia: AGEPEL/UEG, 2002.
- GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.
- GRIBAUDI, Maurizio. Une autre modernité. In: *Paris ville ouvrière. Une histoire occultée 1789-1848*. França: La Découverte, 2014.
- GRIBAUDI, Murizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. p. 121-150.

- GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciários. In: *O Historiador e suas fontes*. PINKSKY, Carla Bassanezi (Org.); LUCA, Tania Regina de. São Paulo: Contexto, 2012. p. 125-126.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- HOBSBAWM, Eric J. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- IBGE. *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.
- JÚNIOR, Edson Domingues de Araújo. *Tradição, modernidade e as bênçãos da Igreja Católica na construção de Goiânia, 1932-1942*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2011.
- JUNIOR, Oscar Sabino. *Goiânia documentada*. São Paulo: Edigraf, 1960.
- LEPEDIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- LIMA, Atílio Correia. *Plano diretor da cidade*. IBGE. Goiânia. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.
- LIMA, Atílio Correia. Goiânia: a nova capital de Goiás – resumo de um estudo. In: *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.
- LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo*. Ensaios para uma história global do trabalho. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- LUDOVICO, Pedro. O problema da mudança da capital. In: IBGE. *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.
- LUDOVICO, Pedro. Mensagem ao Brasil. In: JUNIOR, Oscar Sabino. *Goiânia documentada*. São Paulo: Edigraf, 1960.
- MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MAGGIE, Yvonne. *O medo do feitiço* – relações entre magia e poder na sociedade brasileira. Tese de doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, 1988.
- MARTINS JÚNIOR, Osmar Pires. *Uma cidade ecologicamente correta*. Goiânia: AB, 1996.
- MARQUES, Edmilson Ferreira. *A história do rádio em Goiás (1942-1947)*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2009.
- MARSHALL, Berman. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: EDUSC, 2002.
- MATTOS, Sílvia Clímaco. *Memória e cidade: lembranças do bairro da Vila Nova – 1930 ao presente*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2008.
- MEDEIROS, Wilton de Araújo. *Goiânia metrópole: sonho, vigília e despertar (1933/1973)*. Tese de Doutorado. Goiânia: UFG, 2010.
- MENEZES, Eleuzenira Maria de. *Migrações para Goiânia – Os nordestinos (1930-1970)*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2004.
- MONBEIG, Pierre. *Goiânia*. In: *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.
- MONTEIRO, Rosana Horio. *A fotografia em Goiânia nas primeiras décadas do século XX*. Goiânia: Editora da UFG, 2008.
- MOTA, Juliana Costa. *Planos diretores de Goiânia, década de 60: a inserção dos arquitetos Luís Saia e Jorge Wilheim no campo do planejamento urbano*. Dissertação de Mestrado. São Carlos: USP, 2004.
- NASCIMENTO, Darlos Fernandes do. *O periodismo político-partidário goiano entre 1945 e 1964*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2016.
- NETO, Eurípedes Afonso. *Goiânia casa moderna. 1950. 1960. 1970*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2010.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- PALACIN, Luiz. *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1976.
- PALACIN, Luiz; MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. *História de Goiás*. Goiânia: Editora da UCG, 1994.
- PEREIRA, Eliane M. C. Mando. O Estado Novo e a Marcha para o Oeste. In: *História Revista*, vol. 2. Goiânia: Editora da UFG, 1997.
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana*. In: *História e Perspectivas*. Uberlândia: EdUFU, 1992.
- PRAZERES, Oto. *Goiânia*. In: *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.
- PREFEITURA DE GOIÂNIA. *Memória cultural. Ensaios da história de um povo*. Goiânia- GO: Prefeitura Municipal, 1985. p. 146.
- REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estadista. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

- REVEL, Jacques. Apresentação. In: *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.
- REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. p. 15-38.
- RIBEIRO, Mírian Bianca Amaral. *Memória, família e poder*: História de uma permanência política – os Caiado em Goiás. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 1996.
- SCHWAB, Mariana de Castro. *Os intelectuais no Estado Novo (1937-1945)*. A trajetória de Paulo Figueiredo e as revistas Cultura Política e Oeste. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2010.
- SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- SILVA, Ana Lúcia da. *A revolução de 30 em Goiás*. Goiânia: Cânone Editorial e AGEPEL, 2001.
- SILVA, André Costa Aciole da. *As fontes judiciais no estudo de mulheres transgressoras em Goiânia*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2004.
- SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência*: mulheres pobres e ordem urbana, 1820-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- SOUZA, Luciana Pereira. *Congadas de Goiânia*: história, memória e identidades negras (1940-1990). Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2016.
- SOUZA, Armênia Pinto de. *Goiânia*: a saga dos pioneiros. Goiânia: Gráfica Oliveira, 1986.
- SOUZA, Dalva Borges de. *Violência, poder e autoridade em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 2006.
- SOUZA, Rildo Bento de. “*A história não perdoa os fracos*”: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira. Tese de Doutorado. Goiânia: UFG, 2015.
- TELES, José Mendonça. *A vida de Pedro Ludovico*. Goiânia: Kelps, 1992.
- THOMPSON, E. P. A história vista de baixo. In: THOMPSON, E. P. *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora Unesp, 2010.
- THOMPSON, E. P. Introdução. In: THOMPSON, E. P.. *A formação da classe operária inglesa. Vol. I. A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- THOMPSON, E. P. Intervalo: a lógica histórica. In: THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- THOMPSON, E. P. Educação e experiência. In: *Os românticos. A Inglaterra na era revolucionário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- THOMPSON, E. P. O termo ausente: *experiência*. In: THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

- THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010. p. 270.
- TITO, Keith Valéria. *Memória e identidade de um bairro: Campinas sob as lentes de Hélio de Oliveira*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2008.
- VARGAS, Getúlio. *O verdadeiro sentido de brasiliade é a marcha para o Oeste*. In: IBGE. *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.
- VARGAS, Getúlio. Planalto goiano-miradouro do Brasil – Atualidade e futuro de Goiaz. In: IBGE. *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.
- VÁRZEA, Afonso. A estrada de Goiânia – uma avenida no cerrado. In: *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.
- VICTOI, Raquel Simão. *Cidade polissêmica: diálogos interdisciplinares sobre a cidade de Goiânia*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2013.
- WIEDERHECKER, Cycle Louise; CHAVES, Elza Guedes; PEREIRA, Luís Araújo. *Memória social de trabalhadores da construção de Goiânia*. Goiânia: CECUP/UFG, Caderno 2, Vol. 1, 1987, p. 3.
- ZENHA, Celeste. *As práticas da justiça no cotidiano da pobreza: um estudo sobre o amor, o trabalho e a riqueza através dos processos penais*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1984.